

Projeto **UNICIDADANIA**

# Crianças e adolescentes que trabalham: cenas de uma realidade negada

Maria de Fátima Pereira Alberto  
Organizadora



**Crianças e Adolescentes que Trabalham:  
Cenas de uma realidade negada**

**Maria de Fátima Pereira Alberto**

**Organização**

**Editora Universitária**

**João Pessoa**

**2003**

# ÍNDICE

---

APRESENTAÇÃO -

## **Parte I**

### **FORMAÇÃO DOS AGENTES E A CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTO**

Cap 1 - Dialogando

Cap 2 - Cenas do Trabalho Precoce na Paraíba

Cap 3 - A Atuação das Instituições na Área do Trabalho Infanto-Juvenil na Paraíba: Algumas Reflexões Iniciais

Cap 4 - Oficina Temática – Uma Opção Metodológica no Curso de Formação de Agentes Sociais na Área do Trabalho Infanto-Juvenil

## **Parte II**

### **ASPECTOS TEÓRICOS**

Cap 5 - Aspectos Jurídicos e Sociais Do Trabalho Infantil

Cap 6 - O Significado do Trabalho Precoce Urbano

Cap 7 - Trabalho Precoce na Atividade Agrícola e Riscos à Saúde

Cap 8 - Trabalho Infanto-Juvenil, Ambiente e Saúde

## **Parte III**

### **FORMAS DE TRABALHO PRECOCE E RISCOS**

Cap 9 - A Inserção no Trabalho Doméstico Precoce: O Caso das Comunidades Boa Esperança e Vila São Jorge na Cidade de João Pessoa

Cap 10 - Percepção dos Adolescentes e Crianças Trabalhadores no Cultivo do Abacaxi Sobre a Repercussão do Trabalho no Processo de Aprendizagem

Cap 11 - Trajetória de Uma Pesquisa: Relatando a Experiência dos Catadores de Lixo Residencial nos Bairros do Valentina, Geisel e Cristo.

Cap 12- Trabalho Precoce no Lixão de Sapé

Cap 13 - A Relação Entre o Trabalho Precoce Noturno e a Vida Escolar: O Caso dos Meninos Engraxates da Escola Municipal de Meninos e Meninas de Rua

Cap 14 - A Face Oculta do Trabalho Precoce e Suas Conseqüências no Desenvolvimento Escolar: Um Estudo de Caso na Casa Menina Mulher

Cap 15 - O Trabalho Precoce nos Mercadinhos do Mutirão em Bayeux e as Conseqüências na Vida Escolar dos Trabalhadores

Cap 16 - O Trabalho Precoce e a Situação de Risco Pessoal e Social: O Caso das Meninas do Lar Alternativo Bom Pastor

Cap 17 - Eros e Tanatos : O Trabalho Infanto-Juvenil em Cemitérios

Cap 18 - Há Trabalhadores Precoces no Município de Itapororoca

## **Parte IV**

### **EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Cap 19 - A Política de Atendimento à Criança e ao Adolescente no Brasil

Cap 20 - Economia Solidária e Combate ao Trabalho Precoce: Uma Articulação Necessária

Cap 21 - Trabalho Infantil nas Pedreiras: Uma Experiência Avaliativa do Peti no Município de Junco do Seridó - Pb

Cap 22- Impactos do Peti na Realidade do Trabalho de Crianças e Adolescentes de João Pessoa

Cap 23 - O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil Segundo o Olhar de Seus Usuários

Cap 24 - Análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-Peti - na Área Rural

## APRESENTAÇÃO

---

Esta publicação, patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores da Itália através do Movimento Leigo América Latina - MLAL e da cooperação italiana é o resultado de uma das ações do Projeto UNICIDADANIA, um projeto de formação de agentes de direitos humanos. Esta experiência foi compartilhada por alunos, professores, técnicos de diferentes setores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e agentes de diversas instituições sociais interessados e comprometidos com atividades relacionadas ao trabalho precoce no estado da Paraíba - experiência contemplada com o prêmio "Elo Cidadão" concedido em 2001 pela Universidade Federal da Paraíba. Além desta face multidisciplinar, sobretudo reúne-se aqui o fruto de um profícuo entrelaçamento das instâncias do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, que, na última década, se revigorou no âmbito do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da referida universidade.

A experiência efetivou-se durante um curso de extensão, "*Formação de Agentes de Direitos Humanos que Atuam na Área do Trabalho Infante-Juvenil Urbano e Rural*", realizado entre março e julho de 2002 através do trabalho de equipe de integrantes de 5 setores universitários (14 professores, 6 alunos estagiários e 3 técnicos de extensão universitária e 2 oficiais de projetos de 2 ONG's internacionais) e da participação de 24 alunos. O projeto originário do curso teve como ponto de partida demandas de movimentos sociais, organizações governamentais (OG's) e não-governamentais (ONG's), sindicatos de trabalhadores, pastoral do menor e conselhos de direitos e tutelares que trabalham com a temática da infância e da adolescência, da saúde, do trabalho e dos direitos humanos, sendo tais demandas feitas junto ao *Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Sociais* (SEAMPO), que é o setor oficial da extensão universitária do CCHLA, bem como ao *Grupo de Pesquisas Subjetividade e Trabalho* (GPST), ao *Centro de Referência em Saúde do Trabalhador* (CERESAT) e ao *Laboratório de Geografia da Paraíba* (LOGEPA). Expressavam a urgente necessidade de capacitação para agentes sociais, pesquisas e metodologias de intervenção na área do trabalho infante-juvenil na realidade paraibana.

O curso, portanto, teve como característica fundamental a organicidade com uma demanda social, principalmente de pessoas engajadas nos movimentos sociais e que enfrentavam dificuldades limitadoras na realização do seu trabalho, pela falta de formação específica na área do trabalho infanto-juvenil, da produção de conhecimentos sobre essa realidade na Paraíba, da troca de informações já acumuladas, importantes para contribuir na agilização e no monitoramento de políticas públicas de erradicação do trabalho infantil e na defesa dos direitos do adolescente trabalhador.

Dentro deste contexto é que o curso, além de qualificar agentes que operavam direta e indiretamente no eixo temático do trabalho precoce, representou a abertura de um espaço de disseminação e socialização do conhecimento dos problemas a ele relacionados no Estado e, particularmente, na cidade de João Pessoa. Neste sentido, a publicação aqui contida resultou dos trabalhos de pesquisa dos alunos do curso de formação, da produção de conhecimento por parte da equipe que coordena e executa o curso (professores, alunos de graduação e técnicos de extensão) e da sistematização por parte dos professores do conteúdo que lecionaram nos módulos.

Considerando-se a complexidade da temática e a riqueza das vivências, sentimos a necessidade de publicarmos esta experiência como forma de coletivizá-las, partilhá-las com outros, e devolver o resultado e o produto do trabalho de vários parceiros.

Apesar de algumas dificuldades e limitações, apresentamos a proposta aos parceiros professores, técnicos e alunos e ao parceiro financiador, o MLAL, que aceitaram o desafio. Juntos vencemos o medo de nos expor às críticas. De modo que todos foram convidados a publicar os seus trabalhos. Aqueles que se dispuseram a trabalhá-los e no-los enviar estão aqui contemplados.

O livro reúne artigos dos vários agentes envolvidos, de modo que essa heterogeneidade foi motivo de preocupação. Mas decidimo-nos por contemplá-la, já que ela reflete o formato desse projeto, desde a pluridisciplinaridade até a heterogeneidade dos níveis de escolaridade dos envolvidos e, no que pesem as exigências acadêmicas em torno de uma publicação, tentamos contemplar as mesmas e as riquezas dessas diferenças, de modo que vamos encontrar artigos de mais ou menos rebuscamento, todos, porém, de plausível pertinência em seus objetivos.

A forma de organização dessa rica produção consistiu no agrupamento dos artigos a partir de suas características comuns de modo que esse agrupamento acabou por dar o seguinte desenho: *A formação dos agentes e a construção de conhecimento*. Reunem-se, nesta parte, os textos do grupo que contam a história do projeto, a metodologia do curso e os dados obtidos pela equipe de professores, técnicos e graduandas; em *Aspectos teóricos* reúnem-se os textos que situam os aspectos conceituais norteadores da temática ou do curso; *Formas de trabalho precoce e riscos* compõe-se essencialmente de textos, principalmente dos alunos do curso de formação de agentes de direitos humanos que atuam na área do trabalho infanto-juvenil, e apresenta, sob a orientação dos professores, dados relativos às formas de trabalho precoce na Paraíba, obtidos nas atividades de campo; por sua vez, os textos referentes a *Execução de políticas públicas – mescla trabalho de alunos do curso e de professores*, avaliam alguns Programas de Erradicação do trabalho Infantil no Estado da Paraíba e apresenta a economia solidária como uma das possibilidades de política de enfrentamento do trabalho precoce.

#### **A equipe de coordenação**

## DIALOGANDO

**Rosenilda dos Santos Dias<sup>1</sup>**

**João Bosco Dias<sup>2</sup>**

**Anísio José da Silva Araújo<sup>3</sup>**

Este verso da literatura de cordel é o resultado de uma pesquisa realizada com jovens e adolescentes que participam do Projeto Beira da Linha. A idéia da pesquisa é entender o significado do trabalho para dois extratos de jovens. No primeiro plano, jovens que prestam serviço ao Banco do Brasil, com horários e tarefas pré-determinados, e que leva em conta as necessidades típicas dessa faixa etária e, num outro plano, o que representa não gozar dessa condição de trabalho, mas que participam de atividades no próprio Projeto Beira da Linha.

---

<sup>1</sup> Historiadora, Educadora Social do Projeto Beira da Linha.

<sup>2</sup> Poeta Cordelista.

<sup>3</sup> Doutor em Ciências/ENSP/FIOCRUZ, Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, pesquisador do Grupo de Pesquisas Subjetividade e Trabalho-GPST/UFPB



1- Certa vez um cidadão  
me fez essa perguntinha:  
menino qual é teu nome?  
respondi bem depressinha  
meu nome é João da Silva  
me chamam “Beira da Linha”

2-Te chamam “Beira da Linha”  
o cidadão se espantou  
certamente com este nome  
teu pai não te batizou  
digo: foi a “sociedade”  
que assim me apelidou

3-De início não gostei  
achei uma ironia  
mas fui me acostumando  
no viver do dia-a-dia  
tanto que vou registrá-lo  
junto da “Cidadania”

4-Pois o nome não importa  
para a vida enfrentar  
tanto faz ser Zé Rainha  
Chico Mendes ou Itamar  
o importante é ser honesto  
e se fazer respeitar

5-Menino com este pensar  
você parece ir longe  
e mesmo não é o nome  
que a nossa conduta tange  
é como diz o ditado  
“o Hábito não faz o Monge”

6-Me responda por favor  
ou me dê seu parecer  
você esta estudando?  
que quer ser quando crescer?  
como é seu dia-a-dia?  
e o seu modo de viver?

7-Cidadão eu sou humilde  
quase não tenho passado  
coitadinho do meu pai  
só vivia embriagado  
chegava em casa caindo  
com todo mundo zangado

8-Não tinha emprego certo  
vivia de fazer bico  
trabalho fazia muito  
porém o ganho era um tico  
ainda jogava na sena  
com o desejo de ser rico

9-Foi a falta de trabalho  
que o deixou anulado  
por não poder sustentar  
o seu lar tão estimado  
vagava incerto nas ruas  
só voltava embriagado

10 - Se alguém o contratava  
para um serviço fazer  
se acordava cedinho  
ia com muito prazer  
voltava mais cedo ainda  
para o feijão trazer

11-Depois nas horas seguintes  
quando em casa ficava  
afagava meus cabelos  
e aos meus irmãos beijava  
depois ia para a bodega  
bebia e se embriagava

12-Minha mãe ia buscá-lo  
trazia ele arrastado  
às vezes vinham brigando  
era nome pra todo lado  
os vizinhos incentivando  
achando aquilo engraçado

13-A pobre de minha mãe  
era uma heroína  
lavava roupa de ganho  
também fazia faxina  
ainda comprava fiado  
no boteco da esquina

14-Possuía sete filhos  
eu era o mais crescidinho  
por isso ajudava em casa  
com ternura e com carinho  
ensinando meus irmãos  
a seguir no bom caminho

15-Me botaram na escola  
para aprender a ler  
a única finalidade  
era a de burro não ser  
tirar o título e votar  
um dia quando crescer

16-A escola era atrasada  
não era nenhuma prenda  
faltava livro e carteira  
também faltava merenda  
os professores em greve  
para melhorar a renda

17-Mesmo assim eu aprendi  
de coisas uma porção  
entre brigas e castigo  
descaso e humilhação  
se engana quem intitula  
aquilo de educação

18-Por isso que as escolas  
tem uma baixa frequência  
os alunos apresentam  
um alto grau de repetência  
porque falta interesse  
formação e competência

19-Eu evitava brincar  
com colegas viciados  
que fosse em fumo ou cola  
ou se mostrassem drogados  
e sem dar demonstração

20-Pensava quando crescer  
não quero ser um fiasco  
quero ser um jogador  
faço força driblo e tasco  
para jogar no flamengo  
ou quem sabe até no Vasco

21-Olhe eu tinha um colega  
que estudava ao meu lado  
ele era muito brigão  
e só vivia amuado  
dizia que ao crescer  
desejava ser soldado

22-Eu lhe perguntei por que  
polícia queria ser?  
me disse pra usar arma  
e aos bandidos prender  
tomar todo o seu dinheiro  
e também enriquecer

23-Eu disse pra meu colega  
é esta a sua intenção  
ter a força oficial  
pra praticar corrupção  
em vez de fazer o bem  
a toda população?

24-Ele disse não é assim  
que eles estão fazendo  
de extorção e assalto  
a metade esta vivendo  
e a outra metade diz  
que nada está acontecendo

25-Não viu o que fizeram  
com a nossa coleguinha  
que estava cheirando cola  
lá no banco da praçinha  
quando a polícia passou  
e pegou a pobrezinha

26-Disseram que ela estava  
carregando cocaína  
então apalparam o corpo  
daquela pobre menina  
e até passaram o dedo  
dentro de sua vagina

27-E até dentro de um Fórum  
aconteceu que um juiz  
pegou uma pobre criança  
fez com ela o que bem quis  
e depois pra negar tudo  
ameaçou a infeliz

28-Pois a justiça é assim  
para o pobre não tem não  
mas quando a pessoa é rica  
defesa tem de montão  
deixando o povo assombrado  
no meio da confusão

29-Eu disse isto acontece  
mas é a força do mal  
que deve ser combatida  
com a lei oficial  
pra que justiça e maldade  
não se torne tudo igual

30-É por isto cidadão  
que em nossa periferia  
na ordem policial  
hoje ninguém mais confia  
não dedura o marginal  
nem ao crime denuncia

31-Menino mais não existe  
uma forma inteligente  
de proteger os pequenos  
de um modo mais decente  
como seja o Estatuto  
da Criança e Adolescente?

32-Você sabe que o governo  
gasta rios de dinheiro  
para salvar as crianças  
de mão-de-obra e cativoiro  
de prostituição e drogas  
e exploração de terceiros?

33-Disto eu sei cidadão  
mas quero lhe explicar  
a aplicação destas verbas  
é preciso investigar  
senão em bolsos espertos  
o dinheiro vai parar

34-Se existe o estatuto  
é porque falta o amor  
se não existe sorriso  
então existe a dor  
se falta o instinto humano  
entra da lei o rigor

35-Melhor que normas e leis  
para a nossa proteção  
é ter direito a um pai  
uma mãe e um irmão  
todos tendo vida plena  
com saúde e educação  
mantinha-os bem afastados

36- Se meu pai tivesse meios  
o sustento ele me dava  
minha mãe e meus irmãos  
todos juntos caminhava  
e o dinheiro da nação  
em outros fins se usava

37-Menino seu pensamento  
me causa admiração  
até mesmo meu conceito  
já mudou de opinião  
agora me diga onde  
conseguiu tal formação?

38-Pois não, vou lhe responder  
com muita satisfação  
ao contar esta história  
me encho de emoção  
porque deu a minha vida  
uma nova dimensão

39-Certa vez em minha escola  
vi um padre observando  
o comportamento geral  
dos que estavam estudando  
e ao final daquela aula  
foi ao um lado me chamando

40-Disse que o instituto  
ao qual era pertencente  
dispunha de uma vaga  
para um adolescente  
que desejasse estudar  
e trabalhar decentemente

41-Trata-se de um convênio  
com um banco credenciado  
para ajudar estudante  
pobre porém esforçado  
para como estagiário  
passar um tempo empregado

42-Assim recebi apoio  
da Pia Sociedade  
dos Padres de Padre Mazza  
que atuam na cidade  
ajudando jovens pobres  
a viver com dignidade

43-Quando assumi o trabalho  
no estabelecimento bancário  
fui muito bem acolhido  
mesmo como estagiário  
com direito a fazer curso  
e receber meu salário

44-Assim passo a manhã  
no colégio estudando  
à tarde vou para o banco  
permaneço trabalhando  
à noite fico em casa  
a minha família ajudando

45-Uma parte do salário  
é minha manutenção  
outra parte dou em casa  
pra nossa alimentação  
e assim eu vou ganhando  
saúde e educação

46-Também a minha família  
ganhou nova dimensão  
porque eu vou repassando  
toda minha educação  
transformando em harmonia  
o que era confusão

47-Organizações como esta  
segundo os colegas meus  
parecem cair dos céus  
com a permissão de Deus  
para mostrar ao mundo  
quais são os desígnios seus

48-É isto ai meu menino  
Jesus lhe abençoou  
espero que no futuro  
tudo que você lucrou  
repartilhe com os irmãos  
e meus parabéns lhe dou

49-Esteja certo cidadão  
se quiser pode anotar  
vou por este mundo a fora  
com prazer testemunhar  
o que de graça se recebe  
de graça se deve dar

50-As autoridades vigentes:  
Pedimos para que ouçam o clamor  
dos(as) meninos(as) de hoje,  
pois amanhã eles estarão  
ocupando os seus lugares.

*Os autores*

## DOIS

---

# CENAS DO TRABALHO PRECOCE NA PARAÍBA

M<sup>a</sup> de Fatima Pereira Alberto<sup>1</sup>, Dirce de Melo Teixeira<sup>2</sup>,  
Daniele Cristine da S. Cirino<sup>3</sup>, Ádria Melo Soares<sup>3</sup>,  
Nozângela M. R. Dantas<sup>3</sup>, Alessandra Patrícia de A. Dantas<sup>4</sup>,  
Bernadete de O. Nunes<sup>5</sup>, M<sup>a</sup> Helena S. de F. Lins<sup>6</sup>,  
M<sup>a</sup> da Luz Alberto<sup>7</sup>.

Neste artigo versamos sobre a experiência vivenciada no *Curso de Formação de Agentes Sociais que Atuam na Área do Trabalho Infanto-juvenil Urbano e Rural*. Apresentamos todo o processo, das primeiras demandas que envolveram os parceiros à concepção e sistematização das atividades, o modelo com que construímos os referenciais teóricos e metodológicos, o desdobramento do curso e as perspectivas de continuidade da proposta.

## OS PARCEIROS

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia/UFPE, Professora do Depto. Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho -GPST/UFPB.

<sup>2</sup> Doutora em Políticas Públicas e Movimentos Sociais (PUC-SP;UAB-ES), Prof<sup>a</sup> aposentada do Depto. de Serviço Social/UFPB. Atualmente coordena oficinas temáticas de formação/capacitação na área social.

<sup>3</sup> Alunas de Graduação em Psicologia da UFPB.

<sup>4</sup> Psicóloga, Aluna do Curso de Especialização em Direitos Humanos da UFPB.

<sup>5</sup> Mestra em Saúde do Trabalhador pela ENSP/FIOCRUZ, Psicóloga.

<sup>6</sup> Especialista em Movimentos Sociais e Saúde do Trabalhador pela UFPB.

<sup>7</sup> Secretária do Curso. Funcionária do Departamento de Comunicação da UFPB.

O projeto deste curso inicia-se a partir de demandas dos movimentos sociais e de órgãos do Governo Federal, feitas a setores da UFPB que trabalham com a temática da infância e da adolescência, da saúde e do trabalho, mais especificamente ao Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares - SEAMPO, ao Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho - GPST, ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador - CERESAT e ao Laboratório de Geografia da Paraíba - LOGEPA. Estas demandas referiam-se à necessidade de formação de agentes sociais de metodologias de intervenção e de pesquisas sobre o trabalho infanto-juvenil, em especial na Paraíba.

As primeiras tentativas de respostas foram eficientes e assinalam a participação dos parceiros na história dos movimentos no Estado, como, em 1996, com o Encontro Interinstitucional sobre o Trabalho Infanto-Juvenil e a Exposição Itinerante sobre o Trabalho de Crianças e Adolescentes, que mobilizaram e sensibilizaram a sociedade civil, com o apoio dos meios de comunicação; e, em 1997, com a Marcha Global contra o Trabalho Infantil na Paraíba, além de algumas pesquisas (Moreira et. al. 1995; PARAÍBA, 1996).

Em 1997, a partir de contatos internacionais, começa a se desenhar a possibilidade de outras parcerias, no sentido de uma delimitação da temática do trabalho infanto-juvenil no contexto de uma concepção de **direitos humanos**, e, no conseqüente apoio financeiro do Ministério das Relações Exteriores da Itália, através de uma Organização Não - Governamental / ONG, com sede na Itália, o Movimento Leigo América Latina - MLAL. Estas parcerias internacionais só concretizam-se em 2001 com o **Projeto Universidade e Cidadania - Unicidadania**.

O Unicidadania, por sua vez, é compreendido por sete projetos - em três estados brasileiros, Paraíba, Pernambuco e Bahia - um dos quais é o **Curso de Formação para Agentes Sociais que atuam na Área do Trabalho Infanto-Juvenil Urbano e Rural**. O Unicidadania tem como objetivos, dentre outros, melhorar a capacidade de intervenção das Organizações Não - Governamentais de Direitos Humanos através de uma melhor qualificação dos seus recursos humanos; criar uma rede regional de direitos humanos que inclua as ONG's, as Universidades e os outros centros de estudo e pesquisa e os órgãos públicos de promoção e defesa dos direitos humanos; elaborar sugestões para uma melhor definição profissional do agente ou operador de direitos humanos; contribuir para a realização dos objetivos e das metas do Programa Nacional de Direitos Humanos, sobretudo no que diz respeito às

medidas relativas à educação e à formação, à divulgação, à violência e impunidade, à **criança e ao adolescente trabalhador**, à discriminação racial e ao sistema penitenciário.

Em 2002 realiza-se o **1º Curso de Formação para Agentes Sociais que Atuam na Área do Trabalho Infanto-Juvenil Urbano e Rural**. É um curso de extensão com carga horária de 120 horas - aula mais atividades de campo. Esperamos que com esse curso a UFPB e os demais parceiros contribuam no sentido da qualificação de agentes sociais, principalmente aqueles engajados nos movimentos sociais e que enfrentam dificuldades na realização do seu trabalho, devido a vários fatores, dentre os quais a falta de formação específica na área. Além de colaborar na melhor definição profissional do agente ou operador dos direitos humanos e produzir conhecimento sobre a realidade do trabalho infanto-juvenil na Paraíba, cuja escassez de dados impedem, dentre outras coisas, a cobrança na agilização de políticas públicas e invisibiliza a necessidade de formação de profissionais para atuar nesta área.

Atendendo a um requisito do *UNICIDADANIA*, as vagas do curso foram destinadas a instituições, principalmente ONG's, e não a pessoas físicas, o que veio ao encontro do nosso propósito de atuarmos na formação de formadores.

## **OS ANTECEDENTES DO TRABALHO INFANTIL**

Historicamente o trabalho infantil existe desde a Antigüidade. Ao longo da história variam as razões e finalidades da utilização de crianças e adolescentes nas mais diversas atividades de trabalho.

Nas Idades Antiga e Média, o propósito mais comum era o aprendizado de um ofício e a formação profissional, tendo no espaço doméstico seu principal ambiente. Mais tarde, a revolução industrial introduz a exploração e o assalariamento. As crianças são, então, adultizadas e transformam-se as relações familiares.

Como vemos, a temática do trabalho infanto-juvenil não é recente. Seu estudo, no Brasil, intensifica-se a partir dos anos 80. Em termos do trabalho de crianças e adolescentes no *setor formal* temos, entre outras, as pesquisas de Antuniassi (1981), Leme (1984), Melo (1985), Botelho (1995), Barros e Mendonça (1995) e Alvim (1995). Referindo-se ao *setor informal*, as de Ferreira (1979), Cervini e Burger (1991), Barros e Mendonça (1991) e Costa (1996). As duas últimas desenvolvem-se na *área urbana*. Na



*área rural* temos as pesquisas da Fundação Josué de Castro/PE (1992/1993), Alessi (s/d), Araújo (1995) e Moreira (1995).

No setor informal urbano, estudos mostraram que os sujeitos de pesquisa não eram *meninos(as) de rua*, mas *meninos e meninas na rua* – isto é, tinham família, iam às ruas para trabalhar e voltavam para casa todos os dias (Rizzini & Rizzini, 1991; Battaglia, 1993; Koller & Hutz, 1996). Alberto (2002) contesta essa concepção mostrando, inclusive, que os meninos em condição de rua são trabalhadores precoces e têm família. Sua pesquisa propõe a referida autora a terminologia meninos e meninas em condição de rua em vez de menino e meninas de rua, mostra ainda que há relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho precoce em condição de rua e que as condições e a organização do trabalho no setor informal de rua tem implicações .....

Estudos recentes da autora (Alberto, 2002) nos revelam que as categorias *trabalho infantil* e *trabalho precoce* ainda não se encontram definidas conceitualmente ou construídas sociologicamente de maneira uniforme. A dificuldade reside, por um lado, no fato de os conceitos elaborados sobre a temática não abrangerem as singularidades das vivências reconhecidas e, por outro, de não se chegar a um consenso conceitual. Assim sendo, para a autora, o tema necessita ser melhor definido conceitualmente, para que se possam discutir teoricamente tais categorias e se tenha a certeza de estarem se reportando a um mesmo assunto.

Na sociedade contemporânea capitalista, o trabalho assume um caráter explorador e predatório, visando ao barateamento da mão-de-obra, o que impede o bom desenvolvimento infantil. Atividades que crianças realizam não são consideradas trabalho, mas *ajuda*, uma contribuição à renda familiar. É esta popular concepção que justifica, em parte, a crescente inserção de crianças e adolescentes precocemente no chamado mundo do trabalho.

Porém, as causas do trabalho precoce têm suas raízes mais fortes nos fatores político-econômicos, forjadores da necessidade de a família enviar seus filhos ao mercado de trabalho. Como exemplos destes fatores temos o avanço da tecnologia e da flexibilização do mercado de trabalho, que gera o desemprego estrutural; o acirramento das forças produtivas, que gera a concentração de renda; as políticas econômicas recessivas, que geram o fechamento de empresas e a desvalorização dos salários; os fatores climáticos e a mecanização da lavoura, que expulsam as famílias

do campo para as cidades. São fatores que geram pobreza, desemprego ou salário insuficiente para o sustento da família, que, ao não conseguir atender às necessidades dos seus filhos, gera conflitos que empurram as crianças e os adolescentes para as ruas, como verificou Alberto (2002).

Mesmo considerados oficialmente ilegais<sup>8</sup>, na prática, entretanto, crianças e adolescentes estão inseridos precocemente em várias atividades de trabalho já antes dos quatorze anos, e não como aprendizes. Nota-se a ausência do Estado ao não assegurar a garantia dos direitos desses sujeitos em processo de desenvolvimento, mediante a oferta de políticas sociais que contribuam para sua erradicação.

O trabalho infantil é uma questão de direitos humanos. Para ser capaz de reivindicar e defender esses direitos é importante que se conheçam as normas nas quais se fundamentam. Além disso, para fazê-los valer, os representantes da sociedade civil devem ocupar espaços institucionais existentes, tais como os conselhos de direitos. Enquanto não for possível erradicar-se o trabalho infantil, faz-se necessário o monitoramento de políticas públicas que observem os avanços e recuos das propostas elaboradas para a extinção da exploração da mão-de-obra infantil. Representantes da sociedade civil devem ocupar espaços destinados à atuação e conscientização de lutas pelos direitos, como enfatiza Bucci (2001).

## **AS PRIMEIRAS AÇÕES NA PARAÍBA**

O interesse e a necessidade de se elaborar um quadro que desse visibilidade às atividades de trabalho precoce, apontando suas conseqüências, surgiram na década de 80, no Estado, com a atuação de programas e projetos voltados para a criança e o adolescente. Atualmente, índices oficiais apontam o crescimento da inserção precoce em diversos setores, mas, muito embora se tenham conseguido melhorias, no

---

<sup>8</sup> O trabalho infantil e o trabalho precoce são ilegais no país, conforme a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90). A Emenda Constitucional nº 20 (dezembro/1998), modificou a idade constante no ECA, de modo que a partir dela fica proibido o trabalho para menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz entre 14-16, desde que seus direitos sejam assegurados. Vale ressaltar que o ECA proíbe menores de 18 anos "executarem atividades perigosas, insalubres ou penosas, realizadas em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, como também trabalharem no período noturno compreendendo das vinte e duas às cinco horas do dia seguinte."

estabelecimento de parcerias entre instituições e instâncias que operam com o assunto, ainda não dispomos desse quadro geral da situação no Estado e de perspectivas mais sólidas no sentido da sua erradicação.

O Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho – IPEC, criado pela OIT e pela UNICEF, veio reforçar as capacidades nacionais para enfrentar o problema, criando, em 1992, um movimento nacional a fim de combatê-lo através de estratégias desenvolvidas, em parceria governo/organizações não governamentais/empresas/sindicato, e que se consolida a partir de 1996 com o Programa de Ações Integradas (PAI) que, por sua vez, deu origem ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

As ações desenvolvidas a partir de então consistiram na assistência às organizações colaboradoras, na adoção e aplicação de medidas para a prevenção do trabalho infantil, na transferência de meninos de áreas perigosas para outras apropriadas e no melhoramento das condições de trabalho como medidas de transição até a erradicação do trabalho infantil (ACCION, 1996).

Na Paraíba, com a realização do curso de extensão *Formação para Agentes Sociais que Atuam na Área do Trabalho Infante-Juvenil Urbano e Rural* (março-julho/2002), novas ações foram desencadeadas, tais como: levantamento das instituições que atuavam com a temática do trabalho precoce; levantamento das atividades de trabalho onde havia inserção precoce, utilizando como registro a fotografia; mapeamento do trabalho infante-juvenil no Estado.

Várias foram as faces do trabalho precoce identificadas e que se transformaram em fonte de pesquisa dos alunos: a dos trabalhadores engraxates; a dos limpadores de túmulos; a dos fretistas (carregadores em feira livre e supermercado); a dos(as) vendedores(as); a dos(as) trabalhadores(as) na plantação de abacaxi, acerola e cana-de-açúcar; a das trabalhadoras domésticas; a dos trabalhadores em pesca submarinha, carregadores de botijões, a dos(as) catadores(as) nos lixões; a dos(as) catadores(as) de lixo nas ruas; a dos beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (crianças ex-trabalhadoras nas cidades de João Pessoa e Espírito Santo e nas pedreiras de Junco do Seridó, região do cariri paraibano).

Como parte do Projeto UNICIDADANIA e do Curso de *Formação para Agentes Sociais que Atuam na Área de Trabalho Infante-Juvenil Urbano e Rural*, realizamos, em fevereiro de 2003, o *I SEMINÁRIO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS E O*

*TRABALHO INFANTO-JUVENIL* com o objetivo de refletir sobre o trabalho precoce no sentido de tornar visíveis as várias formas de exploração, causas e conseqüências bio-psico-sociais; de contribuir para a formação de agentes de direitos humanos na temática do trabalho infanto-juvenil; de articular experiências de formação de agentes de DH: monitoramento de políticas públicas, prevenção e erradicação do trabalho infantil e defesa do adolescente trabalhador, criação coletiva (reunindo governo e sociedade civil) de um projeto de prevenção e erradicação do trabalho infantil para o Estado da Paraíba. O referido seminário contou com a participação, dentre outras instituições, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e do Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador.

O Curso continua a dar frutos, o que tem suscitado novas demandas. Uma delas é o 2º curso que acontecerá de outubro de 2003 a março de 2004. Outra é o mapeamento do trabalho infanto-juvenil no Estado da Paraíba, que está sendo realizado em parceria com o Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador e a Delegacia Regional do Trabalho 13º Região.

## **UMA METODOLOGIA DE CAPACITAÇÃO**

Dada a proposta do curso, que, como parte do projeto UNICIDADANIA<sup>9</sup>, é a de se elaborar um modelo de formação de agentes de direitos humanos, fez-se necessário que construíssemos um arcabouço teórico metodológico que incorporasse todos os aspectos acima delineados, de modo a lançarmos mão de uma bricolagem. Por bricolagem referimo-nos a um trabalho intermitente de ir e vir. Foi o que fizemos, já que carecemos, nos trabalhos com movimentos populares ou, até mesmo, com organizações governamentais, de um referencial que permita conhecer a criança, na sua totalidade, biopsicossocial que compreenda como sujeito da sua história e cidadão em processo de desenvolvimento que também possibilite formas de intervir próprias, adequadas à realidade social.

Tudo isto não se constitui empecilho. Pelo contrário, foi um desafio que precisou ser construído. Tendo a educação popular como pano de fundo da ação,

---

<sup>9</sup> O modelo formativo do UNICIDADANIA tem como fim último melhorar as condições de vida das populações excluídas.

começamos a tomar por empréstimos outras referências teóricas que poderiam ajudar-nos a formar e a apreender as nuances do trabalho precoce. Se preferir, podemos dizer que fizemos uso da pluridisciplinaridade, aqui compreendida como a utilização de um conhecimento híbrido ao qual incorporamos novos conceitos. Sendo assim, no arcabouço do modelo de formação trabalhado no curso, utilizamo-nos de referenciais teóricos dos direitos humanos, da educação popular, noções em torno de uma comunidade ampliada de pesquisa e movimentos sociais.

Compreendemos que educação não é só transmissão e reprodução de conhecimento. **Educação Popular** é a produção e reprodução de modos de sentir, pensar e agir. É a ênfase nos aspectos afetivos, intelectuais, práticos (práxis). Compõe-se de educadores que formam, transformam a realidade, identificam parceiros e aliados para juntos lutar e especialistas que se dedicam a formar e conhecer (Brandão, 1985; Sales, 1999).

Na perspectiva dos **Direitos Humanos**, compreendemos que é o termo utilizado para as expressões culturais e de interesse da sociedade, seja na abertura de espaços de lutas individuais e sociais seja na garantia efetiva de direitos já legalmente reconhecidos. O trabalho precoce é uma forma de violação dos direitos humanos – dos direitos universais. O direito à vida, à integridade física e à dignidade de pessoa humana é violado. Formar agentes de DH para atuar frente ao trabalho infanto-juvenil implica preparar para investigar, denunciar e proteger, responsabilizar o Estado e monitorar a garantia dos direitos e da aplicação de políticas públicas. O curso qualificou agentes em direitos humanos que trabalham em defesa dos direitos e da cidadania de crianças e adolescentes e combinam o exercício da capacidade de indignação aos princípios de direito e igualdade e respeito pelas diferenças.

Tomamos emprestados de Schwartz (1999) e Odonne (1986) algumas noções de como fazer pesquisa coletivamente, reunindo cientistas e agentes sociais. Desse modo esta metodologia, usada na construção do conhecimento, aproxima-se do que compreendemos como sendo uma **comunidade científica de pesquisa** ou pesquisador coletivo – uma forma de produzir conhecimento que fomenta o diálogo entre ciência e experiência. A concepção de comunidade científica de pesquisa surge a partir do Movimento Operário Italiano (MOI), no qual se estrutura a articulação crítica do conhecimento das disciplinas com o saber prático da experiência dos trabalhadores. Delineia-se, a partir de então, a concepção de que o conhecimento da

atividade passa pelo saber dos próprios trabalhadores, aqueles que vivenciam as situações reais do trabalho. Constrói-se, assim, o conceito de “Competência Profissional Ampliada” – entendida como a articulação da ciência (dos profissionais) somada à experiência (dos trabalhadores). A construção desse conceito possibilita a compreensão de que o estudo do trabalho deve incorporar o patrimônio técnico, prático e o saber sistematizado dos especialistas das diversas áreas da ciência e dos trabalhadores. O conceito de “Competência Profissional Ampliada” permite abarcar o diálogo empreendido pelos agentes sociais<sup>10</sup> com os trabalhadores precoces, na busca de compreender sua realidade de trabalho, e poder coletivizar e sistematizar suas experiências, tornando-as mais reais possíveis.

Como o curso incorpora a pluridisciplinaridade e a pluriprofissionalização, além desses referenciais anunciados acima, ele é transversalizado por outras referências teóricas abordadas, livremente, por cada professor, considerando-se a especificidade de cada especialidade<sup>11</sup>, no contexto de cada módulo.

O curso foi realizado em 9 módulos que abordaram os seguintes aspectos: sociologia do trabalho (de classe, gênero, urbano e rural), legislação, políticas sociais, psicologia (do trabalho, desenvolvimento, subjetividade), saúde coletiva, geografia do trabalho, história, direitos humanos, educação popular e movimentos sociais.

Os professores e técnicos de extensão que integraram o curso tinham diferentes formações, havendo psicólogo, pedagogo, médica, advogada, historiadora, economista, geógrafa, comunicóloga, assistente social e engenheiro de produção.

Desenvolvemos no curso de *Formação de Agentes Sociais que Atuam na Área do Trabalho Infante-Juvenil Urbano e Rural* uma metodologia participativa de construção coletiva de saberes, voltada para a capacitação de agentes sociais dos movimentos sociais e de instituições públicas de assistência e de defesa da criança e do adolescente e para a produção de conhecimento.

O curso contempla os seguintes aspectos:

1. a transmissão de conhecimentos;
2. a produção coletiva de conhecimentos;
3. a coletivização;

---

<sup>10</sup> Alguns deles reproduziram a mesma experiência com os adolescentes cujas atividades eram objeto de suas pesquisas.

<sup>11</sup> Vale ressaltar que dada a complexidade que envolve a temática do trabalho infante-juvenil, o modelo de formação demandou no curso abordagens híbridas e abordagens especializadas.

4. articulação entre teoria e prática;
5. a pluridisciplinaridade;
6. a formação de agentes multiplicadores.

Metodologicamente o curso funciona da seguinte forma:

1. Antecedentes do curso - o procedimento adotado constou de um levantamento das instituições que atuavam direta ou indiretamente na temática do trabalho infanto-juvenil, construção do perfil delas, sensibilização e seleção para o curso.
2. O curso - o procedimento utilizado incluiu o levantamento da experiência de cada aluno na temática, após o que se procedeu à transmissão de conteúdos teóricos, à troca de conhecimentos teóricos e práticos, à ida a campo com a respectiva construção de conhecimento sob a orientação de técnicos e professores, à coletivização das experiências de pesquisa. Os módulos aproximam-se metodologicamente da educação popular: com a utilização de dinâmicas, exposição, reflexão e coletivização.
3. O pós-curso - inclui a discussão com os orientadores no sentido de se traçar um esquema comum de trabalho com vistas a se elaborar o perfil do trabalho-infanto-juvenil na Paraíba; formação de redes em torno da temática do trabalho infantil e dos direitos humanos; articulação das instituições de representação que têm como objetivo a erradicação do trabalho infantil e a defesa dos direitos do trabalho do adolescente; monitoramento de políticas públicas e acompanhamento da multiplicação da formação por parte dos alunos e de suas instituições.

A proposta de criação de um espaço de troca de saberes entre o saber acadêmico científico e o saber prático também foi um dos objetivos do curso. O conhecimento desses saberes promoveu uma reflexão em ambos e, possivelmente, a construção de uma rede de saberes em contínua articulação. Enfatizando o que foi dito, construímos conhecimento com os agentes sociais (alunos do curso). Os agentes sociais construíram conhecimento com os adolescentes, com os quais trabalham, e nós construímos conhecimentos juntos: professores, agentes, técnicos e graduandos.

Buscamos também construir um *saber instrumento*, capacitando formadores que reproduzam a formação em suas instituições originárias e interinstituição; capacitamos agentes para identificar a exploração no trabalho de crianças e

adolescentes, produzir conhecimento, planejar ações de intervenção e monitorar políticas públicas de erradicação do trabalho infantil e de defesa dos direitos do adolescente.

A coletivização da produção de campo é uma metodologia que foi desenvolvida com base em experiências de educação popular (Sales, 1999), compreendendo momentos de dinâmica, exposição, reflexão, coletivização. Os passos seguidos foram:

- a) levantamento das experiências de intervenção de cada aluno na sua instituição de origem, denominado de *teoria de vida* (Brandão, 1985; Sales, 1999);
- b) apresentação aos alunos, por parte de professores e de técnicos de extensão, de técnicas de pesquisa (Thiollent, 1985 ; Minayo, 1993);
- c) troca de experiências entre alunos acerca da técnica de pesquisa utilizada por cada um (Schwartz, 1999; CADERNO DE TEXTOS, 2001).

Usamos a metodologia do que sabiam (o acumulado com a experiência) e íamos construindo juntando o conhecimento acumulado dos professores. A proposta era a de, ao mesmo tempo em que se buscava qualificar, contribuir na reflexão da prática e produzir conhecimentos, produzir um espaço de agentes multiplicadores nas suas instituições de origem. Durante toda a elaboração e planejamento do curso, foram pensados e repensados os referenciais e os colaboradores que pudessem contribuir articulando sua experiência à proposta de formação do curso, tal que ciências e metodologias pudessem ser articuladas de forma interdisciplinar.

Nesse sentido, foram utilizados os seguintes fundamentos teóricos e metodológicos:

- "*o que sabiam*" - o conhecimento acumulado, somado à experiência dos agentes e representantes das instituições, também era fonte de fundamentação de nossos trabalhos;

- "*íamos construindo*" - a experiência dos agentes junto ao conhecimento de especialistas e docentes das ciências humanas, da saúde e tecnológicas, bem como outras articulações somadas e consideradas resultados de uma nova produção;



- *“construímos coletivamente”* - a Universidade, representada por núcleos e setores de estudos, juntamente às representações dos Movimentos Sociais, participou da produção de dados sobre o trabalho infanto-juvenil;

- *“movimentos sociais”* - incorporamos a dimensão da organização, da articulação, da análise crítica. Discutimos formas de participação nas instâncias de representação visando construir um modelo que servisse para monitorar políticas - o impacto da ação.

Todo a experiência que temos vivenciado no decorrer desse processo levou-nos a reformular alguns aspectos iniciais. Um deles é a compreensão de que, dado o conjunto de ações realizadas desde abril de 2001 e que se prolongarão até março de 2004<sup>12</sup>, o curso é apenas uma delas. O conjunto, portanto, dessas ações constitui-se agora no Projeto de Formação de Agentes de Direitos Humanos que atuam na Área do Trabalho Infanto-juvenil o que inclui ensino<sup>13</sup>, pesquisa e extensão.

## REFERÊNCIAS

---

ACCION contra la prostitución infantil. **Los Niños y el trabajo**, Ginebra, n. 2, p. 3, nov. 1996.

ALBERTO, M. de F. P. **As dimensões subjetivas do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua de João Pessoa - PB**. 2002, 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

\_\_\_\_\_. A situação da criança trabalhadora no mercado informal em João Pessoa. **Política e Trabalho**, João Pessoa, v. 16, ano 16, p. 41-54, 2000.

---

<sup>12</sup> O período de vigência do UNICIDADANIA é de três anos.

<sup>13</sup> Participam do projeto alunos de graduação e de pós-graduação.

ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. **O trabalho de crianças e adolescentes na cultura canavieira e os impactos sobre sua saúde**. São Paulo, [199-?]. Mimeografado.

ALVIM, R. Infância das classes populares: a constituição da infância como problema social no Brasil. In: ABREU, A. R. de P.; PESSANHA, E. G. da. **O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1995. p. 155-170.

ANTUNIASSI, M. H. R. **O trabalhador mirim na agricultura paulista**. 1981, 184 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

ARAÚJO, T. W. C. de et al. Os trabalhadores invisíveis: crianças e adolescentes em situação de risco e pobreza nos canaviais de Pernambuco. In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4.**, 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995. p. 281-298.

\_\_\_\_\_. **Os trabalhadores invisíveis: crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco**. Relatório de Pesquisa - Centro Josué de Castro, Recife, 1993. Mimeografado.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P de. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 48-55.

BARROS, R. et al. Is Poverty the Main Cause of Child Work in Urban Brazil? In: **ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4.**, 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995. p. 253-280.

BATTAGLIA, L. **Meninos de rua: uma redução analítica da pobreza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério do Bem-Estar Social, CBIA, DIEST, 1993.

BOTELHO, R. U. Operários, patrões e grupos profissionais na regulamentação do trabalho infantil. **Em Tempo de Histórias**, Cadernos de Pós-Graduação em História, São Paulo, Ano 1, n. 1, p. 9-18, 1995.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BUCCI, M. P. D. Capacitação em Direitos Humanos. In: REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Construindo a cidadania: desafio para século XXI - capacitação em rede**. Recife: Comunigraf, 2001.

CADERNO DE TEXTOS. As Comunidades ampliadas de pesquisa. In: **Programa de formação em saúde, gênero e trabalho em escolas**. Rio de Janeiro: Faperj, 2001.

CERVINI, R.; BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 17-46; 227-242.

COSTA, A. R. **Sobrevivencia y construcción de una nueva ciudadanía de niños y adolescentes trabajadores informales: caso del Barrio de Pinheiros en San Pablo-Brasil**. 1996. 164 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

FERREIRA, R. M. F. **Meninos de rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo**. São Paulo: CEDEC, 1979.

KOLLER, S. H.; HUTZ, C. S. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. **Coletâneas da ANPEPP**, [Belo Horizonte], v. 1, n. 12 p. 11- 34 set. 1996.

LEME, G. B. de T. **A situação de vida e de trabalho do menor carregador em feiras - livres na cidade de São Paulo**. 1984. 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

MELO, A. M. V. **O trabalho do menor: ilusão e realidade**. 1985. 187 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

MOREIRA, E. R. F. et al. **Os caras pintadas de suor e fuligem da cana**. Relatório técnico de pesquisa - CNPq, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

ODDONE, I. et al. **Ambiente de trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde**. São Paulo: Hucitec, 1986.

PARAÍBA. Ministério do Trabalho. Delegacia Regional do Trabalho. **Diagnóstico do trabalho infanto-juvenil no Estado da Paraíba**. João Pessoa, 1996.

REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Construindo a Cidadania:** desafios para o século XXI – capacitação em rede. Recife: Comunigraf, 2001.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. Menores institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. **O trabalho e a rua:** crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: UNICEF/ FLACSO: Cortez, 1991. p. 69-90.

SALES, I. da C. Educação Popular: uma perspectiva, um modo de atuar (Alimentando um debate), In: SCOCUGLIA, A. C.; MELO NETO, J. F. de. **Educação Popular:** outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e valor. **Tempo Social**, São Paulo, v. 8, n. 2 , p.?, out. 1996.

THIOLLENT, M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**, 4. ed. São Paulo: Polis, 1985.

# TRÊS

---

## A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES NA ÁREA DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL NA PARAÍBA: Algumas Reflexões Iniciais

Ádria Melo Soares<sup>1</sup>, M<sup>a</sup> de Fatima Pereira Alberto<sup>2</sup>,  
Alessandra Patricia de A. Dantas<sup>3</sup>,  
Daniele Cristine da S. Cirino<sup>1</sup>, Nozângela M. R. Dantas<sup>1</sup>,  
Bernadete de O. Nunes<sup>4</sup>,  
M<sup>a</sup> de F. Lins<sup>5</sup>, M<sup>a</sup> da Luz Alberto<sup>6</sup>.

### INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre pesquisa feita em João Pessoa com o propósito de se identificar as instituições que atuam na temática do trabalho infanto-juvenil e, a partir disso, selecionar aquelas que fariam o *I Curso de Formação de Agentes Sociais que Atuam na Área do Trabalho Infanto-Juvenil Urbano e Rural*, já que um dos critérios da seleção era a atuação direta ou indireta na temática.

O objetivo era traçar o perfil de atuação das instituições que atuam na erradicação do trabalho infantil e na defesa do adolescente trabalhador. Um levantamento inicial resultou na listagem de 41 instituições, 35 das quais foram visitadas. Este contato teve duração de quatro meses e apesar de uma das questões do questionário solicitar a indicação de outras instituições ou entidades que também atuassem na área, visando ampliar os contatos, recebemos apenas 25 deles

---

<sup>1</sup> Alunas de Graduação em Psicologia da UFPB.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia/UFPE, Professora do Depto. Psicologia/UFPB e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, Pesquisadora do Grupo Subjetividade e Trabalho (GPST) UFPB.

<sup>3</sup> Psicóloga, Aluna do Curso de Especialização em Direitos Humanos da UFPB.

<sup>4</sup> Psicóloga, Mestra em Saúde do Trabalhador pela ENSP/FIOCRUZ.

<sup>5</sup> Especialista em Movimentos Sociais e Saúde do Trabalhador.

<sup>6</sup> Secretária do Curso. Funcionária do Departamento de Comunicação da UFPB.

respondidos. O que demonstrou que havia poucas instituições atuando, sobreposição de ações, ou desconhecimento de como atuar.

De acordo com Costa (1994), a sociedade e o Estado brasileiro conviveram, com a problemática do trabalho precoce, antes dos anos oitenta, pacificamente. O Ministério do Trabalho era inexpressivo diante da problemática, os sindicatos estavam voltados para as transformações sociais mais amplas e as ONG's esquivavam-se das discussões mais profundas e detinham-se apenas às políticas de atendimento direto à população infanto-juvenil. Durante os anos oitenta, ocorreu uma mudança nesse quadro considerado "pacífico" do governo e da sociedade. Segundo esse mesmo autor, a pressão internacional e a pressão nacional, feita pelos movimentos sociais em defesa da criança e do adolescente, fazem com que o Governo reveja a legislação brasileira para o trabalho de adolescentes sem direitos trabalhistas e previdenciários. As ONG's passam a exercer uma política mais atuante e efetiva na defesa dos direitos da criança e do adolescente compreendidos como "cidadãos, sujeitos de direito exigíveis e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento" (Costa, 1990:48).

## **METODOLOGIA**

O procedimento adotado foi o seguinte:

- a) A partir de uma listagem fornecida por parceiros de instituições públicas e dos movimentos sociais, identificamos quem trabalhava com crianças e adolescentes e quem atuava no sentido da erradicação do trabalho infantil e na defesa dos direitos do adolescente trabalhador;
- b) Em seguida, fizemos o contato e, posteriormente, as visitas às instituições indicadas. Durante as visitas foi proposto que respondessem ao questionário, onde uma das questões solicitava a indicação de outras instituições ou entidades.
- c) Aplicamos um questionário que versava sobre: objetivos das instituições, forma de atuação, formação e qualificação profissional dos seus integrantes na temática do trabalho infanto-juvenil, tipo de vínculo com a instituição e demanda de formação.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados iniciais<sup>7</sup> desse levantamento revelaram que, de modo geral, os objetivos institucionais na temática eram o de qualificar adolescentes para o mercado de trabalho, escolarizar, coordenar e executar políticas de atendimento no âmbito estadual, fiscalizar e defender direitos. Verificamos que a atuação das organizações governamentais se dividia entre as que executavam políticas (as da esfera estadual), as que fiscalizavam e as que promoviam direitos (as da esfera federal). As estaduais atuavam qualificando adolescentes para o mercado de trabalho; as federais fiscalizavam os possíveis focos de exploração da mão-de-obra infanto-juvenil, coordenando políticas de atendimento articuladas com os movimentos sociais e promovendo qualificação sobre os direitos da criança e do adolescente.

Embora o número de instituições aqui pesquisadas seja insuficiente para generalizarmos qualquer tipo de análise, foi-nos possível perceber que não havia unidade entre as esferas públicas federal e estadual, pois, enquanto a primeira promovia a defesa do direito da criança e do adolescente, a segunda se preocupava em capacitar, o que não foge aos objetivos propostos pelo ECA. Todavia, a forma de atuação das estaduais revela um paradoxo, se comparada às federais, e reforça a ultrapassada mentalidade brasileira, reproduzida nas instâncias estatais, de pensar o trabalho para as classes subalternas e a escolaridade para as classes média e alta.

A inserção precoce no trabalho faz parte daqueles processos disciplinares impostos pelos capitalistas ao trabalhador – a domesticação do corpo e da mente –, visando-se à obtenção do lucro. Estudos contemporâneos, como o de Foucault (1996), mostram como se foram constituindo saberes e práticas disciplinares na introjeção de uma disciplina à classe trabalhadora (Alberto, 2002).

Quanto às ONG's pesquisadas, tinham como objetivo contribuir na promoção dos direitos da criança e do adolescente, resgatando a cidadania, de modo a favorecer a *formação para a vida*. Desenvolviam ações diretas na comunidade, prestando assistência às crianças e adolescentes; promovendo intervenções e o agenciamento de trabalhos socio-educativos, encontros e capacitação dos educadores que nelas trabalham, qualificando-os para melhor atuarem e participando de

---

<sup>7</sup> Iniciais porque a pesquisa tem continuidade com o 2º curso, o que fará chegar-se a um número mais abrangente de instituições no Estado da Paraíba, assim como, após o primeiro curso, foi feita uma pesquisa com os alunos.

instâncias de representação. Com raras exceções, entre as que se engajam em movimentos e lutas pelos direitos, boa parcela confunde-se, em sua atuação, com o Estado ou reproduz a mesma mentalidade acima ressaltada.

Embora haja esta coincidência nas ações das ONG's e OG's, Costa (1994) assinala que a estas últimas compete a criação de programas de educação e assistência não-formal e a capacitação para o trabalho.

Os dados mostram que os sindicatos têm como objetivo trabalhar em defesa dos direitos das categorias de trabalhadores de quem são representantes, prestar assistência social aos mesmos e a suas famílias. Alguns alegaram já terem sido, em momentos anteriores, denunciadores da presença de crianças trabalhando, como, por exemplo, na zona da cana-de-açúcar. Mas para a maioria dos sindicatos entrevistados, a atuação atualmente é retórica e abstrata, como na fala de um informante: “No sentido da não-exploração, lugar de criança é na escola”.

No que diz respeito aos Conselhos Tutelares e de Direitos (estadual e municipais), tinham por objetivos, de modo geral, zelar pelo cumprimento dos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, formular e controlar políticas (no caso dos conselhos estadual e municipais), proteger e defender direitos. Podemos observar que, no quesito defender direitos, se assemelhavam às OG's. Ao referirem-se à atuação na defesa de direitos da criança e do adolescente, em termos gerais, tanto os conselhos tutelares como estadual e municipais, todos orientavam, apoiavam e encaminhavam as entidades competentes para as devidas providências, de acordo com o caso. Mas, na questão específica do trabalho precoce, a atuação não era convincente, pois alegavam falta de denúncias; enquanto outros afirmaram não atuar na temática, embora, no referido conselho, funcionasse um dos núcleos da jornada ampliada do PETI em João Pessoa.

No que diz respeito à atuação dos agentes sociais de direitos humanos, tanto aqueles que trabalhavam nas organizações públicas quanto os das ONG's tinham dificuldades para atuar nas lutas pela erradicação do trabalho infantil. Estas dificuldades variavam desde o desconhecimento dos aspectos da lei, o pouco envolvimento com a temática, até a falta de formação específica. De novo as exceções foram o Ministério Público e o Ministério do Trabalho (através da Delegacia Regional do Trabalho) que desenvolvem o que lhes determina a lei, cumprem seu papel, fiscalizam, autuam, impetram ações civis públicas. As instituições responsáveis pelo



cumprimento dos direitos, como é o caso dos conselhos tutelares, alegaram a falta de denúncia da sociedade frente à exploração do trabalho precoce, em alguns casos alegando que não existia exploração da mão-de-obra infantil na sua área de abrangência. Outras entidades, embora fossem representantes do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil, afirmaram não atuar diretamente na erradicação.

Respalhando-nos no ECA (Art. 136 e 137), vemos a falta de conhecimento dos aspectos jurídicos, reportando-nos apenas aos artigos referentes ao Conselho Tutelar e Municipal: 1) “Compete ao Conselho Tutelar denunciar e encaminhar ao Ministério Público, requisitar serviços de educação, saúde e outros, inserir em programa de auxílio à família, assessorar o Poder Executivo na elaboração de propostas orçamentárias para planos e programas de atendimento aos direitos da criança e do adolescente”; 2) Art. 95, 96 e 97: “As entidades governamentais e não-governamentais serão fiscalizadas pelos conselhos tutelares e pelo Ministério Público”; 3) Art. 90, parágrafo único, e Art. 91: “Os Conselhos municipais devem ter registro das entidades de atendimento e devem comunicar ao Conselho Tutelar”.

Segundo Costa (1994), aos sindicatos, em termos do trabalho infanto-juvenil, compete a melhoria e a ampliação das políticas públicas, a luta pelos direitos. Cumpre-lhes também um papel historicamente importante na área do trabalho infanto-juvenil, o de acionar o Ministério Público e pôr para funcionar, em favor dos trabalhadores, as regras do Estado democrático de direito.

Os dados mostram que a formação destes agentes foi basicamente adquirida em palestras e seminários, promovidos pelas próprias instituições em que trabalhavam ou por outras, mas com caráter bastante efêmero. Os atuantes das organizações não-governamentais eram educadores que se dispunham a contribuir numa ação educativa na formação de crianças e adolescentes, na maioria com experiência em movimentos populares. Com raras exceções, daqueles ligados ao Ministério Público e ao Ministério do Trabalho, a maioria dos agentes, tanto das OG's como das ONG's, não tinha formação específica na temática do trabalho infantil; no entanto, tinha interesse em participar de um espaço de socialização de idéias relacionadas à temática.

Os dados também revelaram que a maioria das instituições, principalmente as OG's municipais e estaduais e os Conselhos, não se envolve com a questão da erradicação. E quando tais instituições começaram a atuar, o fizeram ou por exigência

do Governo Federal ou porque isto implicou a criação de algum projeto de incentivo financeiro, como é o exemplo do PETI e, principalmente, da jornada ampliada. Esta última é outro capítulo à parte na questão em apreço, pois falta infra-estrutura, consciência dos governantes municipais e uma precária capacitação dos monitores em nível estadual.

Neste tema, jornada ampliada, as OG's Federais e algumas ONG's mostraram-se mais conscientes do papel, e, atuantes, estas últimas têm educadores mais preparados. Talvez porque aquelas ONG's que não são meras receptoras de fundos públicos, mas engajadas na luta em defesa dos direitos da criança e do adolescente, têm educadores sociais qualificados no movimento, através da educação popular, diferentemente daqueles que vêm das organizações públicas, principalmente aquelas que trabalham com escolas, que, na maioria das vezes, não sabem lidar com a criança e o adolescente trabalhador adultizados, cuja forma de pensamento funciona concretamente e não abstratamente (Freitag, 1993; Carraher, 1989).

É interessante ressaltar que os dados do item formação mostraram um contrasenso, pois verificamos que o nível de escolaridade média desses agentes era médio e superior. O que demonstra, principalmente para aqueles de nível superior, que nos cursos de onde advêm, o trabalho infanto-juvenil não é objeto de estudo ou abordagem. O que só vem a comprovar, com raras exceções, o compromisso social das Faculdades ou Universidades com a realidade brasileira. Dentre os de nível superior predominavam pedagogos, psicólogos, assistentes sociais e advogados (não significando que em todas as instituições houvesse todos estes profissionais, mas, em cada conjunto, considerando-se os grupos OG's, ONG's, sindicatos, conselhos). Quanto aos educadores que trabalhavam diretamente com as crianças, a escolaridade não ultrapassava o nível médio.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O trabalho infantil é uma questão de direitos humanos. Para se ser capaz de reivindicar e defender estes direitos, é importante que se conheçam as normas nos quais ele se fundamenta. Além disso, para fazer valer esses direitos, os representantes da sociedade civil devem ocupar espaços institucionais existentes, tais como os conselhos de direitos. Os representantes da sociedade civil devem ocupar espaços destinados à atuação e conscientização de lutas pelos direitos (Bucci, 2001).

Enquanto não é possível erradicar o trabalho infantil, faz-se necessário o monitoramento de políticas públicas, pois só assim é possível se observar os avanços e recuos das propostas elaboradas para a abolição da exploração da mão-de-obra infantil.

Algumas instituições não estão envolvidas diretamente no combate ao trabalho infanto-juvenil, mas contribuem indiretamente, como é o caso dos sindicatos. A maior dificuldade encontrada por parte dos representantes é a falta de formação específica nesta área. Embora algumas instituições possuam representantes na Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil, a maioria desconhece as implicações que o trabalho precoce acarreta no desenvolvimento físico, psíquico e social da criança e do adolescente. Dentre as instituições escolhidas, algumas delas não estão envolvidas no movimento de erradicação do trabalho infantil e defesa do adolescente trabalhador, e sim, com outras atividades de assistência à criança e ao adolescente.

## REFERÊNCIAS

---

ALBERTO, M. de F. P. **As dimensões subjetivas do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua de João Pessoa - PB.** 2002, 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

BUCCI, M. P. D. Capacitação em Direitos Humanos. In: REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Construindo a cidadania:** desafio para século XXI - capacitação em rede. Recife: Comunigraf, 2001.

CARRAHER, T. N.; CARRAHER, A.; SCLIEMANN, A. **Na vida dez na escola zero.** São Paulo: Cortez, 1989.

COSTA, G. da. **Trabalho:** o Estatuto da Criança e do Adolescente e o trabalho infantil. São Paulo: LTr, 1994.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

FREITAG, B. **Sociedade e consciência:** um estudo piagetiano na favela e na escola. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

MARTINS, J. S. **O massacre dos inocentes:** a criança sem infância no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1993.

# QUATRO

---

## OFICINA TEMÁTICA - UMA OPÇÃO METODOLÓGICA NO CURSO DE FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS NA ÁREA DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL

Dirce de Melo Teixeira<sup>1</sup>

A proposta inicial que estruturava o curso previa, sob minha responsabilidade, os módulos 3 e 8, que abordavam Noções Introdutórias de Metodologia de Pesquisa. Ao participar das discussões com a equipe organizadora e demais professores, sugeri um enfoque metodológico à proposta do curso que alterava os momentos da minha participação no mesmo, que se deram logo no módulo 1 - denominado de Teoria de Vida (fev./2002) e, mais adiante, no módulo 4 - que aborda Noções de Pesquisa (março/2002).

A perspectiva teórico-metodológica que inspirou ambos os módulos foi a da *oficina temática* - proposta que venho realizando com o objetivo de trabalhar o tema central de um curso (no caso, o trabalho precoce) de forma a abrir novos espaços internos que facilitem suas condições de realização de forma mais fluida e expansiva. Este tipo de oficina parte da interação criativa na relação teoria/metodologia: entre os enfoques teóricos dos alunos e de autores que analisam criticamente o tema, e a metodologia participativa, que provoca a vivência do tema nas visões enfocadas, através de processos criativos em que são suscitadas várias formas de expressão (música, poesia, desenho, expressão corporal, dramatização) e utilização de recursos

---

<sup>1</sup> Doutora em Políticas Públicas e Movimentos Sociais (PUC-SP;UAB-ES)., Profa<sup>a</sup> Aposentada do Depto. de Serviço Social/UFPA, Atualmente coordena oficinas temáticas de formação/capacitação na área social.

(exposições, dinâmicas de grupo, vídeo-debate) que instigam processos de reflexão-ação.

O módulo 1 funcionou como uma oficina preparatória ao curso. Teve como objetivo aproveitar o momento de chegada das pessoas ao curso para conhecer sua experiência de trabalho, seus objetivos, inquietações, anseios de realização. Ou seja, neste momento priorizamos conhecer o que traziam, antes que incorporassem os aportes teóricos a serem ministrados nos outros módulos. Era também objetivo repassar o material produzido durante o módulo aos demais professores, para diversas utilizações, como conhecer melhor os alunos, acompanhar seu desenvolvimento e orientar monografias. Durante um dia realizamos várias atividades, que, de forma sintetizada, seguem-se relatadas:

1. Uma *dinâmica de apresentação* chamando à participação, ao entrosamento, ao movimento, à descoberta de afinidades, de diferenças, enfim, descoberta do outro, como era, o que fazia, o que esperava do curso, etc.
2. Uma *explicação sobre a proposta da oficina* - a de resgatar o olhar criativo em relação à prática profissional – na qual repassamos sua abordagem teórico-metodológica no interior do curso; para maior visão da proposta, segue-se o esquema da explicação.

## **UM OLHAR CRIATIVO REFAZ A PRÁTICA**

- Cada um está trazendo uma concepção do trabalho infanto-juvenil: por que você acha que ele acontece? Quais os seus agravantes? E as políticas sociais, por que não funcionam ?
- Cada um vem com uma visão em função da sua experiência. Neste curso propomos olhar de uma forma diferente a experiência: resgatar o olhar criativo para olhá-la “com outros olhos”.
- Que seriam estes “outros olhos” ?
- Seria “olhar” com as nossas várias antenas, que são os nossos sentidos e percepções. Muitas vezes olhamos, mas não vemos; escutamos, mas não ouvimos; falamos, mas não dizemos o que é necessário; pegamos, mas não tocamos; sentimos, mas não demonstramos.
- Por que não aproveitar melhor a experiência? Cuidar dela de novas formas?
- Escancarar as janelas da realidade para poder deixar entrarem novos ares,

- novas idéias, novos parceiros e aliados - novas forças?
- “Assumimos dar mais um passo no compromisso de trabalhar pela desnaturalização e pela proibição do trabalho infantil.”
- Ainda não temos hoje dados suficientes sobre o trabalho infanto-juvenil na Paraíba. Qual é o seu retrato?
- Estamos munidos para tirar esse retrato? Estamos!
- Falta elucidar alguns pontos, clarear umas idéias, trocar mais informações, refletir sobre a experiência. Paulo Freire dizia que a melhor prática é a de refletir sobre a prática!
- E mais - registrá-la!
- Hoje dispomos de recursos e equipamentos para registrá-las de forma mais rica, com fotos, vídeos, slides, usando músicas, poesia, literatura de cordel...
- O curso objetiva nos qualificar mais, teórica e metodologicamente, para podermos traçar juntos, com mais autoconfiança, um perfil destes trabalhos na Paraíba, aproveitando a nossa experiência do dia-a-dia.
- Nossas teorias + novas teorias do curso + olhar novo para a prática = aguçar o olhar ⇒ focar (fotografia sem foco não fica boa!)
- Focar o olhar nos diversos ângulos da realidade é conhecê-la melhor em suas entranhas. E para conhecê-la bem temos que usar a curiosidade, descobrir coisas pesquisar!
- Observar mais + escutar melhor + olhar em volta + conversar e debater + convidar outros para participar = ampliar a nossa capacidade de pesquisa, desenvolver mais a experiência.
- É com o desejo de que nos capacitemos para ampliar nossas experiências que iniciamos o curso com esta oficina!
- O que queremos é que o trabalho final do curso, mais do que um trabalho acadêmico seja algo que crie um impacto social.
- A maior dívida deste país é a econômica (interna e externa), mas há uma outra dívida que tem uma ressonância forte na vida da sua população, que é a dívida social.
- Já há milhares de monografias sobre a realidade da dura vida dos brasileiros nos diversos cantos do país. É necessário que tenham utilidade!

- O trabalho final pode ser pensado em função desta utilidade. Como pode causar impacto? Como fazê-lo usando de novas formas de expressão da realidade, vistas a partir de um foco e de uma ou várias técnicas para mostrá-lo?
- Muito se denuncia, porém ainda nos mexemos muito pouco frente às barbaridades que vemos e vivemos. As dificuldades e limitações da vida nos imobilizam, convidam nossa preguiça, até a inércia. Ficamos meio paralisados, amedrontados, e isso só serve para manter as coisas como estão. Como contribuir para mexer mais, a favor do desenvolvimento das experiências que reforçam o poder das forças populares?

3. Um *trabalho de grupo* com leitura/debate sobre o trabalho precoce no país. Cada grupo trabalhou um texto-retrato sobre uma situação específica e preparou uma apresentação, tendo como o principal recurso a dramatização, o que possibilitou a abertura da comunicação, a expansão das idéias e o início de uma construção coletiva de saberes.

4. Uma montagem do primeiro “retrato” da experiência de trabalho, através da descrição, em pequenos grupos, das atividades do dia-a-dia, para sistematização de idéias, troca de opiniões e sentimentos.

5. Um registro individual sintetizando o que foi descrito, com o preenchimento de um documento elaborado para este fim, onde se trabalhou a capacidade de elaboração reflexiva, de associações, de organização e síntese, de clareza e objetividade. No documento respondiam ao seguinte:

“Você consegue identificar qual é a perspectiva do trabalho infantil da instituição na qual trabalha? E a sua visão do trabalho infantil, qual é? Por que ele acontece? Quais os seus agravantes? As políticas sociais para sua erradicação funcionam? Por quê? Como é o seu trabalho no dia-a-dia, pode descrevê-lo (para os que trabalham diretamente com crianças e/ou adolescentes)? Depois desta oficina, você pode lançar um olhar criativo para seu trabalho? O que falta? O que acha que pode fazer para melhorá-lo? Já tem alguma idéia inicial de como fará isso? Como acha que este curso pode ajudar? O que a universidade pode fazer para contribuir com o trabalho dos agentes que lidam com o trabalho infanto-juvenil?”.

Esse primeiro documento elaborado por cada um no curso representou, para cada aluno, uma forma de resignificação da sua experiência, que pôde ser compartilhada entre todos.

## PESQUISAR É NECESSÁRIO E ATÉ MESMO GOSTOSO!

Passando agora ao módulo 4, seu objetivo foi trabalhar a temática da pesquisa diretamente associada à atividade profissional dos alunos, de forma a capacitá-los com informações e recursos técnicos necessários ao desenvolvimento de novas descobertas e realizações em sua atuação, já absorvendo o conteúdo dos módulos 2 e 3 e melhorando o aprendizado nos módulos seguintes.

Neste módulo, os alunos já indicavam com mais clareza aquilo que queriam ou não queriam em relação à atividade profissional. Despertavam para mudanças a partir das reflexões acumuladas no curso. Foi para auxiliar na visão de como colocá-las em prática, usando novas estratégias de ação, que trabalhamos, neste módulo, noções de pesquisa, transmitidas numa explanação sobre texto montado para esta finalidade (“A experiência do trabalho de pesquisa”, 12 págs). Numa parte, desmistificamos dificuldades e estimulamos a pesquisa; noutra, apresentamos procedimentos e instrumentais metodológicos para sua efetivação. Por ser um texto longo, reproduzimos a seguir os tópicos de sua 1ª parte.

- Fazer pesquisa não é bicho-de-sete-cabeças – *pesquisar envolve um processo de descoberta e busca de conhecimento para respondermos a certos questionamentos sobre a realidade social*. Pesquisar é aprender a pôr ordem nas próprias idéias; pense que sua pesquisa vai ser uma ocasião única para fazer alguns exercícios que certamente servirão para toda sua vida profissional.
- Na *concepção dialética*, este processo expressa estreita relação entre a teoria e a realidade: a teoria “comanda”, servindo de guia para a reflexão sobre a realidade, para sua superação e transformação, trazendo luzes, suscitando indagações, indicando e delimitando questões importantes no estudo de um tema. Porém, é a realidade concreta, sobre a qual nos debruçamos com o objetivo de transformar, que de fato condiciona o “comandante”, sempre num movimento mais vivo, dinâmico e rico que a teoria, mas necessitando nutrir-se dela para que ela lhe indique os caminhos da transformação.
- Portanto, a relação entre a teoria e a prática expressa-se numa *atitude indissociável*, na qual existe uma co-dependência construtiva entre ambas. No interior desta relação, temos um terceiro elemento que serve de canal de mediação entre as duas, que é o *método*. O método se configura na própria objetivação da teoria sobre o objeto real.



Esta objetivação se dá num *movimento criador*, que leva à construção e reconstrução permanentes tanto da teoria quanto do método e do objeto.

- É esta concepção de pesquisa que se constitui instrumento fundamental para se pensar e repensar criticamente a realidade, sendo um instrumento básico na construção da teoria. Assim sendo, a pesquisa hoje funciona não só como apoio fundamental, mas como uma exigência para a superação dos desafios postos pelas conjunturas em que atuamos. Pois é pesquisando que conhecemos melhor o terreno em que nos situamos e trabalhamos, desvelando o que está por trás das aparências. Isto é algo que nos favorece em vários sentidos e nos abre horizontes em várias direções, como por exemplo: amplia a capacidade de análise; fortalece o poder da argumentação; explicita questionamentos relevantes; abre o pensamento a novas idéias e soluções; estimula a autoconfiança; promove maior sensação de segurança, etc.
- Pesquisar é um processo em que é impossível se prever todas as etapas: nenhuma pesquisa é totalmente controlável, com princípio, meio e fim previsíveis.
- Pesquisar não se reduz a desenvolver-se certos procedimentos metodológicos; a pesquisa científica exige também criatividade, disciplina, organização e modéstia.
- Não existe um único modelo de pesquisa, mas caminhos possíveis. A metodologia que você escolher para desenvolver sua pesquisa, isto é, *como vai realizá-la*, é um desses caminhos possíveis.
- O que determina *como* trabalhar a pesquisa é *o problema que se quer trabalhar*: só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar.
- Quando se coloca bem a “mão na massa” da pesquisa, ou seja, quando se trabalha bem a pesquisa, não existe tema que seja tolo ou pouco importante.
- Anteriormente as ciências se pautavam em um modelo *quantitativo* de pesquisa, de acordo com a qual a veracidade de um estudo era verificada pela quantidade de entrevistados. Mas, ao se questionar a representatividade e o caráter de objetividade desse tipo de pesquisa, se admitiu que, mesmo nelas, *a subjetividade do pesquisador está presente* – ou na escolha do tema e dos entrevistados, no roteiro das perguntas, na bibliografia consultada ou na análise do material coletado. Isto é, *existe sempre um autor, um sujeito que decide os passos a serem dados*.
- Já na pesquisa *qualitativa*, a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da

compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição, de uma trajetória, etc.

- A pesquisa qualitativa é importante também para provocar o debate de idéias; por seu lado, a pesquisa quantitativa também é importante quando necessitamos de números, percentuais, etc, essenciais na complementação e ilustração de certas análises.
- Estamos pouco acostumados a debater nossas idéias – logo achamos que uma crítica é um ataque pessoal e não vemos que ela pode contribuir para o amadurecimento do nosso trabalho; vale a pena lembrar que *a socialização do pesquisador exige exercício permanente de crítica e autocrítica*. Expor nossos trabalhos a uma crítica permanente é uma experiência decisiva, um difícil desafio, *mas que também é prazeroso – é um exercício de aprender a pensar cientificamente, com clareza, organização, criatividade e sabor*.

A parte prática do módulo constou de um exercício coletivo em que cada aluno expôs a sua idéia de pesquisa, na realidade profissional relacionada ao trabalho precoce de crianças e adolescentes, e elaborou um mini-planejamento que constava da criação de um título provisório para a pesquisa; definição do seu tema; formulação do seu problema; enunciação de seu objeto de estudo; objetivos; levantamento de questões norteadoras; referencial teórico de autores já estudados; metodologia e instrumentos de coleta de dados; outros recursos técnicos a utilizar (gravador, máquina fotográfica, filmadora, etc.).

Assim como o material produzido no módulo 1, esse mini-planejamento de pesquisa foi repassado aos outros professores do curso, quando pôde ir sendo reformulado e aprofundado no decorrer do curso, transformando-se num produto final em forma de monografia, exposição, etc.

Além dos módulos 1 e 4, ficou sob minha responsabilidade, no decorrer do curso, a orientação de três monografias: duas sobre o PETI (municípios de João Pessoa e Cruz do Espírito Santo) e a terceira sobre o trabalho infantil nas pedreiras (município de Junco do Seridó).

A avaliação geral do curso, feita por alunos, professores e equipe organizadora, mostrou bons resultados quanto a seus objetivos, como o de contribuir na criação de um mapa do trabalho precoce na Paraíba. O esquema de alternância teoria/prática posto em ação no decorrer do curso, incluindo a realização das oficinas

temáticas, propiciou a emergência de novos olhares em relação às práticas que os alunos desenvolviam ou passaram a desenvolver de forma mais rica e expandida. Nos trabalhos finais que elaboraram viam-se claramente os novos significados que já lhe conferiam na elaboração de monografias, exposição com uso de texto e fotos, vídeo documentário – enfim, um acervo valioso na montagem do cenário do trabalho precoce no Estado, que esperamos, a partir desse primeiro passo dado com a realização do curso, possa receber novos influxos que viabilizem a continuidade da luta maior contra o trabalho precoce.

## REFERÊNCIAS

---

- BORDA, O. F. La investigación participativa y la intervención social. **Revista Documentación Social**, Madri, n. 92, jul./set. 1993.
- BRANDÃO, C. R. A participação da pesquisa no trabalho popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- OLIVEIRA, R. D. de; OLIVEIRA, M. D. de. Pesquisa social e ação educativa. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PROGRAMA DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL – PUC/RJ. **Revista O Social em questão**, Edição especial: Trabalho precoce e Educação profissional, Rio de Janeiro, n. 3, 1999.
- SILVA, M. O. da S. **Refletindo a pesquisa participante**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- SOUZA, J. F. de. Como produzir o conhecimento necessário à Educação Popular. In: **Cadernos de Planejamento Participativo**, n. 7. Ijuí: Livraria UNIJUÍ Editora, 1987.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Pesquisa-ação nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

# CINCO

---

## ASPECTOS JURÍDICOS E SOCIAIS DO TRABALHO INFANTIL

Maria Ligia Malta de Farias<sup>1</sup>

### A CRIANÇA: BREVE ENFOQUE HISTÓRICO.

As leis das civilizações antigas, como as da Grécia e Roma, tratavam severamente as crianças e os jovens, sujeitos aos ditames do “pater” (chefe patriarcal), o qual possuía poder de vida e morte sobre seus descendentes e servos. A escravidão humana era instituição largamente usada pelos povos, que sem qualquer proibição legal ou moral, utilizavam, indistintamente, a mão-de-obra infantil ou adulta. (Coulanges, 1975: 72).

O tratamento dispensado à criança durante a Idade Média continuou sendo degradante. Castigos imoderados, discriminação, infanticídios confirmavam práticas corriqueiras de maus-tratos e violência contra o menor, considerado juridicamente incapaz de exercer qualquer ato da vida civil. As crianças desde pequenas eram colocadas sob a orientação dos mestres, proprietários das oficinas (vinculados às corporações de ofício), de quem recebiam ensinamentos para o trabalho nas oficinas. Eram denominados aprendizes, e realizavam todo tipo de serviço, inclusive domésticos, em troca de alimentação e preparação para o exercício profissional.

Na Europa Continental do séc. XVII, crianças abandonadas ou órfãs recolhidas em reformatórios penais eram recrutadas para o trabalho forçado nas minas ou estabelecimentos fabris. (Castel, 1998: 77). A denominação “trabalho infantil” foi utilizada para designar a atividade laboral desenvolvida pelos menores na produção industrial. Atualmente, de maneira abrangente, designa o emprego de crianças. Especificamente, representa a atividade laboral que vem tolher o processo educativo e o desenvolvimento físico e mental regular do trabalhador mirim. (Gruspun, 2000: 46).

---

<sup>1</sup> Mestra em Ciências Jurídicas/UFPB e Professora do Depto de Direito Privado/UFPB.

A utilização de mão-de-obra infantil torna-se questão social a partir da implantação do sistema fabril e persiste até hoje.

A partir da Revolução Industrial, o trabalho infantil ganhou evidência, pois os governos imbuídos dos ideais liberais abstinham-se de influírem nas relações contratuais entre empregados e patrões, isolando os trabalhadores aos arbítrios do sistema liberal econômico. Mulheres e crianças submetiam-se a jornadas extenuantes, trabalhos perigosos e insalubres, em condições desumanas. Na prática, o reconhecimento tutelar protetivo, legislado em favor da massa laboriosa infanto-juvenil, demorou a ser aplicado, pois encontrou opositores ferrenhos, da classe patronal e dos genitores dos menores, que comumente consentiam e incentivavam o trabalho dos filhos, no intuito de minorar a situação de pauperização vivida pelas famílias.

#### **A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E A NORMATIZAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.**

A partir da segunda metade do séc. XIX, organizações sindicais e associações cristãs reivindicavam condições de trabalho mais justas e universais. Para tanto, buscaram construir uma legislação trabalhista uniforme, em que o direito do trabalho pudesse constar de um aparato normativo internacional e de textos constitucionais pátrios.

Ao término da I Guerra Mundial, em 1919, através do Tratado de Paz (Paris), no texto do armistício, foi incluída a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo como base a promoção da justiça social e a defesa da paz mundial.

A Organização Internacional do Trabalho comporta uma Assembléia Geral, órgão deliberativo, que se reúne anualmente (Conferência Internacional do Trabalho). Possui, também, uma Direção Colegiada, que tem como órgão executivo o Conselho de Administração. Ambos- Assembléia e Conselho - possuem estrutura tripartite (representantes governamentais, trabalhadores e empresariais). Conta, ainda, com uma Secretaria Técnico-Administrativa, repartição permanente, composta por funcionários de carreira, que organiza documentos e informes, objetos de análise e discussão nas conferências e reuniões especializadas do organismo internacional. (Sussekind, 1995: 361).

Decisões prementes no pós-guerra regularam assuntos importantes, como a jornada de trabalho, a luta pelo emprego, a seguridade social, o amparo à maternidade e a regulação do trabalho da mulher e do menor.

Inúmeros documentos internacionais (convenções e recomendações), desde a criação da OIT, foram editados com vistas a eliminar a prática constante do recrutamento da mão-de-obra infantil. Dentre as legislações internacionais mais importantes desta matéria, encontram-se:

- A Convenção de nº 138 (1973), que integrou a política internacional acerca da atividade obreira infantil, expandiu o limite de idade em todos os setores econômicos e propôs, de forma geral, a faixa etária dos quinze anos para a admissão no emprego e, somente em casos excepcionais, quatorze anos como idade limítrofe. A recomendação nº 146, em conformidade aos parâmetros de desenvolvimento socioeconômico apresentados por cada Estado Federado, pretende adequar os preceitos adotados no supracitado convênio, fixando: a idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, de acordo com o estipulado pela OIT; a proteção especial mediante proposta política de pleno emprego; projetos socioeconômicos para atenuar a pobreza; desenvolvimento de programas de seguridade social e de bem-estar da família, a fim de suprir o sustento da criança; garantias de ingresso e permanência no ensino fundamental e da formação profissional de toda criança e adolescente, além de assegurar-lhes o acesso à saúde pública de boa qualidade, para o desenvolvimento sadio e harmonioso da população infanto-juvenil. Outrossim, estabeleceu como meta, a ser implantada pelos países signatários, a elevação gradual da idade mínima para dezesseis anos para o efetivo ingresso em emprego e a erradicação total do trabalho para os menores de dezoito anos.
- A Convenção nº 182 (1997), que dispõe sobre as piores formas de trabalho infantil, estipulando aos países ratificantes a adoção de medidas urgentes para erradicar a escravidão infanto-juvenil, ou formas similares, tais como o tráfico de crianças, a servidão por dívidas e trabalhos forçados. Ademais, os governos devem incrementar programas de combate à prostituição infantil, impedir o recrutamento de menores para atuarem no tráfico de entorpecentes e o aliciamento de crianças, como protagonistas, em produção pornográfica. Estas

exemplificam formalmente as situações de exploração, violência e condições prejudiciais à segurança, ao desenvolvimento físico, mental e moral de crianças e adolescentes no âmbito global.

Acompanha a supramencionada convenção a Recomendação nº 190 (1999) da OIT. Indica linhas de ação para extinção das piores formas de trabalho infantil, e, para tanto, se faz necessário o levantamento periódico de dados estatísticos sobre a natureza e o alcance do trabalho infantil, nos países signatários, como, ainda, a constituição de esquema fiscalizador, integrado a um rígido sistema punitivo dos corruptores e exploradores da infância vitimizada. O instrumento internacional recomenda a adoção de uma política educacional consistente, juntamente com a qualificação permanente dos professores; a promoção de empregos e a formação profissional para os adultos, em especial a dos pais, acompanhados de programas de sensibilização e complementação da renda familiar.

A participação de organismos internacionais, como o Fundo Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), juntamente com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), formam parcerias importantes junto às entidades organizadas e Estados Federados, objetivando atuar conjuntamente no combate ao trabalho precoce.

A criação do Forum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil no Brasil, a partir de 1998, demonstra o nível organizacional dos diversos segmentos da sociedade civil brasileira e agências governamentais na promoção de linhas de ação e diretrizes básicas, buscando construir uma política nacional de erradicação do trabalho infantil.

## **O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL.**

O Brasil Imperial sustentou sua economia, essencialmente agrícola, utilizando mão-de-obra escrava. Com a extinção do regime escravocrata (séc. XIX), desencadeou-se a procura pelo trabalho infantil, em grande escala.

Para substituir o trabalho escravo, fazendeiros recrutavam crianças pobres e órfãs para a lida no campo. Famílias inteiras de libertos formavam população de mão-de-obra desempregada e miserável, aglomerada nos centros urbanos. No mesmo período, a crise comercial do café brasileiro, em decorrência da desvalorização e retração do mercado mundial, devastou a economia do país, provocando

desemprego, aumento da violência e da criminalidade (em especial a criminalidade infantil), migração rural, dentre outros problemas sociais.

Com a implantação da indústria têxtil (final do séc. XIX), empresários começaram a arregimentar, nas instituições de caridade, crianças desde os oito anos de idade para o trabalho nas oficinas e fábricas, com a intenção de *preparar o trabalhador nacional* (Gruspun, 2000: 52).

Com a instalação das primeiras fábricas em território nacional e a contratação de trabalhadores imigrantes europeus, começa a ser usado, nos grandes centros urbanos, o trabalho infantil, sob o artifício do sistema de aprendizagem. Adultos e crianças foram largamente absorvidos no serviço fabril e a exploração praticada pelos empregadores, em relação aos menores, fez com que o governo republicano, em 1917, publicasse um decreto proibindo o trabalho para menores de 14 anos de idade. Todavia, os trabalhadores mirins eram, em sua maioria, filhos de imigrantes pobres e não portavam documentos de identificação, situação ideal à contratação irregular por empresários inescrupulosos.

Segundo confirma Gruspun (2000), no início do século XX a exploração da mão-de-obra infanto-juvenil não encontrou proteção jurídica. Nos idos da década de 20, ao contrário, foram criados vinte patronatos agrícolas, com intuito de retirar das ruas crianças carentes ou abandonadas pelas famílias, para o confinamento em colônias agrícolas, casas de educação, asilos e congêneres, até atingirem a maioridade civil de 21 anos.

Somente em 1927 o Brasil aprova seu primeiro Código de Menores, buscando atender a crianças e jovens em situação de risco social. Conforme estabelecia o diploma legal, crianças até doze anos não podiam trabalhar; as de doze até quatorze anos estavam proibidas de exercer atividades em logradouros públicos, e as menores de dezoito anos não podiam executar trabalho noturno.

A Constituição de 1934 espelhava-se nos princípios das constituições Mexicana (1917) e de Weimar (1919). Protegia o labor infantil, proibindo o trabalho para menores de quatorze anos, o trabalho noturno para os jovens menores de dezesseis anos e o trabalho insalubre aos menores de dezoito anos de idade, além de vedar a discriminação salarial por motivo de idade.

A Carta Política de 1937, eminentemente corporativista, enunciava, quanto ao trabalho infantil, a mesma proteção preceituada no texto constitucional anterior. A



Constituição Federal de 1946 preservou a proibição da distinção salarial em razão da idade e regulamentou o sistema de aprendizagem dos comerciários, estabelecendo, entre patrões e trabalhadores menores, o contrato de aprendizagem.

Em 1943 foi aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), estipulando normas protetoras relativas ao trabalho infantil, proibindo a atividade laboral dos menores com idade inferior aos quatorze anos.

A Constituição de 1967 reduziu para doze anos a idade mínima para o trabalho infantil. No final da década de 70, novo diploma disciplinador do direito do menor é aprovado. A Lei 6.697/79(Código de Menores) previa em seu art.83 que o trabalho do menor seria matéria regulada através de legislação trabalhista especial (Consolidação das Leis do Trabalho- arts.402 a 441).

Enfim, a Constituição de 1988 inseriu, em seu texto, diversos artigos, visando tutelar interesses do trabalhador infante-juvenil. Realçou o direito à formação profissional dentre os fundamentos essenciais para o aperfeiçoamento educacional. Proibiu, em seu inciso XXX, do art 7º, a distinção salarial em razão de idade, sexo, cor ou estado civil. Vedou também o trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos jovens menores de dezoito anos. Impediu o exercício laboral para menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, entre doze e quatorze anos. O art.227, §3º, fixa tutela específica ao adolescente trabalhador, determinando a concretização de direitos previdenciários e trabalhistas ao jovem empregado e acesso regular ao ensino noturno, dentre outros. Vale salientar que a Emenda Constitucional nº 20, de 1998, acresceu a idade limite do ingresso no mercado de trabalho de quatorze para dezesseis anos, estipulando a faixa etária de quatorze aos dezesseis anos para a formação de aprendiz.

A modificação introduzida na legislação infraconstitucional, em especial na Consolidação das Leis do Trabalho, determinada pela redação da Lei nº10.097/2000, considera menor trabalhador o jovem de quatorze até dezoito anos, proibindo o trabalho dos adolescentes menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendizes, a partir dos quatorze anos. A CLT (art. 80) proíbe a diferenciação salarial do aprendiz em relação ao trabalhador comum, graças ao tratamento isonômico, por motivo de idade, dispensado no texto constitucional.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº8069/90, introduziu em seu texto o Direito à Profissionalização e a Proteção ao Trabalho, concretizando a tutela dos interesses do jovem trabalhador na atualidade.

## **O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

A Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente, adotou a doutrina da “proteção integral”, sedimentada pela Convenção Internacional da Criança, da ONU, devidamente ratificada pelo Brasil. O art. 2º do E.C.A. considera crianças (pessoa com idade inferior a doze anos) e adolescentes (pessoa com idade entre doze e dezoito anos) sem qualquer distinção jurídica, sujeitos de direitos fundamentais “à vida, à alimentação, à saúde, à educação, à profissionalização, à cultura, à dignidade, à liberdade, ao lazer e ao respeito” (art.227 da CF c/c art.4º do ECA).

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Título II, Capítulo V, destaca pressuposto fundamental “Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho” dispondo em seus artigos (60 a 69) tratamento especial acerca do trabalho infanto-juvenil.

A determinação de idade limite para admissão ao trabalho, segundo estipulado pela OIT, busca preservar a permanência e continuidade do jovem no processo escolar, bem como estimular a cultura, o lazer e a preservação dos vínculos familiares.

Há quem discorde do acréscimo da idade mínima para a admissão ao emprego, alegando que o jovem poderia perfeitamente, a partir dos doze anos, na condição de aprendiz, conforme dispunha regra anterior, estar engajado em ensino técnico-profissional, adquirindo conhecimentos que lhe proporcionariam efetiva formação educacional e profissional (Teixeira Filho, 2000: 996).

O art. 61 remete à legislação especial (CLT) a adequação da matéria relativa ao trabalho do jovem, em consonância com a tutela legal objetivada por ambas as legislações, em especial a designação das atividades insalubres, perigosas e prejudiciais ao desenvolvimento físico, mental, moral e social do jovem trabalhador.

O art. 62 conceitua aprendizagem como “formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases de educação em vigor”, remetendo ao campo da educação, isto é, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), adotando o critério de aprendizagem em seu art. 40: “a educação

profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho”. Conforme explica Oris de Oliveira, distingue-se a aprendizagem em duas especialidades: a escolar e a empresária (Oliveira, 1991: 187).

A primeira disciplina o processo educativo em instituição de ensino, tais como escolas de artes e ofícios. Em escolas profissionais, propiciam o “ensino técnico – profissional” ou, então, uma “formação profissional” ao aprendiz-aluno. Na segunda modalidade de aprendizagem, a empresária, o jovem aprendiz “frequenta cursos técnicos (teóricos e práticos com cargas horárias correspondentes à duração da aprendizagem e à sua complexidade) dos Serviços Nacionais e, também, trabalha na empresa”. Nestes casos, o processo de aprendizagem envolve relação de trabalho e é convenionado por normas especiais previstas na legislação nacional. (IDEM, p.537)

O art.63 estabelece critérios para o processo de aprendizagem, apontando: garantia da participação em ensino regular; o método de aprendizagem deve propiciar pleno desenvolvimento ao jovem aprendiz; a aprendizagem deve ser exercida em horário especial para o exercício das atividades.

Os artigos 64 e 65 do ECA registram a idade de 12 a 14 anos para o exercício da aprendizagem, asseguram bolsa de aprendizagem e consagram direitos trabalhistas e previdenciários aos adolescentes aprendizes maiores de 14 anos. Como analisado anteriormente, a Emenda Constitucional nº 20/98 impede, taxativamente, o trabalho infantil aquém dos 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Ademais, o art 7º, inciso XXXI, proíbe qualquer discriminação referente a salário e critérios de admissão em emprego, em razão de sexo, idade, cor ou estado civil. Por conseguinte, ambos os artigos do ECA estão revogados. Fundamenta Claudia Coutinho Stephan: “modernamente não subsiste mais diferenciação delineada pelo ECA para a aprendizagem, posto que a nova dicção do art.7º, inciso XXXIII, da Lei Maior demarcou a idade mínima do aprendiz em quatorze anos, sendo seus direitos trabalhistas e previdenciários assegurados pelas leis respectivamente pertinentes” (Stephan, 2002: 93).

O art. 66 registra proteção especial aos interesses do trabalhador adolescente, portador de deficiência. A Emenda Constitucional nº 12/96 propõe melhores condições sociais e econômicas aos portadores de deficiência, seguida de inúmeras leis especiais que tratam do assunto, tais como: a Lei nº 7.853/89 disciplina a reserva

de mercado de trabalho para pessoas portadoras de deficiência; a Lei nº 8.213/91 registra um sistema de cotas obrigatórias a serem preenchidas por jovens profissionais e deficientes habilitados, pelas empresas com cem ou mais trabalhadores; o Decreto nº3. 298/99 estabelece um plano de ação nacional, visando integrar pessoas portadoras de deficiência em projetos de natureza socioeconômica, cultural, dentre outros.

O art.67 e incisos destacam regras impeditivas ao trabalho do jovem empregado, aprendiz, em regime familiar ou mesmo aluno de escola técnica. Proíbe o trabalho noturno, perigoso, insalubre ou penoso; os executados em local prejudicial à formação física, psíquica, moral e social do jovem trabalhador; os realizados em horários que impeçam a frequência escolar. Os trabalhos realizados por adolescentes em locais públicos exigem prévia autorização judicial (Juiz da Infância e da Juventude).

O art.68 modula a execução do trabalho educativo, organizada por entidade governamental ou não-governamental, estabelecendo a prevalência do aspecto pedagógico face o desenvolvimento pessoal e social do educando, em relação ao critério produtivo. De forma abrangente, o trabalho educativo retrata a relação trabalho/educação e, segundo Oris Oliveira, obedecem a determinados requisitos como a formação e desenvolvimento da pessoa do educando; primazia dos valores éticos para a orientação emocional do jovem; preparação contínua para o alcance de educação política para efetiva cidadania e responsabilidade comunitária (Oliveira, 1999: 465).

Por fim, o art. 69 encerra as disposições normativas acerca do direito ao trabalho do adolescente trabalhador, estipulando a importância da proteção legal da atividade laboral do jovem face à qualificação para a cidadania, mediante processo educativo, que se concretiza através de programas de cunho “produtivo-emancipatório”, em especial os direitos trabalhistas do adolescente trabalhador.

## **CONCLUSÃO**

A complexa rede jurídica e social oriunda de tratados internacionais no plano global, em especial as normativas nacionais que envolvem a regulação do trabalho infantil, demonstra a sinergia entre os mais diversos segmentos da sociedade civil

organizada e poderes constituídos, para a consolidação de um sistema político, jurídico e social que buscam proteger os interesses do trabalhador mirim.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, lei especial, reguladora dos direitos infanto-juvenis, conjuntamente às demais legislações constitucionais e infraconstitucionais, como comentado acima, comprova a existência de normas protetoras das relações laborais no resgate à cidadania infanto - juvenil . O desafio é torná-las realmente eficazes, na atualidade, no combate ao trabalho precoce, realizado por milhares de crianças, vítimas da exploração de adultos inescrupulosos, ou, até mesmo, de abuso e violência domésticos.

Imprescindível o incentivo à educação infanto-juvenil, como mecanismo de preparação para o conhecimento científico, cultural e político, necessário para o alcance da cidadania e colocação no mercado de trabalho. Valorando a escolaridade e profissionalizando os jovens, para competirem em um sistema de avançada tecnologia, pode-se alcançar o desenvolvimento socioeconômico tão almejado pelos administradores, legisladores e sociedade civil, erradicando, em definitivo, o trabalho infanto-juvenil do território brasileiro.

## REFERÊNCIAS

---

- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- COULANGES, F. de. **A cidade antiga**. São Paulo: Hemus, 1975.
- GRUSPUN, H. **O trabalho das crianças e dos adolescentes**. São Paulo: LTr, 2000.
- OLIVEIRA, O. de. **O trabalho da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr, 1991.
- \_\_\_\_\_. Trabalho Educativo. **Revista LTr**, São Paulo: LTr, 63-04/459-465, abr.1999.
- STEPHAN, C. C. **Trabalhador adolescente em face das alterações da Emenda Constitucional nº20/98**. São Paulo: LTr, 2002.
- SUSSEKIND, A. O Brasil e a OIT. In: **Noções Atuais de Direito do Trabalho: estudos em homenagem ao Professor Élon Gottschalk**. São Paulo: LTr, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Direito Internacional do Trabalho**. São Paulo: Ltr, 2000.
- TEIXEIRA FILHO, J. de L. O Trabalho do Menor. In: **Instituições de Direito do Trabalho**. São Paulo: LTr, 2000.

## O SIGNIFICADO DO TRABALHO PRECOCE URBANO

Maria de Fatima Pereira Alberto<sup>1</sup>

Anísio José da Silva Araújo<sup>2</sup>

### TRABALHO PRECOCE: A CONSTRUÇÃO DE UMA CATEGORIA

Neste artigo propomo-nos a fazer uma breve discussão sobre o significado do trabalho precoce informal desempenhado por meninos e meninas em condição de rua na cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Por significado estamos nos referindo aos aspectos determinantes para a inserção precoce no mundo do trabalho, principalmente em se considerando a precarização das condições de vida e trabalho.

As categorias **trabalho infantil** e **trabalho precoce** requerem o desenvolvimento de categorias analíticas específicas. A dificuldade reside, entre outras coisas, nas nuances que envolvem a questão e as implicações que acompanham a problemática:

1º) Há uma distinção condicionada por valores sociais entre o que é trabalho adulto e trabalho infantil - atividades realizadas por crianças não são consideradas trabalho, mas *ajuda a adultos, complemento das empreitadas familiares*.

---

<sup>1</sup> Doutora em Sociologia/UFPE, Professora do Depto. de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho -GPST/UFPB.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências/ENSP/FIOCRUZ, Professor de Depto. de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, Pesquisador do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho - GPST/UFPB.

2º) Os trabalhos desempenhados por crianças *nem sempre se configuram como atividades produtivas*, realizadas sob condições organizadas de produção, como, por exemplo: o trabalho de rua e na rua e o trabalho doméstico.

3º) O trabalho infantil e o trabalho precoce são ilegítimos. A Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme a Lei 8.069/90, proibiam qualquer trabalho para menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendizes. A Emenda Constitucional nº 20, de dezembro de 1998, fez a seguinte modificação: proíbe qualquer trabalho para os menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendizes, a partir dos quatorze anos. Entretanto, na prática, a criança e o adolescente estão inseridos precocemente em várias atividades de trabalho, inclusive com idade inferior a quatorze anos e sem serem aprendizes!

O texto da Lei, expresso na Constituição e no ECA, usa a categoria **menor**. Embora o próprio ECA tenha tentado modificar esta conotação (menor) ao abranger os direitos da criança e do adolescente, independentemente da condição social deles, o termo assumiu, historicamente, um ranço pejorativo, excludente quando, no início do século, menor deixou de ser uma palavra associada à idade, para, então, designar principalmente as crianças pobres abandonadas ou que incorriam em delitos (Londoño, 1991).

Mas, se a menoridade é, para a Lei, caracterizada pela idade, ao proibir-se o trabalho até dezesseis anos, a interdição atinge a infância e a adolescência. Neste caso a categoria correta é trabalho precoce e não trabalho infantil, pois esta última aplica-se aos indivíduos até doze anos de idade.

Cometem-se graves equívocos ao usar-se a categoria trabalho infantil para aludir-se, indiscriminadamente, a crianças e adolescentes trabalhadoras, porquanto os motivos que conduzem os indivíduos, nessas fases, ao mundo do trabalho são diferentes, assim como o são os impactos do trabalho na saúde de todos eles, por ser diferenciado o desenvolvimento biopsíquico. Por exemplo, até os doze anos, no processo de desenvolvimento cognitivo, ocorre o que Piaget denominou de formação das categorias operacionais. Durante esta etapa, o indivíduo adquire habilidades imprescindíveis ao desempenho de aptidões fundamentais na formação intelectual. A escolaridade é imprescindível a essa fase. Isto significa que, para as crianças trabalhadoras, a não escolarização seria mais danosa do que para o adolescente em situação semelhante.

A estes fatores soma-se a mentalidade presente à sociedade brasileira, que defende o trabalho precoce e o trabalho infantil, como um formador do caráter e um preventivo da marginalidade. Não se concebendo o indivíduo acima dos doze anos como uma criança, não se admite a existência da inserção precoce no mundo do trabalho. Todavia naturaliza-se tal inserção, infringe-se a lei e negam-se as conseqüências dessa precocização.

Barros e Santos (1991) usam a categoria trabalho precoce para referir-se à participação de pessoas com menos de dezessete anos no mercado de trabalho.

A literatura pertinente permite compreender que há, no interior da problemática, uma discussão que aponta os seguintes aspectos fundamentais: o trabalho precoce é uma **estratégia de sobrevivência** porque os pais não conseguem garantir a sobrevivência da família; o caráter discriminatório do trabalho precoce e o uso deste como instrumento disciplinador. **Discriminatório** porque as crianças trabalhadoras pertencem à classe baixa. São crianças pobres, filhas de trabalhadores, desempregados, proletários e lupemproletários, os quais compõem os excluídos sociais. São crianças que se tornam trabalhadoras precoces porque os pais não conseguem garantir a sobrevivência da família. É um instrumento **disciplinador** porque é pensado como uma alternativa para crianças pobres, forma de prevenir a marginalização e adestrá-las para o mundo do trabalho.

Esta caracterização permite traçar um panorama que delinea as várias visões que se têm sobre a inserção da criança no mundo do trabalho - **trabalho explorador, trabalho formador-profissionalizante, trabalho complementar à renda familiar e a concepção de que criança não deve trabalhar, mas o adolescente sim.**

Estas várias visões acabam por escamotear as dimensões e a gravidade do trabalho precoce, a ponto de, nas cidades, ele ser dissimulado, invisível, levando isso a crer que seja menos grave do que no campo, ou até que inexistente. Essa invisibilidade do trabalho precoce se deve ao pouco conhecimento do fenômeno e a esse conceito restritivo do trabalho infantil

Ao que estamos chamando de mentalidade brasileira e que implica as práticas sociais cabe também esse papel de tornar invisíveis várias formas de trabalho precoce, consideradas “mais brandas”, o que significa dizer que não é exploradora; logo não é vista como causadora de conseqüência alguma para os meninos e meninas inseridos precocemente no mundo do trabalho. Essa mentalidade, como já foi ressaltado,



advém do desconhecimento do caráter da atividade de trabalho. Uma análise ergonômica mais acurada, ou, até mesmo, uma simples observação sistemática das mesmas demonstrará de forma gritante as condições e a organização do trabalho: as pressões, os conteúdos das tarefas, os riscos para a saúde e o sofrimento que elas infligem a essas crianças e adolescentes. Como exemplo dessas atividades de trabalho poderíamos citar inúmeras. Restringimo-nos ao trabalho doméstico, ao trabalho de mecânico, de vendedor e vendedora nas ruas, e à prostituição.

Salazar (1993: 16), a propósito de pesquisas em Lima, no Peru, com crianças que perambulavam nas ruas – engraxando, vendendo, vigiando e lavando carros - diz que as estatísticas oficiais subestimam tremendamente as verdadeiras dimensões do trabalho infantil por não verificar empregos de tempo parcial e por não reconhecer as crianças de rua (...) *como trabalhadores razão pela qual são excluídas das estatísticas trabalhistas e não são levadas em conta em termos de políticas*

Outro aspecto que torna o trabalho precoce invisível é o caráter da relação de trabalho. Por não ter, as mais das vezes, um laço empregatício, não ter um patrão, ser feito por conta própria, de forma autônoma, não é visto como um trabalho – o que não é verdadeiro.

Por trabalho usamos a categoria de Costa (1991), ou seja, **o exercício da atividade socialmente útil e/ou esquemas de profissionalização divergentes: tráfico e prostituição. O que o trabalhador precoce faz são atividades variadas, a cuja ação objetiva está inerente o objetivo de obter pagamento, que pode ser em espécie ou em gênero.**

Utilizamos a categoria **trabalho precoce**, contemplando crianças e adolescentes até 14 anos de idade, porque são sobre aqueles a quem se julga serem mais nefastos os impactos no desenvolvimento psicossocial. Quatorze anos é a idade mínima limite para se ingressar no trabalho e a máxima obrigatória para a escolaridade, conforme determinam a Convenção 138 da Organização Internacional do Trabalho, a Constituição Federal do Brasil (Art. 227, parágrafo 3º, inciso I) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Art. 60). A Convenção 138, citada como a Convenção da Idade Mínima, foi adotada com o objetivo de erradicar o trabalho infantil. Foi ratificada, em 1973, por vários países, inclusive o Brasil.

O material empírico aqui usado é fruto de pesquisa realizada na cidade de João Pessoa. Os dados de nossa pesquisa são provenientes de uma amostra composta

de vinte e quatro crianças e adolescentes, dezesseis meninos e oito meninas trabalhadores nas atividades informais de rua como **vendedores e vendedoras, olheiros de carro e meninas vítimas da prostituição**. São crianças e adolescentes que começaram a trabalhar em torno dos 06 e 10 anos e têm entre 01 e 06 anos de trabalho nas ruas. Todos têm uma defasagem escolar que varia de 1 a 7 anos. Os que estudam freqüentam o 1º grau, da 1ª à 6ª série.

No Brasil a palavra *olheiro* é aplicada ao indivíduo que é delator ou, no caso do tráfico, àquele que vigia a chegada da polícia (Meirelles, 1998). Entretanto, neste artigo, não tem esta acepção! Olheiro é uma categoria originária da pesquisa empírica. É uma forma de referir-se à ação da pessoa que vigia, olha carros. A autoria da categoria é desconhecida. Resolvemos usá-la porque os sujeitos dessa pesquisa, quando indagados sobre o que faziam, respondiam que olhavam carros. Esta atividade de trabalho recebe uma definição diferente nas várias regiões do Brasil. No Rio Grande do Sul, por exemplo, Bandeira (1994) usa a categoria encostar carros.

Quanto à *quentinha*, este é o nome que se dá a uma embalagem de gêneros alimentícios para viagens, feita de isopor ou de papel-alumínio, com pequenas bordas para encaixe da tampa, de papel. Mas aqui, *quentinha*, por metonímia, significa, também, o alimento contido nessa embalagem, pronto para ser consumido.

No caso da prostituição, temos conhecimento da recusa da UNICEF e demais organizações de defesa dos direitos da criança e do adolescente de caracterizarem como trabalho esta atividade para crianças e adolescentes. A recusa das organizações é justificada pela impossibilidade de essas meninas exercerem uma escolha profissional, devido à pouca idade e a todo o contexto de vida e social, que as conduz à prostituição. Entretanto, no que pesem estes aspectos, as meninas têm, nessa atividade, sua fonte única de subsistência. Por isso, concordamos com os argumentos anteriormente expostos. Daí por que utilizamos a categoria “vítimas da prostituição”, mas compreendemos que a negação do caráter de subsistência não esclarece a existência desta. Optamos por abordá-lo como tal, tentando assim contribuir na compreensão das implicações psicossociais para as meninas. Aliás, até a própria OIT (ACCION, 1996: 10) refere-se à prostituição como (...) *uma atividade que tem cada vez mais meninos e meninas*.

## **ORIGEM DA FAMÍLIA E LOCAL DE MORADIA**

A maioria das famílias dos meninos e das meninas trabalhadores precoces nas atividades de vendedores no sinal de trânsito, vendedores na noite, vendedoras de quentinhas, olheiros e meninas na prostituição, sujeitos da nossa pesquisa, originou-se de outras cidades do interior do Estado da Paraíba.

O deslocamento deu-se por dois motivos: a) a necessidade de a família buscar trabalho ou melhores possibilidades de trabalho na capital do Estado; b) o rompimento dos casamentos dos pais, o que levou as mães a migrarem com os filhos ou um dos cônjuges a abandonar os filhos, ou, ainda, os próprios filhos a abandonarem a família e migrarem sozinhos para João Pessoa, em busca de sua sobrevivência.

Todos estes motivos se referem à existência de uma moradia em bairros da periferia, ou em cidades que compreendem a grande João Pessoa. A maioria volta para casa todos os dias. Alguns dormem nas ruas, nos finais de semana, porque, segundo eles, há mais movimento de clientes e as chances de trabalho são melhores. Os que dormem nas ruas, mesmo esporadicamente, são os olheiros. As meninas na prostituição moram nas ruas - não têm onde dormir nem tomar banho. Quando realizamos parte da pesquisa, algumas estavam na casa de acolhimento da Pastoral, e, no decorrer da pesquisa, algumas voltaram para as ruas. Percebemos que elas alternam um tempo nas ruas e outro na casa de acolhimento. Esta alternância decorre da dificuldade de abandonar a atividade. Os dados empíricos levam-nos à compreensão de que as meninas na prostituição vivenciam conflitos porque têm desejos de superar, de mudar de profissão, mas ao mesmo tempo sentem-se incapazes.

## **QUANDO A RUA É A ÚNICA SAÍDA**

A rua parece converter-se para essas crianças e adolescentes em um espaço vital que oferece um conjunto de possibilidades de sobrevivência, por mais paradoxal que isto seja, uma vez que, para uma parcela significativa de crianças e adolescentes, a causa da ida para as ruas está ligada à falta de oportunidades de sobrevivência no mundo da casa, da comunidade e da escola. A rua também promoverá, para meninos e meninas que nela vivem e trabalham, o confinamento e a segregação. Mas é,

também, um espaço físico que propicia a vivência da intersubjetividade, ao possibilitar relações sociais. Em estudo anterior sobre os meninos em condição de rua, Alberto (1997) demonstra que, dentre outras coisas, eles representam as ruas como lugar de trabalho. Os meninos consideram trabalho as atividades desenvolvidas como forma de conseguir dinheiro.

Muito já se falou sobre os motivos da ida para as ruas, mas queremos chamar a atenção para o trabalho não só dos meninos e meninas **trabalhadores nas ruas**<sup>3</sup> mas também daqueles que se conceituaram como **meninos e meninas de rua** e que nós preferimos chamar **em condição de rua**. Os dados empíricos dão conta de que meninos e meninas vão para as ruas para trabalhar, para ajudar na sobrevivência da família. Mas é preciso analisar isto com cuidado, para não se partir simplesmente para uma culpabilização da família. É preciso compreender-se a existência de uma família desestabilizada, precarizada na base da estruturação do trabalho precoce.

Os dados mostram que meninos e meninas saíram para as ruas diretamente para trabalhar, dada a necessidade de ajudar financeiramente a família ou cuidar de si próprios:

1. O pai não consegue manter sozinho a família, porque o que ganha é pouco, necessita que componentes dela também trabalhem, para juntos manterem-na.
2. O pai está desempregado, não consegue trabalho ou vive de biscate e os filhos precisam trabalhar para fazer o que anteriormente era tarefa do pai de família.
3. A mãe é separada ou foi abandonada pelo companheiro, precisa do trabalho dos filhos ou filhas para sobreviver ou para ajudar na manutenção da família.
4. O casamento dos pais acabou, a violência no contexto familiar impulsiona a mãe a abandonar a família, levando apenas um ou poucos filhos. Aquele que ficou precisou se manter e foi trabalhar nas ruas.

Dois fatores contribuem para compreender (não culpabilizar) que a problemática da criança e do adolescente trabalhadores se inicia na família que, consciente ou inconscientemente, os empurra para trabalhar:

1º) **Fatores Microestruturais** - São fatores que se originam na própria família, destacando-se dois aspectos: a) a tradição do grupo social, geralmente de origem camponesa ou operária, que concebe o trabalho infantil, no imaginário dos seus membros, como um elemento formador do indivíduo social; b) aquela família que não

---

<sup>3</sup> Rizzini & Rizzini (1991), Battaglia (1993) e Koller & Hutz (1996)

consegue mais atender as necessidades materiais e subjetivas dos filhos, o que, por sua vez, acaba gerando conflitos que empurram as crianças e adolescentes para as ruas.

2º) **Fatores Macroestruturais** - A presença dos meninos e das meninas nas ruas trabalhando está ligada a diversos fatores de ordem macroestrutural. São todos aqueles fatores sociais, políticos e econômicos que forjam a necessidade de a família enviar seus filhos ao mercado de trabalho: a) as inovações tecnológicas e a flexibilização do mercado de trabalho, que geram desemprego estrutural; b) o acirramento das forças produtivas, que gera a concentração de renda; c) a transformação e a precarização das relações e condições de trabalho; d) as políticas econômicas recessivas, que geram o fechamento de empresas e a desvalorização dos salários; e) os fatores climáticos (secas) e a mecanização da lavoura, que expulsam as famílias do campo para as cidades. Todos estes fatores geram pobreza, desemprego e/ou salário insuficiente para o sustento da família: os pais não conseguem mais atender às necessidades materiais e subjetivas dos filhos, o que, por sua vez, acaba gerando conflitos que empurram as crianças e adolescentes para as ruas.

O trabalho precoce faz parte do subdesenvolvimento. Os países considerados desenvolvidos exploram, indiretamente, os trabalhadores dos países pobres para estes mesmos trabalhadores beneficiarem os países ricos e as elites dos países pobres. Para beneficiarem, portanto, uma pequena minoria - implicando o desgaste da mão-de-obra já barata e a disseminação de diferentes formas de trabalho clandestino, sem garantias nem direitos.

Estes fatores são agravados pela ausência do Estado em não assegurar a garantia dos direitos desses sujeitos em processo de desenvolvimento, mediante a oferta de políticas sociais.

Embora a Paraíba experimente queda na taxa de atividade de crianças e adolescentes no mercado de trabalho, ainda há uma presença acentuada deles trabalhando nas ruas. A este respeito, os dados revelaram o crescimento exatamente no setor urbano.

O aumento do trabalho urbano, na Paraíba, de crianças e adolescentes na faixa de dez aos quatorze anos de idade e a queda do trabalho rural para a mesma faixa etária explicam-se com base nos seguintes aspectos:

1. A incorporação das tendências internacionais de mudanças, como o *recurso às novas tecnologias microeletrônicas, que visam uma produção mais enxuta, mais automatizada e ao mesmo tempo mais flexível, com maior controle sobre o processo* (Buonfiglio *et al.*, 1994: 73).

Martins (1999), em pesquisa realizada em João Pessoa (1995-1996), acerca das modificações ocorridas no processo de trabalho com a introdução da informatização no setor supermercadista e grandes magazines, chega às seguintes conclusões: (...) *houve ganho de produtividade que não foi repassado para os salários e que o processo de trabalho foi precarizado, uma vez que foi intensificado o trabalho e não houve necessidade de um processo de qualificação dos trabalhadores.* (*ibid.*, 409).

Martins (1999) acrescenta que houve uma redução no quadro de funcionários contratados pelas empresas - (...) *o que significa que a introdução de automação comercial nos supermercados e grandes magazines é desempregadora.* (*ibid.*, 420).

2. O êxodo rural provocado por aquelas transformações na organização agrária e pelas mudanças físicas (climáticas, como a seca) e biológicas (pragas de bichos), o setor agrário, cuja incorporação de equipamentos tecnológicos ao processo produtivo, racionalização do trabalho, também contribuiu para o desemprego. No campo, a flexibilidade dos contratos de trabalhos temporários afeta os trabalhadores provocando alta rotatividade e alterações nas relações sociais de produção (Padrão, 1997).

Os dados empíricos revelam que pais das crianças e adolescentes inseridos precocemente no trabalho informal de rua são desempregados, trabalhadores dessas categorias precarizadas e desempregados vindos da zona rural ou de cidades pequenas, filhos daqueles que migraram sozinhos com as famílias ou que as abandonaram, ou, ainda, filhos de trabalhadores daquelas categorias profissionais que realizam os trabalhos mais desqualificados, que compreendem a "peonagem"<sup>4</sup>. Não se pode deixar de acrescentar que à reestruturação produtiva se somam, a crise canavieira e as estiagens prolongadas, que atingiram (...) *a produção e o emprego agrícola nas regiões do sertão e do Agreste - Brejo paraibano* (Moreira e Targino, 1997: 232).

O trabalho infanto-juvenil, assim como o feminino, cresceu na zona canavieira da Paraíba. Segundo Moreira e Targino (1997), entre 1975 e 1985, aumenta 35% o número de jovens menores de quatorze anos ocupados na agricultura. Os

---

<sup>4</sup> Termo usado por Buonfiglio *et al.* (1994)

determinantes dessa mudança, na composição etária e sexual, foram o processo modernizador da agricultura e a base técnica da produção. A modernização e a migração atingem mais fortemente a população masculina adulta. A inserção de mulheres, crianças e jovens se dá como uma característica de precarização dessa mão-de-obra. Tal engajamento acontece como uma forma de ampliar o número de horas da família, de complementar ou até mesmo para serem os provedores, muitas vezes substituindo o pai ou, ainda, como única fonte de subsistência da família, como, por exemplo, o sertão paraibano. Nesta microrregião paraibana, a utilização de mulheres, crianças e adolescentes menores de quinze anos são as únicas formas de mão-de-obra, devido à migração masculina adulta.

4. Outro aspecto que pode explicar a diminuição do trabalho para esta faixa pode ter-se dado em detrimento das políticas que vêm sendo implantadas no Brasil, a partir de 1996, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - proposto pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) - o que significou a criação do projeto de bolsa - escola. A família recebe uma ajuda de custo em dinheiro para que os filhos freqüentem a escola e larguem o trabalho.

## **A ATIVIDADE DE RUA COMO A ÚNICA POSSÍVEL**

Compreendemos, a partir do material empírico, que não é possível analisar a inserção nas atividades informais de rua como uma escolha exata, porque não existiam outras opções. Mas há, sem dúvida, algumas condições que levam os meninos e meninas a trabalhar como vendedores e vendedoras, olheiros e meninas na prostituição:

1. Há um contexto que propicia a oferta de “oportunidades” de trabalho, em especial entre pessoas dispostas a usar esta mão-de-obra - clientes ou patrões.
2. Existe uma rede de recrutamento<sup>5</sup> no interior das relações sociais mais próximas de amizade e parentesco. O recrutador transmite a prescrição da atividade de trabalho: o que fazer e como fazer.

---

<sup>5</sup> Sobre redes de recrutamento, ver Alvim (1979), Lopes (1979), Macedo (1993) e Athayde (1996).

3. Descobrem que o único recurso de que dispõem como estratégia de sobrevivência é o próprio corpo e que a rua é o lugar propício para se trabalhar.
4. Não têm formação profissional, nem escolaridade. As exigências para a inserção nas ruas não são aquelas dos canais institucionais. A inserção se dá por meio das redes de recrutamento.
5. A entrada no mercado de trabalho da criança e do adolescente depende de fatores culturais, da posição social que a família ocupa e do acesso a serviços de assistência pública.

Cervini e Burger (1991: 24), em pesquisa sobre o trabalho infanto-juvenil nas ruas, afirmam que cabe à família a decisão a respeito de quem deve participar: (...) *estão ligadas à posição que a família ocupa na estrutura social e às suas condições de acesso aos serviços públicos*. Deste modo, é possível compreender que a situação sócio-econômica vivida pela família tem relação com a inserção precoce dos meninos e meninas em condição de rua no trabalho. Os seguintes dados empíricos possibilitam, ainda, se fazer um outro tipo de relação: tem a ver com a estrutura organizacional da família e com o tipo de atividade em que meninos e meninas vão se envolver:

1. Se a família não for fragmentada, isto é, se tiver os pais ou um deles como pilastra da organização social<sup>6</sup>, os meninos e meninas exercerão as atividades de trabalho que exigem um estilo de vida mais organizado, com horários para trabalhar, voltar para casa, estudar etc. Podemos observar isto nos meninos e meninas vendedores.
2. Se a família for fragmentada, ou seja, não tiver os pais ou um deles como a pilastra da organização ou com padrões pouco rígidos de comportamentos, os meninos ficarão mais tempo nas ruas, dormindo parte da semana, e exercerão as atividades de olheiros.
3. Se a família for fragmentada, ou seja, se não tiver os pais ou um deles como a pilastra da organização ou um deles desrespeitar o código social da proibição do incesto e violentar a menina, a vida dela será desorganizada, sem lugar para morar, sem horários para trabalhar, inclusive sem local fixo e sem estudar. As meninas serão vítimas da prostituição.

---

<sup>6</sup> Por estrutura social estamos considerando aquela que liga o menino ou a menina ao grupo familiar.



Analisar e compreender a inserção precoce nas atividades informais de rua é complexo porque envolve fatores variados, desde os sociais e políticos até à posição que a família ocupa no acesso a serviços públicos, além do papel que a família desempenha na entrada dos trabalhadores e das trabalhadoras precoces no mercado de trabalho.

Um aspecto pertinente, que faz parte dessa complexidade e que observamos através da pesquisa empírica, é a estruturação da informalidade na rua. É interessante analisar esta economia que se configura na informalidade: ela se consubstancia numa economia da pobreza. Todo um arsenal de improvisos e inconstâncias arregimenta-se para fazer funcionar um mercado de vendas variadas, que vai até o cliente, cria demandas dentro de contextos específicos. Faz-se circular um capital, atrelado ao mercado formal, e se estabelece uma forma de economia que efetivamente mantém um número de trabalhadores desconhecidos pelas estatísticas oficiais, os quais recriam formas de economia e de trabalho e delas sobrevivem. Desempenham papel importante na economia dos Estados e das cidades, principalmente aquelas que têm, nos aspectos culturais, uma fonte de renda que aquece a economia.

A intensificação da crise econômica dos países do terceiro mundo, que impulsiona os trabalhadores a buscarem múltiplas estratégias de sobrevivência, desenha uma economia de caráter multiforme. Nesta coabitam atividades formais e informais (Lautier, 1997).

A dinâmica das atividades informais é impulsionada pela facilidade de entrada, pelas oportunidades oferecidas. Caracteriza-se por estratégias de sobrevivência para trabalhadores cujas características principais são serem migrantes ou recém-chegados ao mercado de trabalho (jovens, crianças, mulheres) e idosos, cujo ritmo de trabalho seria inferior à média. Todos têm baixo nível de escolaridade, dispostos a receber uma parca remuneração, com pouca ou sem nenhuma qualificação técnica. A destreza necessária é adquirida na realização da atividade de trabalho. Os critérios de contratação repousam nas relações de parentesco ou amizade. São trabalhadores que, - dentro da característica multiforme da informalidade, compõem aquele grupo cujos direitos sociais e civis são limitados e frágeis, como se pudessem compor uma camada inferior dentro da camada social dos cidadãos cuja cidadania é fragmentada (Lautier, 1997).

Se a Revolução Industrial condicionou a presença precoce de crianças no mundo do trabalho, o processo inverso de desindustrialização, fruto de novos arranjos econômicos, tem provocado o descarte da mão-de-obra desqualificada, criando, em oposição ao “exército de reserva”, um “exército de sobrantes”, para o qual é destinado o trabalho precário, a economia informal, absorvedor natural da criança, facilmente manipulável, que aceita qualquer trabalho que não se organiza (Carvalho, 1996).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho precoce dos meninos e meninas em condição de rua nas atividades informais, em João Pessoa, propicia a vivência do sofrimento e tem implicações psicossociais. A inter-relação das condições de trabalho e a organização do trabalho impõe a vivência de sofrimento físico, psíquico e social.

Os dados empíricos apontam as condições de vida, fome e miséria decorrentes do trabalho precoce nas atividades informais de rua, da intensidade do trabalho, da penosidade, dos locais de trabalho, da ausência à instrução, à escolaridade e à qualificação para o trabalho. A própria saída de casa para as ruas já é fator condicionado pelas condições de vida. A inserção de trabalhadores e trabalhadoras precoces nas ruas, na informalidade, não é algo homogêneo. Acontece segundo uma construção social que hierarquiza os trabalhos entre meninos e meninas. São nuances que caracterizam a existência de relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. Tudo o que na rua é hierarquicamente inferior é destinado à menina – é coisa de mulher. O que requer força, “esperteza”, é destinado ao menino – é coisa de homem.

Sob essa lógica, a reprodução da força-de-trabalho se dá mediante um processo de exclusão do acesso a bens materiais e culturais. O que se tem são mecanismos de pauperização, mãos-de-obra desempregadas, que criam estratégias de sobrevivência. A reprodução da força de trabalho é viabilizada pelas atividades informais e, no caso específico do trabalhador precoce, essa reprodução se dá na família. Destarte, a criança e o adolescente desempenham um papel na divisão social e sexual do trabalho, compõem um contingente que ajuda a manter a família, cujos adultos não conseguem inserir-se nem mesmo nas atividades de sobrevivência.

- ACCIÓN contra la prostitución infantil. **Los niños y el trabajo**, Ginebra, n. 2, p. 3, nov. 1996.
- ALBERTO, M. de F. P. **As dimensões subjetivas do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua de João Pessoa - PB**. 2002, 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia ) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- \_\_\_\_\_. **A representação social dos meninos em condição de rua de João Pessoa sobre a família e as drogas**. Relatório Final de Pesquisa - Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1997.
- BANDEIRA, D. R. O cotidiano dos meninos de rua de Porto Alegre. In: INTERNATIONAL SCHOOL PSYCHOLOGY CONGRESS, 17. , 1994. Campinas. **Anais...** Campinas, 1994 . t. 2, p. 133-134.
- BARROS, R. P. de; SANTOS, E. C. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 56-61.
- BATTAGLIA, L. **Meninos de rua: uma redução analítica da pobreza**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ministério do Bem-Estar Social, CBIA, DIEST, 1993.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90**. Brasília, 1991.
- CARVALHO, M. do C. B. de. **Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura**. Oficina sobre os impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes. Brasília, 1996. Mimeografado.
- CERVINI, R.; BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 17-46; 227-242.
- COSTA, A. C. G. da. **Participar é preciso**. [S. l.]: Ministério da Ação Social, CBIA, 1990.
- GONÇALVES, M. de A. **Expostos, roda e mulheres: um estudo sobre o abandono de crianças no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. 1987, 167 f. Tese (Doutorado em

- História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1987.
- KOLLER, S. H.; HUTZ, C. S. Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. **Coletâneas da ANPEPP**, [Belo Horizonte], v. 1, n. 12, p. 11-34, set. 1996.
- LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, Ano 2, n. 1, p. 59-62, 1997.
- LEITE, M. L. M. O óbvio e o contraditório da roda. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 98 -111.
- LONDOÑO, F. T. A origem do conceito menor. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1991. p 129-145.
- MARTINS, J. de S. **Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MEIRELLES, Z. V. **Vida e trabalho de adolescentes no narcotráfico numa favela no Rio de Janeiro**. 1998. 100 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1998.
- RIZZINI, I.; RIZZINI, I. Menores institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 69-90.
- SALAZAR, M. C. **O trabalho infantil nas atividades perigosas**. Genebra: OIT, 1993.

# SETE

---

## TRABALHO PRECOCE NA ATIVIDADE AGRÍCOLA E RISCOS À SAÚDE

Emilia de Rodat F. Moreira<sup>1</sup>  
Ivan Targino<sup>2</sup>  
Maria de Fátima Pereira Alberto<sup>3</sup>

A discussão sobre a centralidade ou não do trabalho<sup>4</sup> remete a pelo menos dois grandes eixos de investigação. O primeiro remonta à tradição clássica e à abordagem marxista que toma o trabalho como unidade de valor das mercadorias, fonte de toda riqueza gerada. O segundo eixo coloca o trabalho como elemento fundamental da estruturação social. Esse segundo eixo também encontra abrigo nas vertentes clássica e marxista, embora suas raízes sejam bem anteriores à formação daquelas escolas. Nesse trabalho, interessa, particularmente, o segundo aspecto do problema, que conduz à questão do trabalho precoce, um fato real cuja incidência na sociedade contemporânea, brasileira em especial, necessita ser aprofundada pela relevância que assume, pelas proporções que toma e pela exploração que imprime, acarretando transtornos econômicos, sociais, culturais e biopsíquicos.

O trabalho precoce<sup>5</sup> é uma realidade multiforme que acopla uma heterogeneidade de práticas sociais<sup>6</sup> distribuídas no espaço e no tempo. Do ponto de

---

<sup>1</sup> Doutora em Geografia; Professora do Departamento de Geociências da UFPB; Pesquisadora do Laboratório de Geografia da Paraíba/LOGEPA/UFPB.

<sup>2</sup> Doutor em Economia; Professor do Departamento de Economia da UFPB.

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia/UFPE, Professora do Depto. de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho -GPST/UFPB.

<sup>4</sup> Gorz, 1985; Offe, 1989; Antunes, 1997; Castel, 1998.

<sup>5</sup> Uma importante discussão sobre o significado e a subjetividade do trabalho precoce pode ser encontrada em Alberto, 2002.

<sup>6</sup> Por práticas sociais, tomamos como referência a definição de Kergoat (1986), ou seja, um conjunto de comportamentos e atitudes observáveis no conjunto da vida cotidiana.

vista da realidade social, essa categoria de análise pode ser entendida tanto como o exercício de uma atividade socialmente útil quanto inserida em esquemas de profissionalização divergentes tais como o tráfico de drogas e a prostituição (Costa, 1990).

Em outros termos, os trabalhadores e as trabalhadoras precoces realizam atividades diversificadas cuja motivação varia, desde a aprendizagem de uma profissão, à obtenção de um ganho monetário para contribuir com a renda familiar e, no caso das famílias rurais, para a obtenção dos alimentos para a subsistência familiar. Nas sociedades capitalistas subdesenvolvidas, estas atividades se distribuem pelo campo e pela cidade onde a prática cotidiana é delimitada pela forma de organização do espaço, conseqüentemente pelas diferentes formas de subordinação do espaço às necessidades de acumulação do capital.

A literatura pertinente<sup>7</sup> permite compreender que há, no interior da problemática do trabalho precoce, uma discussão que aponta para os seguintes aspectos fundamentais:

- a) o trabalho precoce funciona como uma estratégia de sobrevivência na medida em que os pais não conseguem garantir a manutenção da família. Na Paraíba, a pobreza da maioria da população é incontestável. Em 2001, de 966.524 famílias residentes em domicílios particulares, 87,2% (842.932 famílias) detinham uma renda média mensal de no máximo 2 salários mínimos (IBGE, 2001). O percentual de famílias nessa faixa de rendimento é maior na zona rural (400.261 ou 41,7% das famílias) do que na zona urbana (152.630 ou 15,8% das famílias) (IBGE, 2001). Se a estes dados acrescentar-se 47.034 famílias que, em 2001, não tinham rendimento (4,8% do total) (IBGE, 2001), evidencia-se ainda mais o elevado grau de pobreza das famílias residentes na Paraíba. Os baixos níveis de remuneração prevaletentes obrigam a inserção produtiva de toda a família, tão logo o limite mínimo das condições físicas o permita, objetivando agregar contribuições adicionais à renda familiar.
- b) o trabalho precoce tem caráter discriminatório. Em sendo um instrumento de agregação de renda, o trabalho precoce não é comum a todas as classes sociais.

---

<sup>7</sup> Pode-se citar entre outros, Neves, 1999; Martins, 1993; Schlemmer, 1996; Antuniassi, 1983; Caldeira, 1960; Alberto, 2000; Moreira et al, 1995.

Ele é inerente às famílias da classe trabalhadora, particularmente àquelas situadas nos estratos mais baixos de renda. Como o trabalho precoce retira os filhos dos mais pobres do mecanismo de aquisição da educação formal, ele impossibilita o acesso aos mecanismos tidos como propiciadores da mobilidade vertical;

*A exclusão do acesso à escola básica é uma das conseqüências mais nefastas porque reproduz – acumuladamente – a inviabilidade social de gerações e projeta os efeitos para o futuro (NEVES, 1999: p. 16).*

- c) o trabalho precoce é usado como instrumento disciplinador. É um instrumento disciplinador porque é pensado como forma de adestrar a mão-de-obra, desde a mais tenra idade, para o mundo do trabalho e, além disso, é tido como um instrumento eficaz de prevenção contra a marginalidade. Sobre este último aspecto há, na sociedade brasileira, práticas sociais que defendem o trabalho precoce, em especial o infantil, como formador e preventivo da marginalidade. Acredita-se que, se a criança começar a trabalhar cedo, a ocupação do seu tempo impedirá o seu envolvimento com atividades infratoras.

Esta caracterização permite traçar um panorama que delinea as várias visões que se têm sobre a inserção da criança e do adolescente no mundo do trabalho: trabalho explorador, trabalho formador-profissionalizante, trabalho complementar à renda familiar.

Essas várias visões, embora tragam à tona aspectos diferentes da realidade, podem permitir o escamoteamento da dimensão e da gravidade do trabalho precoce, a ponto de torná-lo invisível em alguns casos e, em outros, desconsiderar os agravos ao pleno desenvolvimento físico, mental e social das crianças e dos adolescentes.

Esse escamoteamento pode relacionar-se tanto à forte presença do trabalho não remunerado, no meio da população infanto-juvenil (como no caso da ajuda aos familiares), como à concepção de que “atividades brandas” não são trabalho. Essa última percepção advém freqüentemente do desconhecimento do tipo e das condições em que são realizadas as atividades. Uma análise ergonômica mais acurada, ou, até mesmo, uma simples observação sistemática é capaz de detectar as reais condições e a organização do trabalho tido como “brando”, isto é, mostrar as pressões, os conteúdos das tarefas, os riscos para a saúde, o sofrimento ao qual se submetem crianças e

adolescentes que executam os trabalhos considerados “brandos”: trabalho doméstico, trabalho auxiliar de mecânico, de vendedor e vendedora nas ruas, o trabalho de ajuda aos familiares na pequena produção rural, sem falar da atividade de prostituição. A esse respeito vale lembrar as considerações de Neves:

*Há trabalho infantil realizado em unidades domésticas revestido de tamanha exploração que, reconhecido pela criança ou adolescente como excessivamente desgastante, embora necessário à colaboração dos pais, também submetidos às mesmas opressões, motiva o abandono da família pelo filho, em busca de inserção em outras unidades produtivas, como testemunham, por exemplo, vários migrantes rurais (NEVES, 1999: p.11).*

No Brasil, a discussão sobre a inserção precoce no mercado de trabalho tomou corpo na década de 90, quando estudos e pesquisas denunciaram a existência de milhões de crianças e adolescentes (entre 10 e 17 anos) engajados nos mais diversos processos produtivos rurais e urbanos, sem falar daqueles que não eram levados em conta pelos levantamentos estatísticos oficiais.

No plano do direito constitucional, porém, a questão é bem mais antiga. A Constituição de 1934 já determinava a idade mínima de 14 anos para admissão no trabalho, apesar de conservar a possibilidade de admissão de crianças abaixo dessa faixa etária por autorização judicial<sup>8</sup>.

A atual Constituição, promulgada em 1988, proíbe o trabalho noturno e perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz (artigo 70, XXXIII). Garante, ainda, aos jovens direitos previdenciários e trabalhistas (carteira assinada, 13º salário, férias remuneradas, seguro desemprego, etc.). A Emenda Constitucional nº 20, de dezembro de 1998, ampliou a idade mínima para admissão no trabalho estipulando o limite de 16 anos.

Além do direito constitucional, merece destaque a criação da Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O estabelecimento do ECA reforçou o reconhecimento da ilegalidade do trabalho de menores de 14 anos, estimulou a multiplicação de denúncias de sua utilização e exploração, o que redundou numa ação mais eficiente do Estado. Esta se dá seja através de políticas de fiscalização mais vigorosas por parte do Ministério do

---

<sup>8</sup> Possibilidade prevista pelo Decreto nº 17.943 de 1927. Essa Constituição ainda proibia o trabalho noturno aos menores de 16 anos e, nas indústrias insalubres, aos menores de 18 anos.



Trabalho seja através da implementação de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e de proteção ao adolescente. Essas ações contribuíram, sem dúvida, para a redução da inserção precoce no mundo do trabalho, embora não tenha alcançado sua erradicação.

Na Paraíba, estudiosos de diversas áreas do conhecimento têm se debruçado sobre a problemática do trabalho precoce. Vários estudos e pesquisas foram e vêm sendo produzidos dando conta das condições de trabalho de crianças e adolescentes no campo e na cidade e dos efeitos do trabalho precoce sobre a escolaridade e a saúde física e mental<sup>9</sup>.

Este ensaio procura dar sua contribuição no que se refere à realidade do trabalho precoce, no campo paraibano, e aos riscos da saúde dele decorrentes, a partir de informações obtidas em pesquisas e estudos diversos, em trabalho de campo e em análise de dados fornecidos pelas PNAD's de 1990 e 2001.

### **CARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO PRECOCE NA PARAÍBA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO DE 1990-2001.**

Os dados levantados pelas PNAD's de 1990 e 2001, apresentados no quadro 1, permitem tecer algumas observações a respeito da evolução do quadro populacional e ocupacional do grupo de pessoas incluídas na faixa etária de 10 a 17 anos residentes na Paraíba, quais sejam:

a) o contingente populacional, nessa faixa etária, apresentou um ligeiro declínio (-0,7%) no período em foco. Essa retração pode ter resultado seja da queda da taxa de natalidade que se vem observando no estado, desde os anos 70, seja do processo migratório (TARGINO e MOREIRA, 2003). Com efeito, a retração maior é observada de um lado, no grupo etário de 10 a 14 anos (-6,7%) e, de outro lado, no conjunto da população rural (-26,7%). Chama particular atenção o deslocamento da população rural tanto em direção às áreas urbanas situadas no Estado como a outros estados da federação. Tal deslocamento foi responsável pelo forte crescimento observado no contingente urbano durante a década de 90, que apresentou uma taxa de variação de 15,8% no período (v. tabela 1);

---

<sup>9</sup> Alberto (2002; 2000; 1999); Moreira et al. (1995).

b) a diminuição da população ocupada entre 10 e 17 anos foi bem mais intenso (-27%) do que aquele registrado para o conjunto da população residente nessa faixa etária. Ao contrário, porém, do que ocorreu na evolução da população residente (tanto urbana como rural), o nível de ocupação das crianças e adolescentes caiu de forma significativa tanto na zona urbana (-17%) quanto na zona rural (-35,7%). Convém destacar que essa queda foi bem mais acentuada no subgrupo de 10 a 14 anos: -33% na zona urbana e -47,4% na zona rural (v. tabela 1). Tais informações permitem inferir que tal desempenho seja influenciado pelas políticas públicas de combate ao trabalho infantil (fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, bolsa escola, etc.);

**Tabela 1**

ESTADO DA PARAÍBA

PESSOAS RESIDENTES E OCUPADAS COM 10 A 17 ANOS, E TAXA DE OCUPAÇÃO, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E SEXO\*.

Faixa etária situação de domicílio e sexo	1990			2001			2001/1990 Variação %	
	Nº de Pessoas Residentes	Nº de Pessoas Ocupadas	Taxa de Ocupação %	Nº de Pessoas Residentes	Nº de Pessoas Ocupadas	Taxa de Ocupação %	Residente	Ocupada
	1990			2001				
10 a 17 anos	635320	166652	26,2	630827	121734	19,3	-0,7	-27,0
urbana	388247	77739	20,0	449603	64559	14,4	15,8	-17,0
rural	247073	88913	36,0	181224	57175	31,5	-26,7	-35,7
10 a 14 anos	419072	81761	19,5	391043	47955	12,3	-6,7	-41,3
urbana	244827	34401	14,1	278525	23057	8,3	13,8	-33,0
rural	174245	47360	27,2	112518	24898	22,1	-35,4	-47,4
10 a 17 anos								
Homens	319461	111980	35,1	321871	91303	28,4	0,8	-18,5
Mulheres	315859	44672	14,1	309046	30431	9,8	-2,2	-31,9
10 a 14 anos								
Homens	212222	52105	24,6	195983	36890	18,8	-7,7	-29,2
Mulheres	206850	19656	9,5	195060	11065	5,7	-5,7	-43,7

Fonte: IBGE, PNAD 1990 e 2001.

\*Nota: na semana de referência da PNAD

c) a taxa de atividade, embora declinante, é ainda bastante elevada. Em 1990, 26,2% das crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos, residentes na Paraíba, desempenhavam algum tipo de atividade. Em 2001, essa taxa cai para 19,3%. Quanto à diferenciação segundo a situação de domicílio, verifica-se, em primeiro lugar, que tanto no campo quanto na cidade essas taxas são elevadas (embora mais alta na zona rural) e, em segundo lugar, observa-se um declínio relativamente maior na cidade (20% em 1990 e 14% em 2001) do que no campo (36% em 1990 e 32% em 2001);

d) em relação à taxa de atividade no grupo de 10 a 14 anos, constata-se que ela é mais baixa do que para o conjunto das pessoas com 10 a 17 anos e que também apresentou-se declinante no período (v. tabela 1). Aqui também se nota que a taxa de atividade é bem mais alta na zona rural do que na urbana;

e) a participação da população ocupada de 10 a 17 anos, no conjunto da população ocupada do Estado, também apresentou-se declinante entre 1990 e 2001 (v. tabela 2).

f) no tocante à taxa de masculinidade da população precoce trabalhadora, tem-se que ela é bastante elevada e mostrou-se crescente durante o período estudado (67% em 1990 contra 75% em 2001). Essa taxa revelou-se ainda mais alta para o grupo de 10 a 14 anos (73% em 1990 e 77% em 2001). Tais resultados são encontrados na zona rural e urbana, embora seja bem maior na primeira do que na segunda (v. tabela 1). Em 2001, a taxa de masculinidade para o conjunto da população ocupada entre 10 e 17 anos era de 83% na zona rural contra 67% na zona urbana;

Além da significação quantitativa do trabalho precoce na Paraíba, constatada pelos dados acima elencados, preocupa a precarização das relações de trabalho que envolvem as crianças e adolescentes. Da população entre 10 e 17 anos, ocupada em 2001, apenas 1.383 pessoas contribuíam para o Instituto de Previdência, o que significa dizer que somente 1,1% destes trabalhadores estavam formalmente inseridos no mercado de trabalho. Embora o predomínio dos homens sobre as mulheres (66,7% contra 33,3% respectivamente) também ocorra nesse subgrupo de trabalhadores inseridos precocemente no mercado de trabalho, ele é menos acentuado do que para o conjunto dos trabalhadores entre 10 e 17 anos (75% contra 25%) em 2001. A informalização da relação de trabalho fica mais manifesta ao se considerar que, em 2001, foi constatada a presença de 27,6 mil empregados com idade entre 10 e 17 anos.

A fragilidade das ocupações infanto-juvenis na Paraíba também se expressa através da posição na ocupação principal, desses jovens, conforme os dados da tabela 2.

No que se refere à posição na ocupação no trabalho principal a situação existente em 2001 era a seguinte:

a) 27.669 crianças e adolescentes de 10 a 17 anos eram empregados (22,7% do pessoal ocupado nessa faixa etária); destes, 5.534 tinham idade entre 10 e 14 anos, o equivalente a 4,5% do pessoal ocupado entre 10 e 17 anos (v. tabela 2);

b) 10.604 crianças e adolescentes eram trabalhadores domésticos (8,7% do total da população ocupada entre 10 e 17 anos), dos quais 2.766 tinham entre 10 e 14 anos (v. tabela 2);

c) 5.994 crianças e adolescentes trabalhavam por conta própria (4,9% do pessoal ocupado entre 10 e 17 anos) dos quais 2,3% tinham entre 10 e 14 anos (v. tabela 2);

## Tabela 2

ESTADO DA PARAÍBA

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL DA POPULAÇÃO OCUPADA DE 10 A 17 ANOS\*

Posição na ocupação principal	Número	%
Empregados	27669	22,7
Trabalhadores domésticos	10604	8,7
Trabalho por conta própria	5994	4,9
Trabalho na produção para o próprio consumo	11989	9,8
Não remunerados	65478	53,8
Total	121734	100,0

Fonte: IBGE, PNAD, 2001

Nota: \* Dados relativos à semana de referência adotada pela PNAD

d) 11.989 crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos trabalhavam na produção para o próprio consumo (9,8% do pessoal ocupado entre 10 e 17 anos) (v. tabela 2);

e) mais da metade das crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos (65,4 mil) trabalhavam sem perceber qualquer tipo de remuneração (v. tabela 2).

Os dados da PNAD 2001 chamam ainda a atenção para a existência de trabalho de crianças de 5 a 9 anos de idade no estado da Paraíba. Foram identificadas 7.837 crianças ocupadas na semana de referência da PNAD, das quais 70,6 % em atividades agrícolas e 29,4% em atividades não agrícolas.

Considerando-se não apenas a semana de referência da realização da pesquisa, mas todo o ano de 2001, o IBGE levantou a existência 154.933 crianças e adolescentes na faixa etária de 5 e 17 anos ocupados (10.603 entre 5 e 9 anos), dos quais 86.226 em atividades agrícolas.

Esses dados confirmam a importância do trabalho precoce exercido no âmbito da atividade agropecuária. Ele ocorre tanto no seio das grandes quanto das pequenas unidades de produção. A forma de inserção da população precoce na atividade laboral, porém, difere, em cada uma dessas formas de propriedade, segundo o perfil assumido pelas mesmas na sua articulação com o mercado, como será visto a seguir.

## **CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PRECOCE NAS PEQUENAS UNIDADES DE PRODUÇÃO**

Podem-se identificar duas formas diferenciadas de inserção do trabalho precoce nas pequenas unidades de produção: a que ocorre na pequena unidade de produção camponesa<sup>10</sup> e a que se desenvolve na pequena unidade mercantil de produção<sup>11</sup>.

### **Condições e organização do trabalho precoce na pequena unidade camponesa de produção.**

---

<sup>10</sup> Neste trabalho, denominou-se unidade camponesa de produção a pequena unidade produtiva que é explorada pela família com fins de produção para o consumo e onde apenas um “excedente” é destinado ao mercado. Esse “excedente”, no mais das vezes, é a única fonte de renda monetária da família, sendo retirado de suas necessidades de consumo alimentar para, através da comercialização, produzir um recurso que será destinado à aquisição de outros bens fundamentais à manutenção da força-de-trabalho familiar (vestimenta, transporte, alimentos não produzidos na terra, etc.).

<sup>11</sup> O estudo designou de pequena unidade mercantil de produção a pequena unidade produtiva que é explorada pela família com fins de produção para o mercado. Ela é muito comum na região centro-sul do Brasil. No Nordeste pode ser identificada em perímetros irrigados ou subordinada a complexos agro-industriais como no caso da produção de fumo aromático, do tomate, de frutas, etc.

Na pequena unidade camponesa, voltada para a produção de subsistência, a inserção da criança no mundo do trabalho dá-se de duas maneiras: como auxiliar dos pais na execução de tarefas consideradas “maneiras” e; como responsável pelo seu próprio roçado, à medida que se aproxima dos 10, 12 anos de idade. Em ambos os casos, o pequeno trabalhador ainda detém o controle do tempo e do ritmo de trabalho. Embora acorde muito cedo para acompanhar os demais membros da família ao roçado, ele não é obrigado a executar tarefas pesadas nem é submetido a jornadas de trabalho muito longas. Além disso, em virtude de essas pequenas unidades produtivas, sua grande maioria, não se encontram subordinadas a um padrão técnico moderno, as crianças são menos expostas a riscos de acidentes, inclusive aos de contaminação por agroquímicos. Por outro lado, o padrão alimentar inclui alguns produtos como o leite, a carne, o ovo e legumes produzidos nos roçados, inexistentes na mesa do assalariado rural, habitante da periferia urbana, o que contribui para um quadro de saúde diferenciado (GESTAR, 1985).

Em Cacimba de Dentro, município do Curimataú, inserido no semi-árido paraibano, é comum essa forma de inserção da criança e do adolescente no trabalho. Nessa localidade, foi possível acompanhar o caso de uma família cujo chefe passava o período de seca trabalhando na cidade de São Paulo, de onde enviava regularmente alguma ajuda para a manutenção da família, composta por sete filhos, dos quais três homens e quatro mulheres. Enquanto as meninas buscaram emprego desde cedo como empregadas domésticas na capital do estado, ou ficaram em casa ajudando a mãe nos afazeres domésticos e nos cuidados com os filhos menores, os filhos homens permaneceram até os 18 anos trabalhando no roçado ao lado da mãe. Antes dos 10-12 anos, ajudavam a mãe em algumas tarefas no roçado que ela mesma colocava. A partir dessa idade, cada um, além de ajudar a mãe, passou a plantar no seu próprio roçado. Ainda criavam aves (galinha, peru), porcos e mantinham pelo menos uma cabeça de gado como garantia para enfrentar as dificuldades nos períodos de seca. Ao final de cada safra, do que lucravam em seus roçados, parte repassavam para ajudar a família e parte utilizavam para aquisição de vestimentas, calçados e para compra de alguns bens, como bicicleta, garrotes, lote de terreno na cidade, etc. O padrão de vida dessa família, apesar de precário, permitia uma alimentação à base de feijão, fava, farofa de milho, macacheira, batata-doce e rapadura. Por vezes abatia-se um porco e salgava-se a carne com a qual a família se alimentava durante algum tempo. Regra

geral, porém, a carne era escassa, durante as refeições da semana, resguardando-se seu uso aos domingos, quando se abatia um frango. Apesar de inseridas precocemente na atividade de trabalho, todas as crianças da família estudavam à noite. Todavia, apenas uma filha, das que foram para a capital, conseguiu terminar o segundo grau. Os filhos homens não chegaram a concluir sequer o primeiro grau, transformando-se, na idade adulta, em trabalhadores migrantes da construção civil, em São Paulo, seguindo os passos do pai.

### **Condições e organização do trabalho precoce na pequena unidade mercantil de produção.**

Na pequena unidade mercantil de produção agrícola, a inserção da criança na atividade laboral diferencia-se, sobretudo, por sua maior exposição aos riscos impostos pelo padrão técnico utilizado, sem observação dos cuidados que devem ser seguidos no seu manuseio. É o caso, por exemplo, da pequena produção hortifrutigranjeira irrigada. Pesquisa recente, efetuada em áreas de pequena produção do tomate, no município de Boqueirão, no Estado da Paraíba, dá conta da exposição de crianças aos riscos de contaminação por agrotóxicos derivados de organofosforados (Mitsunaga et al, 2000). Informações levantadas pela Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Infantil confirma a ocorrência de problemas semelhantes na pequena produção irrigada de uva de Pernambuco (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1996). Em investigação de campo, por nós realizada na região do Agreste de Esperança, no Estado da Paraíba, foi constatado o uso intensivo de agrotóxicos na pequena produção de flores e de hortaliças sem qualquer cuidado, orientação técnica ou preocupação com o manuseio e a participação direta ou indireta de crianças (Moreira, 2000). Estas, mesmo quando não aplicam agrotóxicos, pisam o solo encharcado com tais produtos e molham-se com eles ao acompanharem os pais no momento da aplicação. Esse fato preocupa pela possibilidade de disseminação de doenças degenerativas como o câncer.

Outro exemplo da inserção do trabalho precoce na pequena produção mercantil é constatada na atividade fumageira. Na Paraíba, produz-se tanto o fumo de rolo quanto o aromático. Enquanto o fumo de rolo é cultivado no litoral, utilizando-se a mão-de-obra assalariada, a produção do fumo do tipo aromático, destinado à fabricação de cigarros finos, é praticada no semi-árido utilizando-se a

mão-de-obra familiar. Em ambos os casos, é comum a participação de crianças no processo produtivo agrícola, sendo, porém, a atividade do fumo aromático a que mais utiliza o trabalho precoce na formação de canteiros, na fase de plantio, ajudando os pais, e, nas fases de colheita, secagem e classificação do fumo.

A maior preocupação com relação aos riscos à saúde na cultura do fumo está também relacionada à exposição das crianças aos agrotóxicos, uma vez que o seu uso na lavoura é muito disseminado. Estudos realizados em Arapiraca e no sul do país, constataram que poucos agricultores utilizam equipamentos de proteção, sendo freqüentes os casos de intoxicação nas épocas de plantio e colheita. De acordo com estes estudos,

*em Arapiraca os pais que levam seus filhos para trabalhar nas lavouras estão espantados com o alto índice de suicídios e intoxicações registrados entre crianças e adolescentes. Em 1996, foram anotados oficialmente 28 suicídios. As vítimas, na maioria, são meninos e meninas que manipulam agrotóxicos. Estima-se que o número seja ainda maior, pois grande parte das pessoas intoxicadas não passa por hospitais ou repartições onde são feitos registros oficiais. O pânico diante da situação tem levado muitos pais que não podem deixar de usar agrotóxicos nas suas plantações, a enterrar em lugar desconhecido pelas crianças os pesticidas (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1996).*

“Uso na plantação e depois escondo das crianças”. Esta é uma afirmação publicada pelo Ministério do Trabalho, atribuída ao agricultor Antonio José dos Santos, pai de uma jovem de 21 anos que se suicidou em 1996, vítima, desde os 15 anos, de intoxicação por pesticidas usados na lavoura do fumo (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1996).

Considerando que, na unidade produtiva mercantil, a produção deve cobrir a reprodução da unidade familiar de produção e ser suporte para os investimentos de capital realizados, a inserção de crianças e de adolescentes no processo produtivo perde o caráter de iniciação ao trabalho, característico da pequena produção camponesa, e se circunscreve na estratégia de geração de excedente capaz de garantir a reprodução ampliada da unidade produtiva. O trabalho precoce, neste contexto, submete-se a um ritmo mais intenso, a jornadas mais longas e aos mais diversos tipos de riscos de segurança e de saúde no trabalho, como os acima mencionados.



## CONDIÇÕES E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PRECOCE NA GRANDE UNIDADE DE PRODUÇÃO

Nas grandes propriedades, o trabalho da criança pode assumir duas formas básicas: trabalho assalariado direto e trabalho assalariado indireto.

O emprego da mão-de-obra de crianças e adolescentes como assalariadas diretas e indiretas é comum na Paraíba, particularmente nas culturas da cana, do sisal e do abacaxi. Ele é direto quando o jovem ou a criança são contratados como trabalhadores individuais e são pagos pela tarefa realizada. É indireto quando o contrato é feito com o pai ou outro adulto e o trabalho da criança e do adolescente é utilizado para auxiliar no cumprimento da tarefa. Neste caso, a remuneração é recebida pelo adulto.

### **Condições e organização do trabalho precoce na atividade canavieira.**

Na atividade canavieira, o uso dessas formas de trabalho disseminou-se, notavelmente durante a vigência do PROALCOOL, na Zona da Mata e no Agreste. Ali, às condições de vida já precárias da população, somou-se uma condição de trabalho desumana, constantemente denunciada por órgãos e entidades diversas.

Os canavieiros da Paraíba começam a trabalhar muito cedo, a maior parte antes dos 14 anos, muitos a partir dos sete anos de idade (Moreira et al., 1995). A justificativa corrente, apresentada para essa entrada precoce no mundo do trabalho, prende-se à necessidade de contribuir para a renda familiar, uma vez que o "*ganho do pai não dá pro sustento*" (Moreira et al., 1995: p.85).

No campo, essas crianças desenvolvem um trabalho muito árduo e perigoso. Em geral, elas cortam cana e conseguem muitas vezes uma produção igual ou até superior à obtida por trabalhadores adultos numa jornada média de trabalho de aproximadamente 8 horas, podendo, em alguns casos, alcançar 10 horas<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> É importante chamar a atenção que, entre 1990 e 2002, reduziu-se fortemente a participação de crianças na atividade canavieira, particularmente nas terras das empresas agroindustriais como usinas e destilarias. Essa redução pode ser atribuída, de um lado, à fiscalização mais intensiva do Ministério do Trabalho e, de outro, às denúncias, em escala nacional e internacional, efetuadas por Sindicatos, pesquisadores e ONGS sobre as condições de risco a que estavam submetidas crianças e adolescentes assalariados da cana.

Ao esforço físico despendido, somam-se os riscos de acidentes decorrentes da utilização de instrumentos cortantes desproporcionais, em peso e tamanho, à sua estatura, e a execução de tarefas especialmente perigosas, como o “lambaio”.

Em 1993, a Usina Maravilha, sediada em Pernambuco, utilizava o trabalho de crianças de 12 a 14 anos, que se encontravam alojadas num dos galpões de sua propriedade, situada no município de Caaporã-PB, no “lambaio”, ou seja, no trabalho noturno que consiste em apanhar a cana que cai da colheitadeira e em lançá-la de retorno andando curvado, atrás da máquina, das 18 horas às 6 horas da manhã. Submetido ao ritmo da máquina, qualquer descuido pode acarretar um acidente grave ao jovem trabalhador. Esse longo e extenuante trabalho é ainda sujeito a um regime rígido de controle feito regra geral pelo feitor de campo (Moreira et al., 1995).

Constatações de cortes e mutilações por instrumentos cortantes foram verificados e denunciados por pesquisas realizadas pelo Centro Josué de Castro, na Zona da Mata de Pernambuco, e pelo Centro de Referência em Saúde do Trabalhador da UFPB, na Zona Canavieira da Paraíba (1995; 1994). Isto sem falar nos acidentes que envolvem os bóias -frias da cana, regra geral incluindo crianças, durante a locomoção aos locais de trabalho em transportes que não oferecem segurança, tais como caminhões conhecidos na região como "gaiolões" e tratores (Moreira et al., 1995; CJC, 1994).

A alimentação, pobre em proteínas (freqüentemente composta de uma papa feita de fubá, água e sal, regionalmente denominada de "quarenta", ou de uma das seguintes combinações: farinha com peixe seco; farinha e feijão; arroz e macarrão), associada ao desgaste físico promovido pelo trabalho precoce e pesado, compromete o pleno desenvolvimento das crianças canavieiras (Moreira e Targino, 1999).

Regra geral, os índices de remuneração dessa população são muito baixos, o que significa dizer que esses trabalhadores são duplamente explorados. Primeiro, porque são submetidos a longas jornadas de trabalho e, segundo, pelos baixos salários, não compatíveis com o trabalho por eles executado. Em agosto de 1995, para cortar uma tarefa diária, que variava de 35 a 50 ou até 70 braças<sup>13</sup> e mais, o trabalhador adulto percebia R\$ 3,66; as crianças recebiam apenas a metade, embora executassem a mesma tarefa.

---

<sup>13</sup> Uma braça equivale, na Paraíba, a 2,2 metros.

### **Condições e organização do trabalho precoce na atividade sisaleira.**

Na atividade sisaleira, além de penoso e perigoso, o trabalho das crianças é também muito mal remunerado, variando de R\$ 1,00 a R\$ 5,00 a jornada semanal de 16 a 50 horas de trabalho (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1996).

*As crianças do sisal cortam a palma que têm espinhos na ponta e nas laterais e depois a carregam e descarregam de jegues. Faz parte do trabalho colocar as fibras no jegue e, em seguida, tirá-la do animal e estendê-la em varais. A única proteção contra os espinhos é a experiência. Usam camisa de manga comprida para tentar evitar a coceira provocada pela fibra e as queimaduras por urtigas. Mesmo com alimentação inadequada, há crianças que andam até 10 km e levantam de 200 kg a 500 kg por dia (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1996).*

Além do trabalho no campo, a mão-de-obra precoce é também utilizada nas batedeiras, onde o sisal é batido para perder o pó e ficar mais macio.

*Com camisetas no rosto, um protetor impróprio contra o pó, são responsáveis pela coleta do sisal que escapa da máquina e perde qualidade. A fibra que colhem é utilizada em bancos de carros e em colchões produzidos fora do país (1996). Jailson Simões Ribeiro, 13, cursa a 2ª série e está nesse trabalho há oito meses batendo cerca de 300 quilos de fibra por dia para ganhar R\$ 5,00 por semana. Ele vive constantemente gripado (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1996).*

Estudos realizados na região produtora de sisal do estado da Bahia denunciam a mutilação de crianças, a exemplo do depoimento seguinte:

*Tinha 12 anos e estava colocando as palmas perto do motor. Minha roupa enroscou na correia e, quando vi, minha mão estava no chão. O médico cortou até o cotovelo porque o resto estava esmagado (depoimento de Agnaldo Pereira de Araújo, 19, acidentado em 1990) (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 1996).*

Embora a cultura do sisal esteja em franco declínio na Paraíba, ela ainda tem expressão em alguns municípios das regiões, tradicionalmente produtoras, a exemplo de Cuité, Nova Floresta, Barra de Santa Rosa e Casserengue no Curimataú e Picuí no Seridó.

### **Condições e organização do trabalho precoce na cultura do abacaxi.**

A Paraíba já foi o maior produtor nacional de abacaxi, chegando a produzir 300 milhões de frutos, em 1985, o que representa aproximadamente 450 mil toneladas

(Jornal CONTRA PONTO, 13/07/2003). A expansão da cana-de-açúcar, durante a fase áurea do Proalcool, as secas que atingiram o estado no final dos anos 80 e na década de 90, a falta de incentivo à produção e a concorrência com outros estados onde a cultura foi mais estimulada pelas políticas de incentivos fiscais, a exemplo do Pará, explicam o declínio do abacaxi na Paraíba a partir da segunda metade da década de 80.

A Zona da Mata constitui a área de maior concentração da produção no Estado, com destaque, até 1990, para os municípios de Itapororoca, Sapé, Rio Tinto, Pedras de Fogo, Mari e São Miguel de Taipu (IBGE, 1990). Entre 1990 e 2001, observa-se não só o declínio da atividade mas também um deslocamento da produção de municípios, tradicionais produtores, para outros onde, até os anos 80, a cana era a lavoura mais importante (IBGE, 1990 a 2001). Merece destaque o município de Santa Rita, tradicionalmente canavieiro, que ocupava o décimo lugar no *ranking* dos produtores de abacaxi do Estado em 1990, com uma área plantada de apenas 200 hectares e que, a partir de 1998, assumiu a liderança. De fato, segundo os dados fornecidos pelo IBGE, em 2001 a área cultivada com abacaxi em Santa Rita, de 3.450 ha, representava 21,8% do total da área plantada com as principais culturas da lavoura temporária no município e a 33% do total da área plantada com abacaxi no conjunto do Estado. No *ranking* dos municípios com maior área plantada com o produto, distinguiram-se, em 2001, depois de Santa Rita, Itapororoca (1.500 ha) e Pedras de Fogo (900 ha)<sup>14</sup> (IBGE, 2001).

Na cultura do abacaxi, o trabalho de crianças e adolescentes acha-se mais relacionado à aplicação de herbicidas, de antecipador da floração e de adubo químico. A justificativa para a utilização da mão-de-obra precoce nessa atividade é dada por os jovens serem considerados mais resistentes aos riscos de intoxicação (GESTAR, 1985). Além dos riscos decorrentes do manuseio de agrotóxicos, é também constatada a ocorrência de perfurações nos braços, pelos espinhos que existem nas folhas do abacaxi (GESTAR, 1985).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do exposto, alguns aspectos destacam-se:

---

<sup>14</sup> O desmembramento do território dos municípios de Mamanguape e Sapé em novos municípios, entre 1994 e 1996, descentralizou a produção de abacaxi, contribuindo para diminuir sua importância local.

- a) os fatores geradores do trabalho precoce residem, em última instância, no nível de pobreza que afeta uma parcela significativa da população, seja urbana seja rural; em outras palavras, o trabalho infantil reflete a divisão em classes sociais da sociedade brasileira. Enquanto tal, os fatores institucionais de mobilidade social, como a escola, não podem ser utilizados como uma panacéia, pois eles próprios carregam as marcas dessa divisão: qualidade e orientação bastante distintas quando se trata de escolas para os ricos ou para os pobres;
- b) a dimensão do trabalho infanto-juvenil é bem maior do que a apontada pelas estatísticas. Com efeito, uma parcela não desprezível de crianças é incluída no processo produtivo a título de auxiliares das tarefas realizadas pelos pais ou pelos membros mais velhos da família, tanto no campo quanto na cidade;
- c) embora seja possível detectar a presença do trabalho infantil no campo e na cidade, ela é relativamente mais importante nas áreas rurais;
- d) no campo, o trabalho precoce assume conotações diferenciadas conforme ele se desenvolva na grande ou na pequena unidade de produção;
- e) na grande produção, ele se reveste de um caráter inequívoco de exploração, gerando um valor bem superior ao que recebe como salário, isto quando não está embutido na remuneração de algum membro mais velho da família. Além do problema da remuneração, outros pontos críticos se colocam como riscos à saúde e ao desenvolvimento normal dos trabalhadores precoces: manuseio de agrotóxicos, utilização de instrumentos cortantes, execução de tarefas que implicam elevado consumo da força de trabalho etc.; a maior ocorrência de trabalho precoce dá-se nas culturas da cana, do abacaxi e do sisal;
- f) na pequena unidade de produção rural, o trabalho precoce assume antes a configuração de uma iniciação ao trabalho do que de exploração da força de trabalho infanto-juvenil. Não obstante essa feição, ele não está livre de questionamentos, tais como: manuseio de agrotóxicos, impedimento de freqüência às atividades escolares, realização de tarefas que requerem um esforço superior à capacidade física das crianças etc.

Em suma, ao se submeterem, desde muito cedo, a um sistema de trabalho intenso e sujeito a riscos, as crianças e adolescentes sofrem desgaste de sua força-de-

trabalho, resultando em problemas de saúde diversos e no envelhecimento prematuro, já que a reposição do desgaste se faz aquém das necessidades.

## REFERÊNCIAS

---

ALBERTO, M. de F. P. **As dimensões subjetivas do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua de João Pessoa - PB.** 2002, 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

\_\_\_\_\_. A situação da criança trabalhadora no mercado informal em João Pessoa. **Política e Trabalho**, João Pessoa, Ano 16, v. 16, p.41-54, 2000.

\_\_\_\_\_. O trabalho precoce em condição de rua: questão de gênero e saúde. In: **International Congress Women Work Health**, 2., 1999, Rio de Janeiro. Abstracts. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

ANTUNES, R. **Adeus ao proletariado?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNIASSI, M. H. R. **Trabalhador infantil e escolarização no meio rural.** Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

ARAÚJO, T. C. W. C. de A. (Org.). **Os trabalhadores invisíveis: crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco.** Relatório de Pesquisa - Centro Josué de Castro, Recife, 1993.

BARROS, R. P. de; SANTOS, E. C. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes dos anos 80.** São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Diagnóstico preliminar dos focos do trabalho da criança e do adolescente no Brasil.** Brasília, out. 1996.

CALDEIRA, C. **Menores no meio rural.** Rio de Janeiro: CBPC/INEP, 1960.

CASTEL, R. As metamorfoses do trabalho. In: FIORI, J.L. (Org.). **Globalização: o fato e o mito.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

COSTA, A. K. **Participar é preciso.** Ministério da Ação Social, CBIA, 1990.

- COSTA, F. F. D.; MOREIRA, E. A dura sobrevivência do assalariado da cana: o caso dos bóias-frias mirins de Pedras de Fogo. In: **PIBIC/UFPB/CNPq. Iniciados**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.
- GESTAR. **Processo de trabalho, saúde e doença dos trabalhadores da cana e do abacaxi no município de Sapé**. Relatório de Pesquisa - FINEP, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1985.
- GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1985.
- IBGE. **Produção Agrícola Municipal**, 1990 a 2001.
- IJNPS. **Os trabalhadores invisíveis**. Relatório de Pesquisa, Recife, 1994.
- KERGOAT, D. Por uma problemática do processo de trabalho doméstico. In: KARTCHEVSKY - BULBORT, A. et al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- MARTINS, J. de S. (Org.). **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MITUNAGA, T. et al. Horticultura irrigada: organização da produção e do trabalho e seus impactos sobre a saúde do trabalhador. In: MOREIRA, E.; WATANABE, T. (Org.). **Ambiente, trabalho e saúde**. João Pessoa: Editora Universitária (no prelo).
- MOREIRA, E. **Paisagens do trabalho no agreste de Esperança-PB**. Relatório de viagem - Departamento de Geociências, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1997.
- MOREIRA, E. et al. **Os caras-pintadas do suor e da fuligem da cana**. Relatório técnico de pesquisa - CNPq, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Desempenho da população paraibana na década de 90**. João Pessoa: CME/UFPB, 2003.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- OFFE, C. Trabalho, a categoria chave da Sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 4, n.10, p.6-20. jun. 1989.
- SCHLEMMER, B. **L'enfant exploité: oppression, mise au travail, prolétarianisation**. Paris: Editions Karthala - ORSTOM, 1996.

## TRABALHO INFANTO-JUVENIL, AMBIENTE E SAÚDE

Gláucia Maria Luna Ieno<sup>1</sup>, Maria Madalena Quirino do Nascimento<sup>2</sup>, Nilma Maria Uchoa de Medeiros<sup>3</sup>, Tereza Mitsunaga Kulesza<sup>4</sup>

A saúde dos trabalhadores e de suas famílias vem historicamente sendo determinada pelo modo como o espaço vem sendo produzido, organizado e ocupado. A produção das condições necessárias à sobrevivência foi sendo construída por meio das relações dos homens entre si e destes, com a natureza. Essas relações tornaram-se cada vez mais complexas, na medida em que foi ocorrendo o avanço das forças produtivas. As interações sociais, políticas, econômicas, culturais e subjetivas vêm gerando situações, contextos, onde diferentes cargas e fatores de risco, originados nos processos de trabalho, ocorrem e incidem no espaço, afetando o homem e a natureza, em prejuízo de ambos, na maioria das vezes.

O trabalho, deste modo, tem um lugar relevante na vida das pessoas, gerando prazer, realização e sociabilidade ou podendo também resultar em insatisfações, agravos, doenças e mortes.

---

<sup>1</sup> Mestra em Ciências Sociais pela UFPB, Professora-aposentada do Departamento de Promoção da Saúde (DPS) e integrante do CERESAT/NESC

<sup>2</sup> Especialista em Psicanálise pela UFPB, Psicóloga e Coordenadora do Programa de Saúde do Trabalhador- HULW/CERESAT/NESC/CCS/UFPB

<sup>3</sup> Especialista em Saúde do Trabalhador pela UFPB, Psicóloga do PROSAT-HULW/CERESAT/NESC/CCS/UFPB.

<sup>4</sup> Mestra em Ciências Sociais pela UFPB, Professora do DPS/CCS/UFPB e integrante do PROSAT-HULW/CERESAT/NESC/CCS/UFPB



Na dinâmica da produção de bens e serviços, operada pela capacidade física e mental do trabalhador (força de trabalho), inclui-se desde a matéria prima (matéria ou objeto a ser transformado); os meios de produção (terra, máquinas, instrumentos, ferramentas, energia, etc); os produtos intermediários e finais (alimentos, roupas, calçados, saúde, educação, turismo, etc); as relações de trabalho (mercado formal, informal, terceirização, trabalho infantil, meeiro/parceiro); os resíduos sólidos, líquidos e gasosos, bem como, a circulação (transporte), a distribuição, o armazenamento, a oferta e o consumo (acesso) aos produtos finais.

Estes elementos interagem na dinâmica produtiva, incluindo trabalhadores/as e população, num dado espaço, configurando um ambiente específico, campo de reflexão e intervenção de diferentes áreas de conhecimento como as da Saúde Ambiental e do Trabalhador, Vigilância Sanitária, Fiscalização do Trabalho, entre outras.

O espaço urbano e rural foi sendo ocupado por diferentes atividades de trabalho que assegurassem as condições materiais e culturais para a vida social dos trabalhadores e suas famílias.

*O espaço geográfico é criado pelo trabalho humano como espaço social pelo simples fato de que o homem tem necessidades de ordem física como todo ser do reino animal: fome, sede, frio, etc.(...) No entanto, diferentemente dos animais, o homem consegue seus bens intervindo na primeira natureza<sup>5</sup>, transformando-a . E, transformando-a ele transforma a si mesmo. Esta transformação do meio depende de trabalho social, isto é, da ação organizada dos homens. Assim, o trabalho social combina estes 02 elementos: a transformação do espaço e a transformação dos homens, de um ser animal em um ser social. (Moreira, 1982)*

Desse modo, por meio do trabalho, vão desenhando-se, neste espaço, *paisagens* onde predominam ora as paisagens residenciais, do comércio, dos serviços públicos, das indústrias, das áreas de lazer, etc, ora o verde das monoculturas da cana, da soja, capim, ora o colorido das monoculturas da laranja, do mamão, das policulturas dos roçados e das hortaliças e legumes, etc. Portanto, como Santos argumenta:

*... não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver para o homem é produzir espaço. Como o*

---

<sup>5</sup> Espaço natural como natureza primeira, como Natureza-mãe que cria “obras” com individualidade própria, pertencentes a um determinado gênero e a diferentes espécies, mas que não necessitam de trabalho (humano) para sua criação. Só existem antes do homem se transformar em homem social por meio da produção social.

*homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma da vida humana é o processo de criação do espaço (Santos, 1996).*

Neste sentido, o trabalho é visto como atividade humana, estruturante da sociedade, em que as produções materiais e intelectuais caminham juntas. Num processo único, de transformação do espaço, homens e mulheres criam os meios de sua existência física bem como a própria sociedade e a forma como ela se organiza.

A interface família/trabalho estabelece uma inter-relação das experiências familiares para o mundo do trabalho e vice-versa, ou seja, intercâmbio de crenças, valores, culturas, relações de dominação e exploração, hierarquias diversas, de forma que as experiências emanadas da relação trabalho e vida familiar possam resultar em prazer, bem-estar e incremento da saúde psico-social ou em vários tipos de sofrimento.

Homens e mulheres trabalhadores, quando extraem prazer de um trabalho com o qual se identificam ou que lhes permite o exercício da autonomia, do desenvolvimento de seus potenciais e interesses, sentindo-se socialmente reconhecidos e justamente remunerados, podem enriquecer, afetiva e intelectualmente, o convívio familiar. Porém, essa possibilidade não parece ser a mais comum, especialmente na realidade social dos países de economia dependente, onde se geram grandes desigualdades sociais, o que compromete a vida, no mundo da família, no do trabalho e na sociedade de um modo geral.

Problemas de saúde relacionados ao trabalho vêm sendo, cotidianamente, atendidos pelos profissionais nos Serviços Públicos - de Saúde (Assistência e Vigilância), Assistência Social e Previdenciária - mas, na maioria das vezes, não existe a preocupação com as situações que estão gerando esses agravos/doenças/mortes. A relação entre o trabalho e o processo saúde-doença, tanto do ponto de vista teórico como nas práticas profissionais na área da saúde e social, têm recebido pouca atenção.

Entretanto, a compreensão da importância dessa relação, gradativamente, vem sendo construída por meio da participação dos profissionais de várias instituições, de diferentes formações e níveis e com participação dos trabalhadores e da população.

Nesse diálogo, vão identificando-se os diferentes setores de atividades (agrícola, industrial, serviços, ambiente doméstico) e sua repercussão para a saúde e o ambiente.

O envolvimento dos vários sujeitos implicados, no nível local, nas discussões, diagnósticos, avaliações e planejamento dos serviços de saúde e das ações em torno da relação entre trabalho e saúde, tem possibilitado a construção dos instrumentos para as transformações necessárias, identificando-se, também, aquelas que dependem de outras instâncias de decisão e que necessitam de maior mobilização social para serem articuladas.

Este texto busca contribuir com alguns elementos para a reflexão e a ação dos agentes de saúde ou sociais que, em suas áreas de abrangência, se deparam com crianças e adolescentes inseridos precocemente no mundo do trabalho, questão, pelo que foi exposto, referente à Saúde, na sua relação com o Trabalho e o Ambiente.

O direito das crianças, no Brasil, está garantido pela Constituição Federal de 1988, em vários capítulos. A legislação brasileira permite o trabalho aos 16 anos de idade, exceto para aprendizes, que pode ser a partir dos 14 anos de idade. A Constituição Federal do Brasil proíbe, ainda, qualquer trabalho noturno, insalubre ou perigoso para menores de 18 anos. A Lei 8.066 de 1993 determina ao poder público não estabelecer contratos com empresas particulares que forem denunciadas por explorarem o trabalho infantil. A Portaria Nº 20 de 2001, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que foi elaborada por uma Comissão Tripartite (governo, trabalhadores e empresários), proíbe trabalhos insalubres para menores de 18 anos de idade, e propõe ainda a organização de um sistema de vigilância para as crianças e adolescentes inseridos no mundo do trabalho.

Na infância, o ambiente doméstico é o principal gerador de agravos decorrentes de causas externas, e o “abandono”, pelos adultos que precisam trabalhar e inserem, precocemente, crianças no trabalho doméstico, pode ser relacionado como fator importante para essa ocorrência. Já na adolescência, é o trabalho no espaço extradomiciliar que ocupa este lugar. O desemprego ou sub-emprego dos pais, a impotência da família e a fragilidade da ação do Estado expõem crianças e adolescentes, no espaço público, sem defesa, à exploração do trabalho informal, das redes de práticas ilícitas e às relações de poder dos moradores de ruas.

Este contexto social resulta em que cerca de 75% do total das mortes por causas violentas ocorram nas áreas urbanas. Nas áreas rurais, a violência ainda é pouco pesquisada. Sabe-se de óbitos em conflitos de terra, em áreas de garimpo e de narcotráfico. Constata-se a existência de trabalho escravo nas regiões norte e centro-

oeste, de trabalhadores aliciados principalmente no Nordeste. Também tem raízes rurais a maioria das crianças e adolescentes levadas para a prostituição.

Crianças e adolescentes também são vítimas de intoxicações por agrotóxicos e envenenamentos por animais peçonhentos. O Sistema Nacional de Informação Toxicológico-Farmacológica - SINITOX registrou 1.040 óbitos por intoxicações no período de 1993 a 1995, dos quais 36,5% foram por agrotóxicos. Em 1998, 38% dos casos registrados de intoxicações agudas, por produtos químicos, foram em menores de cinco anos. Os agrotóxicos constavam como primeira causa entre os três agentes tóxicos principais relacionados aos óbitos para todas as faixas etárias na base de registros do SINITOX/FIOCRUZ.

Os registros, em 1999, mostraram que 5,5 % de crianças e adolescentes, entre cinco a 14 anos, foram intoxicados por agrotóxicos de uso agrícola e doméstico. No período entre 1993 e 2000, o SINITOX registrou 130.295 casos de intoxicações infantis, com 301 óbitos entre crianças menores de cinco anos. Os principais agentes tóxicos relacionados às intoxicações em crianças menores de cinco anos foram medicamentos (40,7%), os domissanitários (18,3%) e os produtos químicos industriais (10,6%).

Pesquisa realizada, entre 1997 e 2000, sobre os fatores determinantes dos níveis de organoclorados<sup>6</sup> em mulheres grávidas e nutrizes da população geral do Estado do Rio de Janeiro, mostrou que estes estavam presentes em quantidades residuais nas amostras de sangue e de leite materno. Durante a amamentação, os lactentes têm risco de exposição avaliado através do cálculo da Ingestão Diária (ID) de DDT (diclorodifeniltricloroetano) total. O estudo mostrou que 18% dos recém-nascidos tiveram ID - DDT total acima do valor recomendado pela FAO/WHO (Sarcinelli, 2001). Na Baixada Santista-SP, em área de contaminação do solo por solventes clorados, detectou-se, em 1995, a presença de Hexaclorobenzeno<sup>7</sup> (BHC) em leite materno de mulheres que residiam naquela área.

Eventos relacionados à pobreza, como desabamentos, enchentes e a maior vulnerabilidade às doenças pelas precárias condições de vida, têm provocado mortes precoces em crianças e adolescentes. O REFORSUS-ENSP/FIOCRUZ (2003), em estudo sobre Cargas de Doenças, utiliza-se dos indicadores de morbimortalidade,

---

<sup>6</sup> Agrotóxicos inseticidas com persistência no ambiente, capacidade de acumulação nos organismos vivos e potencial carcinogênico, nefrotóxico, neurotóxico, etc (ex: BHC, DDT, ALDRIN, MIREX, HEPTACLORO, LINDANE, etc.).

<sup>7</sup> Organoclorado, pode causar anemia por transtorno hepático na síntese e biotransformação do heme e porfiria cutânea.

carga de doença, anos perdidos por morte prematura e anos perdidos por incapacidade.

No Brasil, 26% dos Anos Perdidos por Morte Prematura (APMP) estavam no grupo de doenças infecto-parasitárias, condições maternas, condições peri-natais e deficiências nutricionais (Grupo I); 59%, no grupo das doenças não transmissíveis (Grupo II) e 15%, no grupo das causas externas (Grupo III). A asfixia e traumatismo ao nascer aparecem como causas importantes de APMP e apontam para o acesso negativo ao atendimento e prevenção à saúde.

A carga de doença global, proveniente das doenças do Grupo III - Causas Externas (acidentes, violências, intoxicações, etc, no ambiente domiciliar e externo urbano) - concentrou-se na faixa etária dos 15 aos 29 anos de idade, com 28,4% da carga de doença global do Brasil como um todo.

O contexto da sociedade brasileira deste início do século XXI contempla grandes desigualdades sociais. O trabalho de crianças e adolescentes apresenta maior ocorrência nas camadas populares, "os excluídos", embora também ocorra em outros grupos sociais. Alguns acompanhados e protegidos por suas famílias realizam trabalhos leves adquirindo saberes transmitidos de geração a geração. Outros são forçados, pela pobreza e desemprego dos pais, a gerarem a renda que garante suas necessidades mínimas e, em muitos casos, a de sua própria família. Estes seres, em processo de formação, expõem-se precocemente a cargas e fatores de risco (físicos, químicos, biológicos, por esforços musculares, pela organização do trabalho, por dano à saúde mental, por falta de higiene e conforto, por poluentes de solo, do ar e da água e por outros riscos de acidentes) que comprometem seu desenvolvimento bio-psíquico, cognitivo e sócio-cultural.

Seu sistema ósteo-músculo-articular, cuja ossificação se completa aos 21 e 18 anos, respectivamente para o sexo masculino e feminino, idades em que o desenvolvimento muscular atingiu cerca de 90% nos jovens e 60% nas jovens, fica afetado de forma definitiva. O trabalho precoce com longas horas de permanência em pé ou sentado inadequadamente, ou transportando peso além de sua capacidade, deforma a face anterior de 03 a 05 vértebras dorsais. Pode provocar deformidades ósseas, como a *cifose juvenil de Scheüermann* ou *osteochondrose espinal*, encontrada em jovens que trabalham na agricultura, ou a *coxa vara do adolescente* (deformidade da

parte superior do fêmur, com alteração e deslocamento da cabeça deste osso) (Faria et al, 2000).

Crianças e adolescentes expostas a gases, vapores e poeiras tóxicas, absorvem, por via respiratória, com maior intensidade, estas substâncias. No sistema respiratório, nessa etapa do desenvolvimento, a ventilação pulmonar tem menor capacidade. A concentração de hemoglobina e o número de hemácias também são proporcionalmente menores em relação à massa corporal nessa faixa etária, o que exige uma maior frequência respiratória, para compensar, levando a uma maior absorção dos tóxicos do que ocorreria em adultos (Idem, 2000).

No sistema cardiovascular, o volume sistólico menor e a frequência cardíaca maior associam-se aos fatos de terem menor quantidade relativa de hemoglobina e reserva menor de glicogênio do que em adultos, conferindo, às crianças e adolescentes, uma menor capacidade de suportar esforços a que se expõem quando trabalham precocemente (Idem, 2000).

No psíquico, o desenvolvimento psico-motor se realiza em etapas sucessivas com aquisição de novos conhecimentos e habilidades, capacidade de enfrentar novas exigências. Quando submetidos a experiências desagradáveis ou a cargas mentais excessivas, sua resposta corporal pode se expressar através de fadiga psíquica, medo, perda de auto-estima, somatizações digestivas, cardiovasculares, respiratórias, urinárias, etc.(Idem, 2000).

No sistema nervoso, a bainha de mielina que recobre as fibras nervosas ainda está em desenvolvimento, o que torna o sistema nervoso (central e periférico) de crianças e adolescentes mais vulnerável à ação de substâncias químicas - solventes (presentes em tintas, colas, vernizes, produtos domissanitários, etc.), agrotóxicos, metais pesados, etc. - provocando tonturas, cefaléias, depressão, irritabilidade, dificuldades de concentração, baixo rendimento escolar, formigamento, dormência de extremidades, paralisias de membros superiores e inferiores, etc., também mais rápido do que nos adultos (Idem, 2000).

O Sistema gastrintestinal favorece uma absorção maior de substâncias tóxicas. O sistema de controle de temperatura corporal produz mais calor do que em adultos, quando realizam os mesmos esforços, por ser menor a vascularização do tecido subcutâneo, a superfície corporal, a capacidade de perda de calor por evaporação e

por ter menor atividade de glândulas sudoríparas. Havendo menos suor e, portanto, menor evaporação, é também, menor a capacidade de trocar calor com o ambiente, o que resulta em maior desgaste (Idem, 2000).

Outros aspectos como: a maior absorção de substâncias tóxicas pela pele (camada mais superficial da pele não completamente desenvolvida); a visão periférica reduzida; uma maior suscetibilidade em níveis de ruído elevado; o sistema enzimático, que ainda não se encontra bem desenvolvido, dificultando as reações bioquímicas no organismo dependentes destas enzimas, para a neutralização ou transformação de produtos químicos, após sua entrada no organismo (Idem, 2000) tornam a criança e o adolescente muito mais vulneráveis aos efeitos nocivos do trabalho.

No estado da Paraíba, segundo Mapa Indicativo do Trabalho de Criança e Adolescente (MTE -1999), havia trabalho precoce em mineração, cultura da cana e sisal, fumicultura, horticultura, indústria calçadista, em tecelagem de redes, sorveterias, hotelaria, panificação, comércio varejista, venda e distribuição de jornais/panfletos, serviços e comércio de alimentos. O Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESAT)/UFPB aponta trabalho infantil e de adolescentes também na horticultura familiar, pedreira e cultura de cana de açúcar. O Movimento dos Meninos e Meninas de Rua vem detectando esse trabalho no setor informal, ambulantes, engraxates, flanelinhas e empregadas domésticas.

Qualquer que seja a forma de inserção precoce no trabalho, esta impossibilita ou limita o convívio com a família e com outras crianças em atividades lúdicas próprias para a idade, o que compromete o desenvolvimento humano destes seres que estão sob a proteção da família, do Estado e da sociedade.

No interesse da criança e adolescentes e por pressão da sociedade, o Estado vem regulamentando os direitos garantidos constitucionalmente por meio de leis de interesse para a sua proteção: Lei Nº 8.069 de 1990, que instalou o Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei .Nº 8.080 de 1990, que organizou o Sistema Único de Saúde; Lei Nº 8.242 de 1991, que criou o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; Lei Nº 9.605 de 1998, que dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e de atividades lesivas ao meio ambiente; e a Lei Nº 9.795 de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental. Em decorrência dessa legislação,

diversas ações de intervenção vêm sendo articuladas por instituições públicas em parceria com a sociedade.

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI/MTE - objetiva retirar crianças e adolescentes, entre 05 e 15 anos, das piores formas de trabalho. São ações articuladas que condicionam o recebimento de um auxílio financeiro (Bolsa Criança Cidadã) à matrícula e manutenção da criança ou adolescente na escola. Exige a participação dos pais em atividades de qualificação ou re-qualificação profissional. Atende cerca de cinco milhões de alunos, no Programa Bolsa Escola no país. Reforça-se a renda familiar no sentido de impedir que as crianças abandonem a escola para trabalhar.

O Programa “Escola do Futuro Trabalhador”, também do MTE, em cooperação técnica com secretarias municipais de educação, leva temas relacionados ao mundo do trabalho e um conjunto de ações educativas às crianças e adolescentes, preferencialmente do ensino fundamental. O Programa está sendo executado em 08 estados (PR, SP, RJ, MG, MA, AL, MT e GO) e atinge cerca de 120 mil alunos, 1.158 escolas e 3.150 professores.

Os Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (GECTIPAs) do MTE visam combater o trabalho infantil e proteger o trabalhador adolescente. Crianças e adolescentes são tiradas dos ambientes de trabalho e das atividades perigosas, insalubres ou degradantes. Na década de 90, foi alcançada a redução de cerca de 45% dessas ocorrências. Nos últimos dois anos, mais de 25% dessas condições foram eliminadas enquanto novas inserções e aliciamentos vão ocorrendo.

Termos de Compromisso entre Ministério do Trabalho e Emprego e Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e dos Adolescentes têm sido acordados com os seguintes setores: citricultura, através da Associação Brasileira dos Exportadores de Cítricos- ABICITRUS; produção de calçados, através da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados- ABICALÇADOS; supermercados, através da Associação Brasileira de Supermercados- ABRAS, no que se refere à compra de produtos manufaturados ou *in natura*, de culturas oriundas da área rural; e com a Companhia de Petróleo Brasileiro S.A- PETROBRÁS, no caso das atividades relacionadas à cultura da cana de açúcar. Entre os compromissos do Pacto, destaca-se: a) zelar pela proibição de toda e qualquer forma de trabalho infantil; b) zelar para que, em toda a



sua cadeia produtiva, os princípios legais de proteção ao trabalhador adolescente e a erradicação do trabalho infantil sejam rigorosamente observados; e c) atuar junto a seus clientes e fornecedores no sentido de promover em mecanismos que impeçam as piores formas de trabalho infantil.

O Brasil ratificou as convenções 138 (idade mínima de trabalho infantil) e 182 (piores formas de trabalho infantil) da Organização Internacional do Trabalho. Tanto o Estado como a sociedade reconhecem a vulnerabilidade de crianças e adolescentes aos fatores ambientais negativos, incluindo-se o ambiente de trabalho. As crianças e adolescentes que trabalham, geralmente, são dos estratos mais pobres da população, que trazem consigo repercussões das más condições de vida – a moradia inadequada; a alimentação deficiente delas e dos pais, o que as prejudica desde a vida intra-uterina; o saneamento básico não disponível para a maior parte da população de baixa renda, etc., resultando em maior prevalência de diversas doenças típicas desta precariedade. Conseqüentemente, a essas condições de vida, determinadas pela posição social, as crianças e adolescentes que trabalham associam, cumulativamente, o desgaste do esforço laborativo precoce à desnutrição proteico-calórica, à fadiga patológica, à maior ocorrência de doenças infecciosas (gastrintestinais e respiratórias) e parasitárias, acentuando o retardo no desenvolvimento pondero-estatural. Estes danos vêm gerando adultos com menor capacidade de trabalho e aumentando o contingente de trabalhadores com incapacidade parcial ou total para o trabalho e para participação na vida social como cidadãos.

## REFERÊNCIAS

---

- ACSELRAD, H. Justiça Ambiental: Novas articulações entre Meio Ambiente e Democracia. In: MIRANDA, M. et al (Org.). **Movimento sindical e defesa do meio ambiente: o debate internacional**. Projeto Meio Ambiente e Democracia. Rio de Janeiro: IBASE/CUT-RJ/IPPUR/Fund. Heinrich Böll, 2000. (Coleção Sindicalismo e Justiça Ambiental, n. 03).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **Violência Intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília, 2001.
- \_\_\_\_\_. GEOBRASIL. **GEOBRASIL 2002: Perspectivas do meio ambiente no Brasil**. [S.l.] Edições IBAMA, 2002.
- \_\_\_\_\_. Rede Interagencial de Informações para a Saúde-RIPSA. **Indicadores e dados básicos para a saúde-IDB, 1997-2002**.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Saúde do Brasil. **Saúde do Trabalhador - Cadernos de Atenção Básica - Caderno 5**. Brasília: Secretaria de Políticas de Saúde/Departamento de Atenção Básica/Departamento de Ações Estratégicas/ Programa de Saúde da Família, 2000.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Brasileira**. Brasília, 2002.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. Nota Técnica à Portaria MTE/SIT/DSST Nº 06 de 18/02/2000. In: SEMINÁRIO DA REGIÃO SUL. PROTEÇÃO INTEGRAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Fiscalização do Trabalho, Saúde e Aprendizagem, 2000, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: DRT/SC, 2000.
- CÂMARA-NETO, H. F. **Condições sanitárias do ambiente urbano e o uso de pesticida doméstico: implicações para a saúde**. Dissertação (Mestrado) - Centro de Pesquisas Ageu Magalhães, Recife, 2000.
- CÂMARA, V.; GALVÃO, L. A. C. A Patologia do Trabalho numa Perspectiva Ambiental. In: MENDES, R. **Patologia do Trabalho: atualizada e ampliada**. São Paulo: Atheneu, 2002.
- DIAS, E. C. et al (Org.). **Doenças Relacionadas ao Trabalho. Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde**. . Brasília: Ministério da Saúde do Brasil/ Representação no Brasil da OPAS/OMS, 2001.

- DUARTE, E. C. et al. **Epidemiologia das Desigualdades em Saúde no Brasil: um estudo exploratório**. Resumo. Brasília: Fundação Nacional de Saúde/ Organização Pan-Americana de Saúde, 2002.
- FARIA, M. P. et al. **Nota Técnica à Portaria MTE/SIT/DSST N° 06**. Brasília, 2000. Mimeografado.
- FAUSTO NETO, A. M. Q. **Família operária e reprodução da força de trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- GIANNASI, F. et al. **Construindo o mapa de riscos do local de trabalho**. São Paulo: Químicos e Plásticos, [s.d.]. (Coleção Saúde do Trabalhador e Meio Ambiente, n. 2)
- MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R. (Org.). **Geografia: teoria e prática - o saber posto em questão**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MOREIRA, J. C.; JACOB, S. C. et al. Avaliação integrada do impacto do uso de agrotóxicos sobre a saúde humana em uma comunidade agrícola de Nova Friburgo, RJ. **Ciência & Saúde Coletiva**, 7(2): 299-311, 2002.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS/OMS. Representação no Brasil. Programa de Saúde Ambiental. **Programa Marco de Atenção ao Meio Ambiente**. Brasília, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Manual de vigilância da saúde de populações expostas a agrotóxicos**. Brasília, 1996.
- SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SARCINELLI, P. N. **Estudo dos níveis de pesticidas organoclorados persistentes em mulheres grávidas e lactantes da população geral do Rio de Janeiro**. 2001. Tese (Doutorado), Rio de Janeiro, 2001.
- SISTEMA NACIONAL DE INTOXICAÇÕES TÓXICO-FARMACOLÓGICAS-SINITOX. **Óbitos registrados**, boletins 1993-2000.
- SIVIERI, L. H. Saúde no Trabalho e Mapa de Risco. In: TODESCHINI, R. (Org.). **Saúde, meio ambiente e condições de trabalho: conteúdos básicos para uma ação sindical**. São Paulo: CUT/ Fundacentro, 1996.
- TORRES, H. da G. Pobreza e degradação ambiental de periferia: uma aplicação de geoprocessamento para a zona leste da cidade de São Paulo. In: NAJAR, A.; MARQUES, E. C. (Org.). **Saúde e espaço: estudos metodológicos e técnicas de análise**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

# NOVE

---

## A INSERÇÃO NO TRABALHO DOMÉSTICO PRECOCE: O CASO DAS COMUNIDADES BOA ESPERANÇA E VILA SÃO JORGE NA CIDADE DE JOÃO PESSOA

Mário Inácio da Cunha<sup>1</sup>

Anísio José da Silva Araújo<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

Nesse texto discutimos os resultados de um estudo sobre a inserção no trabalho doméstico precoce de um grupo de crianças e adolescentes das comunidades Boa Esperança e Vila São Jorge, duas áreas de ocupação urbana situadas em Mangabeira IV, um bairro pobre da periferia de João Pessoa. Dele participaram 10 meninas que prestaram/ prestam serviços domésticos a famílias residentes nesse mesmo bairro.

Ao depararmos com a problemática das famílias de crianças e adolescentes, acompanhados por um grupo de educadores da Pastoral do Menor, percebemos que uma prática corrente dos pais é destiná-los prematuramente ao trabalho e, no caso das

---

<sup>1</sup> Conselheiro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências/ENSP/FIOCRUZ, Professor de Depto. de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, Pesquisador do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho - GPST/UFPB.

meninas, a opção é quase sempre a do trabalho doméstico. Tal prática se explica num contexto de graves dificuldades em que vivem essas famílias e que as conduzem a “empurrar” seus filhos para o trabalho de modo a garantir a sobrevivência familiar.

As crianças e adolescentes entrevistadas situam-se na faixa etária de 11 a 17 anos e, em sua maioria, são filhas de desempregados e subempregados (lavadeiras de roupas, ambulantes, pedreiros, faxineiros, domésticas, entre outras) que, quase sempre, recorrem aos “bicos”, seja como complemento aos baixos salários, seja como fonte exclusiva de renda.

O que despertou o interesse em desenvolver essa pesquisa foi a percepção da ausência de muitas dessas meninas nas atividades desenvolvidas na comunidade, bem como a baixa auto-estima que demonstravam ao depararem com situações adversas em suas vidas. Foi essa falta que nos fez perceber a dimensão que o trabalho doméstico possui na discussão sobre trabalho precoce. Fenômeno em geral invisibilizado, porque, *protegido* nos limites do privado, tradicionalmente preservado de questionamentos, ele adquire, na esteira da discussão sobre a exploração do trabalho precoce, uma dimensão jamais alcançada. Começamos, então, a nos surpreender com o fato de que bem perto de nós crianças e adolescentes são explorados e privados de usufruir do mínimo que a sua faixa etária deveria facultar-lhes.

A nossa intenção é que este trabalho contribua para a publicização da problemática do trabalho doméstico que faz com que meninas, em tão tenra idade, tenham seus direitos básicos, consubstanciados no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), violados de forma tão flagrante.

Para uma maior compreensão da dimensão do trabalho doméstico, que atinge milhares de crianças e adolescentes no Brasil, buscamos o auxílio de textos apresentados por diversos especialistas em um Seminário Internacional sobre Trabalho Doméstico Infanto-juvenil, promovido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), além de dados e informações colhidas em reportagens de jornais e revistas relativos ao tema.

A realidade das comunidades Boa Esperança e Vila São Jorge não é diferente da de outros bairros pobres existentes nas periferias das grandes cidades brasileiras. Nessas duas comunidades, residem aproximadamente 300 famílias, espremidas em pequenas ruas (becos, melhor dizendo), sem as mínimas condições de infra-estrutura

(esgotamento sanitário, por exemplo). São, em sua maioria, conforme frisei, habitadas por desempregados e subempregados que vivem de baixos salários e biscates.

Considerando que já vimos desenvolvendo um trabalho social junto a crianças e adolescentes dessas localidades, fazendo uso de recursos como palestras, debates, oficinas, além de atividades artísticas e educativas (orientação escolar, oficinas de teatro e dança, formação humana, entre outras), resolvemos priorizar, dentre as possibilidades de estudo possíveis, aquela relativa ao trabalho doméstico precoce. Tal opção justificou-se, sobretudo, na frequência com que encontramos crianças/adolescentes inseridas nesse tipo de atividade.

Tal interesse se sustenta, ainda, em uma trajetória pessoal de discussão e luta relativa à questão do trabalho precoce. Por exemplo, participamos da equipe que articulou a Marcha Global contra o Trabalho Infantil na Paraíba, ocorrida em 1999, quando tivemos a oportunidade, juntamente com representantes de diversos segmentos da sociedade (Movimentos, Pastorais, Sindicatos, ONG's, entre outros), de debater e elaborar propostas de combate à exploração do trabalho infanto-juvenil.

Hoje, como conselheiro suplente<sup>3</sup> do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, inserção que nos assegurou a participação no Curso de Formação para Agentes Sociais em Trabalho Infanto-juvenil Urbano e Rural, do qual esse trabalho é resultado, pretendemos contribuir na promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes. De posse dos dados sobre o trabalho doméstico que essa pesquisa nos permitiu acessar, esperamos contribuir para o trabalho do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCA, cuja função principal é fiscalizar e deliberar sobre a política da Criança e do Adolescente na Paraíba.

## **METODOLOGIA**

O presente estudo, desenvolvido de março a junho de 2002, envolveu, numa primeira etapa, a realização de 10 entrevistas, com crianças e adolescentes, 5 das quais prestando serviços como domésticas, em casas de famílias em Mangabeira, e as outras 5 já com experiências anteriores no trabalho doméstico.

Durante as entrevistas, percebemos uma grande dificuldade por parte das entrevistadas em fornecer as informações solicitadas. Por exemplo, não mencionaram

---

<sup>3</sup> Refere-se ao primeiro autor.

situações de maus tratos, tão comuns nesse tipo de trabalho (ou porque não viveram essa situação ou porque temiam que, fazendo esse tipo de revelação, pudessem se prejudicar), e se sentiram pouco à vontade em discorrer sobre o relacionamento com as pessoas das casas onde trabalhavam.

Em função disso, procuramos introduzir algumas dinâmicas que *quebrassem o gelo* e estabelecessem um clima de confiança mútua, permitindo, assim, a maior profundidade possível para as questões da pesquisa. Tal estratégia mostrou-se bem sucedida, pois, a partir de então, foi possível alcançar um conteúdo até então não revelado.

Numa segunda etapa, em que procuramos utilizar conteúdos que a etapa anterior permitiu acessar, realizamos reuniões de avaliação, oficinas, uma peça de teatro, exposição de vídeo e debates com as famílias em torno da temática do trabalho precoce no Brasil. Tal dinâmica fez com que todos os envolvidos tivessem uma participação ativa no processo.

As oficinas, por exemplo, propiciaram a leitura e discussão de materiais importantes, permitindo que elementos sobre a realidade de cada uma das participantes fossem revelados espontaneamente e fora, portanto, da situação formal de entrevista. Dados, por exemplo, sobre o trabalho de cada uma e sobre a existência de outras crianças/adolescentes inseridas no trabalho doméstico e que residem naquelas comunidades, só puderam vir à tona nesses momentos.

Procurou-se, também, como fonte outra de informações, solicitar a cinco das entrevistadas que relatassem suas histórias de vida, de modo que pudessemos apreender o ciclo de vida de uma precoce trabalhadora doméstica.

Concluído o processo, pudemos perceber que existe um grande potencial nessas meninas que, sendo adequadamente aproveitado, pode descortinar outras possibilidades e oferecer um outro destino que não aquele do trabalho doméstico precoce.

### **Algumas reflexões teóricas em torno do trabalho doméstico precoce**

A sociedade brasileira ainda não percebeu quanto o trabalho precoce é perverso e, em muitos casos, fecha os olhos aos efeitos negativos que acarreta ao desenvolvimento de crianças e adolescentes. Conforme preconiza o Estatuto da criança e do adolescente - Lei 8069/90 -, a promoção e a defesa dos direitos das

crianças e adolescentes. São um papel da família, da comunidade, do governo e da sociedade em geral (BRASIL). Apesar disso, são ainda insuficientes (nas diversas instâncias) os esforços para se cumprir o que está estabelecido na lei, sobretudo no que se refere a formulação e aplicação de políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes no Brasil.

Os programas federais implantados no governo Fernando Henrique, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e o Bolsa-Escola, apesar de importantes, são ainda insuficientes diante das demandas das crianças e adolescentes brasileiros. Isto faz com que um grande número de famílias permita que seus filhos sejam explorados nas lavouras, carvoarias, pedreiras, nas ruas e no trabalho doméstico, recebendo quantias irrisórias, insuficientes para suprir as suas e as necessidades da família.

Para a lógica do modelo econômico implantado no país, não interessam as seqüelas que o trabalho precoce deixa nas crianças e adolescentes. Nesse caso, o mais importante é o lucro que o suor dessa população desfavorecida e fragilizada propicia ao capital. Os que promovem essa exploração não o fazem diretamente, mas indiretamente, através de administradores e capatazes, poupando suas consciências de assistirem a essa degradação escandalosa.

Mesmo com a nova legislação (LDB-Leis de Diretrizes e Bases), que destina um espaço maior à participação popular, no interior da comunidade escolar, as famílias das classes populares ainda não encontram as condições para construir uma visão positiva da escola. Para os pais o mais importante é que os filhos contribuam para a renda familiar, participando, assim, do atendimento das necessidades básicas. É o verso popular, *Barriga seca não dá sono*, que preside tal prática social, fazendo com que o indivíduo se submeta a condições as mais violentas no trabalho em troca de sua sobrevivência. Prova disto é que os índices de analfabetismo, repetência e evasão escolar de crianças e adolescentes, na rede pública de ensino, permanecem altos. Além disso, a falta de investimento na qualificação dos professores e os baixos salários que percebem são responsáveis, juntamente com outros fatores, pela má qualidade do ensino público e constituem uma fonte adicional de desestímulo à vida escolar.

Esse quadro, entretanto, não deve fazer com que nos abduquemos do princípio de que lugar da criança é na família, na escola e na comunidade. Esses espaços, quando bem organizados e estruturados, permitem que meninos e meninas exercitem



a sua cidadania e incorporem determinados valores morais, éticos e sociais, fundamentais para a construção de uma nova visão de mundo. É nesses espaços que recebem orientações e incentivos, que aprendem a viver comunitariamente, o que contribui para modificar uma visão negativa da escola, como algo que rouba tempo que poderia ser aplicado no trabalho.

Por outro lado, o espaço da família, enquanto unidade moral e afetiva, se torna cada dia mais necessário num mundo em permanente conflito, onde velhos valores são questionados e novos valores estão sendo propostos. É cada vez mais premente que se tenha, no interior dessas famílias, um ambiente de cuidado, atenção e um relacionamento amoroso dos pais para com os filhos. Apesar do nível de carência em que muitas dessas famílias estão imersas, podemos perceber, em não poucas situações, um esforço e uma dedicação heróica aos seus filhos, sobretudo por parte das mães.

A mudança no modo de pensar das famílias pobres, no tocante ao trabalho de crianças e adolescentes, representa, certamente, um grande avanço na construção de uma nova identidade social.

No que tange ao trabalho doméstico, o que se tem percebido na realidade brasileira é que ele não se justifica apenas pela necessidade de liberdade, de autonomia em relação a família de origem. O que hoje determina de forma mais importante o ingresso precoce no trabalho doméstico é a necessidade que as meninas sentem de contribuir para a renda familiar, como resposta, por sua vez, à cobrança dos pais.

A falta de uma política social que atenda aos anseios das famílias das classes populares é responsável pela ausência ou pela precária participação dos filhos na vida escolar. É o desemprego que empurra e promove cada vez mais a substituição da mão-de-obra adulta pela mão-de-obra de crianças e adolescentes, mais barata, mais ágil.

Uma outra reflexão que o trabalho doméstico evoca diz respeito a questões de gênero. Especialmente nesta atividade, a divisão sexual do trabalho se manifesta de forma transparente, flagrante. Portanto, não aludir a essa temática seria roubar da análise dos dados um de seus pilares teóricos, tornando-a, poderíamos dizer, sem sentido.

Mesmo com forte tendência de igualdade nas relações de gênero, percebe-se que, no caso do trabalho doméstico, ainda persiste uma rígida hierarquia nas relações familiares. A casa ainda está muito ligada à responsabilidade feminina. Isto leva as adolescentes a assumirem as tarefas internas (domésticas) da casa, além de serem responsáveis pela educação dos irmãos menores. As meninas aprendem desde cedo que este tipo de tarefa é *coisa de mulher*, enquanto que os meninos se limitam a lavar banheiros e realizar tarefas externas. Portanto, a divisão sexual do trabalho se faz presente de forma flagrante no trabalho doméstico através de tarefas destinadas *naturalmente* aos homens e às mulheres.

O trabalho doméstico, por absorver quase integralmente o tempo das meninas, faz com que se sintam frustradas em suas necessidades de locomoção, de convivência no grupo de amigas, de lazer. Estas privações provocam angústia e o trabalho doméstico é experienciado como uma mutilação. Muitas se referem a suas próprias casas como se fossem prisões, de onde muito raramente saem. É nessa dinâmica de privações que a necessidade de trabalhar fora é construída e alimentada, fazendo com que se represente a saída de casa como correspondente da autonomia, da liberdade, da libertação do jugo que os pais colocam nos ombros das meninas.

Na maioria dos casos, as mães já exercem a profissão de domésticas e, por conta disso, transmitem às filhas a idéia de que esse tipo de trabalho é próprio das mulheres e, desse modo, o caminho natural para elas. As meninas aprendem essas tarefas em casa, aperfeiçoando e ampliando o repertório de habilidades quando vão trabalhar externamente. Sendo assim, reproduzem e aperfeiçoam a bagagem que herdaram de suas mães. Os pais vivem, assim, a doce ilusão de que o trabalho em casas de família permite às filhas tornarem-se pessoas responsáveis e com um ritmo de amadurecimento acelerado. É um equívoco esse tipo de crença, pois o trabalho doméstico consome quase a totalidade do tempo dessas meninas, anula fronteiras entre a esfera pública e privada presente em outros espaços de trabalho. A autonomia que esperavam encontrar fora, portanto, se esvai, e configura-se um novo tipo de prisão.

A precariedade das condições de vida ou a desorganização do seio familiar são, também, fatores explicativos do ingresso das meninas no trabalho doméstico. Em tal atividade é vislumbrada a possibilidade de fugir das relações conflituosas, violentas que marcam muitas das famílias empobrecidas.

O trabalho doméstico, por fim, pode ser um equivalente mais aceitável socialmente do trabalho escravo. E em se tratando de crianças e adolescentes, a liberdade dos patrões é praticamente ilimitada. O tempo dessas meninas não é propriedade delas, e sim, do patrão, tal como se constata no escravismo. Elas têm que se adaptar à agenda do patrão, renunciando as suas necessidades. O lazer, quando existe, é minguido e encaixado nas folgas do patrão. Além disso, este é o espaço de trabalho em que mais se constata irregularidades trabalhistas, não obstante o esforço dos organismos que representam os empregados domésticos para se disciplinar tal atividade. Em se tratando do trabalho precoce, a irregularidade é flagrante. São de se prever, portanto, os malefícios que tal situação acarreta às meninas.

### **Análise dos dados**

Neste tópico apresentamos e analisamos os dados coletados na pesquisa efetuada com as 10 adolescentes residentes nas Comunidades da Boa Esperança e Vila São Jorge, em Mangabeira, João Pessoa-PB.

#### *Idade*

As 10 entrevistadas situam-se na faixa etária de 12 a 17 anos. Destas, 05 estão trabalhando em casas de família (02 como babás e 03 como faxineiras) e as outras 05 não estavam<sup>4</sup> no momento atuando como domésticas, embora já o tivessem anteriormente em casas de família de Mangabeira.

Todas as entrevistadas iniciaram as atividades como trabalhadoras domésticas entre 10-12 anos de idade. Nessa faixa etária, o rendimento obtido situava-se entre R\$ 10,00 e R\$ 25, 00/mês. Após os 14 anos é que esse rendimento se eleva um pouco, situando-se, em média, entre R\$ 40,00 e 60,00/mês.

Como vimos, os rendimentos auferidos são muito irrisórios, distanciando-se em muito do próprio salário mínimo. Nesse caso, configura-se uma situação de dupla violação: exploração do trabalho precoce, interdito legalmente, e da força de trabalho, remunerada abaixo do que estabelece a lei. O fato de auferirem um rendimento bem abaixo do estabelecido legalmente pode ser em parte explicado por se tratar de serviço prestado em localidade cujos moradores pertencem a uma classe com ganhos financeiros dos mais baixos na escala social.

---

<sup>4</sup> A pesquisa foi realizada entre março e junho de 2002.

### *Grau de escolaridade das adolescentes entrevistadas*

Das 10 entrevistadas, 80% (8) se encontram no ensino fundamental e apenas 20% (2) no ensino médio. 80% (8) delas alegam que não conseguem assimilar o conteúdo em sala de aula e, por conta disso, tiram notas baixas e ficam freqüentemente em recuperação. Justificam tal desempenho com razões do tipo: falta de tempo para estudar e o cansaço do dia-a-dia de trabalho. Mesmo assim permanecem matriculadas e aproveitam para estudar, na casa da patroa, no minguido tempo do intervalo entre as tarefas domésticas.

Todas almejam sair daquela vida e se realizar como profissionais. Depositam, nesse sentido, suas esperança no estudo, apesar das dificuldades. Das profissões que almejam exercer, figuram as seguintes: advogada, psicóloga, administradora de empresas e professora.

Em relação ao local de estudo, 90% (9) das entrevistadas alegaram que estudam no próprio bairro, o que facilita o trajeto para o trabalho e a vivência na comunidade com os parentes e amigos.

### *Profissão dos Pais*

A maioria, em torno de 80% (8) das mães, vivenciou/ vivencia a experiência de domésticas. As filhas prosseguem nesta mesma trajetória. As adolescentes são iniciadas muito cedo no trabalho doméstico precoce através das próprias mães ou de pessoas próximas (parentes, vizinhas).

Quanto à profissão dos pais, a grande maioria ocupa posições desvalorizadas socialmente (pedreiro, funcionário público, vigilante, gráfico, aposentado) às quais se associam baixas remunerações. Esse quadro social certamente tem grande peso na inserção dessas adolescentes no trabalho doméstico.

### *Composição familiar*

Das entrevistadas, 60% (6) provêm de famílias com uma quantidade de irmãos superior a quatro. Um dado revelador é que apenas 20% (2) delas declararam ter irmãos trabalhando a fim de contribuírem para a renda familiar.

Isso confirma uma clara discriminação com relação à mulher, em cujos ombros pesa grande responsabilidade no sustento familiar. Diferentemente das meninas, os meninos ou são poupados de trabalhar ou são encarregados de tarefas tipicamente

masculinas (comprar o gás, fazer compras na feira, ajudar a trazer sacolas pesadas, entre outras).

#### *Grau de escolaridade dos pais*

Em relação ao grau de escolaridade dos pais, 40% (8) têm o ensino fundamental incompleto, 15% (3) são analfabetos, 15% (1) são apenas alfabetizados. Em torno de 40% (8) não responderam a essa questão. Merece destaque o fato de que as mães possuem um grau de escolaridade mais elevado que o dos pais. Apenas 15% (3) deles continuam estudando.

#### *Renda familiar*

No tocante à renda familiar, constatamos que 30% (3) se situam na faixa de R\$ 100,00 a 200,00; 30% (3), na faixa dos R\$ 201,00 a 300,00, 30% (3) na faixa dos R\$ 301,00 a 400,00 reais; e apenas 10% (1) percebem acima de R\$ 400,00.

Pelos dados acima, concluímos que, em 90% (9) dos casos, a renda familiar atinge, no máximo, 2 salários mínimos. Se considerarmos o fato de que se trata de famílias numerosas, podemos deduzir a grande dificuldade que enfrentam para assegurar a sua subsistência. Esse quadro social funciona como pressionador da entrada precoce das crianças/adolescentes no mercado de trabalho.

#### *Participação das adolescentes no renda familiar*

Todas as entrevistadas que estão trabalhando, ou que possuem experiência no trabalho doméstico, não possuem/possuíam carteira assinada. Segundo o que regem os artigos 60, 62, 65, e 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é proibido qualquer espécie de trabalho a menores de 14 anos, salvo na condição de aprendiz. A partir dos 16 anos, os adolescentes podem ser contratados desde que seus direitos trabalhistas sejam assegurados.

Das entrevistadas, 100% (10) revelaram que trabalham para contribuir para a renda familiar. Destas, apenas 40% (4) alegaram utilizar parte do dinheiro que recebem para adquirir objetos pessoais (roupas, perfumes, produtos de higiene e beleza, entre outros). O restante destina toda a sua renda aos pais. Das 5 que efetivamente trabalham, 1 ganha até R\$ 30,00 e 4 têm sua renda entre R\$ 31,00 e 60,00.

Como vimos, 80% das entrevistadas situam-se abaixo dos 16 anos, o que facultaria, no máximo, a condição de aprendiz (para os maiores de 14 anos). Configura-se, desse modo, um flagrante desrespeito ao que determina a lei, já que não se encontram na condição de aprendizes, trabalham sem carteira assinada e recebem uma remuneração bem abaixo do mínimo estabelecido em lei.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo revela a situação de exploração em que se encontram as crianças/adolescentes entrevistadas. Tal realidade não difere muito da de tantas outras crianças/adolescentes inseridas no trabalho doméstico precoce. Um pesado trabalho é enfrentado por essas meninas, desde tenra idade, quando aprendem de suas mães, e na própria casa, as atividades domésticas. Em seguida, como um destino já traçado desde sempre, são encaminhadas às casas de família para que auxiliem na renda familiar. A promessa de liberdade que, num primeiro momento, isso poderia representar, logo se desfaz e uma outra prisão se coloca na vida delas. Com características próximas ao modelo escravista, o tempo dessas meninas é propriedade do patrão, que dele se utiliza segundo suas conveniências. As necessidades típicas da infância e adolescência vão se perdendo à medida que evolui o tempo profissional. As dificuldades escolares são um testemunho de um trabalho que não admite um outro destino que não o da servidão ao patrão.

Outro elemento importante a destacar é o fato de que as crianças e adolescentes vão gradativamente se convencendo de que não existe a possibilidade de escolha, que o itinerário delas já foi traçado. Tal processo, entretanto, não ocorre sem resistências. Os sonhos de trilhar um outro caminho ainda estão vivos e apareceram em várias situações das entrevistas. Esse modo de raciocinar demonstra claramente uma adultização que não encontra lugar a não ser numa história de vida onde as necessidades de cada etapa do desenvolvimento não foram respeitadas. Por outro lado, a escola, que deveria ser o espaço de socialização, não assume o seu papel e alimenta uma formação desqualificada, sem perspectivas e sem a menor atratividade para os educandos.

É fundamental que se considere a realidade das famílias dessas crianças/adolescentes, o contexto cultural, financeiro que as pressionaram a recorrer ao trabalho precoce.

Por tudo que já foi dito, o trabalho precoce doméstico é dos mais violentos e menos visíveis na nossa sociedade. Os estudos ainda são em número insuficiente para revelar todas as suas nuances. Esperamos com esse texto ter oferecido alguns elementos que permitam fortalecer cada vez mais o aporte de conhecimentos em torno dessa temática e que daí possam surgir diferentes iniciativas de enfrentamento dessa grave questão social.

## REFERÊNCIAS

---

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90**. Brasília, 1991.

HEILBORN, M. L. **Dimensões culturais do trabalho infantil feminino**. Rio de Janeiro: IPEC/OIT, 2000.

PARAÍBA. **Relatório da Marcha Global**. João Pessoa, 1999. Mimeografado.

## PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES E CRIANÇAS TRABALHADORES NO CULTIVO DO ABACAXI SOBRE A REPERCUSSÃO DO TRABALHO NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Josenilda Maria do Nascimento Silva<sup>1</sup>

Maria do Socorro Estrela<sup>2</sup>

Tereza Mitsunaga Kulesza<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

A problemática referente ao trabalho precoce de escolares foi identificada através de um serviço itinerante realizado na zona rural do distrito de Odilândia da cidade de Santa Rita - Paraíba, sob a responsabilidade do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente da referida cidade.

O espaço de discussão serviu de canal para o relato da questão pela diretora de uma escola daquela comunidade, que manifestou a sua preocupação com as condições de aprendizagem das crianças e adolescentes que trabalhavam. Segundo ela, os alunos do período noturno eram efetivamente os mais prejudicados pelo caráter explorador do trabalho prestado no cultivo do abacaxi.

---

<sup>1</sup> Assistente Social do Conselho Tutelar do Município de Santa Rita/PB.

<sup>2</sup> Assistente Social do Conselho Tutelar do Município de Santa Rita/PB.

<sup>3</sup> Mestra em Ciências Sociais pela UFPB, Professora do DPS/CCS/UFPB e integrante do PROSAT-HULW/CERESAT/NESC/CCS/UFPB.



Esta situação nos motivou a proceder na perspectiva de conhecer a história de trabalho dessas crianças e sua percepção sobre o seu processo de aprendizagem. A tradicional cultura de clientelismo regional, ancorada no desconhecimento dos direitos pela população e na ausência de comportamento reivindicativo e de luta por direitos sociais, tem impedido o encaminhamento de denúncias acerca do trabalho infanto-juvenil e das precárias situações de vida e escolarização dessas crianças e adolescentes ao Conselho Tutelar.

Além da ausência de posturas de vida, orientadas dentro dos princípios de cidadania, há, ainda, um quadro de valores culturais que o próprio Ministério do Trabalho reconhece como determinante da

*... aceitação social do trabalho precoce com a criação de mitos e crenças de que o trabalho evitará a permanência das crianças e adolescentes nas ruas, reduzindo o índice de delinqüência infanto-juvenil fazendo com que o trabalho seja aceito como a única e salvadora alternativa para redução daquela delinqüência. Assim, a sociedade aceita o trabalho precoce independente da idade do trabalhador, nos ambientes de trabalho em que são inseridos e não busca alternativas de condições para a manutenção das crianças e adolescentes na escola (Lourdes, s.d.).*

Na zona rural, (Moreira, 2001) principalmente, constata-se que, na maioria das famílias cuja renda não é suficiente para o suprimento de suas necessidades básicas, crianças e adolescentes acabam inseridas precocemente no trabalho, como forma de contribuir para o aumento do orçamento familiar, através do trabalho direto como assalariado ou no auxílio das atividades dos pais.

De acordo com Sampaio e Ruiz (1996):

*O trabalho precoce gera um curto-circuito entre responsabilidade e condição, entre tarefa e capacidade de realizá-la, entre grupo-categoria e papéis exigidos, levando no mínimo à experiência por parte do indivíduo, das condições psicossociais de dissonância cognitiva e de desamparo.*

## **O ENFOQUE METODOLÓGICO**

Com o objetivo de conhecer quem são essas crianças e adolescentes que trabalham na cultura do abacaxi e qual a sua percepção sobre a repercussão disto na sua qualidade

de vida e, também, no que concerne às condições de aprendizagem, realizamos as seguintes atividades:

- A) Entrevista individual com os adolescentes, na escola, usando um roteiro com questões sobre: identificação (nome, endereço, idade, filiação), família, trabalho, salário, escola, alimentação e saúde. Porém, como surgiram questionamentos e dúvidas sobre o porquê de nosso interesse, por parte dos pais desses alunos, juntamente com outras dificuldades, decidimos mudar a metodologia do nosso trabalho.
- B) Para esclarecer as dúvidas, realizamos uma reunião preliminar com as mães, objetivando sensibilizá-las para a problemática do trabalho infanto-juvenil, no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem dos filhos na escola, e, também, para resgatar alguns aspectos da história de vida destas crianças e adolescentes trabalhadoras.
- C) Oficina Pedagógica sobre o tema “Minha História de Vida”, dividida em quatro momentos:
  - 1) Integração entre os participantes através da dança e da música de Ciranda, com a participação das mães e 11 adolescentes;
  - 2) Dinâmica de apresentação para conhecer melhor os participantes, por meio de uma técnica, constante do desenho de uma face, em que os participantes desenhavam e/ou escreviam sobre seu perfil;
  - 3) Convite ao grupo, para construção da sua história de vida, com perguntas abertas e que foram respondidas, através de desenho ou relato sobre o seu cotidiano como trabalhadores e estudantes, utilizando, como material didático, lápis hidrocor e papel madeira.
  - 4) Encerramento, fazendo uma avaliação do que significou para cada um, aquele momento, ao som de música de Gonzaguinha (*O que é o que é?*), seguido de um lanche.

## A PERCEPÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE O TRABALHO E A ESCOLA.

A Oficina possibilitou conhecer melhor alguns aspectos da realidade de vida do grupo e de como se posiciona diante da realidade vivenciada. Apresentamos, abaixo, o relatado/discurso de alguns adolescentes<sup>4</sup>:

“Estou chegando para a reunião alegre, eu sou Cristiano tenho 11 anos, faço a 2ª série à noite e gosto muito de cantar; não gosto de arengar e nem de trabalhar” (Cristiano, 11 anos - 2ª série).

“Estou chegando feliz, sou José Cláudio, tenho 10 anos e faço a 2ª série, o que não gosto é de trabalhar o dia inteiro no campo, pois não tenho tempo para brincar e vou para a escola cansado” (José Cláudio, 10 anos - 2ª série).

“Estou bem porque eu não cheguei cansada, eu sou Jacilene e tenho 14 anos, trabalho na limpa do abacaxi; eu gosto muito de estudar, não gosto de trabalhar no abacaxi, só trabalho para ajudar meus pais” (Jacilene, 14 anos).

“Estou chegando alegre, sou Elenilda da Silva Santos e tenho 15 anos. Faço a 6ª série e trabalho na produção do abacaxi, gosto muito de estudar e escrever, mas não gosto de trabalhar no campo, pois é muito cansativo e não sobra tempo pra nada” (Elenilda da Silva Santos, 15 anos - 6ª série).

“Estou chegando alegre; sou Gilberto e tenho 11 anos, faço a 2ª série e trabalho na plantação do abacaxi, gosto muito de estudar, escrever e brincar, não gosto de trabalhar pois, acordo muito cedo” (Gilberto, 11 anos - 2ª série).

Os relatos descrevem os sentimentos de 11 entrevistados, dos quais 8 são do sexo masculino e 3 do sexo feminino, sendo 8 menores de 14 anos. Todos estudam à noite e, em relação à série que deveriam estar cursando, verificou-se que 7 alunos estão em atraso de 3 anos. Todos responderam que não gostam do trabalho que fazem, pois têm uma jornada excessiva, exercida sob pressão de tempo. Demonstraram uma grande insatisfação, com referência ao período que passam no cultivo do abacaxi, acompanhado de negação do direito de brincar e realizar atividades adequadas para sua faixa etária, já que, nesta fase da vida, a escola, o esporte e as atividades culturais deveriam ser prioritários por serem formadores de caráter.

---

<sup>4</sup> Todos os nomes dos adolescentes são fictícios.

Ao serem convidados a construir sua história de vida, relatando aspectos do seu trabalho, família, casa, escola, lazer, saúde, os adolescentes expressaram a dificuldade de frequentar a escola por causa do trabalho exercido:

“Minha casa é feita de taipa, tem 7 pessoas morando nela. Eu trabalho na limpeza do abacaxi, recebo R\$ 26,00 (vinte e seis reais) por semana, estudo à noite e faço a 6ª série. Comecei a trabalhar com 9 anos, as refeições são feitas a céu aberto, sem proteção. Às vezes almoço em casa quando dá tempo, estudo com muita dificuldade, pois estou sempre cansada e com dores de cabeça”.

“Minha casa é de taipa e nela moram 8 pessoas, eu planto abacaxi e ganho R\$ 20,00 (vinte reais) por semana. Vou ao trabalho de bicicleta e almoço no mato. Levo muito sol por isso tenho dor de cabeça, dor na coluna e muitas vezes no corpo inteiro. Faço a 5ª série, trabalho desde os dez anos no plantio”.

“Minha casa é de tijolo e moram 4 pessoas. Na minha casa tem televisão, rádio e outras coisas. Trabalho no abacaxi e ganho R\$ 15,00 (quinze reais) por semana. Como no mato, levando sol. Eu tenho dor de cabeça porque fico o dia todo no sol trabalhando. Faço a 2ª série, comecei a trabalhar com 7 anos de idade”.

“Minha casa é bonita. Ela é de tijolo e nela moram 7 pessoas. Eu tenho 14 anos e faço a 3ª série. Trabalho na limpeza do abacaxi e vou de caminhão com outras pessoas. Quando vou comer fico embaixo de uma árvore. Muitas vezes é no sol e às vezes é na chuva. Comecei a trabalhar com 10 anos e recebo R\$ 20,00 (vinte reais) por semana pelo serviço”.

“Minha casa é feita de tijolo, gosto de ir trabalhar com meu pai e meu irmão. Trabalho no abacaxi e vou de moto com meu pai, às vezes eu não vou à escola e tenho dor de cabeça, trabalho desde os 10 anos limpando o abacaxi”.

“Minha casa é feita de tijolo, ela é bonita, moram 5 pessoas na casa, eu trabalho no abacaxi, limpando e adubando, recebo de R\$ 10,00 a R\$ 50,00 (dez a cinquenta reais) por semana pois é meu pai quem me dá. Comecei a trabalhar com 10 anos, vou ao trabalho de moto ou de carro com meu pai, sinto dor na coluna, quando pego peso, mas meu pai manda eu parar. As refeições são feitas debaixo de uma barraca feita de palha. Eu fico cansado no final do dia e algumas vezes não vou a escola”.

Diante do que foi relatado pelos adolescentes, verificou-se o ingresso precoce no mundo do trabalho e o desgaste bio-psíquico – dores de cabeça, dores no corpo, dores na coluna, cansaço, etc. – provocado pela exposição ao conjunto dos fatores de risco: transportes que não oferecem segurança; a má alimentação em face da falta de conforto e condições para higiene no campo, além do provável baixo valor calórico-protéico, aliadas à sobrecarga de esforço físico dispendido no trabalho do cultivo do abacaxi, atividade esta considerada periculosa e insalubre. São fatores que provocam a desmotivação para freqüentar a escola, acarretando um baixo aproveitamento, em sala de aula, ou do absenteísmo, conforme relato:

“Eu fico cansado no final do dia e algumas vezes não vou a escola”.

Ao fazer uma reflexão sobre as dificuldades encontradas pelos estudantes, com relação ao trabalho e à escola, avaliamos que a metodologia utilizada ofereceu condições para que as crianças e adolescentes, através de sua falas e vivências, pudessem perceber, refletir e comunicar sobre suas histórias de vida. As atividades lúdicas vivenciadas na Oficina favoreceram a fala espontânea dos participantes, criando um clima de confiança, onde eles expressaram a sua percepção com relação à sua aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Consideramos que o trabalho infanto-juvenil, além de representar riscos para o desenvolvimento físico e intelectual da criança e do adolescente, não se compatibiliza efetivamente com as atividades educativas, leva ao abandono da escola e, conseqüentemente, a uma baixa qualificação profissional. O amadurecimento precoce da criança, provocado pelo trabalho, quebra o ritmo normal do processo de desenvolvimento inerente a cada fase da infância e da adolescência. Transforma o tempo de construção de fantasias e sonhos em tempo de dispêndio de esforço físico e mental para compreender os problemas para os quais ele ainda não tem condições de elaboração, como as questões inerentes às relações de trabalho e de sobrevivência de família.

As condições para a aprendizagem são prejudicadas pelo cansaço e pela falta de perspectivas, geradora da desmotivação, presente nos adolescentes trabalhadores, pois, sem a escolarização, estes não percebem a dimensão da exploração a que são submetidos.

Exaustos pelas pesadas jornadas de trabalho, esses adolescentes não apresentam um rendimento escolar satisfatório, demonstrando a incompatível combinação do trabalho precoce com a escola. Assim, diante das tarefas do trabalho, eles acabam afastando-se da escola e, quase sempre, não completam o período de escolarização fundamental, sendo excluídos do processo de elaboração de sua própria cultura e de sua visão de mundo, pois, segundo Kliksberg (1999:31): *A democracia inteligente requer que o cidadão seja amplamente informado; tenha múltiplos canais para expor seus pontos de vista; exerça influência sobre a gestão dos assuntos públicos.*

Os efeitos do trabalho precoce e os comprometimentos mais visíveis são constatados na área de saúde bio-psíquica, na baixa escolaridade e qualificação profissional, provocando, assim, uma baixa auto-estima e uma adultização precoce.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído em 1990, no que se refere à problemática do trabalho infantil, proíbe qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, assegurada bolsa-aprendizagem. Proíbe, ainda, o trabalho noturno, perigoso, insalubre, e se a criança for maior de quatorze anos, ficam-lhe assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários. Diante desse quadro, há necessidade de adoção de medidas urgentes por parte dos poderes públicos na solução deste problema. As medidas devem considerar a necessidade de se abordarem as famílias de modo que elas possam somar forças com os segmentos da sociedade preocupados com a solução deste problema.

## REFERÊNCIAS

---

- BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90**. Brasília, 1991.
- \_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. TEM/SIT/DSST. **Nota Técnica N° 06**. Brasília, 2000. Mimeografado.
- CARMO, M. B. de C. Trabalho precoce: qualidade de vida, lazer, educação e cultura. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, Ano 15, n. 55, 1997.
- GALIZA, C.; FERREIRA, I. **O Programa de erradicação do trabalho infantil e a participação das crianças**. Recife: [s.n.], 2001.
- KLIKSBERG, B. Seis fases não-convencionais sobre participação. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 31, 1999.
- LOURDES, T. L. Repetência escolar: “a culpa” de crianças e adolescentes moradores em cortiços. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS: trabalho e projeto ético político profissional, [s.d.]. [S.l.]. **Caderno de Comunicações IX**. [S.l.], [s.d.].
- MOREIRA, E. de R. F.; TARGINO, I.; SILVA, R. M. Trabalho infanto-juvenil na agricultura nordestina (1985-1995). In: TARGINO, I.; LEITE FILHO, P. A. M. (Org.). **Nordeste: aspectos da estrutura produtiva e do mercado de trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001, p.213-238.
- PROGRAMA DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL - PUC/RJ. **Revista O Social em questão**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 1999.
- SAMPAIO, I.I.C.; RUIZ, E. M. **Trabalho precoce e psiquismo infantil**. São Paulo, 1996. Mimeografado.
- SANCHEZ, S. M. Exclusão Escolar: a realidade paraibana rural, o caso de Boqueirão - PB. **Revista de Extensão da Pró-Reitoria para Assuntos Comunitários da UFPB**, João Pessoa, Ano 2, n. 3, 1997.

## ONZE

---

# TRAJETÓRIA DE UMA PESQUISA: RELATANDO A EXPERIÊNCIA DOS CATADORES DE LIXO RESIDENCIAL NOS BAIROS DO VALENTINA, GEISEL E CRISTO.

Rodrigo da Silva Segundo<sup>1</sup>

Patrícia Crispim Moreira<sup>2</sup>

O presente estudo aborda a realidade de crianças e adolescentes catadores de lixo residencial nos bairros de Valentina, Cristo e Geisel, na cidade de João Pessoa - PB, focalizando a discussão sobre “trabalho precoce”. É resultado de um ensaio de pesquisa realizado através do **Curso de Formação de Agentes Sociais que Atuam na Área do Trabalho Infanto-Juvenil Urbano e Rural** na Universidade Federal da Paraíba-UFPB.

Há aproximadamente seis anos, no começo, o loteamento Planalto Boa Esperança, no Conjunto Valentina Figueiredo, em João Pessoa, capital da Paraíba, era praticamente vazio. Havia muitas granjas e uma mata nativa protegida pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente - IBAMA. Não havia postes de iluminação pública, e, por tal motivo, os donos das granjas faziam ligações diretas, já que a Empresa de Eletrificação da Paraíba - SAELPA - não ligava a energia devido à falta de estrutura para colocar postes. Surgiram, então, as chamadas gambiarras<sup>3</sup>, feitas aos poucos pelos moradores a fim de terem acesso à eletricidade.

Muitos donos de granjas venderam seus terrenos a empresas interessadas em construir casas e desmembrar terrenos para venda, pois não podiam pagar mais os altos impostos que a Prefeitura começou a cobrar, como a Taxa de Coleta de Resíduos - TCR.

---

<sup>1</sup> Licenciado em Ciências Biológicas pela UNIGRANRIO, Educador da Oficina da Cidadania.

<sup>2</sup> Mestra em Serviço Social pela UFPB, Professora da Universidade Estadual da Paraíba e Pesquisadora do Setor de Estudos e Pesquisas sobre Criança e Adolescente - SEPAC/UFPB.

<sup>3</sup> Ligação clandestina, feita por moradores, que ligam a casa diretamente aos postes da rede pública.



O tempo foi passando, foram construídas mais casas e conjuntos residenciais. Vimos, então, algo incomum que antes não existia por ali: algumas vezes pessoas passavam pedindo ajuda, um pão, uma passagem, qualquer coisa. Posteriormente, esse número começou a aumentar, e, aí, começamos a ver crianças passando e pedindo esmolas.

Com tantos problemas, fundamos a Associação Comunitária do Planalto Boa Esperança, onde começamos a conhecer melhor as crianças e, depois, suas famílias. Como moradores mais antigos, conhecíamos os donos das granjas. Depois fomos conhecendo os novos moradores (a maioria vinda do interior do Estado com o sonho de ter um trabalho e uma vida melhor), e, aos poucos, entrando nos novos loteamentos (que antes eram granjas), vendo as condições precárias da vida de seus moradores. Era perceptível como, a cada dia, os mesmos se inseriam, gradativamente, em um processo de empobrecimento e de perda de qualidade de vida. Desse modo, nada mais lhes resta, a não ser construírem em seu cotidiano formas alternativas de sobrevivência.

Com o grande aumento do número de habitantes, hoje o loteamento Planalto Boa Esperança é um bairro, e as antigas granjas são bolsões de miséria, que sustentam a especulação imobiliária, já que as famílias que compraram terrenos, para pagar em vários anos, agora vivem para quitá-los. O antigo loteamento cresceu de modo extremamente desordenado, sem construção de praças, postos de saúde, escolas, ou seja, sem as mínimas condições de vida para quem ali vive.

Dessa forma, pude eleger como objeto de estudo a experiência de crianças e adolescentes catadores de lixo residencial dos bairros em volta: Valentina, Geisel e Cristo, em João Pessoa - PB.

## **A CATA DO LIXO RESIDENCIAL ENQUANTO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA**

Vivemos um modelo econômico totalmente excludente que faz, cada dia mais, pessoas dependerem de sub-empregos. Não existem políticas significativas que gerem empregos. Ao contrário, há desemprego, e este que, por sua vez, gera a exclusão social, obrigando os indivíduos a criarem estratégias de sobrevivência.

A cata do lixo residencial vem surgindo como forma de sobrevivência para os grupos familiares mais excluídos socioeconomicamente. Basta andar em qualquer cidade brasileira que veremos todo tipo de gente, das mais diversas idades, catando lixo com um carrinho para sobreviverem.

No tocante a nossa pesquisa, a mesma foi executada de modo qualitativo, pois, devido ao curto espaço de tempo, não nos foi possível atingir um número maior de crianças e adolescentes que desenvolvem o trabalho precoce como estratégia de sobrevivência.

A pesquisa foi realizada com duas famílias, sendo que foram priorizadas as informações das crianças e adolescentes. Para tal utilizamos entrevistas semi-estruturadas. O trabalho precoce também foi registrado em fotografias, mostrando a realidade das crianças catadoras de lixo residencial.

Para estimulá-los em sua forma de expressão, foram organizadas oficinas temáticas que abordavam vários aspectos do seu cotidiano: saúde, lazer, educação, segurança, religião, etc. Os dados mostram que essas famílias são provenientes de cidades do interior do Estado. Esses trabalhadores precoces vieram com suas respectivas famílias, fugindo da fome e da seca que assolam o interior do Estado.

De acordo com seu Moisés, pai de 3 (três) crianças catadoras de lixo, ele teve de sair da cidade com sua família, pois morreria de fome se lá permanecesse:

“Na cidade que eu morei, tive que sair, pois tinha dia que não tinha nem farinha pra nós comer, morei em muitas cidades do interior até chegar em João Pessoa” (Moisés).

Seu Tota, pai de: DAL,13; AAS,7 e MPS,10, também veio do interior do Estado, da cidade de Sapé, para tentar uma vida melhor em João Pessoa. Segundo ele, no começo conseguiu se manter na “cidade grande”, mas, após ficar doente e ser mandado embora do trabalho, o seu único caminho foi a cata do lixo enquanto estratégia de sobrevivência. Vejamos seu relato:

“Quando cheguei aqui em João Pessoa, trabalhava em uma granja, também era pedreiro, só que fiquei muito doente e ninguém quis saber mais de mim, só quem ficou comigo foi minha esposa” (Tota).

Essas famílias venderam seus poucos pertences para tentar a sorte na cidade grande, e o que encontraram foi uma vida à margem da sociedade, como podemos constatar nos depoimentos que seguem:

“Cheguei há seis anos em João Pessoa tinha o sonho de uma vida melhor, hoje estou doente mais mesmo assim cato lixo até 15 horas por dia, as crianças me acompanham pois não sei mais o que fazer...” (Tota)

Moisés, com 9 filhos e sua esposa para sustentar, vive um drama semelhante:

“Minha família é grande, e ninguém consegue arrumar emprego, estou doente, e as crianças saem por aí catando lixo para ajudar em casa” (Moisés)

Nas entrevistas, as crianças souberam responder onde nasceram (sua origem) e sua idade. Contudo, no restante das perguntas, a falta de compreensão da realidade, dificultou a comunicação. Creditamos essa dificuldade à sua falta de acesso à escola e às suas condições de vida miseráveis, impedindo-as de construírem um pensamento crítico:

Segundo Duarte (1984: 22,23.) o que torna o homem humano é, básica e decisivamente, a palavra, a linguagem:

*A consciência humana é uma consciência reflexiva porque ela pode se voltar contra si mesma, isto é, o homem pode pensar em si próprio, tornar-se como objeto de sua reflexão. E isto só é possível graças à linguagem: sistema simbólico pelo qual este mundo é ordenado e recebe significação. Sendo assim, quanto mais palavras conheço, quanto mais conceitos posso articular, maior é o meu mundo, maior é o alcance e amplitude de minha consciência.*

Dessa forma, apesar de não expressarem verbalmente todas as perdas vivenciadas em seu cotidiano, as crianças catadoras de lixo estão inseridas em uma realidade que nega seus direitos fundamentais.

As crianças catadoras de lixo residencial trabalham cerca de 12 horas por dia, não estavam matriculadas na escola na época da pesquisa<sup>4</sup>, têm uma vida extremamente difícil, sua alimentação é inadequada. Nas entrevistas, pudemos colher poucas informações, pois a maior parte das respostas era:

---

<sup>4</sup> Maio e junho de 2002.

### **“Não sei responder ou sei lá”<sup>5</sup>**

O fato de essas crianças e adolescentes não freqüentarem as escolas dificultou muito o processo de coleta de dados, mas, ao mesmo tempo, esta mesma falta de informação tornou-se um dado, pois mostra a percepção da realidade dessas crianças e adolescentes que simplesmente trabalham, pois sabem que, se não o fizerem, conviverão com a fome junto com sua família. Seu trabalho implica andanças ao sol, percorrendo três bairros: Valentina, Geisel e Cristo, compreendendo um raio aproximado de 20Km, catando garrafas plásticas, papelão, latas de alumínio e outros tipos de sucatas, que são vendidas a preço muito baixo. Cada catador de lixo residencial precoce recebe, em média, R\$ 0,50 centavos por dia. A soma de todos, incluindo o pai, chega a um valor mensal que gira em torno de R\$ 80,00 (oitenta reais) a R\$ 100,00 (cem reais) mensais.

A educação fundamental, de fato, faz falta para as crianças e adolescentes, sujeitos desta pesquisa, que nem estudando estão, e, se estivessem, pertenceriam a uma realidade diferenciada daquela em que vivem as crianças que não trabalham:

*o aluno da camada miserável já acumulou um atraso de 4 anos em relação aos alunos de famílias mais favorecidas do ponto de vista econômico. (Draxel e Iannone, apud Nascimento e Moreira, 2001: 56).*

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com esta pesquisa pudemos aprender sobre a realidade dos trabalhadores precoces: sua vida, seus anseios e necessidades, e sua luta cotidiana pela sobrevivência.

Vistas com os olhos da discriminação pela sociedade, essas pessoas inserem-se em um processo de exclusão criado e mantido pela própria sociedade, que tanto os repudia. Mas, apesar das sérias dificuldades da vida, amam seus filhos e sua família, têm uma

---

<sup>5</sup> Para ter uma melhor noção dos trabalhos realizados pelos trabalhadores precoces, também os acompanhei durante um dia de trabalho, pois as entrevistas trouxeram poucas informações, já que sendo as crianças muito novas, e possuidoras de pouca instrução e noção de realidade, a maior parte das perguntas não foi respondida, tendo que ser vista *in loco*.

convivência comunitária solidária, enfim, são pessoas de bem, trabalhadores sobreviventes e excluídos da sociedade por sua condição financeira.

A Constituição Federal assegura a todos os cidadãos o direito à alimentação, saúde, educação. Mas, como vimos neste trabalho, o número de pessoas sem a mínima condição de sobrevivência chega a 53 (cinquenta e três) milhões de brasileiros, dado impossível de ser ignorado (Veja, 2002: 84-85).

Como podemos perceber, há uma disparidade entre as leis que protegem a criança e o adolescente e a realidade da maioria destas, empobrecidas e excluídas do acesso aos seus direitos fundamentais.

Portanto, confirmamos o que afirmam os estudiosos da temática (Oliveira, 1994; Moreira, 1999; Alberto, 2002; Rizini;1996) quando afirmam que as condições de vida das famílias, decorrentes ou aprovadas pelos aspectos políticos e econômicos, são responsáveis pela inserção precoce de crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Na Paraíba, os setores em que mais se inserem são os de caráter informal, com ênfase nas estratégias de sobrevivência, de modo especial, como destacamos aqui, a cata do lixo.

Esta experiência do curso coloca-nos em contato com as condições de desenvolvimento dessas famílias e de suas crianças, que, nesse caso, são inevitavelmente expostas aos riscos inerentes ao desenvolvimento do trabalho precoce. Sinaliza, ainda, a necessidade de aprofundamento desta questão.

## REFERÊNCIAS

---

ALBERTO, M. de F. P. A situação da criança trabalhadora no mercado informal em João Pessoa. **Política e Trabalho**, João Pessoa, v.16, n. 16, p.41-54, 2000.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BARROS, R. P. de; SANTOS, E. C. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce. In: CERVINI, R.; FAUSTO, A. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes dos anos 80**. São Paulo: Cortez, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90**. Brasília, 1990.

DUARTE, J. F. **O que é realidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

OLIVEIRA, L.; MONTEIRO, E. Metade da população da Paraíba vive na miséria. **Jornal da Paraíba**, João Pessoa, 27 jan. 2002. Ano 30, n. 8896.

MISÉRIA, o grande desafio do Brasil. **Veja**, Ano 35, n. 3, ed. 1735, 2002, p.84-85.

MOREIRA, P. C. **Entre a graxa e a bola**: o trabalho no cotidiano dos adolescentes. 1999, 157f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1999.

NASCIMENTO, A. M. et al. **Famílias em situação de risco**: o lixo como estratégias de sobrevivência no lixão do mutirão de Campina Grande – PB. Trabalho de conclusão de curso. Campina Grande: UEPB, 2001.

OLIVEIRA, O. de. **O trabalho da criança e do adolescente**. São Paulo: LTr/OIT, 1994.

OLIVEIRA, E. M. A. P. de. **O único caminho para mim é aprender a trabalhar**. Recife: Editora Universitária/UFPE, 1994.

PASTORAL DO MENOR. **Os Direitos das Crianças e dos Adolescentes e o trabalho infantil**. [s.d.]. Mimeografado.

BRASIL. Os Direitos Humanos no Brasil. **Relatório do Centro de Justiça Global/Global Exchange**. São Paulo, 2000. Mimeografado.

RIZZINI, I. et al. **A criança e o adolescente no mundo do trabalho**. Rio de Janeiro: USU Editora Universitária/ Amais Livraria e Editora, 1996.

## TRABALHO PRECOCE NO LIXÃO DE SAPÉ

Edson da Silva de Figueiredo<sup>1</sup>

Terçália Suassuna Vaz Lira<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente estudo objetiva analisar o trabalho precário dos adolescentes catadores no lixão de Sapé - PB. O interesse em realizar este estudo é fruto da nossa experiência como membro da PAMEN (Pastoral do Menor) na cidade de Sapé, onde desenvolvemos um trabalho na área da educação popular. Pretende-se com este trabalho e com o acompanhamento realizado com estes adolescentes chamar a atenção da comunidade e de outras entidades para a problemática dos adolescentes no lixão de Sapé, como, também, chamar a atenção dos órgãos públicos competentes, visando contribuir para uma tomada de decisão que objetive erradicar o trabalho infanto-juvenil no referido lixão.

A cata de lixo vem se constituindo uma alternativa de sobrevivência de famílias que são expulsas da zona rural. Ao chegarem à zona urbana se deparam com uma realidade e costumes diferentes e um mercado de trabalho muito competitivo, para os quais eles não tiveram preparação para enfrentar. As dificuldades em conseguir trabalho na cidade acabam levando-os a recorrerem ao lixo como uma forma de enfrentamento da situação de desemprego em que se encontram. A inserção de crianças e adolescentes

---

<sup>1</sup> Membro da Coordenação Colegiada da Pastoral do Menor.

<sup>2</sup> Mestra em Serviço Social pela UFPB, Educadora da Casa Pequeno Davi, Pesquisadora do Setor de Estudos e Pesquisas sobre Criança e Adolescente - SEPAC/UFPB.

nesta atividade passa a ser necessária como meio de complementar a renda familiar, o que irá resultar *num processo contínuo de exclusão social expresso no cotidiano daqueles que se vêem obrigados pela realidade social e econômica a recorrerem ao lixo como fonte de sobrevivência* (Lira, 2001).

Buscou-se neste estudo conhecer a realidade dos adolescentes trabalhadores na cata do lixo em Sapé, a partir da identificação de alguns elementos que permeiam o seu dia-a-dia, priorizando a vivência do trabalho, da escola e do lazer.

Pretende-se, assim, contribuir para a erradicação do trabalho infanto-juvenil no município de Sapé.

## **METODOLOGIA**

O estudo se fez realizar através de um estudo bibliográfico, de entrevistas (semi-estruturadas), de registros fotográficos e de observações.

A pesquisa foi realizada junto a 5 adolescentes, no próprio local de trabalho, não havendo dificuldades no processo de abordagem, uma vez que já freqüentávamos o local, enquanto educadores da PAMEN.

No período de observação, quando passamos a visitar sistematicamente o Lixão identificamos sete famílias trabalhando na cata de lixo. Nestas, constatamos a presença de 10 adolescentes, entre 12 e 16 anos, trabalhando nesta atividade, dos quais cinco trabalhavam de modo sazonal e 5 trabalhavam diariamente, com suas famílias ou sós.

Assim, definimos como universo da nossa pesquisa os 5 adolescentes que trabalhavam cotidianamente no lixão de Sapé.

A pesquisa realizou-se no período compreendido entre os meses de maio a junho de 2002.

## **O TRABALHO PRECOCE NO LIXÃO DE SAPÉ**

Sapé localiza-se a 50 Km de João Pessoa e tem cerca de 47.000 (quarenta e sete mil) habitantes. Tem como principal fonte de renda a agricultura. Nos últimos anos, grandes usinas de cana - de - açúcar fecharam em função de crise econômica. Houve também uma



grande queda na produção de abacaxi aumentando, assim, o desemprego e, conseqüentemente, a pobreza.

Em decorrência do nível de pobreza em que vive parte da população de Sapé, algumas famílias passaram a buscar na cata do lixo sua fonte de sobrevivência. Contudo, em função do baixo rendimento econômico que o lixo traz às famílias, estas passaram a mobilizar todos os seus membros, inclusive os adolescentes, que passaram a se inserir na atividade de catação.

Atualmente existem 7 famílias sobrevivendo da catação de lixo no lixão de Sapé. No nosso estudo, elegemos como sujeitos da nossa pesquisa 5 adolescentes destas famílias.

Constatamos, na nossa pesquisa, que estas famílias têm, em sua composição, um o número em torno de 6 a 9 membros. Destas, 4 moram em casas doadas pelo governo estadual e apenas 1 mora em casa alugada.

No que se refere ao trabalho dos adolescentes, constatamos no processo de entrevista que, dos 5 entrevistados, 4 trabalham há cerca de 2 anos no lixão, e um há 7 anos. Trabalham, em média, de 6 a 7 horas diárias, de 5 a 6 dias por semana. Ganham, em média, de 10,00 a 20,00 reais por quinzena, divididos com os pais para ajuda nas despesas de casa. Todos trabalham sem nenhum equipamento de proteção, aumentando, assim, os riscos de acidentes e de contaminação.

No que se refere à escola, identificamos que, dos 5 adolescentes, 4 estavam estudando e apenas 1 encontrava-se fora da escola. Percebemos que conciliar trabalho e escola é algo difícil para os adolescentes, de modo que muitas vezes acabam abandonando a escola para dedicar-se apenas ao trabalho. Conforme nos diz o adolescente,

“Minha mãe trabalha em casa cuidando dos meus irmãos e meu pai é agricultor... Faz mais de um ano que eu não vou a escola... Eu trabalho aqui 8 a 9 horas por dia e já faz 1 ano e 6 meses que cato lixo... Não tenho tempo para estudar”(A. N. 13 anos).

Contudo, mesmo entre aqueles que se encontravam freqüentando a escola, constatamos uma grande distorção série/ idade, que é de 5 a 6 anos. Constatamos

também que destes adolescentes nenhum se encontrava incluído em programas governamentais, como Bolsa - Escola e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil). Considerando a existência dos programas na cidade de Sapé, percebe-se a ineficiência dos mesmos, posto que não vêm atingindo a todos que deles necessitam.

A distorção série/ idade decorre sobretudo da educação pública de má qualidade, em que a pedagogia aplicada não visa à realidade das crianças e adolescentes. As teorias pedagógicas não refletem nem teorizam as dificuldades dessas crianças e adolescentes, mas o ciclo da vida adulta, de um adulto projetado na infância.

No que se refere à saúde, os depoimentos nos mostraram que todos já sofreram acidentes no local de trabalho como: cortes em vidro, plástico, alumínio e latas. Nenhum foi ao médico, tendo sido os ferimentos cuidados em casa. Um dos adolescentes falou que sentia agonia e tontura por causa da fumaça dos pneus, mas que nunca procurou um médico. Todos afirmaram comer ou levar para casa os restos de comida encontrados no lixo.

No que se refere ao lazer, todos citaram o futebol como a atividade a que eles têm mais acesso, devido aos vários campos existentes e próximos a suas casas. Afirmaram também que costumam ir a festas de rua quando há. Contudo um deles falou que, mesmo indo à festa, ia catar latinhas para arrumar algum dinheiro.

No que se refere aos sonhos dos adolescentes, percebemos que o trabalho aparece como o elemento possibilitador de uma vida melhor. Neste contexto, o trabalho é o elemento preponderante na vida dos adolescentes, permeando até os seus sonhos, como pode ser observado na fala abaixo.

“Quero ser um trabalhador para sustentar minha família e ter uma casa boa e comida e viver feliz com minha família”(S. R. C. 16 anos).

Segundo Lira (2001), o trabalho na cata do lixo, na atual conjuntura, tem se configurado como uma atividade em expansão, fruto de uma realidade econômica e social que tem obrigado as famílias das classes subalternizadas a (re) criarem novas estratégias de sobrevivência, e, nestas, a incorporarem o trabalho de crianças e adolescentes para compor a renda familiar. Essa recriação produtiva, por sua vez, põe o lixo em visibilidade e o aponta como uma estratégia possível de sobrevivência. Neste

contexto, percebe-se uma nova concepção de lixo, em que o descartável para alguns passa a ser o imprescindível para outros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ser catador de lixo, mesmo sendo uma condição desumana para o adolescente, significa a possibilidade de sobreviver, pois do lixo são retirados os ganhos que permitem ajudar a família e custear despesas pessoais. Como pode ser observado abaixo:

“O dinheiro que ganho dou uma parte a minha mãe e a outra, compro roupa e comida...” (A. N. 13 anos)

Tal realidade vem mostrar, mesmo após 12 anos de implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que traz, no seu arcabouço, o reconhecimento dos direitos de crianças e adolescentes, que tais direitos não estão sendo garantidos, mas constantemente violados, conforme está em seu art. 4º, abaixo:

*É dever da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.*

De modo que, para sobreviver, crianças e adolescentes têm que recorrer aos lixões a fim de retirarem sua alimentação e rendimentos necessários para ajuda no sustento familiar. Neste caso as crianças e adolescentes ficam sujeitos a riscos de contaminação, acidentes e expostos a uma situação que acaba levando-os a níveis elevados de repetência ou ao abandono da escola, em função de uma carga horária de trabalho excessiva, que lhes impossibilita a frequência à escola ou o desenvolvimento da capacidade de concentração necessária à aprendizagem.

Assim, através deste trabalho, pretendemos dar visibilidade à problemática do trabalho infanto-juvenil no lixão de Sapé, a fim de que as instituições governamentais e não-governamentais venham a tomar medidas que possam contribuir para a na solução do problema.

Tal problemática exige medidas urgentes e de longo prazo. As medidas urgentes referem-se à ampliação dos programas governamentais que contemplam todas as crianças e adolescentes que deles necessitem. As medidas de longo prazo referem-se à organização da sociedade civil na luta e defesa dos direitos estabelecidos no ECA. Pois, somente assim estaremos contribuindo para que tais direitos saiam da esfera do papel e se tornem, de fato, reais.

## REFERÊNCIAS

---

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90**. Brasília, 1991.

LIRA, T. S. V. **Exclusão social**: o cotidiano de adolescentes trabalhadores na cata do lixo. 2001, 169f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

JUNCÁ, D. C. de M. Ilhas de Exclusão: o cotidiano de catadores de lixo de Campos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, [S.l.], n. 52, 1996.

TEIXEIRA, D. **Experiência do trabalho de pesquisa**. João Pessoa, 2002. Mimeografado.

## TREZE

---

# A RELAÇÃO ENTRE O TRABALHO PRECOCE NOTURNO E A VIDA ESCOLAR: O CASO DOS MENINOS ENGRAXATES DA ESCOLA MUNICIPAL DE MENINOS E MENINAS DE RUA

Maria do Socorro Ferreira Lopes<sup>1</sup>

Maria de Fátima Pereira Alberto<sup>2</sup>

Alessandra de A. Dantas<sup>3</sup>

### UMA INVESTIGAÇÃO NO PROJETO ESCOLA VAI A RUA.

Este artigo apresenta o resultado de um ensaio de pesquisa que desenvolvemos no **Curso de Formação para Agentes Sociais que Atuam na Área do Trabalho Infanto-Juvenil Urbano e Rural** que incumbiu os alunos participantes a desenvolverem um projeto de pesquisa em suas instituições, para detectar a existência de crianças e adolescentes trabalhando.

A pesquisa constatou que os meninos atendidos em nossa instituição – Escola Municipal de Ensino Fundamental de Meninos e Meninas de Rua da João Pessoa, desenvolvem atividades de: engraxates, olheiros de carros, vendedores ambulantes, etc.

A atividade de engraxate foi escolhida entre as demais, por constatarmos, em nossa experiência como educadora social, os efeitos dos riscos decorrentes de uma noite acordada, trabalhando, para sujeitos em processo de desenvolvimento: dificulta o desempenho escolar.

---

<sup>1</sup> Arte Educadora pela UFPB, Educadora Social da Escola Municipal de Ensino Fundamental de Meninos e Meninas de Rua de João Pessoa.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia/UFPE, Professora Adjunta Depto. Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho -GPST/UFPB. /UFPB, Pesquisadora do Grupo Subjetividade e Trabalho (GPST) UFPB.

<sup>3</sup> Psicóloga, Aluna do Curso de Especialização em Direitos Humanos da UFPB.

Por ser educadora social de uma organização governamental que lida com a questão da educação e escolarização, optamos por investigar como se dá a relação dos trabalhadores precoces – engraxates – com a escola, analisando as implicações do trabalho noturno na aprendizagem.

A metodologia utilizada compreendeu uma pesquisa qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas e de observação, registro fotográfico da atividade de trabalho e investigação, junto aos meninos engraxates e às educadoras, a cerca do rendimento escolar deles. Investigamos alguns meninos que desenvolvem esta atividade na Praia de Tambaú e que participam do Projeto Escola Vai à Rua e que se disponibilizaram e aceitaram ser entrevistados e fotografados.

O Projeto Escola Vai à Rua foi criado, em 2001, pela Secretaria de Educação e Cultura do município com apoio do UNICEF, com a finalidade de alfabetizar e escolarizar crianças e adolescentes que perambulavam pelas ruas da cidade e não freqüentavam a escola formal. Funcionou inicialmente nas ruas a partir de uma estrutura móvel. Havia nas ruas pontos de apoio e a sala de aula era montada e desmontada todos os dias para a realização das atividades. Em agosto do mesmo ano, foi transformado em Escola Municipal de Ensino Fundamental dos Meninos e Meninas de Rua de João Pessoa, nome esse escolhido pelos próprios meninos. E em julho de 2002 foi transformada em escola fixa.

A escola atende a uma faixa de 60 a 100<sup>4</sup> crianças e adolescentes na faixa etária de 07 a 17 anos, em duas áreas de João Pessoa, uma da Praia de Tambaú e a outra, na Lagoa do Parque Solon de Lucena.

O objetivo da referida escola é recuperar a escolaridade perdida, alfabetizando, através da Pedagogia Social de Rua desenvolvida por Estela Gracianni (1992), baseando-se em Paulo Freire e em pesquisas por ela realizadas sobre meninos de rua e na criação de uma proposta sócio-construtivista.

O projeto interligado com o UNICEF apresenta três objetivos:

- 1- Escolarização.
- 2- Formação docente para educadores sociais.

---

<sup>4</sup> A variabilidade decorre da condição de rua, além do fato de que alguns meninos e meninas são de outros estados ou municípios.

### 3- Elaboração da proposta pedagógica.

A partir de um Projeto de Férias elaborado pelos educadores sociais da escola, os meninos foram levados para duas grandes escolas do município, por ocasião das férias de todos os alunos das escolas públicas municipais. Lá, conheceram as salas de aula, brincaram, praticaram esportes e sentiram o gosto de estar num espaço deles. A partir dessa experiência pediram aos educadores uma “escola verdadeira e grande, igual àquelas”. Desse modo o projeto, antes era desenvolvido na rua, passou a ser realizado em uma estrutura fixa. Inicialmente os educadores chegam às ruas e fazem o mapeamento nas áreas agrupando os meninos encontrados. Em seguida, chega o carro que os leva para a escola.

## **O TRABALHO PRECOCE E A SAÚDE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE E NA RUA**

As crianças e adolescentes que se encontram nas ruas desde pequenos, realizando atividades de trabalho, sofrem, desde cedo, interferências diretas em seu desenvolvimento: *físico*, porque ficam expostos a riscos e lesões, a deformidades físicas e doenças, muitas vezes superiores às possibilidades de defesa de seu organismo; *emocional*, quando apresentam dificuldades de estabelecer vínculos afetivos em razão das condições de exploração, de maus-tratos em consequência da vulnerabilidade que as ruas lhes oferecem; e *social* quando são obrigados a realizarem trabalhos que requer maturidade de adulto, afastando-os do convívio social com pessoas de sua idade.

### **Riscos para a saúde**

As situações agressivas em que se encontram essas crianças e adolescentes, quando realizam trabalho precoce, colocam em risco a correta seqüência das etapas do crescimento e do desenvolvimento das habilidades e papéis sociais.

Não é possível manter um organismo em desenvolvimento, exposto ao risco, em condições seguras, no ponto do que é conseguido por trabalhadores adultos: não existem parâmetros nas leis internacionais.

Segundo Moura (1995), em estudo sobre jovens trabalhadores e estudantes, comprova-se que, até a idade de 12 anos, não há diferença de estatura entre os dois

grupos. A partir desta idade, os trabalhadores que iniciam o trabalho antes dos 14 anos tinham, em média, quatro centímetros a menos de altura.

### **Espaço físico**

A mais óbvia consequência do trabalho infantil, quanto ao crescimento e desenvolvimento, é sobre o bem-estar de crianças e adolescentes. Sobre a saúde, os efeitos do trabalho são o consumo das escassas reservas de energia, enfraquecendo a resistência às doenças, alterando o seu crescimento e desenvolvimento, além de expor estas crianças e adolescentes a acidentes de trabalho, com mais intensidade que os adultos.

Os processos metabólicos de produção de energia baseados na velocidade das reações químicas, nas crianças trabalhadoras, são afetados. Quando se desenvolve um quadro de insuficiência energética, o crescimento e o desenvolvimento estarão prejudicados (Moura, 1995:16).

### **Posturas de trabalho**

Segundo Moura (1995), enquanto o termo “posição” do corpo refere-se a posições básicas adotadas pelas partes do corpo humano, como, por exemplo, deitado, sentado, ajoelhado, em pé, abaixado, o termo “postura” descreve as variações das posições de partes do corpo como a cabeça, braços, pernas e o tronco. As posturas podem ser ditas de “repouso” quando o corpo adquire uma posição normal ou errada, curvada, esticada, etc. Para se manter uma determinada posição torna-se necessária a contração de determinados músculos e o relaxamento do grupo de músculos opostos a esta contração. A contração muscular representa o trabalho estático que, quando em períodos mais longos, leva a exaustão e fadiga. Nenhuma postura forçada, portanto, pode ser mantida por um período mais longo de tempo: torna-se necessária a mudança de posturas nos postos de trabalho.

Obviamente que os postos de trabalho, não sendo desenhados para as crianças e adolescentes, provocam lesões musculares, dores e fadigas que alteram completamente o crescimento e desenvolvimento dos trabalhadores jovens, além do envelhecimento precoce que as crianças terão. Alguns efeitos do trabalho prematuro no psiquismo são bem conhecidos. Durante os primeiros anos de vida vão, gradativamente, organizando



suas impressões de mundo, em conformidade com as referências que as cercam. Sua organização dependerá, em parte, de suas próprias potencialidades, e também de como sejam cuidadas, importando-lhes saberem-se queridas e apoiadas. Estas bases permitem que elas se reconheçam como sujeitos sociais. A tendência em buscar estas referências em algum lugar, na família, nas instituições escolares ou na rua, evidencia a necessidade de viverem com outros (Sampaio e Ruiz, 1996). A criança, ao se colocar em um trabalho precoce, experimenta conflitos em várias esferas: deve agir como adulto e não pode fugir da realidade de ser criança.

## **O TRABALHO E VIDA NAS RUAS**

Entende-se por trabalho precoce o exercício da atividade socialmente útil ou esquemas de profissionalização divergentes: tráfico e prostituição, praticadas com a intenção de se receber alguma forma de pagamento (Alberto, 2002). Nesta pesquisa constatamos que os meninos da Escola Vai a Rua desenvolvem as atividades de trabalho de engraxates, olheiros de carro, vendedores ambulantes, ajudantes de quiosques e pesca submarinha.

A atividade de engraxate é desempenhada exclusivamente por crianças e adolescentes do sexo masculino e caracteriza-se como uma atividade urbana. Consiste em limpar sapatos ou sandálias especialmente de couro. Eles têm como instrumento de trabalho uma caixa de madeira cuja forma e tamanho variam em decorrência do gosto e das condições financeiras do menino. A caixa também tem a finalidade de guardar seus vários materiais de trabalho e pertences pessoais. Serve também de suporte para apoiar o pé do cliente. Embora encontre serviços durante o dia, o fluxo da atividade é mais intenso à noite, o que leva o menino a permanecer acordado a maior parte da noite e, no dia seguinte, a chegar cansado para as atividades escolares, dificultando a sua aprendizagem.

Os educandos engraxates pesquisados iniciaram esta atividade de trabalho entre os 05 e os 06 anos. Por isso consideram-se profissionais por terem adquirido certa habilidade e levarem apenas de 03 a 05 minutos para engraxarem um par de sapatos. Ser “profissional” significa, para eles, adquirir conhecimentos e habilidades de manusear adequadamente todo o material necessário para o desempenho da atividade e atrair a atenção da clientela.

Para eles o aprendizado se dá na rua, através da observação dos colegas, da força de vontade e da necessidade de conseguir dinheiro para sua sobrevivência e para ajudar na complementação da renda familiar. Sobre a aprendizagem eles falam o seguinte:

“Aprendi olhando os outros engraxar, depois consegui uma caixa e comecei a trabalhar” (M., 16 anos).

“Eu num escolhi a profissão foi ela que me escolheu. A escolha bateu em minha porta quando eu morava no Mercado de Mangabeira, aí apareceu um menino que engraxava, eu fiquei olhando ele engraxar e aprendi e gostei” (D., 14 anos).

Eles andam em duplas ou em pequenos grupos de, no máximo, três componentes. Preocupam-se com a aparência física e caminham, constantemente, pelas ruas à procura de clientes. Mas é em frente a bares e lanchonetes onde encontram a clientela masculina, que é o alvo escolhido pelo fato de utilizar mais os serviços dos meninos.

No desempenho dessa atividade os meninos gastam de 05 a 08 minutos para engraxar um par de sapatos. Chegam a engraxar, por noite, 15 pares. Quando atingem este número, estabelecido por eles como a meta de cada dia, consideram o movimento bom. Realizam uma jornada de trabalho de 07 a 08 horas por noite. Começam a trabalhar normalmente às 18:00 horas. Quando o movimento é bom, rende-lhes entre R\$ 20,00 e R\$ 30,00 por noite. Este valor varia dependendo do tipo de clientela. Quando percebem que são turistas ou políticos cobram mais pelo serviço.

Todos os entrevistados desenvolvem outras atividades, paralelas à de engraxate, para suprirem as dificuldades dos dias denominados por eles de fracos, por não conseguirem a quantia desejada. As outras atividades complementares são: ajudantes de bares, pescador de lagosta (pesca submarinha). Esta última atividade, segundo depoimento, compreende uma jornada de 12 horas e lhes rende semanalmente, apesar da periculosidade, de R\$ 100,00 a 150,00.

Em decorrência das atividades de trabalho, eles queixam-se constantemente de fadigas, tosse, cansaço respiratório, dores nos braços, pernas e juntas. Nas entrevistas alguns se definiram como estressados em decorrência das jornadas de trabalho e das poucas horas de sono, o que, segundo eles, gera uma irritabilidade significativa.

A rua é representada por eles como um local de trabalho cruel e perigoso. As relações que estabelecem com outros atores sociais (adultos, policiais, traficantes, usuários de drogas, etc.) em muitos casos põem em risco sua vida. Fazem longos percursos a pé, alimentam-se de maneira e em horários inadequados, além de não disporem de um local apropriado.

Para o desempenho da atividade de engraxate, utilizam instrumentos tóxicos como a graxa, a tinta, entre outros, sem proteção para as mãos e o nariz (e o aparelho respiratório). Conduzem a caixa de engraxate nos ombros ou nas mãos, na maioria das vezes com o peso desproporcional ao tamanho e à idade. O que lhes provoca dores nos ombros e na coluna. Com as longas caminhadas diárias, a curvatura da coluna, o movimento contínuo dos braços e a pressão sobre as pernas formam um conjunto de fatores prejudiciais ao desenvolvimento físico do educando, que, após uma longa jornada de trabalho, se diz estressado e com dores no corpo.

## **O TRABALHO E A ESCOLA**

As aulas incluem artes plásticas, oficinas de capoeira, reciclagem de papel, oficinas de leitura, oficinas de jogos pedagógicos de matemática, oficinas de meio-ambiente, recreação, esportes, temas transversais, vídeos educativos e recreativos, continuando-se com a prática das aulas de campo, para que continuem integrados numa escola dinâmica, com uma maneira diferente de se fazer educação. Tentamos com esta proposta fazer com que a escola cumpra sempre o desafio de atraí-los, motivá-los a voltarem e permanecerem na sala de aula e estudarem. Todavia observamos que, em decorrência da atividade de trabalho que desempenham e do horário da jornada da sua jornada, os meninos que trabalham como engraxates não gostam de estudar no período da manhã. Afirmam estar cansados da noite de trabalho, sentem muito sono e, às vezes, dormem na sala de aula, como demonstram as falas a seguir:

“Trabaiá à noite e estudar de manhã não dá, num dá pra engraxar à noite e estudar à tarde, porque a gente fica cansado com o sono”, (M., 16 anos).

“Falando sério, é horrível estudar de manhã porque a pessoa tem que acordar bem cedinho”, (D., 14 anos).

Gostam da escola, participam de todas as atividades e consideram um estímulo a mais para os que participam de escolas convencionais. Apesar de a proposta do projeto tentar integrar a prática da educação de rua, alguns não aceitam este modelo, requerem constantemente o modelo tradicional de escola. Já outros consideram a Escola Vai à Rua boa, porque tem forma e jeito diferente das demais. Segundo eles, as atividades nela desenvolvidas atendem às necessidades dos educandos por considerar seu nível de aprendizagem e saberes do cotidiano da rua. Além do que percebem que esta escola respeita as suas dificuldades e limitações, cuidando inclusive do bem estar nos dias que estão indispostos devido à drogadição ou ao trabalho. A escola é considerada, por eles, diferente, porque estabelece um vínculo afetivo entre educador e educandos.

Eles acham o estudo muito importante porque almejam, através dele, conseguir um trabalho melhor e serem iguais a qualquer cidadão. Como a maioria das crianças e adolescentes, sonham com profissões que aparentam status e aventura. Também ressaltam aquelas que julgam oferecer poder. Poder este pensado como forma de retaliação às agressões de que são vítimas, como, por exemplo, ser policial. Entretanto, infelizmente, há aqueles que expressam não almejar nada, importando-se apenas com o aqui e o agora.

### **Defasagem escolar**

Os entrevistados cursam a 2ª e 3ª série. Constatamos que, de modo geral, a defasagem série/ idade na Escola Vai à Rua é de 05 a 07 anos, com repetência de mais ou menos 05 a 06 anos.

A comparação entre crianças e adolescentes trabalhadores e não trabalhadores, com base em duas dimensões que sintetizam caminhos convergentes no sistema escolar - exclusão e inclusão inadequadas - destaca claramente as desigualdades sociais existentes na área urbana.

Com relação ao primeiro aspecto, observa-se que a maioria das crianças urbanas que trabalham freqüentam a escola, representando 61%, enquanto 39% delas estão excluídas do sistema. Entre os não ocupados apenas 8,0% não freqüentam a escola, estão incluídos, neste percentual, também aqueles que se dedicam exclusivamente aos afazeres domésticos (Cervini e Burger, 1991).

Esta referência articula-se diretamente com o que pesquisamos, podendo-se observar que uma parcela significativa dos meninos engraxates atendidos pela referida escola, quer matriculados na própria escola quer em outras, às vezes até nas duas, não consegue freqüentá-las. O trabalho é percebido e sentido por eles como mais urgente e útil do que a escola.

Quanto ao aspecto referente a defasagem escolar, os dados sintetizam um conjunto de situações conflitantes no interior do sistema escolar. Observa-se, em geral, que o trabalho afeta os níveis de defasagem série/ idade, com elevados índices. Isto expressa não apenas os elevados níveis de pobreza de grandes contingentes da população, mas também os próprios problemas do sistema escolar em dar respostas eficazes a questões que envolvem esta situação generalizada. Ao mesmo tempo a situação do menino trabalhador é ainda mais grave quando comparada à daqueles que não trabalham. Mais de 84% estão, no mínimo, atrasadas em uma série, segundo a idade. A não freqüência à escola e a defasagem série/ idade nos adolescentes trabalhadores são muito mais pronunciadas do que nas crianças (Fausto e Cervini, 1991).

De modo geral, e foi inclusive o que constatamos com os nossos sujeitos, seja qual for o grau de escolaridade atingido, eles não possuem conhecimento ou qualificação que lhes permitam obter um trabalho, em melhores condições, com reconhecimento social. Mesmo as tentativas oficiais e particulares de ensino profissionalizante frustram as expectativas dos alunos, porque partem de modelos pedagógicos criados sem levar em conta as necessidades que devem ser atendidas e as potencialidades que podem ser desenvolvidas.

O tempo e o espaço dispensados neste aprendizado, além do resultado nulo, não são recompensados. Já a escola da rua lhes propicia a satisfação imediata das necessidades básicas e a percepção de terem adquirido algum conhecimento.

## **O QUE PENSAM AS EDUCADORAS**

Dado o caráter do Curso de Formação - de extensão, já que são apenas 120 horas, não houve a possibilidade de trabalharmos na perspectiva do que a escola pensa sobre a inserção precoce desses meninos no trabalho e a relação com a escola. Embora façamos parte da coordenação da Escola Vai à Rua, não podemos sozinha expressar a opinião da

mesma. Todavia, houve, ainda, a preocupação de tentarmos compreender como as educadoras que lidam diretamente com os entrevistados avaliam o desempenho deles.

Segundo as educadoras entrevistadas, eles apresentam facilidade nas atividades relacionadas a jogos e matemática, e ao meio ambiente, por estarem em contato direto com o dinheiro e com a natureza. Há dificuldades nas áreas da leitura e da escrita, porque, apesar de viverem num ambiente alfabetizador (as educadoras referem-se as placas, bancas de revistas e jornais), ninguém procura despertar neles esse interesse.

Os depoimentos delas confirmam as falas deles de que pela manhã têm mais dificuldades de acompanharem as atividades escolares, por não dormirem direito à noite, o que implica sono durante as atividades da manhã e pouco aproveitamento:

“Eles dormem tarde porque trabalham a noite onde o fluxo de carros e de pessoas são maiores em Tambaú. Diante disso não têm disposição para nada. Geralmente, a aula da manhã começa um pouco mais tarde” (Educadora).

“São poucos os que se interessam pelas atividades escolares pela manhã, porque estão com muito sono - na maioria das vezes, dormem na sala de aula. Procuramos levar em consideração a temporalidade dos educandos, pelo seu ritmo de vida na rua. O desempenho das aulas é respeitado de acordo com sua dinâmica diária” (Educadora)

Segundo as educadoras, o ritmo deles é lento, sem prazo programado, poucos participam das atividades. Não conseguem ficar sentados muito tempo porque a vivência da rua é muito dinâmica.

Já a educadora do turno da tarde constata que as dificuldades em relação ao sono são menores, à tarde é outra dinâmica, eles são mais interessados e participam mais das atividades pedagógicas.

De modo geral as educadoras também reconhecem que têm dificuldades, por não reconhecerem e não levarem em consideração a sabedoria desses meninos, por se acharem donos da verdade, da “intelectualidade” (sic) e teorizarem muito. Elas reconhecem inclusive a necessidade de conhecerem melhor a realidade desses meninos e de a escola incorporar o respeito aos limites destes.

## À GUIA DE CONCLUSÕES

Foi muito gratificante ter sido escolhida entre os demais educadores da Escola para participar deste curso, uma vez que estudar é fundamental para ampliar conhecimentos dentro da nossa área de atuação, que é o trabalho do *Educador Social*. Esta categoria, ainda desconhecida pelas demais, apesar de gratificante, é, por sua complexidade, difícil de ser entendida e aceita. A motivação e o interesse em participar do curso surgiram desde as primeiras reuniões, quando nos foram apresentadas suas propostas e objetivos. Foi um encontro de parceiros, que, apesar de trabalharem em setores diferentes, tinham o mesmo interesse: adquirir subsídios para entender, debater e trocar experiências e, sobretudo, intervir em uma temática tão complexa e cruel: o trabalho precoce. O curso contribuiu para compreendermos as causas que levam um grande percentual de crianças e adolescentes a desenvolverem, desde cedo, atividades de trabalho, tolhendo-lhes o direito e o desejo, inerentes a toda criança e adolescente, de brincar e estudar.

Esta experiência com este ensaio de pesquisa permitiu-nos atentarmos para parte da realidade desses meninos que, embora já conhecêssemos, não tem sido privilegiada pela Escola Vai à Rua como área de atuação –a inserção precoce no trabalho. Embora a rua produza uma série de conseqüências negativas para o desenvolvimento desses meninos, como, por exemplo, o caso das drogas, o trabalho é mais um agravante que, no caso da escolaridade, assume contornos graves: atinge o desenvolvimento psicossocial, violenta a infância e a adolescência e nega a cidadania. Mesmo com a tentativa da Escola Vai à Rua de escolarizar estes meninos, o trabalho de novo impede, dificulta, embrutece, até porque, não sendo a causa das dificuldades escolares, a existência dele e a necessidade do menino de fazê-lo é pelo menos um instrumento na socialização desviante (Alberto, 2002).

Como educadora na escola, desenvolvemos várias atividades: desde ir às ruas com o grupo, para o encontro com os meninos, até o acompanhamento das aulas de campo, momento em que constatamos o quão importante é a escola para as crianças e adolescentes. Apesar da diversidade, é visível que há, em cada um dos entrevistados, esperança de recuperar o tempo perdido com relação à aprendizagem. Além disso, demonstram interesse pelas atividades propostas pela escola, desejam concluir o segundo

grau e conseguir um trabalho digno e honesto. Anseiam também por conseguir uma profissão e não gostam do trabalho que desenvolvem nas ruas. Sentem vergonha da sua condição de rua e dela se ressentem mais ainda pelo fato de que o trabalho, aliado à vida nas ruas, dificulta a escolaridade.

## REFERENCIAS

---

ALBERTO, M. de F. P. **As dimensões subjetivas do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua de João Pessoa - PB.** 2002, 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CERVINI, R.; BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991, p. 17-46; 227-242.

GRACIANI, M. S. S. A construção social da identidade de meninos (as) de rua. **Revista Brasileira Crescimento e Desenvolvimento Humano**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 147-153, 1992.

FAUSTO, A.; CERVINI, R. **Crianças e adolescentes no Brasil urbano nos anos 80.** São Paulo: Cortez, 1998.

MOURA, M. A. **O trabalho precoce e a saúde de crianças e adolescentes.** Oficina sobre os impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescente. Brasília, 1995. Mimeografado.

ORGANIZAÇÃO internacional do trabalho. **Combatendo o trabalho infantil: guia para educadores.** Brasília: IPEC, 2001.

SAMPAIO, I. I. C.; RUIZ, E. M. **Trabalho precoce e psiquismo infantil.** São Paulo, 1996. Mimeografado.



# QUATORZE

---

## A FACE OCULTA DO TRABALHO PRECOCE E SUAS CONSEQUENCIAS NO DESENVOLVIMENTO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO NA CASA MENINA MULHER

José Roberto da Silva<sup>1</sup>

Maria de Fátima Pereira Alberto<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado do Curso de extensão e Formação para Agentes Sociais que Atuam na Área de Trabalho Infante-Juvenil Urbano e Rural, promovido pela Universidade Federal da Paraíba através dos seguintes setores: Setor de Extensão e Assessoria a Movimentos Populares - SEAMPO e do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho - GPST, em parceria com o Movimento Leigo América Latina - MLAL.

O MLAL é uma ONG internacional que desenvolve um projeto de parceria Universidade e Movimentos Sociais na área dos direitos humanos denominado UNICIDADANIA. O referido curso foi realizado no período de março a junho de 2002.

Este trabalho tem como objetivo Identificar se há trabalhadores precoces e as atividades que são desenvolvidas por meninos e meninas do Projeto Casa Pequeno Davi

---

<sup>1</sup> Graduando em Pedagogia/UFPB, Educador Social da Casa Pequeno Davi, da unidade Menina Mulher, Conselheiro do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente do Município de João Pessoa.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia/UFPE, Professora Adjunta Depto. Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho -GPST/UFPB. /UFPB, Pesquisadora do Grupo Subjetividade e Trabalho (GPST) UFPB.

- Setor Casa Menina Mulher - CMM e as conseqüências para o seu desenvolvimento escolar.

## **CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO CASA PEQUENO DAVI**

A Casa Pequeno Davi, fundada em 23 de julho de 1985 pelos religiosos de São Vicente de Paulo é uma entidade não governamental, sem fins lucrativos, localizada na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Os seus objetivos são:

1. Contribuir para promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social, através de ações de educação integral e de intervenção nos espaços políticos da Paraíba.
2. Oferecer educação integral, através de uma abordagem socio-educativa, às crianças e adolescentes, favorecendo sua integração na sociedade como cidadãos e cidadãs, conscientes de seus direitos e deveres.

A referida instituição desenvolve atividades educacionais com crianças e adolescentes do Bairro do Roger, adjacências do Terminal Rodoviário e bairros da periferia da grande João Pessoa. Atualmente fazem parte do projeto 360 crianças e adolescentes, entre 07 e 17 anos, com atividades desenvolvidas em dois espaços:

- Setor Casa Pequeno Davi.
- Setor Casa Menina Mulher.

Existia, ainda, o Setor Rodoviária, extinto no ano 2001. Neste período foi movida uma ação pelo Departamento de Estradas e Rodagem - DER-PB (órgão que administra a rodoviária), em conjunto com o Conselho Tutelar e o Ministério Público, com o objetivo de retirar da Rodoviária adultos e crianças que lá trabalhavam como engraxates, vendedores ambulantes, jornaleiros, lavadores de carros e pedintes. Com isso as atividades que eram desenvolvidas no espaço físico da rodoviária, com meninos e meninas que trabalhavam no local, passaram a acontecer na Casa Menina Mulher.

O início de suas atividades aconteceu no ano de 1998 e tinha dois objetivos principais: trabalhar com prevenção, exploração e violência sexual de meninas; retirar as

meninas do espaço de trabalho desenvolvido no Terminal Rodoviário de João Pessoa e nas áreas circunvizinhas.

Atualmente a CMM busca contribuir para a melhoria da qualidade de vida e o resgate da cidadania das meninas, através de um trabalho socio-educativo, numa perspectiva de gênero. Atendemos um número de 75 meninas e 33 meninos, incorporados do Setor Rodoviária.

As Atividades desenvolvidas pela Casa Pequeno Davi e pela Casa Menina Mulher são:

- Oficina de arte, Marcenaria, Serigrafia, Acompanhamento escolar/familiar, Artesanato em tecido,
- Oficina de formação, Esportes, Dança, Música, Recreação,
- Biblioteca, Laboratório de informática.

Foi nesse contexto, como Educador Social responsável pela formação humana dos adolescentes, como conselheiro e, ainda, pela necessidade da Casa Pequeno Davi em qualificar seus educadores (as), que sentimos a necessidade de participar deste curso para agentes sociais na área do trabalho infanto-juvenil, certos de com isto possibilitar uma intervenção mais qualificada no trabalho com criança e adolescentes das classes subalternas.

## **A RELAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COM A TEMÁTICA TRABALHO PRECOCE**

A pesquisa sobre a temática trabalho infanto-juvenil não é nova no âmbito da Casa Pequeno Davi nem na Casa Menina Mulher. Ela inicia-se com o diagnóstico feito na instituição para traçar o perfil da situação inicial dos meninos e meninas inseridos nos projetos da referida casa em 2002.

Esta primeira investigação nos dá conta de que havia 132 fichas preenchidas com dados sobre os meninos e meninas atendidas. Deste total foram observadas 74 fichas individuais. Desse total 51 meninas confirmaram que já desenvolveram algum tipo de trabalho, o que dá, do total de analisados, 68%. Um número bastante significativo de

trabalhadoras precoces, considerando-se a amostra analisada. As atividades que desenvolveram foram: vendedora, babá, doméstica, olheira de carro e artesã.

Dessas 51 meninas, 26 foram beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI e 07 foram beneficiadas pelo programa Bolsa Escola. Em tese foram retiradas do trabalho. Do total de 51, 3 meninas ainda continuam trabalhando, enquanto outras ajudam em casa e estudam.

Desse total 23, meninos confirmaram que já trabalharam ou trabalhavam na época da pesquisa; 05 meninos nunca trabalharam. As atividades que desenvolveram foram: vendedor, olheiro de carro, carregador de bagagens, fretistas e capinador de mato.

Esses dados só vêm comprovar os dados do IBGE de que na Paraíba o número de crianças e adolescentes, na faixa etária de 5 a 17, ocupadas no ano de 2001, é de 154.933 (10.603 têm entre 5 e 9 anos), dos quais 68.707 estão em atividades não-agrícolas.

Em relação a situação escolar, 16 crianças ou adolescentes já repetiram de série, 8 repetiram uma vez; 3 repetiram duas vezes ; outros 3 repetiram três vezes; 2 repetiram quatro vezes; 6 não lembram; 1 não respondeu.

Segundo Rizzini *et al.* (1996), as crianças e adolescentes que trabalham apresentam os maiores índices de evasão escolar e progridem mais lentamente na escola. Cervini e Burger (1991) chegam a conclusões semelhantes, apenas diferenciando os percentuais para crianças e adolescentes. No caso das crianças, o índice de exclusão da escola é ligeiramente menor do que o dos adolescentes.

Alberto citando *El trabajo infantil* (2002: 251), dá conta de que a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe das Nações Unidas (CEPAL) afirma que as crianças e adolescentes trabalhadores, com idades compreendidas entre os treze e os dezessete anos alcançam os dezoito anos com um déficit educativo de mais de dois anos escolares, em comparação com os jovens que ingressam no mercado de trabalho com idades compreendidas entre os dezoito e os vinte e quatro anos. A referida comissão considera ainda que este déficit educativo conduz a uma redução de 20% de ingresso na vida ativa quando adultos. Na Paraíba, a estimativa do IBGE (1999) é de que 52,09% das crianças na faixa etária dos sete aos quatorze anos apresentam defasagem entre idade e série maior do que dois anos.

Dentre os 23 meninos trabalhadores, 16 foram beneficiados pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e 01 foi beneficiado pelo programa Bolsa Escola. Os programas PETI e Bolsa Escola são desenvolvidos pelo Governo Federal em parceria com os municípios. Em tese foram retirados do trabalho. Deste total de 23, ainda continuam trabalhando 04 meninos. Os demais continuam estudando.

Desse modo, os dados ajudam-nos a compreender que os referidos programas, embora não sejam políticas definitivas de atendimento à infância e à adolescência, foram, no caso específico, fundamentais para a retirada dos meninos e meninas do trabalho. Este dado corrobora os dados de outros autores (Alberto, 2002; Moreira, 2002) de que tem diminuído o número de crianças e adolescentes trabalhando na Paraíba, graças aos programas PETI e Bolsa Escola.

Usamos a expressão “em tese” como forma de ressaltar que, apesar de alguns não terem informado que continuam trabalhando, como educadores, em constante contato com eles, temos conhecimento de que ocorre tal fato.

Dados do IBGE informam que diminuiu o número de crianças e adolescentes entre 10 a 17 anos trabalhando no setor informal.

## **A TRAJETÓRIA DE CONSTRUÇÃO DESTE TRABALHO**

Utilizamos a articulação da metodologia qualitativa e quantitativa. Como instrumentos usamos: questionário diagnóstico, a entrevista semi-estruturada, a observação *in loco* e conversas informais. Adotamos como critérios de escolha, para as entrevistas das crianças e adolescentes, aqueles (as) que desenvolviam no momento da pesquisa<sup>3</sup> algum tipo de trabalho e que já tinham repetido o ano na escola. O questionário diagnóstico foi feito pala Casa Pequeno Davi/Casa Menina Mulher para obtermos um diagnóstico da situação inicial (em relação ao trabalho precoce, a escolaridade, evasão e repetência escolar e alguns dados econômicos das famílias) das crianças e dos adolescentes com que a Casa Pequeno Davi trabalha. Deste questionário, extraímos para esta pesquisa alguns dados.

---

<sup>3</sup> Esta pesquisa foi realizada entre maio e junho de 2002.

Dentre as 74 fichas observadas no projeto envolvendo a Casa Pequeno Davi e a Casa Menina Mulher, 51 fichas são de meninas e 23 são de meninos. Selecionamos para análise uma amostra de 7 crianças e adolescentes, sendo 3 meninos e 4 meninas, em situação de trabalho precoce, com a idade entre dez e quinze anos, atendidos (as) pelas duas instituições.

## O TRABALHO DOS MENINOS E MENINAS DA CASA MENINA MULHER

Comparando o conhecimento que tínhamos, oriundo do diagnóstico feito pela Casa, com esta nossa pesquisa, observamos que as atividades de engraxate, vendedor, fretista e olheiro permanecem sendo realizadas por eles. As atividades de carregador de bagagens e capinador de mato desapareceram e surgiram novas atividades como pescadores de caranguejo, borracheiros, catadores de papel e transportadores de leite.

Com relação às meninas, as atividades desempenhadas são basicamente as mesmas: vendedoras ambulantes, empregadas domésticas, babás, fretistas e olheiras de carro. A única atividade nova que apareceu em nossa pesquisa foi a de artesã.

Em relação à questão escolar, constatamos que meninos e meninas com idade entre dez e quatorze anos apresentam uma distorção idade-série de três a cinco anos. O que demonstra que a escola não tem apresentado soluções compatíveis com a realidade socioeconômica e cultural das crianças e adolescentes em situação de pobreza, no que se refere à redução do índice de evasão e repetência escolar. Daí porque, para os adolescentes entrevistados, o lanche e as brincadeiras são os maiores atrativos da escola.

Identificamos a situação de pobreza em que se encontram as famílias dos entrevistados como a causa mais evidente do trabalho precoce, que, conseqüentemente, interfere em seu desenvolvimento escolar.

Todos os adolescentes entrevistados deixaram explícito que trabalham para sua sobrevivência e para contribuição na renda familiar. Dessa forma, a pobreza configura-se como causa do trabalho precoce. Nossos dados corroboram isto com dados identificados por Madeira (1983: 82) quando afirma que (...) *a pobreza é sobretudo decorrente da imperiosa necessidade do trabalho infanto-juvenil como complemento da renda familiar, para garantir a sobrevivência.*

Selecionamos, dentre as atividades identificadas, três para observação da atividade de trabalho: engraxates, limpadores de túmulos e vendedores de fichas de videogames. Observamos o desempenho das tarefas de engraxates *in loco* e constatamos as seguintes características: Os adolescentes engraxates usam, para desenvolverem a atividade, uma caixa de madeira onde transportam e guardam seus instrumentos de trabalho. A saber, escova, pincel, graxa (tóxica), flanela. Após percorrer uma média de dez quilômetros (10 km), com a caixa de madeira pendurada nos ombros, o adolescente revela que está cansado de caminhar e, não tendo encontrado cliente, senta-se e descansa, pois já está fadigado.

## **RISCOS DO TRABALHO**

### **Engraxates**

Conforme observação, verificamos que os adolescentes engraxates trabalham das 18:00 às 22:30 horas no parque Solon de Lucena, local no centro da cidade e em que, neste horário, funcionam vários bares. Aí os adolescentes se expõem a maus tratos praticados por adultos e por seus colegas maiores, no trabalho; não usam equipamento de segurança individual (EPI) para o contato com a graxa. Dado a sua condição de rua, o adolescente tem grande possibilidade de contato com drogas e álcool. Esta situação de vulnerabilidade leva a uma ação de violência ou, no mínimo, de desconfiança da polícia para com eles, pois julgam que os meninos são usuários de drogas.

### **Limpadores de túmulos**

Os limpadores de túmulos ou mausoléus usam esponja de aço, detergente, cera, água e limão; lavam os túmulos com água, passam um pano para secar e aplicam a cera. Nos túmulos há um crucifixo feito de bronze que é lustrado com limão e detergente. Os meninos têm contato direto com produtos tóxicos. Este trabalho exige do adolescente esforço físico, contatos com substâncias que levam a risco químico. Nesta atividade o menino ganha entre vinte e trinta e cinco reais, equivalentes a “uns vinte túmulos”, conforme a fala do adolescente. Como podemos observar, o número de túmulos limpos é significativo em termos do que é exigido do corpo de um adolescente com quatorze anos.

“(…), eu ganho, o pessoal paga cinco ou dez reais. Eu limpo uns vinte túmulos, eu ganho vinte, trinta, trinta e cinco reais. Eu divido com o meu pai e dou a ele”. (A. masculino, 14 anos).

### **Vendedores de fichas para videogame**

O adolescente<sup>4</sup> trabalha vendendo ficha para jogos de videogame, administra um fiteiro – ponto de jogos e faz trabalho de recebimento, contagem e, no final do dia, prestação de contas do dinheiro apurado. Isto demanda dele responsabilidades. Nesta atividade o menino trabalha, em média, doze horas por dia, ficando prejudicado na frequência escolar, dada a sua carga horária no trabalho. O menino fica todo este tempo em contato com transeuntes vendendo as fichas e dando segurança ao funcionamento das máquinas de modo a não danificá-las ou vir a perder dinheiro no final do dia.

### **RELAÇÃO TRABALHO - ESCOLA PARA OS MENINOS ENTREVISTADOS**

O cansaço físico provocado pelo trabalho precoce impede que os meninos façam os exercícios escolares propostos pelo professor com tarefa de casa. Dois dos meninos entrevistados afirmaram que o trabalho atrapalha o seu processo escolar, devido a sua jornada de trabalho e ao cansaço decorrente deste, o que, por sua vez, diminui o tempo disponível para o estudo.

Dos 3 meninos selecionados para a entrevista, 1 disse que só trabalhava de noite, após o término das suas atividades escolares e da jornada ampliada no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Entre os demais meninos entrevistados, 1 trabalha nas quintas-feiras e nos sábados, e outro trabalha todos os dias, em média doze horas. Todos os 3 meninos, quando indagados acerca do tempo para fazer as atividades escolares, responderam que o fazem no horário que antecede a chegada da professora à sala de aula.

### **GÊNERO E TRABALHO**

---

<sup>4</sup> Este adolescente foi aluno da Casa Menina Mulher e, no período desta pesquisa, já não participava mais das atividades, pois havia sido afastado do PETI por não estar frequentando a escola. Logo, abandonou as atividades da CMM.



Na perspectiva de mapear as atividades que são desenvolvidas por meninos e meninas do Projeto Casa Pequeno Davi e Setor Casa Menina Mulher, constatamos que existe uma divisão social e sexual nos tipos de trabalhos identificados. Enquanto os meninos desenvolvem atividades consideradas masculinas, que exige maior esforço físico, as meninas estão ligadas às atividades domésticas, culturalmente assimiladas como femininas. Esta idéia é confirmada na fala de um dos meninos quando diz:

“As meninas não engraxa porque esse tipo de trabalho é só de menino engraxar”.(J. masculino,14 anos).

Podemos verificar que menino engraxa sapato, enquanto as meninas vendem frutas; o menino trabalha num videogame, e meninas não. Segundo Alberto (2002), há na rua uma diferenciação que hierarquiza as atividades: **isto é de menino, isto é de menina**. Na rua tudo que é considerado hierarquicamente inferior é destinado à menina e o que requer força, “esperteza”, é destinado aos meninos. Dois aspectos destacam-se na percepção de ambos: os meninos têm mais responsabilidades e a construção simbólica das ruas como um universo essencialmente masculino.

As atividades comuns para menino e menina foram as de lavar mausoléus ou túmulos e de olheiros de carro. Este dado vai de encontro a Alberto (2002), que, em sua pesquisa com menino e meninas em condição de rua em João Pessoa, não encontra meninas olhando carros. A explicação para isto é que, naquela referida cultura, os sujeitos por ela pesquisados informaram que esta atividade de olheiro era uma atividade só de meninos.

## **SOBRE A ESCOLA**

Em se tratando da situação escolar dos adolescentes entrevistados, verificamos que todos estão cursando a segunda, quarta e quinta séries do ensino fundamental e apresentam uma defasagem escolar de três a cinco anos. A saber, D. 14 anos, masculino, três anos de distorção idade-série e quatro anos de repetência; J. 14 anos, masculino, quatro anos de distorção idade-série e quatro anos de repetência e A. 13 anos, masculino, cinco anos de distorção idade-série e um ano de repetência. Segundo eles, o cansaço físico e mental provocado pelo trabalho precoce dificulta a execução das tarefas escolares e não permite concentração no momento da explicação em sala de aula.

Certamente esses são aqueles sujeitos que constam nas estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP/ MEC) segundo as quais, no período de 1995 a 2000, na Paraíba, de cada 100 alunos matriculados na 1ª série do ensino fundamental 55% não concluíram o ensino fundamental e ficaram entre a evasão e a repetência escolar.

Um menino declarou que não gosta da diretora devido ao tratamento estúpido desta para com ele; e os dois últimos apresentam a escola como lugar para aprender a ler e escrever. Alguns meninos não gostam da “bagunça”, das “arengas” na escola nem de responder mal aos professores, por saber em que se responderem serão castigados: “cheirando a parede até a hora do lanche”, ou são colocados em suspensão de até 15 dias fora da escola. Isto pode parecer significativo, pois, ao abordarmos esta questão com o adolescente, fez-se um longo silêncio. Deste modo podemos concluir que a relação entre o professor e o aluno, direção e aluno, contribui muito para a evasão escolar, principalmente de alunos adultizados pelo trabalho fora da escola.

Considerando-se que a causa básica que leva estes adolescentes para o trabalho precoce é a necessidade econômica decorrente do empobrecimento da família, a fim de contribuir com o seu sustento e necessidades básicas de alimentação, concordamos com Burger (1988) quando diz que a causa básica do abandono do estudo está associada à pobreza individual e coletiva da população e acrescenta que, entre os menores que trabalham, se situam as maiores proporções dos que não estudam.

A escola, por sua vez, não tem demonstrado sensibilidade para adentrar-se na realidade dessas crianças e adolescentes, nem para, sequer, compreender o seu universo simbólico. Devido aos hábitos adquiridos como trabalhador precoce, a escola não está contemplada entre suas prioridades de vida. Dessa forma, o adolescente não a concebe como um instrumento que lhe possibilite meios para o acesso a sua cidadania, pois este adolescente tem seu tempo contaminado pelo trabalho. Sobre isto, ver Alberto (2002), ao definir como a contaminação do tempo da escola com o trabalho e ressaltar os efeitos do trabalho na vida cotidiana do menino. Estando o adolescente influenciado pelo trabalho precoce, seu tempo fica de algum modo condicionado ao trabalho, deixando a escola de fazer parte do seu universo cultural como meio de acesso à cidadania. Esta forma de relação com a escola leva as crianças e os adolescentes trabalhadores a uma condição de

perda dos seus direitos, necessários ao seu crescimento enquanto pessoa em desenvolvimento, como mencionam os artigos 3º e 4º do Estatuto da criança e do Adolescente (ECA) lei federal 8.069/90.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Constatamos a presença de crianças e adolescentes em diversos tipos de atividade de trabalho. Existe uma divisão sexual nos tipos de trabalhos identificados: meninos desenvolvem atividades consideradas masculinas, por exigirem maior esforço físico, enquanto as meninas estão ligadas a atividades domésticas, culturalmente assimiladas como femininas.

Em relação à questão escolar, constatamos que meninos e meninas com idade entre dez e quatorze anos apresentam de três a cinco anos no que se refere à distorção idade-série.

O cansaço físico e mental provocado pelo trabalho precoce dificulta a execução das tarefas escolares e não permite concentração no momento da explicação em sala de aula.

Os adolescentes entrevistados citam o lanche e as brincadeiras como os maiores atrativos da escola, que, por sua vez, não tem apresentado soluções compatíveis com a realidade socioeconômica e cultural das crianças e adolescentes em situação de pobreza, no que se refere à redução do baixo nível de escolaridade e defasagem escolar.

Identificamos a situação de pobreza, em que se encontram as famílias dos entrevistados, como sendo a maior causa do trabalho precoce, que, conseqüentemente, interferem no seu desenvolvimento escolar.

Constatamos, ainda, que há meninos e meninas que deixaram o PETI e voltaram a trabalhar, alegando que o valor da bolsa é pequeno e que ganham mais trabalhando. Este aspecto aponta a necessidade de avaliação do programa, nestes moldes, para alguns segmentos de trabalhadores precoces, assim como, também, do acompanhamento dos beneficiados para se saber realmente se não trabalham ou se só estudam.

Se a pobreza é o que impulsiona e os programas de assistência (logo temporários, sem continuidade enquanto ação do Estado) não são suficientes para resolver a situação de vida e principalmente de ausência de escolaridade desses meninos. Isto só vem

comprovar o que já se sabe, isto é, a inexistência de políticas públicas. Tal fato acontece na medida em que os direitos da pessoa e do cidadão não são respeitados pelo Estado e também não e nem objeto da consciência popular. Como diz Raicheles (1998; 69-70) *os direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social, consolidando-se práticas de incivilidade. A disseminação de direitos e a idéia do direito a ter direitos são pouco enraizadas na institucionalidade brasileira, na qual nem sequer se generalizou o estatuto do trabalhador assalariado.*

## REFERENCIAS

---

ALBERTO, M. de F. P. **As dimensões subjetivas do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua de João Pessoa - PB.** 2002, 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

CARVALHO, M. do C. B. **Oficina sobre os impactos do trabalho precoce na saúde de criança e adolescente.** Brasília, 1996.

CERVINI, R.; BURGER, F. O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.** São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 17-46; 227-242.

COSTA, A. C. G. da. A educação pelo trabalho. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano 6, n. 19, p. 13-25, 1985.

\_\_\_\_\_. **Participar é preciso.** [S. l]: Ministério da Ação Social/CBIA, 1990.

FERRETT, C. **Uma nova proposta de orientação profissional.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LIMA, R.; BURGER, F. **Participação do menor na força de trabalho brasileira nos anos oitenta: caracterização e reflexões sobre política de emprego e política social.** Rio de Janeiro: IPEA, IPLAN, 1988. (Texto para Discussão, 3).

MADEIRA, F. Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 70-83, jan / mar. 1993.

RIZZINI, I. et al. **A criança e o adolescente no mundo do trabalho.** Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula/ Amais Livraria e Editora, 1996.

## QUINZE

---

# O TRABALHO PRECOCE NOS MERCADINHOS DO MUTIRÃO EM BAYEUX E AS CONSEQÜÊNCIAS NA VIDA ESCOLAR DOS TRABALHADORES

Gilvandro Francisco da Silva<sup>1</sup>

Ricardo Rian Galdino da Silva<sup>2</sup>

Anísio José da Silva Araújo<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

A exploração da mão-de-obra infanto-juvenil está presente no Brasil desde os períodos da Colônia e do Império através de crianças e adolescentes escravos que trabalhavam para os seus senhores (Góes e Florentino, 2002).

Em todo o país, apesar da ofensiva em prol da erradicação do trabalho infantil, ainda se encontram meninos e meninas que substituem a escola e as brincadeiras por jornadas diárias de trabalho de até 12 horas, em atividades muitas vezes perigosas e sem receber sequer a remuneração mínima estabelecida em lei. Causa grande indignação social o quadro grave de crianças e adolescentes trabalhadores nos canaviais, nas carvoarias e nas minas; porém, a exploração do trabalho precoce no comércio e demais serviços nos centros urbanos não é, em geral, percebida, especialmente quando ocorre na periferia.

---

<sup>1</sup> Bacharel em Direito. Assessor Jurídico do Sindicato dos Comerciários de João Pessoa

<sup>2</sup> Graduando em Ciências Contábeis. Diretor Executivo da Fundação Dom Helder Câmara.

<sup>3</sup> Doutor em Ciências/ENSP/FIOCRUZ, Professor do Departamento e Mestrado em Psicologia da UFPB, membro do Grupo de Pesquisas Subjetividade e Trabalho-GPST/ UFPB

O Conjunto Mário Andreazza, popularmente conhecido como Mutirão, é um bairro recente da cidade de Bayeux, com uma população de aproximadamente 25 mil habitantes. Sua construção ocorreu no período de 1982 a 1986.

A população inicial do Mutirão era composta basicamente de famílias oriundas de ocupações em favelas de João Pessoa, mais precisamente de áreas consideradas de risco, a exemplo de barreiras, manguezais, margens dos rios, entre outras.

Hoje é expressivo o número de crianças e adolescentes no bairro e uma simples observação é suficiente para se chegar a essa constatação. daquelas que estudam, muitas também trabalham, e outras apenas trabalham.

Hoje, em toda parte, o crescimento do setor de serviços, dos empregos em meio período e de relações de trabalho precárias (mão-de-obra flexível) é uma realidade. Tal contexto tem facilitado a inserção de crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

Antes de se prosseguir no texto, seria oportuno inserir-se um esclarecimento conceitual. Por atividade de trabalho precoce entendemos trabalhos formais ou informais realizados por meninos e meninas em idade precoce, principalmente até os 16 anos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos seus artigos 60 e 67, proíbe qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendizes, de 12 a 14 anos. A Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98 modificou o artigo nº 60 e alterou a proibição até os 16 anos, salvo na condição de aprendizes, de 14 a 16 anos.

Das crianças e adolescentes trabalhadoras existentes no bairro, chamaram-nos a atenção aquelas que trabalham nos mercadinhos, isto é, em pequenos supermercados e mercearias, com algum espaço disponível à circulação dos clientes e dotados de caixas com máquinas registradoras ou simplesmente uma calculadora de balcão.

Quantos são os trabalhadores precoces dos mercadinhos? Em que condições trabalham? Quais as conseqüências do trabalho em sua vida escolar? Há defasagem escolar? Há tempo para atividades lúdicas? Qual a dimensão dos seus sonhos? Estas e outras questões nos motivaram a mergulhar no campo da pesquisa buscando encontrar as respostas.

A pesquisa que ora apresentamos é resultado do *Curso de Formação de Agentes Sociais que Atuam na Área do Trabalho Infante-Juvenil Urbano e Rural* no qual dois dos autores deste artigo participaram como alunos, representando as instituições Fundação Dom Hélder Câmara e o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio de João Pessoa.

Mapear o trabalho precoce nos mercadinhos do Mutirão foi o objetivo que nos colocamos, buscando levantar as condições em que este é exercido e as repercussões no desenvolvimento psicossocial na vida escolar e nas relações familiares. Buscamos, também, captar as perspectivas de futuro, ou seja, os sonhos que essa realidade permite/impede construir. Os dados coletados fundamentariam a elaboração de um projeto de intervenção da Fundação Dom Hélder Câmara. Além disso, como experiência piloto, os dados lançariam as bases para a formulação de projeto semelhante a ser desenvolvido pelo Sindicato dos Comerciantes de João Pessoa em sua base territorial que culminasse, igualmente, numa proposta de intervenção.

## **DESCRIÇÃO DO PLANO DE ESTUDO**

A pesquisa tem caráter analítico-crítico, lançando mão de dados quantitativos e qualitativos na busca de desvendar o objeto de pesquisa.

Com o intuito de se obter o embasamento teórico-metodológico suficiente foi feita uma pesquisa em torno das referências bibliográficas que se mostravam mais pertinentes à análise da questão do trabalho precoce.

Foram entrevistados 15 trabalhadores precoces, oriundos de 16 dos 23 mercadinhos existentes no bairro, e que empregam um total de 28 trabalhadores (19 meninos e 09 meninas). A proposta inicial era abordar a totalidade desses trabalhadores. No entanto, obstáculos que se colocaram tanto para entrevistar algumas pessoas como limitações de ordem temporal fizeram com que apenas 15 tenham sido abordados. Ainda assim, o número de entrevistados representa 53.6% do total, o que cobre uma fatia importante do universo.

Aos dois pesquisadores iniciais foram agregados outros pesquisadores, ou seja, sete adolescentes que fazem parte do projeto “o futuro depende de nós” da Fundação

Dom Hélder Câmara. Com esses adolescentes-pesquisadores foram promovidos oito encontros dedicados ao estudo, elaboração e planejamento de todas as etapas da pesquisa, bem como treinamento para realização do trabalho de campo. As etapas percorridas nesse processo foram:

#### **Elaboração do projeto de pesquisa:**

- Sensibilização dos adolescentes-pesquisadores em relação ao tema da pesquisa, seus objetivos e sujeitos;
- Organização dos pesquisadores visando a delimitação do universo a ser pesquisado. Por conta de sua extensa área geográfica, o bairro foi dividido em quatro áreas e o grupo organizado em duplas para cobrir todas as áreas.
- Delimitação do universo da pesquisa. O instrumento utilizado foi um mapa para localizar os estabelecimentos e indicar a existência ou não de trabalhadores precoces, discriminados por sexo.
- Socialização do resultado do trabalho de campo, do que resultou o perfil da população pesquisada.
- Aperfeiçoamento do projeto de pesquisa pelos dois pesquisadores/monitores.

#### **Fase de preparação/coleta de dados:**

- Elaboração do instrumento de coleta de dados: cada dupla de pesquisadores-adolescentes elaborou um conjunto de questões que incluíam perguntas abertas e fechadas. Na seqüência, as várias propostas foram socializadas, do que resultou um roteiro único.
- Simulação das entrevistas com o fim de preparar os adolescentes para aplicar os questionários. Foi a oportunidade, também, de identificar possíveis falhas no instrumento de pesquisa. Percebeu-se, então, que o questionário continha algumas questões que dificultavam a entrevista, o que levou a sua reformulação. Por último, os pesquisadores foram orientados a informar que se tratava de uma pesquisa da Fundação Dom Hélder Câmara com o intuito de conhecer a vida dos “trabalhadores jovens” do bairro.



- Foi feita uma primeira abordagem das crianças/adolescentes nos próprios ambientes de trabalho. Diante da resistência de alguns proprietários dos estabelecimentos comerciais, optou-se por abordá-los no ambiente escolar.

#### **Fase de sistematização, análise dos dados e avaliação:**

Nesta fase os dados foram sistematizados em quadros demonstrativos de modo que facilitassem a leitura, interpretação e os necessários cruzamentos.

Após a análise dos dados foi realizado um encontro com os adolescentes-pesquisadores para avaliação do processo de pesquisa. Além disso, procurou-se confrontar a visão em relação ao trabalho precoce antes e após a realização da pesquisa.

### **APRESENTANDO OS RESULTADOS DA PESQUISA**

A maioria dos proprietários dificultou o trabalho de pesquisa, seja intimidando aqueles que se dispuseram a responder o questionário, seja proibindo literalmente. Em geral, os patrões policiavam o momento da entrevista, de tal sorte que apenas 15 estabelecimentos comerciais, ou seja, 53,6% do total, puderam ser investigados. Ainda assim, a maior parte das entrevistas foi realizada na escola.

#### **A família**

No geral, estes pequenos trabalhadores residem com a família<sup>3</sup>, muito embora o número de pessoas por moradia não represente necessariamente a quantidade de membros da família. Assim, verificamos que 33,3% dos entrevistados moram com mais quatro pessoas e todas trabalham; 20% moram com mais seis pessoas e todas trabalham no mercadinho da família; os 46,7% restantes se distribuem em várias situações. Merecem registro dois casos que apresentam dois moradores por residência. No primeiro deles, moram pai separado e filho e, no segundo, o adolescente com sua esposa, sendo este o único trabalhador precoce que reside em outro bairro da cidade de Bayeux e também o único entre os entrevistados que está fora da escola.

---

<sup>3</sup> As configurações familiares são as mais diversas possíveis e estão distantes do padrão da família nuclear. Trata-se de famílias ampliadas que envolvem a mãe, o pai ou os dois acrescidos de parentes.

A maioria (53,3%) possui entre um e dois irmãos, enquanto 46,7% possuem de três a quatro irmãos.

Quanto à origem dos pais dos trabalhadores entrevistados, 13,3% nasceram na Grande João Pessoa, 80% vieram do interior paraibano e apenas 6,7% vieram de outro estado. O êxodo rural é um fenômeno que marca a formação das aglomerações urbanas, especialmente em bairros de periferia das cidades, para onde são destinadas as populações pobres (Wood, 1994).

Diferentemente dos pais, 66,7% nasceram na grande João Pessoa e, dos 33,3% restantes, 26,7% nasceram no interior da Paraíba e somente 6,7% nasceram em outro estado. Dos nascidos na grande João Pessoa, apenas quatro entrevistados (26,7%) nasceram na cidade de Bayeux.

## **O trabalho**

O Brasil é definido pela Constituição Federal como um Estado democrático de direito, do que decorre o seu papel de garantia da legalidade. Os principais instrumentos que regulam o trabalho infanto-juvenil são: a Constituição Federal, a CLT-Consolidação das Leis do Trabalho e o ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

O art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 60 do Estatuto da Criança e do Adolescente, proíbe qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendizes.

A Constituição Federal no seu art. 227 prescreve que é dever primeiramente da família e, complementarmente, da sociedade e do Estado garantir à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito a uma vida digna (saúde, educação, lazer, profissionalização, dignidade, respeito, liberdade, etc.), protegendo-os de qualquer tipo de exploração, violência, crueldade ou opressão.

As crianças e os adolescentes, tão bem salvaguardadas pelas leis, não ocupam, entretanto, o primeiro lugar na hierarquia de preocupações dos governantes, da sociedade e muitas vezes da família. Em outros termos, a prioridade presente no texto

legal não encontra respaldo na prática dos governos, das sociedades e das famílias. Do contrário, as crianças não começariam a trabalhar tão cedo.

O resultado da pesquisa constata que 46,7% dos entrevistados começaram a trabalhar entre sete e dez anos de idade; 46,7% entre onze e treze anos e apenas um, correspondendo a 6,6%, começou a trabalhar entre quatorze e dezesseis anos de idade.

Embora tenham sido encontradas crianças trabalhando nos mercadinhos, não foi possível entrevistá-las, nem mesmo nas escolas. Por essa razão a distribuição dos trabalhadores por idade aponta que 26,7% têm entre doze e quatorze anos, 53,3% têm entre quinze e dezesseis anos e apenas 20% possuem dezessete anos de idade. Portanto, as informações relativas à presença de crianças não figuram nessa distribuição, o que não significa a não existência desse fenômeno.

Há forte predominância do sexo masculino no conjunto dos entrevistados (60%), exercendo as funções de entregador, arrumador, entregador/arrumador/caixa e serviços gerais. Esses dados traduzem a divisão sexual do trabalho, em que são reservadas aos homens atividades que exigem maior esforço físico e às mulheres (40% restantes) as atividades de caixa e arrumadoras, mais próximas das tarefas culturalmente destinadas às mulheres. Tem-se neste caso um exemplo de extensão do trabalho doméstico, como o demonstra o depoimento a seguir de A., 17 anos:

*“...eu comecei a trabalhar em casa, com oito anos de idade, arrumando a casa, cuidando dos meus irmão mais novo, e até hoje, trabalho no mercadinho e cuido deles, eles também mim ajudam, mais são muitos pequeno ainda, um tem onze e outro tem doze...”*

### **A jornada de trabalho**

Ao trabalhador adulto, de acordo com o que estabelece o art. 58 da CLT combinado com o art. 7º, inciso XIII, da Constituição Federal, é assegurado o direito a uma jornada de trabalho não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais. Tais normativas legais não se aplicam à situação em análise, uma vez que 80% dos trabalhadores precoces abordados nessa pesquisa não poderiam estar trabalhando, já que se encontram na faixa etária entre 12-16 anos. Os 20% restante, com idade de 17 anos,

não têm qualquer direito trabalhista assegurado a partir do registro na Carteira de Trabalho.

Com relação à jornada de trabalho, chama a atenção o número de dias trabalhados por semana, ou seja, nenhum dos entrevistados trabalha menos de cinco dias na semana. A maioria trabalha de domingo a domingo, numa jornada média de 55 horas semanais. Enquanto que 66,7% trabalham em tempo integral, com uma jornada que varia de seis a doze horas por dia e de segunda a sábado. Apenas 33,3% trabalham um expediente, o equivalente a uma jornada de duas a quatro horas por dia, de segunda a sexta.

O trabalho aos sábados, durante o dia, não é exercido por 33,3% dos entrevistados por razões de natureza religiosa, conforme depoimento abaixo de J., 16 anos:

“... O senhor fez toda a sua obra em seis dias e no sétimo descansou... trabalho no sábado a partir das cinco e meia da tarde...”

Contabilizando-se o trabalho noturno aos sábados, podemos afirmar que 100% dos trabalhadores precoces entrevistados trabalham de segunda a sábado e 86,7% trabalham de domingo a domingo. Esses dados atestam que o trabalho ao qual os entrevistados são submetidos consome parcela significativa do tempo destes. Outros investimentos fundamentais para essa faixa de idade, como educação, lazer, entre outros, ficam claramente prejudicados, trazendo sérios danos ao desenvolvimento dessas crianças/adolescentes.

Apesar de existirem alguns mercadinhos razoavelmente estruturados, a grande maioria não o é, refletindo a realidade do bairro, de extrema necessidade sócio-econômica. Os próprios filhos são utilizados como mão-de-obra, como meio de ampliar o rendimento familiar pelo não pagamento de salários e obrigações sociais que o contrato formal exige. 73,3% dos trabalhadores que responderam ao questionário têm os pais como patrões, ganham pouco e realizam uma jornada de trabalho excessiva, diferenciando-se dos demais trabalhadores apenas no que se refere ao modo de utilização do salário.

Perguntados sobre quantos reais ganham por semana, 60% responderam que ganham até vinte reais, 20% ganham entre vinte e trinta reais, um único entrevistado (6.7%) ganha acima de trinta reais e 13,3% se recusaram a responder.

Os trabalhadores filhos dos proprietários ajudam na despesa da família através do seu trabalho, de tal sorte que, quando indagados sobre como gastam o seu salário, 73,3% afirmaram fazê-lo com despesas pessoais, enquanto que os 26,7% restantes ajudam na renda familiar. Essas características do trabalho juvenil - longas jornadas de trabalho, uma semana com mais de cinco dias de trabalho, trabalho noturno e em tempo integral - atestam o caráter penoso do trabalho da maioria dos entrevistados. Os pais, inclusive, sendo os co-responsáveis diretos por esta situação. O surpreendente é que, apesar de toda essa condição, somente 40% dos entrevistados consideram o seu dia de trabalho cansativo.

#### **A escola**

Os primeiros dados da pesquisa em relação à vida escolar são animadores, ou seja, 93,3% dos entrevistados estão matriculados e freqüentando regularmente a escola, enquanto apenas um (6.7%) afirma não estar estudando, como ilustra o depoimento de C., 17 anos, casado:

“... eu estudei até o 1º ano do segundo grau, trabalho das seis da manhã às seis da noite, depois do casamento fui morar noutra bairro de Bayeux, na Imaculada, aí deixei de estudar...”

Os proprietários que utilizam a mão de obra familiar nos mercadinhos encaminharam seus filhos à escola ainda na fase pré-escolar. Tanto é que 73,3% dos pesquisados começaram a estudar com idade entre três e seis anos, 20% responderam que iniciaram os estudos com oito anos de idade e somente um, equivalente a 6,7%, começou a estudar com doze anos de idade. Portanto, apenas 26.7% começaram os estudos em defasagem escolar.

No grupo dos quatorze que estudam, apenas um, equivalente a 7%, estuda no turno da manhã, 50% estudam no turno da tarde e o restante, 43%, estuda à noite.

A primeira indicação de que as coisas não são tão promissoras como parecem são os altíssimos índices de repetência encontrados e a conseqüente defasagem série/idade. Dois terços, isto é, 66,7% afirmam já terem repetido alguma série, enquanto os 33,3% restantes afirmam nunca terem repetido. Dentre os motivos apresentados pelos que já repetiram alguma série, 50% reconhecem que isso ocorreu por falta de interesse, 20% atribuem ao fato de não saberem de nada e 30% desistiram no decorrer do ano letivo

As tarefas escolares de casa são feitas no turno da manhã por 13,3% dos entrevistados; no horário da tarde, por outros 13,3%; 40% responderam que fazem as tarefas à noite e 33,3% responderam que fazem as tarefas nos horários e nos dias de folgas.

No quesito referente às notas de avaliação do aprendizado, somente 14,3% responderam que estão entre os melhores da classe enquanto que a imensa maioria (85,7%) reconhece que não se enquadra entre os melhores, embora este percentual incorpore os 28,6% que se consideram em posição regular.

A defasagem escolar atinge o percentual de 80% dos entrevistados. Os 20% restante têm idade compatível com a série. Dos que se encontram em defasagem escolar, 50% apresenta atraso superior a três anos.

A comparação entre a distribuição por idade e por série mostra que não passar de ano não é um acontecimento isolado na trajetória escolar dos entrevistados. Muitos acumulam repetências, o que torna o aprendizado cada vez mais difícil. Os resultados da pesquisa evidenciaram que as causas dessa situação têm duas origens: o próprio sistema educacional e o trabalho exercido na infância. No primeiro caso, tem-se uma situação em que a escola não provoca o interesse no aluno e, portanto, onde aprender é muito difícil. A escola, portanto, não cumpre a contento sua função educadora, sendo, pelo menos em parte, responsável pelo fraco desempenho de seus alunos.

A grande dificuldade em acompanhar os estudos e melhorar o rendimento está diretamente relacionado ao trabalho. A pesquisa encontrou várias indicações neste sentido, sendo a mais importante delas o tempo insuficiente que a criança dedica aos estudos, pois 43% estudam à noite e 73,3% fazem as tarefas de casa à noite ou nos

horários e dias de folga. Muitos dos que estudam à noite fazem as tarefas quando chegam da escola. Sabemos que o estudo noturno não é a melhor situação para o aprendizado e que a opção por esse turno é condicionada ao horário de trabalho.

## **A OPINIÃO DOS TRABALHADORES PRECOSES**

Os motivos alegados pelos entrevistados para justificar o ingresso precoce no mundo do trabalho não divergem da situação encontrada com relação à inserção na escola, uma vez que os 26,7% que gastam o salário nas despesas da família são os mesmos que indicam a necessidade como justificativa para trabalhar. Além disso, 46,6% responderam categoricamente que trabalham porque são obrigados pelos pais e apenas 26,7% disseram que trabalham porque gostam, o que dá um total de 73,3%, ou seja, o mesmo percentual dos trabalhadores filhos dos proprietários dos mercadinhos que responderam que utilizam o salário com as despesas pessoais.

*“ ... esse trabalho do comércio vem desde os tempo dos meus avôs, é assim mesmo, agente veve do comércio...”*

Além da educação e saúde, as atividades lúdicas, ou seja, os jogos, as brincadeiras, os passeios e o esporte são fundamentais para o ser humano, sobretudo na infância e na adolescência. Perguntados sobre o que fazem nas horas vagas, 40% responderam que brincam e os 60% restantes afirmam distribuir esse tempo em atividades como conversar, namorar, dormir, ir à igreja, não fazer nada. 6,7%, entretanto, afirmaram não ter horas vagas.

Apesar de 40% responderem que brincam nas horas vagas, apenas 20% incluem o quesito brincar (13,3% combinado com estudar e 6,7% combinado com trabalhar) como o mais importante para a criança e o adolescente. A maioria (53,3%) considera que é estudar e trabalhar. 26,7% acham que o mais importante é estudar.

É nos momentos da brincadeira que a criança desenvolve de forma espontânea e livre a imaginação, a criatividade, o relacionamento em grupo, a convivência com a diversidade. A maioria das crianças e adolescentes que trabalham tem muito pouco tempo e poucas oportunidades de brincar ou praticar esportes, sobrando pequeno espaço

para a diversão. Alguns só brincam nas folgas e fins de semana por falta de tempo durante a semana de trabalho, confirmando a influência perniciosa do trabalho em seu cotidiano.

Questionados sobre se o trabalho atrapalha ou ajuda os estudos, somente um terço (33,3%) reconhece que o trabalho atrapalha os estudos; outro terço (33,3%) responde que não atrapalha. Dos 20% que afirmaram que o trabalho ajuda nos estudos, merece registro a fala de D.,15 anos:

“ ajuda os estudos porquê com o dinheiro que ganho ajuda comprá caderno e o resto do material...”

Para 13,3% dos pesquisados, a sua condição de trabalhador precoce é indiferente quanto às conseqüências em sua vida escolar, pois acreditam que o trabalho não ajuda nem muito menos os atrapalha em seus estudos.

O dia da maioria dos entrevistados é preenchido pelo trabalho repetitivo e não qualificado e complementado pela escola, o que o torna pouco interessante e nada motivador.

### **Os sonhos**

A história de que as crianças e os adolescentes são sonhadores, apresentando sempre a tão conhecida resposta “quando eu crescer eu quero ser doutor”, não condiz com a realidade das perspectivas de futuro da maioria dos entrevistados. Suas aspirações mais concretas e imediatas são a continuidade dos negócios da família. Em total concordância com Rizzini (1991), que, em pesquisa realizada entre adolescentes de uma favela carioca, constatou a desconsideração da importância da base educacional para a qualificação profissional. Registramos, nesse sentido, o depoimento de L. 16 anos, 7ª série:

“ ...tem de trabalhar mermo pra tocar o negócio da família, né? Se formá pra quê?... pra num arrumá nem imprego?... pra mim tá bom demai...”

Quando questionados sobre: “Qual o seu sonho para o futuro em relação ao trabalho e aos estudos?”, apenas um terço (33,3%) dos informantes revelou que sonha



com um curso superior, embora não acredite muito na possibilidade de concretizá-lo. O depoimento de uma adolescente em idade compatível com a série, J. 16 anos, 2ª série do ensino médio, ilustra esse tipo de situação.

“... eu sonho com informática, contabilidade, fiz PSS, mas é muito difícil, não tem nada a ver com o que eu estudo na escola, é assunto pra o pessoal dos colégios particulares e dos caros, tem que estudá muito... minha classe tem 57 alunos não dá pra estudar... quando tô muito cansada eu durmo...”

Os dois terços restantes têm o sonho restrito até à conclusão do ensino médio. As perspectivas profissionais são muito limitadas. Encaradas como funções possíveis para esse extrato da população, pode-se citar soldado de polícia, auxiliar de escritório ou, no máximo, jogador de futebol. O depoimento abaixo de T., 12 anos, mostra um tipo de aspiração que povoa a cabeça de algumas dessas crianças/adolescentes:

“... o meu sonho? O meu sonho é ser uma cantor romântico, ora...”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo das constatações deste estudo, é fato que muitas de nossas crianças e adolescentes perderam a capacidade de sonhar. Necessário se faz, portanto, que um plano de ação seja posto em prática de modo que elas recuperem essa capacidade, tão essencial aos humanos, ainda mais se levarmos em conta as conexões entre sonho e esperança.

Ficaram patentes, através dos dados apresentados, os danos do trabalho precoce em várias dimensões da vida das crianças e adolescentes, especialmente na sua passagem pela escola. Felizmente a violência dessa realidade tem suscitado uma reação social no sentido da erradicação do trabalho precoce. Algumas conquistas têm sido obtidas, porém ainda há muito que fazer. Assim como no caso que analisamos nesse texto, dos trabalhadores precoces de mercadinhos, existem tantas outras categorias de trabalhadores precoces, invisibilizados, prisioneiros da exploração desmedida, que reclamam uma intervenção da sociedade. O trabalho precoce constitui uma das mais flagrantes violações dos direitos humanos, dos direitos das crianças e adolescentes, e isto

por si só já é combustível suficiente para alavancar uma orquestrada e intensa ação social no sentido de retirar da nossa paisagem essa chaga tão incômoda, tão aberrante, tão violenta. O direito ao lúdico, o direito de aprender (inclusive na escola), o direito de viver com plenitude cada fase da vida, o direito de se proclamar criança ou adolescente, o direito de alimentar-se, de morar, de amar e ser amado são os reclamos que o trabalhador precoce dirige aos governos, aos homens.

Finalmente, em um mundo em transformação, onde as incertezas são muitas, é preciso fazer coro com uma das poucas unanimidades de que dispomos: o papel que a educação pode desempenhar na abertura de caminhos na vida, inclusive profissionais. Sentimos, e não é de agora, as conseqüências de opções estatais que não privilegiam a educação e que, não obstante as últimas investidas de erradicação do trabalho precoce, ainda fazem *vista grossa* para muitas situações. Os efeitos do trabalho precoce são desastrosos, particularmente na capacidade de aprender, de viver novas experiências e que, em última instância, respondem pelo abandono escolar. Resta-nos a esperança de que esse e outros estudos gerem uma indignação crescente e que, por conta disso, em curtíssimo prazo, seja impraticável manter situações de trabalho precoce como as que ainda presenciamos hoje.

## REFERÊNCIAS

---

GÓES, J. R. de; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças de escravos. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. p. 177-191.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. Menores institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisa na década de 80. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991. p. 69-90.

WOOD, C. H.; CARVALHO, J. A. M. de. **A Demografia da Desigualdade no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

# DEZESSEIS

---

## O TRABALHO PRECOCE E A SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL: O CASO DAS MENINAS DO LAR ALTERNATIVO BOM PASTOR

Ana Cláudia Berto Silva<sup>1</sup>

Maria de Fátima Pereira Alberto<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é apresentar um ensaio de pesquisa que realizamos no **Curso de Formação para Agentes Sociais que Atuam na área do Trabalho Infanto-Juvenil Urbano e Rural**. Como educadora social que trabalhava no Lar Alternativo Bom Pastor (LABOP), procurei identificar a existência de trabalhadoras precoces, entre as meninas atendidas pela referida instituição, a fim de demonstrar a questão da situação de risco pessoal e social como fator condicionante da inserção precoce no trabalho.

O Lar Alternativo Bom pastor (LABOP) é uma instituição religiosa, católica, de fins filantrópicos. É uma das diversas ações da arquidiocese do estado da Paraíba: Ação Social Arquidiocesana – ASA<sup>3</sup>. O referido Lar foi fundado em 1999 numa ação conjunta do poder judiciário, dos movimentos sócio-pastorais da diocese de João Pessoa e de voluntários.

---

<sup>1</sup> Assistente Social e Conselheira Fiscal do Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 13<sup>a</sup> Região. Na época do curso era educadora social e assistente social do Lar Alternativo Bom Pastor.

<sup>2</sup> Doutora em Sociologia/UFPE, Professora Adjunta Depto. Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho – GPST/UFPB./UFPB, Pesquisadora do Grupo Subjetividade e Trabalho (GPST) UFPB

<sup>3</sup> Este trabalho foi realizado no período de maio e junho de 2002, atualmente não é mais de responsabilidade da Arquidiocese da Paraíba.

## A PROPOSTA SÓCIO-PSICO-PEDAGÓGICA DA CASA

Os objetivos do LABOP são:

1. Oferecer as meninas em situação de risco e vítimas de violência os meios necessários para seu desenvolvimento integral e o exercício pleno da cidadania, de acordo com o prescrito no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA. Isto no que se refere à Casa Abrigo, conforme determinam os artigos nº 90, 91, 92, 93 e 94 do referido estatuto.
2. Acolher meninas de 12 a 17 anos em situação de alto risco social e pessoal: vítimas da prostituição, desabrigadas, confrontadas com situações de extrema violência em sua família.
3. Prover as meninas de um lar abrigo alternativo e de uma pedagogia que restabeleçam suas condições normais de desenvolvimento.
4. Assistir as meninas e suas famílias com acompanhamento médico, psicológico e social, visando à reintegração da menina à sua família.
5. Prover as meninas de escolarização e formação profissionalizante em parceria com outras entidades afins.

Para executar tais objetivos, contava-se com uma equipe multiprofissional, na qual destacamos a nossa função de assistente social. Nossa função, em parceria com a psicóloga, era admitir, acompanhar, encaminhar e desligar as meninas, visitar suas famílias e orientar os pais quanto à importância da aproximação (visitas) de suas filhas e da escolarização destas.

Todo o trabalho da instituição estava encaminhado no sentido de retirar a menina de sua situação de risco e prepará-la, no menor tempo possível, para viver em condições que garantissem seu pleno desenvolvimento e exercício de cidadania, independentemente da instituição.

## TRABALHO PRECOCE E RISCO

A situação de risco pessoal e social é definida no ECA como o submetimento da criança e do adolescente às condições de exploração, violência, negligência e maus tratos. Enfim, todas aquelas condições que vão de encontro aos direitos das mesmas.

Segundo Alberto (2002:150), todos os meninos e meninas em condição de rua estão expostos a situação de riscos. Contudo a referida autora ressalta a inserção precoce como um risco pessoal e social. Ela salienta a situação dos meninos e meninas trabalhadoras em condição de rua, cujas atividades expõem mais do que outras, há riscos que são comuns a todos, como, por exemplo, a exposição ao sol, à chuva e à poluição da fuligem dos carros ou da poeira do asfalto, a violência nas ruas e as drogas.

Neste sentido compreendemos que o trabalho para crianças e adolescentes expõe ao risco e violenta os direitos determinados nos artigos 4º, 5º, 60º e 67º do ECA, que determinam:

*Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à dignidade, ao respeito, liberdade e convivência familiar e comunitária.*

*Art. 5º. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.*

*Art. 60º. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz de 12 a 14 anos. A Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98 D.O.U., modificou o artigo nº 60 e alterou a proibição até os 16 anos e salvo na condição de aprendiz de 14 a 16 anos.*

*Art 67º. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de entidade governamental ou não-governamental, é vedado o trabalho:*

- 1. Noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e às cinco horas do dia seguinte;*
- 2. Perigoso, insalubre ou penoso;*
- 3. Realizado em locais prejudiciais a sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.*

4. *Realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.*

Apesar da proibição do ECA, podemos constatar que há crianças e adolescentes trabalhando em várias atividades. São atividades de trabalho que expõem estas crianças e adultos a situações de risco pessoal e social. É o que constatamos nesta pesquisa com as meninas da instituição LABOP, onde a causa da institucionalização decorre da situação de risco que vivenciaram junto as suas famílias.

Por atividade de trabalho precoce entendemos que sejam trabalhos formais e informais realizados por meninos e meninas com o objetivo de obter pagamento, em gênero ou espécie, principalmente até os 16 anos, considerados pela lei brasileira como proibidos de trabalhar.

Segundo Alberto (2002:157), *o trabalho precoce estrutura a vida cotidiana, treina o corpo e a mente com tarefas esquematizadas, hábitos, horários de chegada e saída das refeições e das tarefas, que variam dependendo do tipo de atividade e de produto.*

Fenelon (1992:47) verificou que, a partir dos 12 anos, se iniciam as atividades de trabalho dos meninos e meninas, quando, via de regra, são retirados das escolas para ajudar na manutenção da casa. Eles se empregam em atividades como, por exemplo: sapateiros, vendedores de jornais, garis, vigilantes mirins e outros serviços que exigem pouca ou nenhuma qualificação.

#### **Causas do trabalho e vida nas ruas**

Para situarmos as causas da existência de trabalho precoce, atemo-nos àquelas apresentadas por Alberto (2002: 42) para meninos e meninas em condição de rua:

*A presença dos meninos e das meninas nas ruas trabalhando está ligada a diversos fatores de ordem macro estrutural. São todos aqueles fatores sociais, políticos e econômicos que forjam a necessidade de a família enviar seus filhos ao mercado de trabalho: a) a tecnologia e a flexibilização do mercado de trabalho, as quais geram desemprego estrutural; b) acirramento das forças produtivas a qual gera a concentração de renda; c) a transformação das relações e condições de trabalho; d) as políticas econômicas recessivas que geram o fechamento de empresas e a desvalorização dos salários; e) os fatores climáticos (secas) e a mecanização da lavoura que expulsam as famílias do campo para as cidades. Todos estes fatores geram pobreza, desemprego e/ou salário insuficiente para o sustento da família: os quais não conseguem mais atender às necessidades materiais e subjetivas dos seus*

*filhos, o que, por sua vez, acaba gerando conflitos que empurram as crianças e adolescentes para as ruas.*

Alberto (2002) nos mostra em sua pesquisa que, para uma parcela significativa de crianças e adolescentes, a causa da ida para as ruas está ligada à falta de oportunidades de sobrevivência no mundo da casa, da comunidade e da escola. A rua é um espaço físico que propicia a vivência da intersubjetividade, ao possibilitar relações sociais.

Alberto (2002:12) enfatiza que um dos motivos da ida dos meninos e meninas para as ruas é que

*(...) a família é vítima da estrutura social, sem condições de manter e cuidar dos filhos é obrigada a empurrar os filhos para o trabalho muito cedo. Como os(as) meninos(as) não encontram em casa, no lar, na família, os estímulos essenciais para o seu desenvolvimento, satisfação das condições básicas para a sobrevivência, alimentação, educação, cuidados, proteção, carinho e afeto, partem para as ruas, embalados pela fantasia de nela conseguir o que junto da família foi negado. E são os conflitos das famílias e a necessidade de “arrumar dinheiro” os principais motivos da ida dos meninos e meninas para as ruas.*

## **O CAMINHO QUE PERCORREMOS**

Para realizar a pesquisa usamos a metodologia qualitativa através da entrevista semi-estruturada. As entrevistas foram gravadas, após o que fizemos a transcrição e organização dos dados.

Dentre as 20 meninas atendidas na Instituição, na época da pesquisa, só entrevistamos 4, uma vez que foram identificadas como as únicas que trabalhavam antes de serem abrigadas. A seleção das meninas foi feita a partir do conhecimento que tínhamos por trabalhar na instituição, inicialmente como voluntária e, posteriormente, como profissional contratada. De posse das informações baseadas em conversas informais com aquelas em condição de abrigo no Lar Alternativo Bom Pastor, havíamos identificado a existência de abrigadas cuja vida, em situação de risco pessoal e social as conduziu ao trabalho precoce. Estas meninas haviam trabalhado como vendedoras ambulantes, faxineiras, empregadas domésticas, ajudantes de mercadinhos, olheiras no

estacionamento e pescadoras de peixe. Na seleção foram observados os seguintes critérios:

- a) A idade mínima de sete anos;
- b) A idade máxima de dezesseis anos;
- c) Meninas que trabalhavam antes de ir para o LABOP.

## **A SITUAÇÃO DE RISCO DAS MENINAS DO LABOP E A RELAÇÃO COM O TRABALHO PRECOCE**

Os aspectos abordados pelas autoras acima permitem-nos compreender que a situação das meninas do LABOP é semelhante, ou seja, as condições de vida junto às famílias são de conflitos, de carências financeiras e de negligência. As histórias de conflitos são responsáveis pela situação de risco delas, o que as conduziu ao trabalho precoce e ao LABOP.

Dentre as meninas entrevistadas que trabalhavam, as idades variavam de 11 a 16 anos. A origem de suas famílias era: a capital, João Pessoa, e outras cidades do interior do Estado da Paraíba, dentre as quais se destacavam: Patos e Cruz do Espírito Santo.

São histórias recorrentes na literatura específica de meninas expostas a vulnerabilidade da condição de menina-mulher, de crianças e adolescentes das populações mais pobres do país que compõem, muitas vezes, os números da miséria e da indigência. Uma vez nas ruas, esses riscos aumentam pela inserção precoce no trabalho, além dos esquemas de socialização desviante, como é o caso da prostituição, que gera vítimas em potenciais de vários tipos de violência, incluindo os de assédio e abuso sexuais.

São vítimas da falta de políticas públicas, do desrespeito e negligência, da parte do Estado, quanto à sua condição de cidadãos e cujos direitos são violentados, negados. São violências históricas que remontam à criação deste país e que no caso específico de crianças e adolescentes, se traduz em ações caritativas, ou assistencialistas, que oscilam na forma de conceber e tratar esse segmento, alterando-se entre a visão de coitados carentes de “pena” ou de perigosos pivetes ou marginais em potencial e que, neste último caso, devem ser detidos e recuperados (Pilotti e Rizzini, 1993).



## **Tipos de atividades**

Os tipos de atividades desempenhadas pelas meninas antes do ingresso no LABOP eram: vendedoras de balas e pastilhas, faxineiras, olheiras de carro<sup>4</sup>, empregadas domésticas e ajudantes de mercadinho. No entanto, essas atividades apresentadas pelas meninas nos mostram que elas trabalhavam em diversos locais, por exemplo: estacionamento do mercado de artesanato, sorveteria (Bairro de Tambaú), Shopping Manaíra (bairro de Manaíra), casa de família, mercadinho (Bairro de Cruz das Armas) e dentro dos ônibus.

## **Jornada**

A jornada diária de trabalho das meninas olheiras de carros era de 6 horas, durante 5 cinco dias da semana, incluindo finais de semana. Arrecadavam o valor de 15 a 20 (reais) semanal, o que dependia do movimento de carros para estacionar.

Quanto à menina empregada doméstica, esta trabalhava 7 horas por dia, dormia na casa de família e recebia por mês 20 (reais), quantia essa, segundo a menina, “pouca”. Como ela estudava, isto era usado por essa família como alegação para descontar a alimentação, o abrigo e o vestuário.

A ajudante de mercadinho tinha uma jornada diária de 4 horas. Recebia em troca da mão-de-obra um prato de comida. Esta menina informou-nos que saiu do mercadinho e passou a ajudar a mãe na faxina de uma casa de família, o que ocorria 2 vezes por semana (sexta e sábado). Recebia 6 reais por faxina e almoçava, nos dias de trabalho, nesta casa.

A outra menina, que, na semana, trabalhava como doméstica em casa de família, também trabalhava como vendedora de balas e pastilhas, de segunda a domingo, nos horários vagos. As duas atividades de trabalho integralizavam uma jornada de 30 horas semanais, pelas quais ela recebia 30 reais.

---

<sup>4</sup> Olheiras é a definição que usamos para quem vigia carros. As informações contidas neste artigo foram dadas pelas meninas, não efetuamos a observação da atividade no local por elas ocupado como ponto de trabalho. Fazemos esta ressalva porque esta informação vai de encontro a pesquisa de Alberto (2002), em cuja metodologia usou a observação do desempenho da atividade de trabalho no ponto de trabalho e não constatou a presença de meninas na atividade de olheira de carro.

Segundo as meninas, essas atividades eram um complemento para aumentar a renda familiar, pois, como a família não pode garantir o sustento de todos, elas precisavam ajudar.

Através de conversas informais, constatamos que as condições econômicas e sociais dos patrões eram de classe baixa: também vítimas da exploração do mercado de trabalho. Isto se consubstancia numa economia da pobreza como uma gama de atividades geradas como estratégias de sobrevivência nas camadas mais pobres da sociedade brasileira:

*Todo um arsenal de improvisos e inconstâncias arregimenta-se para fazer funcionar um mercado de vendas variadas, que vai até o cliente, cria demandas dentro de contextos específicos. Fazem circular capital sendo este atrelado ao mercado formal e uma forma de economia que efetivamente mantém um número de trabalhadores desconhecidos pelas estatísticas oficiais, os quais recriam formas de economia e de trabalho e dela sobrevivem. Desempenham papel importante na economia dos Estados e das cidades, principalmente aquelas que têm nos aspectos culturais uma fonte de renda que aquece a economia. (Alberto, 2002: 147-148).*

### **Causas da inserção precoce no trabalho**

Uma das meninas fala que a família mandava trabalhar para comprar comida porque em casa não tinha o que comer, como mostra a fala a seguir:

“Era para ajudar a minha mãe e meus irmãos que passavam fome em casa, mim sentia na obrigação de trabalhar”. (I., F., 16 anos).

Outra menina relatou que não gostava de ficar trancada em casa e sempre fugia, como mostra a fala a seguir:

“Não gosto de ficar em casa trancada porque minha mãe deixava eu e minhas duas irmãs pequenas para tomar conta e fazer os serviços de casa e ainda batia em mim quando eu não fazia e eu saía para trabalhar no mercadinho escondido da minha mãe”. (A., F., 14 anos).

Duas meninas nos falam que, quando moravam com o irmão, ele as obrigava a trabalhar para ajudar no sustento da família, como mostra a fala a seguir:

“Elas afirmam que o irmão dizia: “ (...) se moram comigo tem que trabalhar para comer”. (C e N<sup>o</sup>, F., 11 e 12 anos).

Como podemos verificar, as meninas citadas acima trabalhavam ou por obrigação ou fugiam de casa para não serem submetidas a maus tratos pela família. Os conflitos, gestados por fatores de ordem socioeconômica atrelados a fatores de ordem cultural e psicológica, são os condicionantes de uma gama de sujeitos em processo de desenvolvimento e que fazem das ruas local de moradia e trabalho.

Os relatos comprovam a condição de vida como fator condicionante da inserção precoce no trabalho, empurrados pela família. Mas um aspecto importante, que merece ser destacado, é que a necessidade do grupo familiar, que impulsionou essas meninas, não é respondida só com o trabalho. De certa forma há uma resistência dessas meninas em cumprirem o papel de provedoras. Até ao ponto de romperem com a família e partirem para as ruas, motivo que as levará para o Lar Alternativo Bom Pastor. Hipóteses que demandariam outras investigações, mas que, dado o tempo de que dispúnhamos, não foi possível investigar.

#### **Situação de risco**

Estas adolescentes, antes de irem para o LABOP, encontravam-se nas seguintes situações de risco:

- Pernoitavam desacompanhadas no mercado de artesanato, só com amigas adolescentes; na praia de Tambaú e no Shopping Manaíra.
- Viviam e dormiam na rua.
- Submetiam-se ao trabalho excessivo, ou seja, além de trabalharem na casa de família, saíam, no final de semana, para vender pastilhas nos ônibus. É o caso de uma das meninas.
- Desempenhavam a tarefa mal nutridas, já que a alimentação era escassa .
- Ficavam expostas ao sol durante todo o dia.
- Ficavam expostas ao assédio sexual nas vendas de pastilhas dentro dos ônibus (o assédio sexual apresentava-se através de falas jocosas por parte dos clientes e usuários dos ônibus).

### **A relação com a família antes do LABOP (situação de risco)**

A relação com a família antes da ida para O LABOP foi apresentada pelas meninas como conflituosas, de pouca atenção e com carência financeira, o que gerava para elas situações de risco como podemos verificar nas falas que seguem:

“Era boa, apesar de sair (fugir) escondida da mãe, porque ficava trancada em casa”. (A., F., 14 anos).

“Era triste, porque vivia na rua, eu e minha irmã, meus primos, minhas primas, não tinha o que comer todos os dias”. (C., F., 11 anos).

“Sem paciência com a família, existia nesta família uma relação de conflito com a menina”. (C., F., 12 anos).

“Com a mãe tinha uma boa relação, mas com o padrasto não, saía de casa com medo dele”. (I., F., 16 anos)

Os membros da família indicados por elas como objeto de conflito são a mãe ou o padrasto. Neste sentido, eram as figuras familiares que, direta ou indiretamente, ocasionavam a ida delas para as ruas.

Estes depoimentos permitem-nos entrever que essa família não consegue atender suas necessidades materiais. Não podemos estabelecer uma relação simplista como fator explicativo, mas a literatura específica (Rosemberg, 1990; Alberto, 1997) permite-nos compreender que para essas meninas não há o sentimento de pertencer, o que significa terem suas necessidades atendidas, serem amadas, cuidadas e tratadas bem. Se isto não acontece, então as meninas deixam aquele grupo (a família) e vão para as ruas, talvez em busca do que não têm em casa. Daí, de novo o trabalho cruza suas vidas – não mais para ajudar a família, mas para manterem a si mesmas.

### **Vida antes do LABOP**

Quando dizemos que a vida antes do LABOP era em situação de risco, estamos nos referindo à vivência de situações que aumentam a probabilidade de conseqüências adversas ao desenvolvimento ou funcionamento psicológico ou social (Hutz e Koller, 1997) dessas meninas. Algumas relatam a vida em situação de risco, como, por exemplo:

“Vivia na rua, pedia dinheiro (esmola), ficava trancada em casa por minha mãe, vendia pastilha, olhava carro”. (C., F., 12 anos).

“Vivia suja na rua, dormia na rua, pedia esmola (dinheiro), vendia pastilha, olhava carro”. (C., F., 11 anos).

“Ficava em casa às vezes, depois que meu irmão foi preso fui trabalhar no mercadinho vendendo verdura e em seguida ajudar a minha mãe na faxina de uma casa de família”. (A., F., 14 anos).

“Vivia na casa de um e de outro em João Pessoa (casa de uma família, não a dela) trabalhando. Às vezes na rua cheguei a dormir e mendigar”. (I., F., 16 anos).

Vários autores já apontaram as conseqüências no desenvolvimento de crianças e adolescentes em situação de risco. Portanto não vamos tentar, em um artigo, dar conta de uma questão tão complexa. Por outro lado, não podemos deixar de apontar ao menos os seguintes aspectos:

Alberto (2002: 261) aponta:

*A inserção precoce aliada à condição de rua é nefasta na vida dessas crianças e adolescentes que aparecerão nos seguintes aspectos: uma imagem negativa de si e uma baixa auto-estima, a adultização precoce, a defasagem escolar, a socialização desviante e a falta de perspectivas de futuro. Estes aspectos agem diferentemente em meninos e meninas.*

Sampaio e Ruiz (1996) e Moura (s.d) mostram que o trabalho precoce coloca em risco a correta seqüência das etapas de crescimento e desenvolvimento. Causam anemia e desnutrição, devido à má nutrição, já que essas crianças e adolescente não se alimentam suficientemente.

Hutz e Koller (1997: 175-191) (...) crianças em situação de rua apresentam altos níveis de estresse e de exposição a riscos pessoais e sociais. Prosseguindo, estes autores observam que crianças em situação de rua (...) *apresentam dificuldades de prender a atenção em alguma tarefa específica por um período de tempo. (...) a função de memória também apresenta algumas dificuldades (...) estão expostas à violência, doenças e acidentes, tendo maior dificuldade de atendimento médico para tratá-los.*

### **Motivo da ida para o LABOP**

Com relação ao motivo da ida para o LABOP, a princípio elas tiveram dificuldade de falar sobre isso. As suas falas enunciam, no entanto, que elas compreendem a razão dessa ida à situação de risco, às dificuldades da família de cuidar delas. É o que podemos verificar nas falas a seguir:

“Porque estava a noite no mercado de artesanato com amigas adolescentes no estacionamento brincando, se aproximou um policial e mim trouxe”. (C., F., 12 anos).

“Vivia na rua e dormia na rua”. (C., F., 11 anos).

“Porque minha mãe não quer mim criar, só vivia dando em mim”. (A. F., 14 anos)

“Porque estava na rua e não estava no momento estudando”. (I., F., 16 anos)

Estas falas possibilitam-nos identificar que, para estas meninas, as causas da ida para o LABOP assim como o trabalho precoce decorrem do abandono, da falta de recursos financeiros da família, da desestruturação familiar. E nós acrescentamos a isto a omissão da Estado, da falta de políticas públicas voltadas para esta população.

### **Relação entre o trabalho e o estudo**

#### **Escolaridade**

Dentre as meninas entrevistadas algumas estudavam antes de ir para o LABOP. Na época elas cursavam da 2ª à 5ª série. Como elas têm entre 11 e 16 anos, apresentam uma defasagem de escolaridade em relação à idade cronológica que variava de 3 a 5 anos.

No que diz respeito à relação entre trabalho e estudo, as falas das meninas do LABOP também enunciam situações de risco que levam ao trabalho e lhes impedem o acesso à escola, ou, pelo menos, geram a dificuldade de freqüentá-la.

“Não estudava só trabalhava”. (C., F., 12 anos).

“Era mais ou menos, quando morava em Patos tinha preguiça de ir a escola, ia pra rua pedir dinheiro (esmola), a minha mãe não brigava”. (C., F., 11 anos).

“Quando estava na casa da minha mãe estudava, mais quando não tinha o que comer saía para João Pessoa ou Santa Rita para pedir esmolas e também trabalhar na casa de família como empregada”. (I., F., 16 anos).

## CONCLUSÕES

Este trabalho mostra-nos que as condições de risco pessoal e social das meninas levam ao trabalho precoce. Estes riscos são gerados pelas condições de vida das famílias que, não dispondo de recursos financeiros para garantia da sobrevivência dos filhos, acabam tendo que empurrá-los para o mercado de trabalho. Ainda no contexto da família, uma outra causa dos riscos são os conflitos que envolvem questões de caráter psicossocial.

Por outro lado, percebemos que o trabalho precoce também gera riscos pessoais e sociais. São eles: exposição ao sol, à chuva e à poluição da fuligem dos carros ou da poeira do asfalto, aos problemas de postura, à violência nas ruas, à violência decorrente da humilhação de trabalhar por um prato de comida, ao assédio e à exploração sexual e a vulnerabilidade ao mundo do crime, como furtos, assaltos, roubos e drogas. O trabalho precoce é prejudicial ao desenvolvimento escolar, e ao desenvolvimento humano. Tanto é que, no caso dessas meninas, ele as conduziu à institucionalização.

## REFERÊNCIAS

---

ALBERTO, M. de F. P. **As dimensões subjetivas do trabalho precoce de meninos e meninas em condição de rua de João Pessoa - PB.** 2002, 300 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

\_\_\_\_\_. A situação da criança trabalhadora no mercado informal em João Pessoa. **Política e Trabalho**, João Pessoa, v.16, n. 16, p.41-54, 2000.

\_\_\_\_\_. **A representação social dos meninos em condição de rua de João Pessoa sobre a família e as drogas**. Relatório Final de Pesquisa - Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1997.

BRASIL, Ministério da Saúde, Ministério da Criança. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90**. Brasília, 1991.

FENELON, G. M. **Meninas de rua: uma vida em movimento**. Goiânia: CEGRAF/ UFG, 1992.

GRACIANI, M. S. S. **Pedagogia social de rua**. São Paulo: Cortez, 1997.

HUTZ, C. S. ; KOLLER, S. H. Questões sobre o Desenvolvimento de Crianças em Situação de Rua. **Estudos de Psicologia**, 2 (1), 1997, 175-197.

MOURA, M. A. **O trabalho precoce e a saúde de crianças e adolescentes**. Oficina sobre os impactos do trabalho precoce na saúde de crianças e adolescentes. Brasília, 1995. Mimeografado.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. A (Des)Integração na América Latina e seus reflexos sobre a infância. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, 3., 1993. Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABET, 1993. p.277-297.

SAMPAIO, I. I. C.; RUIZ, E. M. **Trabalho precoce e psiquismo infantil**. São Paulo, 1996. Mimeografado.

ROSEMBERG, F. A concepção de família subjacente a programas para crianças e adolescentes em situação de rua. In: **Abuso de drogas entre meninos e meninas de rua do Brasil**. UNICEF, 1990.



# DEZESSETE

---

## EROS E TANATOS: O TRABALHO INFANTO-JUVENIL EM CEMITÉRIOS

Nerise R. Andrade Veloso<sup>1</sup>  
Sarita Brazão Vieira<sup>2</sup>

*Quando, seu moço,  
nasceu meu rebento,  
não era o momento dele rebentar,  
já foi nascendo com cara de fome e eu não tinha nem nome  
para lhe dar.  
Como fui levando não sei lhe explicar (...)*  
(O Meu Guri - Chico Buarque de Holanda)

### INTRODUÇÃO

Estudos sobre a história da humanidade revelam que, há milhares de anos atrás, ancestrais do *homo sapiens* já tinham a preocupação em enterrar os seus mortos. Mais recentemente, na época da perseguição dos cristãos, século II ao IV, quando o Cristianismo era tido como uma religião proibida, era justamente nas catacumbas – subterrâneos que serviam de cemitérios aos antigos cristãos – que ocorriam reuniões secretas. Estes locais consistem em um vestíbulo de onde partem muitas passagens, ramificações à maneira dos labirintos, e que, ainda hoje, podem ser encontrados em várias partes do mundo.

O trabalho em cemitérios, que inclui a manutenção dos túmulos, é uma prática tão antiga que acompanha o desenvolvimento das cidades. O que, entretanto, pode diferir é

---

<sup>1</sup> Educadora Social; Secretária do Conselho Tutelar de João Pessoa - Região Norte.

<sup>2</sup> Doutora em Saúde Mental pelo IPUB/UFRJ; Professora Adjunta do Depto. de Psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da UFPB, Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho – GPST/UFPB.

como cada cultura constrói um imaginário social sobre a morte. Entende-se aqui cultura, tal como Lévi-Strauss (1974) a define, como o conjunto de sistemas simbólicos em cuja linha de frente se colocam a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência, a religião que visam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social e também as relações que estes sistemas mantêm entre si e com os outros. O fato é que a integração entre tais sistemas nem sempre ocorre de forma satisfatória devido às condições de funcionamento próprias a cada sistema (além de que em toda sociedade é inevitável que uma parcela de indivíduos se encontre fora destes sistemas).

Nas sociedades contemporâneas, pode-se analisar, a partir de várias perspectivas, a questão da exclusão social. Portanto, o tema central desta pesquisa, *o trabalho infanto-juvenil em cemitérios*, pode e deve ser objeto de análise de algumas disciplinas interessadas no que se passa entre os indivíduos e o mundo do trabalho, tais como; a antropologia, a sociologia, a psicologia, a medicina social a fim de construir possibilidades teórico - práticas para intervenções que visem garantir os direitos humanos, a prevenção à saúde no trabalho, entre outras questões, principalmente se considerarmos que os sujeitos aqui retratados são crianças e adolescentes.

Quais os projetos e expectativas de crianças e adolescentes que iniciam sua vida de trabalho em cemitérios? Que atividade é esta? Quando se trata de crianças e adolescentes, que tipo de riscos à integridade física e mental são aí desencadeados?

Foi, portanto, com a finalidade de encontrar algumas pistas para estas questões, que se desenvolveu um estudo sobre o trabalho infanto-juvenil em um cemitério da cidade de João Pessoa na Paraíba.

## **A VIDA, O INCOSCIENTE E O TRABALHO MÓRBIDO**

Antes de entrar na análise propriamente dita deste tipo de trabalho, vale discutir, mesmo que brevemente, alguns aspectos referentes à psicologia social que recobrem a relação da subjetividade com o denominado trabalho mórbido partir do enfoque cultural.

Observou-se, no desenrolar desta pesquisa, que, inicialmente, este tema remete a um sentimento compartilhado socialmente de rejeição da finitude da vida. A maioria das pessoas tende a não pensar na morte como a evitar falar sobre ela. É um tema tabu. Tanto é assim que Chauí (1995:36), ao refletir sobre o medo pergunta:

*Do que se tem medo? Da morte, foi sempre a resposta. E de todos os males que podem simbolizá-la, antecipá-la, recordá-la aos mortais. Da morte violenta, completaria Hobbes. De todos os entes reais e imaginários que sabemos ou cremos dotados de poder de vida e de extermínio (...) Do que temos medo? Da morte seca e nua como um osso, sem mediação.*

Marcel Mauss, cujo pensamento influenciou não só a etnografia, a lingüística, a psicologia e a história das religiões, afirmou o valor crucial para as ciências humanas em analisar o modo como cada sociedade impõe aos indivíduos um uso rigorosamente determinado de seu corpo, antecipando-se, assim, às preocupações atuais da antropologia. É por meio da educação das necessidades e das atividades corporais que a estrutura social imprime sua marca nos indivíduos.

Esse autor, ao escrever um artigo sobre a idéia de morte, em 1924, penetrou no fundo de preocupações que a chamada medicina psicossomática tornou atuais apenas muitos anos mais tarde. Ao analisar *o efeito físico no indivíduo da idéia de morte sugerida pela coletividade*, afirma que:

*Eu havia indicado que, em um grande número de sociedades, um temor da morte, de origem puramente social, sem nenhuma mescla de fatores individuais, era capaz de ocasionar tamanhos danos mentais e físicos, na consciência e no corpo do indivíduo, que acarretava sua morte em curto prazo, sem lesão aparente ou conhecida. Prometi então fornecer documentos, uma demonstração e, se não uma análise, pelo menos uma proposição de análise (op.cit: 86).*

Para esse autor, preocupado em compreender as relações entre grupo e indivíduo, era importante a colaboração da psicologia com a sociologia para entender a complementaridade do psiquismo individual e estrutura social, uma vez que para ele a *vida social é um mundo de relações simbólicas*. Na magia, como na religião, como na lingüística, são as idéias inconscientes que agem. O inconsciente seria o termo mediador entre o eu e o outro.

Pode-se perceber daí como é íntima a relação entre psicologia, etnografia e a psicanálise. Portanto, a contribuição de disciplinas distintas é fundamental para compreender-se o modo como, nas sociedades contemporâneas - marcadas por várias formas de violência que são produzidas no interior de antagonismos e contradições

sociais, são definidas subjetividades, ou seja, formas de sentir, perceber, pensar, agir dos indivíduos na realidade que os cerca e que nela são também produzidos.

Nesse sentido, uma breve ida à obra de Freud, cuja contribuição para a compreensão da psique humana é inquestionável, revela como o fenômeno psicológico é relacional por natureza. Foi a partir de indagações sobre a origem da vida, que Freud, no livro “O Mal- Estar na Civilização”, estabeleceu a existência de dois instintos básicos. Eros, instinto de vida, e Tanatos, instinto de morte. Os fenômenos da vida poderiam ser explicados a partir da ação simultânea e antagônica desses dois instintos. A civilização seria, portanto, um processo a serviço de Eros. E Freud recorre ao poeta Schiller para afirmar que “a fome e o amor são os dois móveis do mundo”.

As pessoas querem ser felizes e lutam para manterem-se neste estado. Tanto a fome quanto o amor (a fixação da libido em um objeto) favorecem a auto-conservação, preocupação fundamental dos seres humanos. A felicidade seria um estado decorrente de uma satisfação repentina de necessidades acumuladas. Portanto, por sua própria natureza, só seria possível enquanto um fenômeno episódico. A vida, tal como a fome e a saciedade, seria uma interminável busca de realização de satisfações momentâneas de necessidades acumuladas. Aqui está a origem, tal como em Hobbes, de que o bem no mundo existe em função da auto-conservação, enquanto o mal é tudo aquilo que ameaça o indivíduo com a perda do amor (Johnston,1965).

É da conceituação do inconsciente que Freud identifica o sujeito como ser do desejo, escravo da dualidade pulsional, que investe tanto para a vida quanto para a morte. Segundo Carrancho (2003), a premissa freudiana, de que o conteúdo do inconsciente é constituído pelos representantes psíquicos da pulsão<sup>3</sup>, indica que a questão da satisfação e da economia é primordial uma vez que a ordem pulsional exige, sem cessar, sua satisfação.

A pulsão de morte, apresentada em 1920, surge como elemento novo no corpo teórico da psicanálise, contrapondo-se à pulsão de vida. Ela cria uma dualidade de manifestação nos destinos da pulsão. Ambas buscariam, em suas representações, uma via

---

<sup>3</sup> Processo dinâmico que consiste numa pressão ou força-carga energética, fator de motricidade- que faz tender o organismo para um alvo. Segundo Freud, uma pulsão tem sua fonte numa excitação corporal, estado de tensão; o seu alvo é suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir seu alvo ( Laplanche e Pontalis, 1970).

para a satisfação, ou seja: (...) em Eros teríamos a conservação de um limiar pulsional que garantisse a vida, em contrapartida, em Tanatos teríamos a busca do gozo, impossível, na descarga total da pulsão que resultaria na morte ( op.cit: 64).

De posse de tais colocações resta apontar, em termos de saúde mental, qual o encaminhamento para uma prática social que possa, de fato, contribuir para minimizar o sofrimento no trabalho de indivíduos em formação que, por força das circunstâncias precárias de vida, têm que trabalhar, desde cedo, em ambientes em que a morte e todo o simbolismo por ela representados se fazem presentes.

Nesse sentido, é preciso mobilizar os profissionais e as profissionais da área psicossocial que estudam as subjetividades e a saúde mental a utilizarem suas ferramentas em uma análise mais crítica de tais questões. Entretanto, sabe-se que o problema começa com a própria formação profissional, no caso da psicologia, conforme Coimbra (2001) aponta:

*Esta formação tem três características fortes que eu combato. Essa psicologização do cotidiano, a questão do familiarismo, em que toda e qualquer problemática é reduzida à questão familiar e por último a questão do intimismo, muito ligada às outras duas e na qual essa psicologia fortalece e produz um sujeito voltado para dentro de si mesmo, onde os espaços públicos são inferiorizados e desqualificados e o que passa a ser importante é só o espaço do privado. Minha prática tem sido pensar uma psicologia mais voltada para a questão social, mais implicada politicamente com a realidade do país.*

## **QUE TRABALHO É ESSE?**

Não se pretende aqui fazer-se uma análise exaustiva de tema tão complexo, mas tão somente dar visibilidade a aspectos presentes na relação do sujeito com seu trabalho, especificamente importantes para a compreensão de um tipo de atividade muito mais rotineira do que se pode imaginar, embora desenvolvida em espaços alijados da vida social.

Quanto à revisão de estudos sobre o trabalho em cemitérios, é preciso ressaltar que um dos obstáculos para o desenvolvimento da investigação foi constatar, praticamente, a

inexistência de estudos que elejam esse tipo de trabalho, qualificado como mórbido, como objeto de pesquisa.

Constatou-se que o trabalho em cemitérios, apesar de fazer parte da dinâmica do sistema produtivo, permanece envolto numa invisibilidade. O tema *morte* continua a silenciar os vivos muito embora, nos grandes centros urbanos, ele seja uma forma rentável de acumulação de capital. É fato que existe uma indústria crescente de novos tipos de cemitérios, por exemplo, os denominados “jardins”, que visam atender os segmentos mais abastados da sociedade brasileira. Entretanto, como fica a saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras responsáveis por sua manutenção?

Desse modo, como já apontado, limitou-se o objetivo central a demonstrar a existência de um tipo específico de trabalho: o desenvolvido por meninos e meninas em ambiente mórbido, em que os sentimentos e emoções estão colocados e mais expostos a limites como vida e morte, sonho e realidade.

Utilizaram-se basicamente, para análise, as informações obtidas a partir de entrevistas realizadas no próprio local de trabalho, o cemitério Cristo Redentor em João Pessoa, além de observações do ambiente e das condições de trabalho.

Observou-se que a prática do trabalho precoce faz com que ocorra uma passagem da infância para a vida adulta, saltando a adolescência, uma vez que estas crianças normalmente atropelam o curso natural da vida. Ao terem que assumir responsabilidades pertinentes ao indivíduo adulto ainda muito cedo, ocorre um *falso respeito* perante sua família e o grupo social em que eles convivem. Denominou-se de *falso respeito* porque aqueles só são respeitados quando conseguem levar dinheiro para a casa.

Estudos demonstram que o aumento do trabalho precoce se dá com a má distribuição de renda e a falta de políticas públicas. É mais fácil e barato manter crianças e jovens trabalhando do que um adulto. Isso vem sendo praticado tornando-se o trabalho como um pretense instrumento de salvação das crianças da pobreza e da marginalidade, mas sabe-se que isso é uma maneira de baratear custos e dar uma falsa saída para o descaso com a infância e a juventude.

O trabalho em cemitério é mais um dos muitos campos do trabalho precoce. Esse trabalho além de ser desgastante fisicamente pode influenciar na relação vida e morte.

Segundo pesquisadores da Tanatologia,<sup>4</sup> o medo da morte, expressado por sua negação, acabará por levar, paradoxalmente, a esta. Em toda a vida, condicionada pela sociedade capitalista-consumista, estabelece-se uma escala de falsos valores que orientam toda a vida. Com isto, se está constantemente em desassossego. A certeza da finitude e a incômoda presença de morte, principalmente quando ela ocorre proximamente, fazem com que, quanto mais sonhos ainda não realizados se tem, mais se tema a morte e com mais intensidade se procurem mecanismos para negá-la.

Por outro lado, a negação e a repressão permitem que se viva num mundo de fantasia em que, aparentemente, existe a ilusão da imortalidade. Se o medo da morte estivesse constantemente presente na vida, não se conseguiria realizar nada. O convívio com a morte leva à ilusão de que não se tem medo. Esta é justamente a defesa mais freqüente entre as crianças e adolescentes entrevistadas.

## **A PESQUISA DE CAMPO**

O presente estudo foi realizado com uma amostra de crianças e adolescentes que trabalham no cemitério e utilizaram-se os instrumentos pertinentes à abordagem qualitativa; observações do processo de trabalho, aplicação de um questionário e entrevistas coletivas e individuais.

A pesquisa de campo teve início com uma primeira visita a dois cemitérios, o São José, no bairro de Cruz das Armas, e Senhor da Boa Sentença, no bairro do Varadouro, no centro da cidade. Não foi encontrada, nos momentos das visitas, nenhuma criança ou adolescente. Segundo informações, o horário mais fácil de encontrá-los seria no período da manhã. Várias outras tentativas foram feitas, sem êxito.

Em outra ocasião, foi realizada uma visita no cemitério Cristo Redentor, no bairro do Cristo, onde havia várias crianças e adolescentes. A abordagem foi fácil e aceita pelos meninos e meninas e até mesmo pelos adultos que ali se encontravam. Desse modo, foi

---

<sup>4</sup> Tanatos, termo grego para morte, utilizado para designar as pulsões de morte, tendo por oposto o termo Eros, pulsões de vida. A morte não é um momento, e sim uma sucessão de momentos: costuma-se dizer que a morte se dá com a parada cardíaca, mas sabe-se que tanto a parada cardíaca quanto a respiratória são reversíveis em muitos casos. In Navegação I Principal I Bibliografia I Fórum.

possível aplicar o questionário, semi-estruturado, em cinco crianças e adolescentes, registrando-se algumas atividades realizadas por elas através de fotografias.

Vale ressaltar que nesse encontro ficou acertado o retorno das pesquisadoras ao local para continuar as entrevistas, fazer novas fotos e realizar uma filmagem. No entanto, a recepção foi pouco cordial, os meninos e meninas fugiram e os adultos fizeram várias perguntas, com insinuações de que esse trabalho estaria sendo feito para prejudicá-los. Tiraram, de maneira agressiva, as crianças e adolescentes do trabalho, o que tornou impossível a continuação do estudo.

Após várias tentativas de entrar em contato com outros jovens que trabalham no cemitério Senhor da Boa Sentença, observou-se que seria impossível um novo contato. Muito provavelmente as crianças e adolescentes, com medo da atuação das autoridades da Justiça da Infância, no sentido da proibição da execução do trabalho, tornam-se desconfiados e desacreditam em pessoas estranhas que os abordam. Seja por medo ou por raiva de muitas vezes serem enganados ou explorados, por nada de concreto e de positivo ser feito para ajudá-los a mudar de vida. Apesar da não conclusão do trabalho, os dados e fotografias obtidos foram suficientes para revelar a realidade deste tipo de trabalho.

## **O QUE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES FAZEM NOS CEMITÉRIOS ?**

A pesquisa foi feita com cinco (05) crianças e adolescentes, com faixa etária que varia de 11 a 17 anos. O grupo é formado por uma (01) menina e quatro (04) meninos. O tempo de trabalho em atividades no cemitério vai de três (03) meses a sete (07) anos. As atividades são muito variadas: enxugar túmulos, aguar, limpar bronze, cavar covas, pintar, fazer massa, “assentar” tijolos, rebocar, transportar água.

Um dos adolescentes afirmou que já participou de exumação de cadáver. Na realidade eles fazem tudo o que mandam fazer e, para realizarem as atividades, utilizam algumas ferramentas tais como: colher de pedreiro, pá, enxada, carro de mão, produtos de limpeza (água sanitária, sabão em pó, produto para limpar metais), lixadeira, maquina (máquina para cortar mármore), balde, vassouras, entre outros.



Todas estas atividades são realizadas praticamente sem nenhuma orientação, sem proteção, sem equipamentos de segurança, simplesmente fazem da maneira que querem, na posição que acharem mais cômoda. Quanto à jornada de trabalho, eles normalmente trabalham de 4 a 12 horas por dia e recebem de R\$ 10,00 a R\$ 15,00 por semana, ou seja: (...) “trabalho em cemitério é ruim, trabalha muito e ganha pouco” (depoimento de um menino).

Na época de finados eles dormem no interior do cemitério para terminarem os preparativos de limpeza e já estarem ali na chegada dos primeiros visitantes. Na população estudada, por conta da carga horária e do tipo de trabalho, observou-se que dois jovens não estudam; um outro está na série adequada a sua idade, sendo que este trabalha com a mãe, que é viúva. Outros dois estudam, mas estão atrasados na escola em relação idade e série.

Enquanto uns afirmam que o trabalho é leve, fácil, outros reclamam que à noite apresentam-se dores nos braços, costas, pernas e na cabeça. Ao serem indagados se já procuraram um médico, eles responderam que não, porque essas dores passavam logo.

Foi fácil constatar que estas crianças trabalham por necessidade, fazem parte das classes populares, são filhos de trabalhadores assalariados, quando não desempregados ou subempregados. Todos moram em casas populares, em comunidades próximas ao local de trabalho, algumas casas são de tijolo e outras são de taipa e o número de residentes varia de 4 a 15 pessoas. Todos eles têm o consentimento dos pais ou responsáveis para desenvolver este tipo de atividade.

Quanto à questão dos sentimentos de medo, eles negaram, disseram que não têm medo, mas, ao mesmo tempo, dizem que o ambiente os incomoda, não é legal, é ruim. Apesar de falarem que não tem medo da morte, não querem morrer.

São crianças e adolescentes aparentemente calmos, mas não ficam quietos, são alegres, mas não demonstram felicidade. Foi difícil falarem sobre suas expectativas para o futuro, sobre seus sonhos, o que gostam de fazer e o que esperam da vida. Todos afirmaram que desejam uma vida melhor, ou seja, ter um bom emprego, ganhar salário mínimo, morar num local melhor, nos bairros da praia como se pode apreender nos depoimentos a seguir:

“Gostaria de ganhar salário mínimo como vigilante fora do cemitério” ou gostaria de mudar de vida, ter uma vida melhor, gosto de trabalhar, mas seria melhor não trabalhar”.

Em relação aos sonhos e perspectivas de vida, foram obtidas respostas tímidas e envergonhadas, como as seguintes em que se observam referências diretas ao sofrimento derivado das atividades desenvolvidas:

“Gosto de ir à praia, brincar de bola, brigar e estudar, não gosto de estar no cemitério, queria sair daqui para ver se esqueço todo o que representa”. Ou ainda, (...) não gosto de ficar de castigo e de estudar, gostaria de ser militar e sair de onde eu moro”.

“Gosto de trabalhar, brincar, passear e paquerar, não gosto de briga, de ver o pai batendo no filho sem motivo, gostaria de ser jogador de futebol e de tirar o pai e a mãe dessa vida de pobreza.” (...) não gosto de estudar e de carregar aterro de túmulos, gostaria de possuir uma moto e continuar trabalhando em cemitérios”.

“Gosto de estudar, trabalhar e ajudar as pessoas, não gosto muito de brincar, gostaria de passar de ano na escola, para ter um futuro melhor e ser diretora de uma escola”.

É fácil constatar que esses meninos e essas meninas estão trabalhando por dinheiro, pela pobreza em que vivem, pela falta de perspectivas, muito embora desejem ter uma outra vida, viver num local melhor, com menos pobreza, com mais alegria e liberdade de brincar, de estudar de ser uma pessoa melhor mais feliz e realizada.

## CONCLUINDO

Os trabalhos precoces, em todos os seguimentos, apresentam problemas. Eles não dignificam, como muitos colocam. Pelo contrário, trazem frustrações, roubam o tempo, a esperança, o sonho. O trabalho em cemitérios, além de tirar tudo isso, força as crianças e adolescentes a conviverem com a morte, o choro, a tristeza. Todo esse ambiente mórbido, sem eles perceberem, os transforma em pessoas insensíveis quando se fala em morte. Para esses meninos e essas meninas não existe tristeza, não existe medo, mas ao mesmo

tempo não querem morrer, querem viver, mesmo vivendo uma realidade não entendida nem aceita.

Este estudo foi realizado com a finalidade de se conhecer os principais problemas causados por este tipo de atividade; como ele é executado e também observá-lo para construir um mapeamento da existência de trabalho infantil nessa área. Um objetivo daí decorrente é que seja possível, num segundo momento, procurar-se e desenvolver meios para a obtenção da erradicação do trabalho precoce.

Estudos desta natureza devem ser realizados com muita cautela, uma vez que esta problemática não é centralizada. Deve-se ter a preocupação de se encontrar meios de tirar a criança e adolescentes do trabalho explorador e oferecer condições de estudo digno; aprendizagem de direitos sociais para que possam ter dignidade e ter seus direitos de cidadão reconhecidos. O ideal seria que estes adolescentes pudessem decidir se é isso que querem fazer. Mas sabe-se que isto é quase impossível, no Brasil e em países do terceiro e quarto mundo, em que a pobreza e o descaso social imperam.

Sem dúvida, o que foi até aqui apresentado é um tipo de violência aos direitos da criança e do adolescente. Entretanto, muitas questões ficam no ar, tais como: Quais as relações entre este tipo de atividade, o desenvolvimento psicossocial e a saúde mental destas crianças e adolescentes? O que a psicologia, o serviço social, a medicina, enfim profissionais que atuam no campo biopsicosocial podem fazer para minimizar o sofrimento desta parcela da população?

Para finalizar concorda-se com Cecília Coimbra (op.cit), sem dúvida uma das mais atuantes profissionais na área dos direitos humanos no país quando afirma que:

*Discutir a questão da violência hoje é fundamental, porque o tempo todo se acaba naturalizando a questão. O ser humano se acostuma facilmente com as coisas, até com as piores violações aos direitos humanos, acaba achando natural. Isso é uma produção dos meios de comunicação de massa, que não resgatam a história e mostram o pobre como um criminoso e a criança pobre como criminosa em potencial.*

## REFERÊNCIAS

---

- CARRANCHO, R. (Org.). **Feminino: a resolução que marca a diferença**. Campinas: Editora Átomo, 2003.
- CHAUÍ, M. Sobre o medo. In: CARDOSO, S. et al. **Os sentidos da paixão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- COIMBRA, C. M.B. Comprometimentos e compromissos da Psicologia em relação aos direitos humanos. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP. **Psicologia, direitos humanos e sofrimento mental**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Entrevista**. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/dhnet/equipe/consult.html>> Acesso em : 2003.
- D'ASSUMPÇÃO, E. A. **Os que partem e os que ficam**. 2. ed. Petrópolis, 1991.
- FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. Edição Standard, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1974.
- GRACIANI, M. S. S. Pedagogia social de rua. In: PROGRAMA DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL - PUC/RJ. **Revista O Social em questão**, Edição especial: Trabalho precoce e Educação profissional, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, 1999.
- JOHSTON, T. **Pensamento político de Freud**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1969.
- KOVOES, M. J. (Org.). **Morte e desenvolvimento humano**. 2. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário de Psicanálise**. São Paulo: Moraes editores, 1970.
- MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**, com uma introdução de Claude Lévi-Strauss. Tradução Lamberto Puccinelli. v. 2. São Paulo: EPU, 1974.

# HÁ TRABALHADORES PRECOCES NO MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA

Maria José de Jesus<sup>1</sup>

Alessandra Patrícia de A. Dantas<sup>2</sup>

O objetivo deste artigo é apresentar um ensaio de pesquisa com alguns dados sobre o trabalho infanto-juvenil, identificados no Município de Itapororoca por uma líder sindicalista aluna do 1º Curso de Formação da Agentes Sociais que Atuam na Área do Trabalho Infantil Juvenil Urbano e Rural. Como conhecer a realidade e trabalhar de forma direta ou indireta na temática foram pré-requisitos para a participação no I Curso de Formação, nos compete, neste espaço, apresentar algumas das vivências cotidianas de crianças e adolescentes no município, bem como algumas participações da comunidade no que se refere às ações de combate ao trabalho infantil e à defesa do trabalhador adolescente.

O trabalho de crianças e adolescentes no setor rural não é algo novo. Outros autores já dissertaram sobre ele com mais propriedade e de modo mais complexo, como, por exemplo, a Fundação Josué de Castro/PE (1992/1993), Antuniassi (1981), Alessi (s.d), Araújo (1995) e Moreira (1995). Mas, segundo Moreira (1995), embora o trabalho infanto-juvenil esteja presente em outras regiões do país, é no Nordeste que se concentra o maior número.

Conforme Moreira (1995: 14), (...) *não se pode negar que o elevado grau de pobreza da classe trabalhadora é o principal responsável pela inserção prematura dos jovens no mercado de trabalho.*

---

<sup>1</sup> Presidente do Sindicato Rural de Itapororoca, Conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Itapororoca.

<sup>2</sup> Psicóloga, aluna do Curso de Especialização em Direitos Humanos da UFPB.

O trabalho infanto-juvenil, assim como o feminino, cresceu na zona canavieira da Paraíba. Segundo Moreira e Targino (1997), entre 1975 e 1985, aumentou em 35% o número de jovens menores de quatorze anos ocupados na agricultura. Os determinantes dessa mudança, na composição etária e sexual, foram o processo modernizador da agricultura e a base técnica da produção. A modernização e a migração atingem mais fortemente a população masculina adulta. A inserção de mulheres, crianças e jovens se dá como característica da precarização dessa mão-de-obra e como forma de se aumentar a renda familiar ou, ainda pior, como única fonte de subsistência da família.

Embora tenhamos conhecimento dos dados levantados pelas PNAD's, de 1990 e 2001, que dão conta da diminuição da população ocupada entre 10 e 17 anos, na zona rural, o que se credita às políticas públicas de combate ao trabalho infantil (fiscalização da Delegacia Regional do Trabalho, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, bolsa escola, etc.), nossos dados apresentam a questão mais do ponto de vista da vivência.

A vida do trabalhador que executa diferenciadas atividades, em faixas etárias que compreendem a infância e a adolescência, está envolvida por um mundo de significados que não compreende uma vivência compatível à sua faixa etária, mas corresponde a um mundo de significados de adultos. Compromisso, trabalho exaustivo e fadiga são novas posturas que tomam o tempo da infância e atropelam a tão complexa fase da adolescência.

Preocupado com esta situação, o sindicato rural do Município em questão tem tentado buscar parcerias e formas de enfrentar a situação. Uma delas é a formação de seus membros para que, conhecendo a legislação e as políticas existentes, possam contribuir para modificar o quadro atual. Quadro este que aponta para a existência de crianças trabalhando no campo e na cidade e que muitas vezes se fazem presentes em toda a cadeia produtiva, da plantação a comercialização, como é o caso do abacaxi, conforme os dados que apresentaremos. Um outro tipo de atividade que podemos ver nas ruas do referido município é o da venda de botijões de gás em motocicleta.

## CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O antigo povoado de São João de Mamanguape, no Município de Mamanguape, fazia parte da trilha usada pelos comerciantes e viajantes que chegavam à região, procedentes do Brejo paraibano em animais. Com o tempo, alguns deles resolveram fixar morada e negócios na localidade, que tinha terras férteis e condições de surgimento de uma vila. Em 1862, foi construída uma igreja. Uma bolandeira, primitiva máquina de beneficiar algodão, e uma máquina a vapor foram instaladas no lugar. Em 1911, Itapororoca figurou na história da Paraíba como distrito de Mamanguape, com o nome de São João. Sua emancipação ocorreu em 1961, sendo instalado oficialmente o município em 15 de fevereiro de 1962. Essa História foi resgatada por personagens que conhecem a História do município através de informações fornecidas em arquivos *on line* à disposição na Federação dos Municípios do Estado da Paraíba.

Localizado na Mesorregião da Mata Paraibana e na Microrregião do Litoral Norte, o município está a 62,00 km da capital João Pessoa e limita-se com os municípios de Mamanguape (13 km), Capim (14 km), Cuité de Mamanguape (10 km), Araçagi (14Km), e Curral de Cima (12km), (Moreira, 2001).

O Município destaca-se por ser um dos grandes produtores do Estado da Paraíba, das culturas de algodão, abacaxi e acerola. Possui uma população de 14.898, com densidade demográfica de 98,86 hab/km<sup>2</sup> (Dados do IBGE, 2000).

O Município possui programas de apoio ao combate ao trabalho infantil desde 1999, um dos primeiros no Estado, reforçado por ações de pequenas organizações comunitárias, sindicato rural e pastoral da criança.

## A PRÁTICA E A TEORIA EM FAVOR DO CONHECIMENTO

Com o conhecimento da inserção precoce de crianças e adolescentes em atividades laborais, foram realizadas visitas aos pequenos sítios da região com o objetivo de identificar *in loco* quais seriam as atividades realizadas por pequenos trabalhadores. Munidos de câmera fotográfica, visitamos a área rural e urbana do município, em

diferenciados horários. Identificamos na área rural plantação de abacaxi e acerola. Na área urbana foi identificada a atividade de motoboy entregador de gás.

Foram realizadas observações, conversas informais e registro fotográfico. A observação da atividade de trabalho foi uma prática para o favorecimento da compreensão da interação das crianças e adolescentes participantes deste trabalho.

As conversas informais foram realizadas individualmente, primando pela livre expressão e espontânea associação de idéias. Abordaram-se os temas trabalho, saúde, família, escola, infância e adolescência no interesse da compreensão dos pequenos trabalhadores, num vocabulário simples e objetivo. Uma perspectiva de metodologia participativa (Thiollent, 1998).

### **Perfil dos trabalhadores**

No trabalho de campo, foi realizado contato com duas crianças e três adolescentes, todas do sexo masculino, na faixa etária de 12 a 15 anos e cujas famílias são moradores de propriedades rurais ou pequenos proprietários. Dois dos adolescentes ajudavam seus pais em propriedades próprias, na pequena produção.

Em relação à escolaridade todos freqüentam a escola na área rural, embora em séries não correspondentes a suas faixas etárias, o que demonstra a existência da defasagem escolar.

## **DIMENSÃO E NATUREZA DO TRABALHO INFANTO-JUVENIL**

Da interação do pesquisador com os sujeitos e o meio resultou o registro da vivência de crianças e adolescentes inseridos precocemente no trabalho. Os dados são os seguintes:

### **Cultura do abacaxi**

No caso da cultura do abacaxi, as atividades dos meninos são: acompanhar o pai ao roçado, observar e “ajudar” com pequenas ações como: fazer a limpa entre os pés das plantações, cortar folhas secas e identificar a presença de insetos e animais. Segundo eles, estas ações são demonstrações de aprendizagem, para adquirir experiência e tornarem-se aptos a serem bons trabalhadores no futuro. No entanto, durante as observações da execução da atividade, estas ações se configuraram na forma mais comum de inserção



precoce de crianças e adolescentes em atividades laborais. Para os adolescentes acompanhar o pai na “lida” é uma forma de ser útil, de estar fazendo algo, mesmo não sendo obrigadas a executar tarefas, o estar próximo e conhecer a atividade sem as obrigações de obedecer a uma jornada específica, configura-se numa forma de contribuir para as despesas domésticas. Entretanto, apesar de afirmarem que apenas acompanham os pais, observamos que os meninos cuidam efetivamente da lavoura e sem a presença do pai.

O conjunto desses registros nos permite compreender que auxiliar o pai já se torna uma obrigação, ao passo que, em um dos casos, o adolescente já possui uma pequena parte do roçado, competindo-lhe os cuidados com a lavoura e o posterior lucro das vendas de sua pequena produção. Entretanto, com o reconhecimento da administração do tempo para a execução da atividade, percebe-se a prática, que é comum à faixa etária de 10 a 14 anos, nas áreas rurais do Estado da Paraíba, nem sempre salutar da aquisição prematura de responsabilidades.

Na venda do abacaxi, na cidade, percebemos um outro tipo de vulnerabilidade. Trata-se das condições de trabalho, caracterizado no transporte e movimentação do produto, além dos riscos de atropelamento. Um outro aspecto que podemos identificar é a relação de trabalho que se constitui entre o produtor, ou atravessador, e os meninos. O abacaxi pertence a um sujeito que é proprietário, não havendo, no caso analisado, nenhum grau de parentesco com os trabalhadores precoces que executam a venda. Entre estes são acordadas quantidades de abacaxi a serem comercializadas. Para efetivar a venda, o adolescente carrega, em um carro de mão, de precárias condições, cerca de 100 a 150 frutas, numa distância que chega, aproximadamente, a 4 km em horários diurnos diferenciados.

Atento para melhor expor a fruta, o patrão delega ao menino um ponto (esquina ou rua movimentada) em que este se posta para oferecer o produto, ora erguendo com as mãos a fruta, ora, aos gritos, caracterizando o produto e o custo até obter a venda de todas as frutas. O acordo entre o proprietário e o pequeno trabalhador é vender todos os produtos.

A justificativa para o trabalho do adolescente é a necessidade de contribuir para a renda familiar. Sendo contratado e tendo a confiança, pode ele obter um salário e ajudar em sua casa.

### **Entregador de gás: o “motoboy de gás”**

Uma outra categoria de trabalhador precoce encontrado no Município de Itapororoca é a de vendedores de gás em motocicleta. Para essa atividade, o adolescente deve possuir aptidões necessárias, caracterizadas como, por exemplo, ter força física para erguer e transportar os botijões, saber passar troco, saber pilotar uma motocicleta. Em média, o adolescente percorre 20 km/dia, em muitos casos, com velocidades reduzidas, oferecendo gás de cozinha nos domicílios próximos ao centro e estendendo a oferta à área rural. A motocicleta possui uma adaptação caseira para transportar um único botijão de gás. Próximo às mãos há um sino para anunciar à freguesia a passagem do “motogás”. Algumas estratégias compõem o exercício de seu trabalho, como usar bonés de abas grandes, para amenizar a insolação, fazer paradas, sempre à sombra, por alguns minutos, a fim de sair do assento e mover os membros inferiores, andar munido de bucha e sabão para identificar e conter vazamentos.

### **Cultura da acerola**

Na atividade da acerola não foi possível o registro fotográfico, apenas uma conversa em tempo muito curto em que o adolescente relatou algumas de suas insatisfações na atividade exercida. Entre as queixas, a criança relatou que não lhe agradava acordar tão cedo para executar a atividade, era cansativo e dolorido ficar com os braços erguidos e com o corpo agachado para buscar as frutinhas, o que lhe causava um formigamento no corpo e, em especial, nos membros, quando tocavam as folhas e a madeira da árvore.

## **O QUE ESTÁ POR TRÁS DO TRABALHO**

Nas atividades investigadas foi percebida a *desconsideração* dos possíveis danos causados à saúde e ao desenvolvimento da criança e do adolescente. O processo de trabalho, ou ajuda aos pais, como assim é reconhecido, é uma prática camuflada que submete a criança e o adolescente ao assalariamento em atividades exaustivas, fatigantes,

de pouca remuneração e sem qualificação. Embora as atividades sejam diferentes, algumas características foram percebidas como comuns às vivências observadas, como os ritmos intensos de trabalho, em longas jornadas, a demanda de um esforço físico e posturas repetitivas e inadequadas, manuseio de instrumentos precários e exposição a agrotóxicos. E, em piores casos, a fadiga, as sensações de desgaste, a perda do desejo, da idealização de sonhos, o que torna as perspectivas de futuro uma proposta distante das vivências do cotidiano.

“O trabalho dignifica o homem”, assim é popularmente dito hoje, para se descrever as conquistas e a salutar relação entre o homem e o meio. Compreendemos que o trabalho deve ser apresentado à criança e ao adolescente como algo que devam alcançar num momento que seja do início de sua vida adulta. Até então, ele deve ter uma infância sadia no seio familiar e gozando de uma aprendizagem escolar. Quando adolescente deve viver, passo a passo, as transformações do corpo e adquirir novas formas de pensamento e linguagem.

Os pré-requisitos para uma infância e uma adolescência saudáveis independem de pequenos atores, mas de garantias efetivas de direitos iguais a todos os cidadãos, a começar pela implementação do atendimento das necessidades imediatas.

Divulgar o processo, o tipo de atividades em que estão inseridos e as piores formas de trabalho realizados por crianças e adolescentes é a tentativa de tornar visível o que atualmente se configura numa realidade negada ou adotada como natural por todos. Assim, esperamos, através deste ensaio de pesquisa, ter contribuído para uma reflexão, que merece maior aprofundamento, sobre a dura realidade vivida por essas crianças e adolescentes.

## REFERÊNCIAS

---

ALESSI, N. P.; NAVARRO, V. L. **O trabalho de crianças e adolescentes na cultura canavieira e os impactos sobre sua saúde.** São Paulo, [199-?]. Mimeografado.

- ANTUNIASSI, M. H. R. **O trabalhador mirim na agricultura paulista**. 1981. 184 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.
- ARAÚJO, T. W. C. de et al. Os trabalhadores invisíveis: crianças e adolescentes em situação de risco e pobreza nos canaviais de Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 4., 1995, São Paulo. **Anais...** São Paulo: ABET, 1995. p. 281-298.
- \_\_\_\_\_. **Os trabalhadores invisíveis: crianças e adolescentes dos canaviais de Pernambuco**. Relatório de Pesquisa - Centro Josué de Castro, Recife, 1993. Mimeografado. IBGE. **Anuário estatístico da Paraíba**, 2000.
- MOREIRA, E. R. F. **Atlas de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996.
- MOREIRA, E. R. F.; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.
- MOREIRA, E. R. F. et al. **Os caras pintadas de suor e fuligem da cana**. Relatório técnico de pesquisa - CNPq, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.
- MOREIRA, E. R. F.; TARGINO, I.; SILVA, R. M. Trabalho infanto-juvenil na agricultura nordestina (1985-1995). In: TARGINO, I.; LEITE FILHO, P. A. M. (Org.). **Nordeste: aspectos da estrutura produtiva e do mercado de trabalho**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001. p.213-238.
- MUNICÍPIO DE ITAPOROROCA. Disponível em: <[www.famup.gov.br](http://www.famup.gov.br)>. Acesso em: 15 ago. 2003.
- TEIXEIRA, D. M. **Elaboração de um relatório de pesquisa**. João Pessoa, 2002. Mimeografado.
- THIOLLENT, M. (Coord.). **Extensão universitária e metodologia participativa**. Rio de Janeiro: COPPE-UFRJ, 1998. 117 p.

# DEZENOVE

---

## A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO BRASIL

Maria Nilza Ramalho Cirne<sup>1</sup>  
Thereza Karla de Souza Melo<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

As questões relativas à infância e à juventude no Brasil contemporâneo devem ser apreendidas a partir do próprio desenvolvimento da nossa sociedade no decorrer do tempo, pois entendemos que o interesse ou atenção que o tema desperta, em cada momento específico, é fruto de necessidades sociais e históricas.

Dessa forma, cada ação, cada medida, cada programa e/ou cada política trazem consigo a marca da história, sendo atravessados por forças sociais que se articulam e se definem a partir de compromissos que expressam interesses de classe.

Inserido nesse processo social, o atendimento à criança e ao adolescente tem assumido historicamente diversas posturas, ainda que, em alguns casos, antigas práticas tenham adquirido apenas uma nova aparência.

A infância, tal como a compreendemos hoje, é resultado de uma elaboração que remonta a vários séculos. Os cuidados e as atenções que, pelo menos em tese, cercam a criança atualmente, foram construídos socialmente numa evolução que reflete a

---

<sup>1</sup> Mestra em Serviço Social; Professora do Departamento de Serviço Social da UFPB/Membro do Setor de Estudos e Pesquisas sobre Criança e Adolescente - SEPAC/UFPB.

<sup>2</sup> Mestra em Serviço Social pela UFPB, Professora do Departamento de Serviço Social da UEPB/Membro do Setor de Estudos e Pesquisas sobre Criança e Adolescente - SEPAC/UFPB.

transformação da própria sociedade. Para situarmos esta evolução, fomos buscar como suporte a significativa contribuição de Philippe Ariès, em sua obra intitulada, originalmente como *“L’Enfant et la Vie familiale sous l’ancien Régime”*, traduzida para o português como *“História Social da Criança e da Família”*.

Um dos aspectos relevantes que o autor desenvolve diz respeito ao sentimento da infância. Segundo ele, este sentimento não se fazia presente na sociedade medieval, mas isto não significa que não houvesse, nesse período, a afeição pelas crianças. O sentimento da infância a que o autor se refere diz respeito à consciência da particularidade infantil: (...) *particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem* (1981:158).

O alto índice de mortalidade infantil da época condicionava o “reconhecimento” da criança à sua sobrevivência aos primeiros anos de vida. Mas, na verdade, quando a criança superava essa fase, logo era confundida com os adultos. (...) *Assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes* (Ib.). Logo, na sociedade medieval, os hábitos de precocidade introduziam a criança no modo de vida dos adultos, caracterizando, nesse período, uma infância muito curta.

A partir do século XIV, entretanto, constata-se o crescimento de representações infantis, principalmente na arte, através de um tom poético e familiar. Também na religião (culto dos mortos) e nos retratos de família, a criança começa a despontar.

É a partir deste momento que Ariès sinaliza um novo sentimento da infância, em que *a criança, por sua ingenuidade, gentileza e graça, se tornava uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto* (...) (Ib.). Este sentimento, próprio das mães ou amas encarregadas dos cuidados com as crianças, o autor denomina de “paparicação”.

Contudo, esse novo olhar sobre a infância desperta severas críticas, sobretudo no século XVII, entre aqueles que consideravam insuportável a atenção que estava sendo dirigida às crianças.

Montaigne – escritor, filósofo e moralista francês – dizia não entender como as pessoas beijavam as crianças recém-nascidas, *que não têm ainda nem movimento na alma,*

*nem forma reconhecível no corpo pela qual se possam tornar amáveis (...)* (Apud Ariès:159). Para ele, as crianças eram amadas “*como passatempo, como se fossem macacos*”.

Esta aversão à paparicação – que ao final do século XVII era também identificada entre o povo – era compartilhada por muitas pessoas, principalmente os moralistas e os educadores.

É justamente entre eles que Ariès situa o outro sentimento da infância caracterizado pelo interesse psicológico e pela preocupação moral.

Diferentemente da paparicação, que surgiu no meio familiar, a preocupação com a educação infantil foi introduzida na família, principalmente pelos moralistas do século XVII. Estes, ao invés de considerarem as crianças como “brinquedos encantadores”, as viam como criaturas de Deus, que, por sua fragilidade, era preciso preservar e disciplinar.

A partir do século XVIII, além desses sentimentos em relação à infância, vamos ter também a preocupação com a higiene e a saúde física. A criança passou, então, a ocupar um lugar de destaque na família.

O desenvolvimento destes sentimentos, que a princípio se contrapõem, vai delimitar, em seu conjunto, um espaço mais amplo de atenções e preocupações para com a criança e, conseqüentemente, para com a família. Dessa forma, como o “homem do futuro”, a criança passará a ter uma educação disciplinada, sob a orientação dos moralistas e educadores.

É interessante notarmos como se dá esse crescimento do lugar ocupado pela criança no mundo dos homens. Pois, se inicialmente a criança deveria ser introduzida rapidamente na vida adulta, no contexto da vida burguesa, a família e a sociedade passam a se organizar em torno dela.

Este novo olhar sobre a infância corresponde à organização das sociedades industriais e às necessidades fomentadas por este tipo de organização.

O aprimoramento das preocupações para com a infância vai privilegiar a criança burguesa em detrimento da criança do povo. A instrução para a vida e a formação educacional adquirem um contorno de classe mais definido e se tornam monopólio de parte da população.

Apesar de as diferenças sociais antecederem, em muito, as sociedades burguesas, elas se tornaram mais intensas a partir de então. Com o fim gradativo do modo de vida feudal e a consolidação do sistema de produção capitalista, podemos afirmar que a infância pobre continuou imersa na precocidade medieval, com um agravante: ao invés de ajudarem seus pais na produção doméstica, as crianças foram submetidas a um ritmo de trabalho intenso nas fábricas, pelo qual muito pouco recebiam.

Logo, a valorização da infância elaborada pela sociedade moderna não foi vivenciada por todas as crianças, nem tampouco se restringiu apenas ao contexto europeu. As fronteiras ultrapassadas pelo capitalismo, aliadas à colonização européia nos demais continentes, contribuíram para difundir e impor o modo de vida burguês.

### **Os primórdios do atendimento à infância**

O período que corresponde ao início da colonização brasileira – século XVI – é o momento no qual começa a ser construído na Europa um novo olhar sobre a criança, como vimos anteriormente.

De acordo com Mary Del Priore, que nos traz uma significativa análise deste período, a Igreja Católica se empenhou em difundir duas imagens a respeito da criança: a da criança mística e a da criança que imita Jesus:

*As características humanas, o olhar, o perfume e os gestos – desta criança divinizada, somadas a sua doçura, inocência e afabilidade, tocariam a todos que a cercassem. Assim, fora na manjedoura: infiéis e pagãos convertiam-se ante a dulcíssima visão do pequeno e luminoso Jesus (1996:12).*

Segundo a autora, esta valorização da infância, aliada ao modelo ideológico da “criança – Jesus”, ajudou a Companhia de Jesus a elaborar a concepção da criança indígena como “(...) ‘papel blanco’, a cera virgem, em que tanto desejava escrever; e inscrever-se” (Idem, Ibidem).

Os filhos dos índios, juntamente com os órfãos portugueses que auxiliavam os jesuítas, seriam os responsáveis pela salvação da colônia.

O lugar ocupado pela criança escrava no Brasil-colônia foi objeto de estudo de Kátia de Queirós Mattoso. Um dos aspectos que ela procurou desenvolver foi justamente a duração da infância para a população escrava. Para tanto, ela questiona: *a*



que idade e **como** o filho da escrava deixa de ser criança e passa a ser percebido como escravo? (Apud Priore:78).

Através dos seus estudos, a autora conseguiu identificar alguns tipos de maioridade. Inicialmente, ela distingue duas idades de infância para os escravos: de zero aos oito anos, quando são crianças muito novas sem desempenho de atividades econômicas; e dos oito aos doze anos, quando os jovens escravos entram no mundo dos adultos na qualidade de aprendizes.

Essa distinção é referenciada pelos inventários, testamentos e cartas de alforria, assim como pelos documentos oficiais da legislação civil e eclesiástica.

Para a Igreja, a idade da razão do cristão tem início aos sete anos, idade de consciência e responsabilidade: *a criança adquire foro de adulto: de ingênuo torna-se alma de confissão* (Ibidem:80). Já de acordo com a legislação civil, o Código Filipino, que vigorou até o século XIX, situou a maioridade das meninas aos doze anos, e aos quatorze anos para os meninos.

Mas, ao lado da maioridade civil e religiosa, a autora destaca com maior ênfase aquela relacionada ao início da atividade econômica produtiva:

*...nos parece muito mais importante que as outras duas porque não somente é própria à condição escrava como também indica claramente que, tratando-se de criança escrava, o divisor de águas entre infância e adolescência colocava-se bem antes dos doze anos, porque assim exigiam os imperativos de ordem econômica e social* (Ibidem).

No período inicial da colonização brasileira, a atenção para com a infância dirigia-se no sentido de separar as crianças índias e negras de seus pais, para que elas se afastassem das “más influências”. Já em 1551, surge a primeira casa de recolhimento de crianças do Brasil; em 1585, havia três colégios e cinco casas mantidas pelos jesuítas.

A partir do século XVIII, a grande preocupação das autoridades era com o abandono de crianças:

*(...) tinha se tornado comum o abandono de recém-nascidos nas portas das igrejas, conventos e residências, ou mesmo nas ruas, onde eram presas fáceis a serem devoradas ou atacadas por animais selvagens ou domésticos. Estas crianças, em sua imensa maioria, eram fruto de relações consideradas ilícitas pela sociedade, ou seja,*

*nascidas de relações sexuais fora do casamento (Pereira apud Diniz et alii; 1998:11).*

Para atuar frente a essa demanda, foi criada a Roda dos Expostos, que era um aparelho de movimento giratório, no formato de um cilindro, que permitia a colocação de crianças nos asilos e ocultava a identidade de quem as abandonava. Com o passar do tempo, o número de crianças expostas cresceu consideravelmente e passou a envolver também fatores de natureza econômica.

O fim do regime de trabalho escravo (1888) não favoreceu a situação da criança e do adolescente, agravando ainda mais o seu estado de miséria. A consolidação dos centros urbanos, em fins do século XIX e início do XX, cujas bases são encontradas na expansão industrial e no trabalho assalariado, acentua as situações de abandono. Nesse contexto, merecem destaque as chamadas “medidas higiênicas” que visam à retirada da criança da rua, considerada como lugar de “perdição”, e sua colocação em colônias correcionais (Rizzini, 1993). Ao invés do caráter de caridade das instituições existentes até então, os higienistas pregavam a assistência à infância segundo bases científicas e, para tanto, fundaram as instituições filantrópicas.

*(...) Tanto a assistência social à criança desamparada por pena, por dó na tentativa de protegê-la da criminalidade, quanto a internação ‘correcional’ dos chamados ‘menores delinqüentes’ pelo medo, pela ameaça ou pelo perigo que representavam, ambas tinham um caráter de controle social, como se a sociedade tivesse um comportamento normal e para mantê-la assim fosse preciso reformar quem demonstrasse um comportamento ou situação desviante (Pereira, Op. Cit., 1998:19).*

Na década de 20, este aspecto será fortalecido com a criação do primeiro Juízo de Menores do Brasil, em 1923, e do Código de Menores de 1927. Ainda segundo Pereira,

*(...) Solidifica-se no senso comum a separação entre criança e menor, passando o termo menor de uma utilização técnico-jurídica, utilizada para definir a culpabilidade ou não, para um significado que classifica a infância empobrecida (Ibidem).*

### **O atendimento à criança e ao adolescente a partir de 30**

A questão do “menor”, segundo Sader, somente começa a influenciar nas decisões do Estado quando passa a se constituir numa ameaça para a manutenção da ordem vigente. Com o gradativo debilitamento da família e da escola, que se inicia a partir de 1930, o Estado recorre a instituições como a polícia, o juizado de menores e as instituições de abrigo. Os menores, distanciados da família e da escola, passam a ser vistos como “...excedentes de mercado perigosos para o patrimônio...” (1987:13).

A partir de 1930, as políticas sociais refletem o nacional-populismo da época e apresentam características paternalistas e assistencialistas. *As instituições sociais se desenvolvem no âmbito do Estado, propondo-se programas de caráter imediatistas, embasados em princípios de caridade cristã e ajuda ao próximo* (Bierrenbach, 1987:47).

Em 1935, em São Paulo, é criado o Departamento de Assistência Social, vinculado à Secretaria de Justiça, que, em 1938, passa a se chamar Departamento de Serviço Social. Já em 1947, após a Segunda Guerra Mundial, e sob a influência do governo americano preocupado em desenvolver ações sobre os efeitos do subdesenvolvimento, o órgão se transforma em Serviço Social do Estado, assumindo a assistência pública.

Ainda na década de 40, é criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) que, segundo Pereira (1998),

*fez parte da estratégia de intervenção do governo do ‘Estado Novo’ visando a integração das instituições privadas e estatais num ‘sistema nacional’ para os chamados ‘menores’* (p. 21).

A Organização das Nações Unidas (ONU) também passa a ter uma participação importante nos fundamentos da ação social, e, em 1948, cria a Declaração Universal dos Direitos do Homem e, em 1959, a Declaração Universal dos Direitos da Criança.

Com a instauração da ditadura militar e do modelo de acumulação de capital centrado nos grandes grupos financeiros, o Brasil experimenta um aprofundamento da crise da família e da escola.

Segundo Bierrenbach:

*A partir do Golpe de Estado de 1964, quando se implantou no Brasil o modelo de desenvolvimento associado dependente, (...) o governo militar tentou conter a insatisfação popular latente e minimizar a tensão social, criando mecanismos de cunho social de grande porte com uma imagem de eficácia e eficiência, mas que traziam implícitos o nítido alvo de controle social da população (Op. Cit.:49).*

Nesse contexto, são criadas a FUNABEM (Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor) e as FEBEM's (Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor), cujo propósito era o de se contrapor ao atendimento viabilizado pelo SAM, que sofria duras críticas do judiciário, da imprensa e do parlamento.

O problema do "menor" passa a ser visto não mais como uma "questão de polícia", mas como uma "questão política". E, entendido como vítima da sociedade,

*(...) o Menor torna-se merecedor do atendimento de suas necessidades básicas: amor, compreensão, educação, saúde, recreação e segurança social, direitos estes de toda criança, como consta da Declaração Universal dos Direitos da Criança, promulgada pela ONU (Ibidem:62).*

Entretanto, segundo a mesma autora, a concepção de marginalidade produzida nestas instituições de atendimento ao "menor" remete à visão de que ela é a forma de vida dos

*(...) indivíduos que não conseguem, devido às suas próprias deficiências, acompanhar o ritmo do desenvolvimento nacional e, por isso, são excluídos de participar de seus benefícios, uma vez que não participam da produção da riqueza da Nação (...) (Ibidem).*

Nas décadas seguintes, as instituições mantêm um forte caráter repressivo e uma estrutura relacionada com a sociedade capitalista excludente e marginalizadora, condizente com a lógica do próprio modo capitalista de produção. A "questão do menor" estava reduzida a programas meramente assistenciais.

Em 1988, é promulgada a Constituição Federal do Brasil, que traz para a criança e o adolescente uma série de conquistas sociais. Além da mudança terminológica - criança e adolescente ao invés de "menor" -, a Constituição Federal os declara sujeitos de direitos.

Tais alterações foram fruto de um amplo movimento de mobilização nacional que teve a participação do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (criado

em 1984) e de Organizações Não-Governamentais, empenhados na defesa de seus direitos.

### **O Estatuto da Criança e do Adolescente**

A partir das reformulações feitas pela Constituição, surge o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069), para regulamentar as conquistas que tomaram a forma de duas emendas populares apresentadas à Assembléia Nacional Constituinte.

A Constituição e o Estatuto trazem, em relação à criança e ao adolescente, três avanços fundamentais quando passam a considerá-los sujeitos de direitos, pessoas em condição peculiar de desenvolvimento e prioridade absoluta.

A criança e o adolescente já não podem mais ser tratados como objetos passivos da intervenção da família, da sociedade e do Estado, tendo direito ao Respeito, à Dignidade e à Liberdade; passam a ter, também, primazia em receber proteção e socorro em qualquer circunstância; procedência no atendimento por serviços ou órgãos públicos de qualquer poder; preferência na formulação e execução das políticas sociais públicas; destinação privilegiada de recursos públicos às áreas relacionadas à proteção da infância e da juventude.

O Estatuto acrescenta às políticas públicas a defesa jurídico-social para crianças e adolescentes envolvidos em questões de natureza legal, e os programas de atenção médica, psicossocial e jurídica às crianças e aos adolescentes vitimados.

Além disso, o Estatuto apresenta um conjunto de propostas socio-educativas de caráter emancipador, baseado em noções de cidadania e de pessoas em condições peculiares de desenvolvimento; prevê a possibilidade de fiscalização das entidades governamentais; amplia, dentro de uma perspectiva pedagógica, o elenco de medidas aplicáveis ao adolescente autor de infração penal e introduz o instituto da remissão, que objetiva atenuar os efeitos negativos do procedimento.

A nova estrutura da política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, estabelecida pelo Estatuto, tem por base dois princípios básicos: descentralização político-administrativa e participação da população por meio de suas organizações representativas.

De acordo com Faria (1991),

*A redistribuição de atribuições e encargos entre as diferentes esferas de governo na formulação e execução das políticas públicas está respaldada pelos princípios administrativos da participação e descentralização, mas também pelo novo padrão de política tributária (p. 216).*

Segundo ele, a Constituição limitou as ações a cargo da União, restringiu o papel dos Estados e ampliou, de forma considerável, as competências e responsabilidades do Município e da comunidade.

*A municipalização do atendimento, a exemplo de outras políticas governamentais, respeita as especificidades locais e reforça o princípio de que o ambiente cultural, comunitário e familiar das crianças e jovens é o **locus** privilegiado para seu desenvolvimento (Idem, Ibidem).*

À União cabe a emissão das normas gerais e a coordenação geral da política. Já o Estado deve suplementar o trabalho realizado pelo Município e por entidades não-governamentais.

A população, que anteriormente apenas era convocada no momento da execução, passa a participar na formulação das políticas e no controle das ações através dos conselhos paritários e deliberativos em todos os níveis: municipal, estadual e federal.

Segundo Santos (1992), o Estatuto da Criança e do Adolescente

*propõe uma ruptura com um passado secular deste país, em termos jurídicos, das políticas voltadas para a infância e adolescência e da relação entre sociedade civil e Estado. O caminho indicado é o de atribuir às políticas o papel de resgate da enorme dívida social do país para com as crianças e a perspectiva de colocá-las na condição de cidadãos (p. 70-1).*

Entretanto, como as mudanças no plano legal não são suficientes para garantir mudanças práticas, a sua operacionalização vem sofrendo resistências diversas. Sendo assim, o ECA constitui-se atualmente num instrumento para viabilizar o reordenamento institucional e o atendimento digno para crianças e adolescentes.

Para finalizar, gostaríamos de destacar que os desafios são muitos, uma vez que ainda convivemos com uma cultura que defende o confinamento de crianças e adolescentes em favor da defesa da sociedade. Por outro lado, as instituições existentes não têm desempenhado um papel satisfatório no sentido de tentar reverter as condições

de vida deste segmento, seja pela estrutura do seu atendimento, seja pela desarticulação com outros setores da sociedade.

## REFERÊNCIAS

---

- ÀRIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BIERRENBACH, M. I.; SADER, E. et al. **Fogo no pavilhão: uma proposta de liberdade para o menor**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BRASIL. Ministério do Bem-Estar Social. Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069/90**. Brasília, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- CAMPOS, A. V. D. S. **O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1984.
- DEL PRIORE, M. (Org.). **História social da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- FARIA, V. A Montanha e a Pedra: os limites da Política Social Brasileira e os problemas de infância e de juventude. In: FAUSTO, A.; CERVINI, R. (Org.). **O trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80**. São Paulo: UNICEF, FLACSO: Cortez, 1991, P.195-225.
- PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar as crianças: a história das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño/Editora Universitária Santa Úrsula/Amais Livraria e Editora, 1995.
- VIOLANTE, M. L. **O dilema do decente malandro**. São Paulo: Cortez, 1989.

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E COMBATE AO TRABALHO PRECOCE: UMA ARTICULAÇÃO NECESSÁRIA

Anísio José da Silva Araújo<sup>1</sup>  
Marlene de Melo B. Araújo<sup>2</sup>  
Marinalva de Souza Conserva<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Neste artigo nos propomos a estabelecer algumas pontes entre o movimento da economia solidária e o papel que pode desempenhar, em articulação com outras ações, no esforço de erradicação do trabalho precoce. Como sobejamente apontado na literatura, a questão do trabalho precoce está em estreita conexão com as condições econômicas das famílias que a ele recorrem, de tal sorte que refletir em termos de alternativas de geração de trabalho e renda é atacar o cerne da situação geradora da pobreza, em última instância responsável pelas dimensões que o trabalho precoce vem assumindo ao longo do tempo. Obviamente o problema é complexo e, desse modo, não admite soluções simplistas. Daí a ênfase que colocamos numa ação integrada em vários níveis.

O nosso texto está estruturado nas seguintes seções: inicialmente analisamos os atributos da reestruturação contemporânea do capitalismo, situando, na seqüência, o surgimento (ou ressurgimento) da economia solidária, procurando inseri-lo no contexto dos efeitos dessa reestruturação, em que a precarização e o desemprego constituem elementos marcantes. Por último, procuramos articular as considerações anteriores às

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências/ENSP/FIOCRUZ, Professor do Departamento e Mestrado em Psicologia da UFPB, membro do Grupo de Pesquisas Subjetividade e Trabalho-GPST/ UFPB.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFRJ.

<sup>3</sup> Doutora em Serviço Social/UFRJ, Professora do Depto. de Serviço Social da UFPB, Membro do GPST/UFPB.



propostas em termos de *Melhoria da Renda Familiar e Promoção do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável* presentes no Documento *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil* (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, 2000).

## **OS ATRIBUTOS DA REESTRUTURAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO CAPITALISMO**

Neste tópico buscamos compreender, a partir do resgate das circunstâncias históricas que engendraram a crise do sistema fordista, o modo como a reestruturação produtiva foi se construindo e dando forma ao que hoje conhecemos como Modelo de Acumulação Flexível. Esta análise é feita, sobretudo, a partir da ótica Regulacionista, cujos representantes mais conhecidos são Michel Aglieta, Robert Boyer, Alain Lipietz, Benjamim Coriat, entre outros. Embora atento às críticas dirigidas a essa escola por diversos autores (Kumar, 1997; Conceição, 1997; Possas, 1988), considero-a, ainda, um instrumento útil para o tipo de análise que me proponho, especialmente porque busca *resgatar a idéia de que as grandes crises do capitalismo não atingem, unicamente, a esfera econômica stricto sensu, mas, ao contrário, refletem-se em abalos e necessidades de reformulações em todo o aparato social e institucional, que “sustenta” o funcionamento de todo o sistema econômico propriamente dito* (Possas, 1988:82).

O esforço maior da perspectiva regulacionista é entender o que assegura um funcionamento harmônico e reprodutivo de determinado modelo de desenvolvimento por um longo período de tempo, tarefa que envolve a análise do seguinte tripé conceitual: o paradigma industrial (a forma de organização do trabalho dominante), o regime de acumulação (a estrutura macroeconômica que o sustenta) e o modo de regulação (conjunto de normas implícitas e de regras institucionais) (Lipietz e Leborgne, 1988). A crise, segundo os regulacionistas, é engendrada desde o instante em que essas dimensões se revelam inconciliáveis, estando, portanto, a sua superação na dependência do surgimento de um novo estado de compatibilidade mútua ou de um novo modelo de desenvolvimento.

Desse modo, os regulacionistas entendem a história do capitalismo como uma sucessão de modelos de desenvolvimento. O século XIX, por exemplo, foi palco de um regime de acumulação do tipo extensivo, marcado por um controle dos ofícios no chão de fábrica e pela concorrência generalizada entre empresas. O crescimento nesse contexto dependia mais da existência de um amplo exército de reserva e da expansão geográfica do sistema do que da inovação técnica ou de aumentos de produtividade (Kumar, 1997).

Com o advento da administração científica (taylorismo) e da fábrica automatizada (fordismo) na década de 1920, entra em cena um novo modelo de desenvolvimento, batizado de monopolista ou fordista, de caráter intensivo e onde o crescimento dependia, sobretudo, do investimento em capital fixo. Tal modelo só veio a universalizar-se a partir do 2º pós-guerra e seus atributos principais foram: o taylorismo, enquanto paradigma industrial, combinações oligopolistas de preços entre firmas e a determinação de salários e níveis de consumo através de um sistema complexo de instituições patrões - empregados e governamentais (Kumar, 1997). A crise de 1929 teve, certamente, um papel decisivo na emergência desse modelo, já que revelou a incapacidade dos mecanismos de mercado de resolverem suas próprias contradições. A possibilidade de reedição dessa crise criou, portanto, o solo favorável à emergência do Estado planejador, através do qual pode-se elevar, pela via da expansão da demanda agregada, o padrão de vida dos trabalhadores, seduzindo-os a uma política social-democrata. A ênfase na demanda, símbolo do ideário keynesiano, justificava-se no fato de que a produção em massa seria inviável sem demanda massificada.

Segundo Santos (1995a), o modelo fordista só vigorou plenamente no Atlântico norte, especialmente na Europa. O seu mecanismo central, o Estado de Bem-Estar, foi legitimado por um pacto social entre trabalhadores organizados e patrões, segundo o qual os primeiros abdicaram de suas reivindicações mais radicais e os segundos de parte de seus lucros (pela via dos tributos) favorecendo, assim, alguma distribuição de renda e uma cobertura social às classes trabalhadoras. Assim é que, de acordo com Boyer (1998), o regime fordista possibilitou à maioria dos assalariados uma inserção tanto política quanto econômica: *O Estado tornou-se, assim, o Estado do conjunto dos assalariados...* (Boyer,

1998:196). Esse período estendeu-se de 1946 até 1976 e ficou conhecido como os *trinta gloriosos*. A ele seguiram-se os *vinte dolorosos* (1977-1997).

Antes de prosseguir, me parece oportuno inserir uma breve discussão sobre o caso brasileiro. Para analisá-lo, juntamente com o de outros países incluídos no rol dos semi-industrializados, pode ser útil recorrer ao conceito de *fordismo periférico*, cunhado por Lipietz (apud Druck, 1999), para designar o modo incompleto e precário através do qual o fordismo foi implantado nesses países. Coriat (1987) partilha dessa visão ao afirmar que na América Latina o compromisso fordista não existiu enquanto tal, a não ser de forma bastante limitada, ou seja, aplicado apenas na sua forma de organização da produção, desvinculado de todo o conjunto da relação salarial fordista.

Podemos, a partir daí, nos perguntar: o que diferencia a experiência brasileira de fordismo daquela dos países centrais?. Em primeiro lugar, a industrialização brasileira e o crescimento econômico que a seguiu adquiriram um caráter fortemente excludente, de tal modo que não houve, como nos países centrais, a incorporação de amplas massas de trabalhadores ao mercado de trabalho e de consumo. Por outro lado, a história brasileira registra uma convivência de longa data com um desemprego estrutural crônico e com formas precárias de inserção no mercado de trabalho (Druck, 1999),

A atividade dos trabalhadores foi a única dimensão sob a qual o fordismo foi efetivamente aplicado no Brasil, o que significa dizer apenas a exigência de produtividade sobre os trabalhadores foi mantida, ignorando-se, portanto, todas as contrapartidas que em outros países os trabalhadores tiveram em decorrência de seus esforços produtivos. De fato, a incorporação aos salários de ganhos de produtividade tem sido uma raridade na história brasileira. Muito ao contrário, o que se tem constatado é a perda progressiva de poder aquisitivo dos trabalhadores (Druck, 1999). Lipietz (apud Figueiredo, 1998) qualifica esse modo latino-americano (brasileiro), de aplicação do fordismo de *taylorismo primitivo*, uma fórmula que mesclou a busca de racionalização dos processos de trabalho com baixos salários e péssimas condições de trabalho.

De acordo com Figueiredo (1998), dois fatores contribuíram fortemente para que aqui não se constituísse um Estado de Bem-Estar nos moldes dos países centrais. Em

primeiro lugar, a opção das elites locais de ... *manter-se atreladas aos países capitalistas desenvolvidos dentro de um modelo de desenvolvimento subordinado e periférico* (p.13). Tal modelo, ao mesmo tempo em que transformou o Brasil num país industrializado e urbanizado, o manteve sob domínio de corporações transnacionais. Um segundo fator mencionado por Figueiredo (1998) refere-se à repressão política que os sindicatos e o conjunto da sociedade brasileira sofreram, particularmente a partir do golpe de 64, e que os excluiu do processo decisório, tanto em torno das opções de desenvolvimento econômico e social quanto dos resultados do crescimento.

Segundo Borges e Druck (1993), ao Estado que aqui se constituiu caberia melhor a expressão “Estado de mal-estar social”, utilizando a expressão de Francisco de Oliveira, do que o seu inverso. Tal Estado caracterizou-se por ser um Estado privatizado, ... *onde os fundos públicos são apropriados pelo capital, seja na forma de políticas de subsídios, incentivos fiscais, transferência de custos, seja na forma ilícita e corrupta de uso da máquina estatal por segmentos fortes do capital* (Borges e Druck, 1993:29).

Não existiu, também, no caso brasileiro, uma negociação com os sindicatos de trabalhadores, aspecto que, conforme já explicitado, foi determinante no pacto social fordista dos países centrais. A postura defensiva do movimento sindical e a ausência de políticas globais e menos imediatistas em suas lutas, somadas a uma frágil base fabril, foram fatores decisivos na consolidação do fordismo periférico.

Concluída essa breve análise do caso brasileiro, prossigo, agora, examinando a crise do regime fordista e a emergência do Modelo de Acumulação flexível.

A partir da década de 60, entretanto, o fordismo começou a dar seus primeiros sinais de esgotamento: *a produtividade começou a diminuir e o capital fixo per capita a crescer. Isso acarretou uma queda na lucratividade, de onde decorreu (após certo prazo) uma queda da taxa de acumulação* (Lipietz e Leborgne, 1988:13).

O cerne da crise fordista estava, segundo Harvey (1992), na sua incapacidade de fazer face às contradições do capitalismo e que pode ser sintetizada na palavra rigidez. Rigidez que se manifestava: no investimento típico da produção em massa, nos

mercados, nos contratos de trabalho e nos compromissos do Estado com os programas de assistência num contexto desfavorável à expansão dos gastos públicos.

No caso brasileiro, a crise do fordismo periférico se manifesta, segundo Borges e Druck (1993), no esgotamento da capacidade de financiamento do Estado e na perda de competitividade da indústria brasileira, em decorrência de sua defasagem tecnológica provocada, entre outras razões, pela política de fechamento da economia. A recessão que marcou os anos 80 reflete a deterioração do padrão fordista periférico e que se expressou no agravamento do desemprego, da precarização, da informalização. Por outro lado, é nessa conjuntura que se desenvolve um intenso movimento social, responsável pela criação de novas organizações, inclusive no meio sindical. A Central Única dos Trabalhadores é resultado desse processo. A resposta empresarial veio sob a forma de: demissão de efetivos, intensificação do trabalho dos remanescentes e o recurso generalizado à terceirização como mecanismos de redução de custos.

A Especialização flexível vai se colocando, portanto, como o provável sucessor do modelo fordista. Segundo Kumar (1997), ela só se tornou viável a partir da microeletrônica. A máquina flexível, em oposição à tecnologia rígida predominante no fordismo, permite mudanças rápidas de produção em resposta às demandas do mercado e não requer fábricas de grande porte como na era fordista. A economia de escala é substituída pela economia de escopo - voltada à produção de bens para mercados relativamente pequenos ou segmentados.

No que se refere ao mercado de trabalho, os patrões, beneficiando-se de fatores como o esfacelamento do poder sindical, e a grande mão-de-obra excedente passam a impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis, ocasionando a redução do emprego regular e o incremento do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Em função disso, também, o desemprego atinge níveis insuspeitados, possibilitando formas cada vez mais eficazes de controle sobre a força de trabalho (Harvey, 1992). A estrutura do mercado de trabalho, por sua vez, fragmenta-se cada vez mais. Em seu centro, situam-se os empregados em tempo integral, usufruindo de condições como segurança no emprego, perspectivas de promoção, reciclagem, entre outras, devendo, para tanto, tornar-se adaptáveis, flexíveis e geograficamente móveis. A periferia envolve os seguintes

subgrupos: o primeiro, de empregados em tempo integral, com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho e o segundo, de empregados em tempo parcial, contratados por tempo determinado, temporários, subcontratados e treinee. A tendência, segundo Harvey (1992), é a redução do núcleo central de trabalhadores, o que seria compensado por uma força de trabalho flexível, cuja admissão e demissão ocorreriam sem grandes entraves.

Quanto à organização industrial, readquirem importância antigas formas de trabalho, a exemplo do trabalho doméstico, artesanal, familiar, precoce, acarretando a pulverização da organização da classe trabalhadora. Em paralelo, e completando um quadro que guarda semelhanças com o que vigorou nos primórdios da revolução industrial, registra-se um crescimento acelerado da informalidade.

A título de conclusão desse tópico, gostaria de registrar o esforço de síntese desenvolvido por Santos (1995a; 1995b) no qual aponta as várias transformações que, em diferentes planos, marcam esse terceiro período do capitalismo: o princípio do mercado readquire sua hegemonia; um crescimento do mercado mundial capitaneado pelas empresas multinacionais; uma enorme mobilidade dos processos produtivos, produto da revolução tecnológica e da predominância da esfera financeira sobre a produtiva; o enfraquecimento da capacidade das nações de regular os conflitos entre capital e trabalho, precarizando a relação salarial; alterações constantes nos processos produtivos, gerando, para uma grande parcela dos trabalhadores, um trabalho duro, penoso e fragmentado; uma crescente flexibilização e automatização dos processos produtivos; queda do volume de trabalho vivo levando a um crescimento sem aumento de emprego; saturação da produção em massa e entrada em cena da produção integrada e flexível; crescente segmentação dos mercados de trabalho; terciarização e terceirização da economia; enfraquecimento do poder das organizações sindicais; surgimento de novos movimentos sociais orientados para questões pós-materialistas (a ecologia, o antinuclear, o pacifismo); o Estado nacional deixa de regular as esferas da produção (privatizações, desregulação da economia) e da reprodução social (retração das políticas sociais, crise do Estado de bem-estar); desregulação global da vida econômica, social e política; aumento considerável dos riscos.

## O RESSURGIMENTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Na visão de Singer (2002), a economia solidária foi uma invenção dos operários dos primórdios do capitalismo em face da pobreza e do desemprego decorrentes da ... *difusão "desregulamentada" das máquinas-ferramentas e do motor a vapor no início do século XIX* (Singer, 2002:83). A cooperativa colocou-se, nesse contexto, como o instrumento que permitiria aos trabalhadores readquirir trabalho e autonomia econômica frente ao novo patamar das forças produtivas que o capitalismo viabilizou.

Várias etapas podem ser demarcadas na história da economia solidária. Nesse artigo, entretanto, focalizamos o modo como se deu o seu ressurgimento nos marcos da reestruturação contemporânea do capitalismo, o que não significa, entretanto, fechar os olhos a todos os dilemas e percalços que essa economia tem enfrentado ao longo de sua história, sob pena de ingressar em modismos que em nada ajudam a emancipação dos trabalhadores.

Antes mesmo de especificar os atributos da economia solidária tal como está posta hoje, é preciso partir da seguinte constatação feita por Cattani (2003:10). De outro modo, não valeria a pena prosseguir nesse artigo.

A economia capitalista precisa ser superada. Sob todos os aspectos, ela é predatória, exploradora, desumana e, sobretudo, medíocre, não correspondendo mais às potencialidades do tempo presente. Quando do seu surgimento e expansão no mundo ocidental moderno, o modo de produção capitalista representou um avanço extraordinário.

Cattani (2003), após realçar o papel histórico que cumpriu o capitalismo, prossegue identificando três dilemas com os quais este se defronta hoje e que servem de base a sua argumentação. Em primeiro lugar, o processo de acumulação levado ao extremo tem como corolário o disciplinamento da criatividade humana. Embora sob novas roupagens e propondo formas variadas de trabalho, a lógica de funcionamento capitalista permanece intocável e, mais que isso, coloca a exploração em patamares insuspeitados. *O paradigma da "especialização flexível" e a intensificação da automação proporcionam vantagens para uma minoria, atemorizando, ao mesmo tempo, os demais com*

*ameaças de exclusão ou de precarização* (Cattani, 2003:09). Um segundo dilema refere-se ao agravamento das desigualdades, ou seja, concomitantemente a uma grande disponibilidade de bens e serviços coletivos, constata-se uma profunda injustiça no seu acesso, sepultando de vez as esperanças de que o progresso técnico favoreceria a igualdade. O terceiro dilema apontado pelo autor refere-se aos riscos relativos à sobrevivência física do planeta e de sua população.

Tais dilemas resultantes de mais de duzentos anos de exploração capitalista apontam, segundo o autor, para

*... a necessidade de construir uma outra economia para atender as demandas de uma sociedade mais exigente, técnica e intelectualmente mais qualificada. As necessidades de justiça, de respeito humano, de realizações materiais mais aperfeiçoadas se fazem sentir por todo o mundo. (p.10).*

É nessa perspectiva que o ressurgimento da economia solidária se coloca, ou seja, como um modo de produção alternativo, convivendo/disputando com outros modos de produção.

*A economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro -, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses (Singer, 2002:86).*

Num primeiro momento, o movimento pela economia Solidária apresenta-se como uma alternativa ao enfrentamento do desemprego e da precarização crescentes (jamais se colocando, entretanto, como remédio compatível com as dimensões desses fenômenos), marcas da reestruturação contemporânea do capital. Singer (2003), no entanto, afirma que tal movimento carece de uma análise crítica de modo que "*teorias bem fundamentadas permitam delinear sua possível trajetória futura e a transformação social e econômica que poderá induzir*" (p. 125). Reconhece, assim, a necessidade de uma teoria da transição à economia solidária como modo de produção hegemônico.



Seguindo Todeschini e Magalhães (1999), as possibilidades da Economia solidária podem ser interpretadas, também, como embriões de novas formas de produção, de organização do trabalho, do mercado ou mesmo de uma economia alternativa.

O ressurgimento da economia solidária significa, no entender de Singer (2003), uma volta às origens no sentido da defesa de valores como a democracia e a igualdade no campo da produção, distribuição e intermediação financeira. O declínio do emprego assalariado regular torna sem sentido a esperança de restauração de uma situação de quase pleno-emprego (e o seu pacote de direitos), que, ademais, jamais vigorou nesses termos no caso brasileiro.

O que, então, identifica a economia solidária?

Por economia solidária geralmente se entende a prática de um modo de produção autogestionário – de acordo com a qual todos os membros de uma empresa são donos do capital, participam do planejamento, ganhos, prejuízos, etc., em termos de igualdade, em que, afinal, a dicotomia capital/trabalho não existe – em contraste com o modo de produção heterogestionário hegemônico que é o capitalismo.

Na perspectiva de Singer ((2000:7-28), da economia solidária faz parte um amplo leque de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir. É, nesse sentido, de acordo com Culti (2002), uma economia que emana do povo, espontaneamente, ou estimulada pelo poder público, por ONG's e até pela iniciativa privada, e que se distingue das modalidades típicas de comportamento abordadas pelas teorias econômicas convencionais.

Um outro atributo: a economia solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, característica essencial do capitalismo (Singer, 2002). Por outro lado, o capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham. Nesse sentido, trabalho e capital *estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa* (Singer, 2002:83).

A expressão Empreendimento Econômico Solidário (EES) compreende diferentes... modalidades de organização econômica, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base em princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade (Gaiger, 2003). Podem assumir diferentes formas, a exemplo de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão.

Segundo Singer (2003), os EES devem cumprir duas condições básicas: a solidariedade entre os membros, conquistada através da prática autogestionária (autogestão como busca permanente da igualdade de direitos) e b) a solidariedade para com os trabalhadores de modo geral, especialmente os mais desfavorecidos. A solidariedade aos desfavorecidos se manifesta através do apoio à organização de cooperativas constituídas por desempregados, trabalhadores ameaçados da perda do emprego e pobres em geral.

A economia solidária, na medida em que organiza a produção, o crédito, o consumo, a comercialização, etc., em bases solidárias e não competitivas, é uma ... *tentativa de demonstrar que a emancipação dos pobres, dos alienados, das pessoas que têm pouca possibilidade de se livrar da miséria ou de um trabalho totalmente alienante, etc., pode ser lograda sem que eles precisem conquistar o poder político* (Singer, 2002: 405).

Segundo Culti (2002), o que identifica o EES é a busca de uma organização mais eficiente, através da cooperação e exploração do trabalho consorciado em benefício dos próprios produtores, distinguindo-se da racionalidade capitalista que não é solidária nem inclusiva... (p.4)

Singer (2003) acredita que os anseios por uma sociedade melhor, mais justa, mais igualitária, etc. devem ser depositados hoje na sociedade (Singer, 2003). A perspectiva subjacente a tal proposta é de que não é exclusivamente pela via da conquista do poder político que o resgate da dignidade humana pode ser promovido (Singer, 2002), mas pela instrumentação da sociedade (empoderando-a) para que possa intervir com competência em todas as instâncias sociais. Singer (apud Todeschini e Magalhães, 1999) encara, desse modo, a economia solidária como integrada a um processo de revolução social e advoga que *a transferência dos meios de produção para os trabalhadores deve ser resultado de um processo em que os próprios trabalhadores estejam desejosos e habilitados a assumir o controle dos meios de produção* (p.19-20). Dois critérios sobressaem na visão do autor para que essa realidade seja possível: o desejo dos trabalhadores em experienciar a autogestão e a posse das competências necessárias para assumir funções antes reservadas aos capitalistas ou seus prepostos. Esses, inclusive, são desafios comuns a vários EES, estando na origem, inclusive, de vários de seus insucessos. Obviamente temos que considerar, nesses resultados, a experiência dos trabalhadores, historicamente confrontados a modelos heterogestionários que favorecem o individualismo e a competição, mais que a

solidariedade, e as muitas dificuldades que a economia solidária encontra para se afirmar num universo hegemônico pela economia de mercado.

Gaiger (apud Todeschini e Magalhães, 1999) avalia que as experiências solidárias *apresentam um enorme potencial de revigorar energias de setores populares excluídos, de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais mais adequadas aos saberes populares* (p.19). Embora, no entender de Gadotti (apud Todeschini e Magalhães, 1999), estas experiências estejam integradas à economia de mercado. De outro modo elas não sobreviveriam, pois possuem uma lógica contrária a esta.

No caso brasileiro, a economia solidária surge, no entender de Singer (2002), em resposta à grande crise de 1981/83 pela qual muitas empresas, inclusive de grande porte, pedem concordata e entram em processo de falência. Na tentativa de preservar os postos de trabalho ameaçados de extinção, os trabalhadores passam a *arrendar ou a adquirir a massa falida ou o patrimônio dos antigos empresários e assim preservar seus postos de trabalho* (p.87). É nesse contexto que surge a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária - ANTEAG, não apenas com o propósito de colaborar na luta dos trabalhadores pela manutenção de seus postos de trabalho (pondo fim a sua subordinação ao capital), mas para assessorar as novas empresas solidárias. Em 2001 a ANTEAG já prestava assessoria a cerca de 160 empresas solidárias em todo o Brasil.

Outra iniciativa que pode ser registrada na recente história da economia solidária no Brasil é a União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL), entidade que surgiu em 1999 com propósitos e objetivos semelhantes aos da ANTEAG, embora dela se considerasse rival (Singer, 2002). Capitaneada por dois importantes sindicatos do ABC, o sindicato dos metalúrgicos e o sindicato dos químicos, a UNISOL é, também, uma associação de cooperativas do ABC que gradativamente pretende abranger todo o Estado de São Paulo.

No caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Singer, 2002), podem ser destacadas iniciativas importantes no campo da economia solidária, a exemplo das Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). As CPAs, embora tenham se mostrado superiores à pequena propriedade e tenham possibilitado, por exemplo, a instalação de creches, refeitórios coletivos e a inserção das mulheres na produção,

enfrentaram grandes dificuldades porque não se compatibilizaram com as aspirações da grande maioria dos assentados. Em função disso ocorreram conflitos acompanhados de abandono por grande parte dos cooperados. Revelaram, ainda, deficiências de formação dos assentados no que tange a questões administrativas e técnicas. O fato é que a maioria dos assentados faz a opção pela pequena produção de mercadorias, ainda que signifique um menor padrão de vida e maiores riscos. O MST, em função desta e de outras dificuldades, tem estimulado outras formas de cooperação, a exemplo das cooperativas de comercialização, que mantêm a individualidade do camponês, porém permitem que se organizem compras e vendas em comum. Tais cooperativas, inclusive, tem contribuído para mecanizar a agricultura já que possibilita a compra de equipamentos de grande porte, a exemplo de tratores, colheitadeiras, além do desenvolvimento de agroindústrias (Singer, 2002).

A Caritas Brasileira, instituição da Igreja Católica, cuja finalidade é dar sustentação à ação social da Igreja, é outro organismo que desenvolve ações no campo da economia solidária. Uma ênfase atual da Caritas recai sobre os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), cuja concepção norteadora é a *de que os trabalhadores organizados e apoiados tem uma saída para suas condições de miséria* (Betucci, apud Singer, 2002:117). Os PACs foram classificados em quatro tipos: “comunitários” (produtivos e de prestação de serviços), de apoio a “movimentos populares”, à “ação sindical” e projetos de “assistência e promoção social”. Dos 252 PACs implantados de 1989 a 1992 (algo em torno de 25% do total dos PACs apoiados pela Caritas), metade deles eram comunitários e desses, 82%, de atividades de ocupação e renda (Singer, 2002). Por esse dado é possível perceber a importância dessa instituição na consolidação da economia solidária brasileira.

A Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida (ACCMV), que tem em Betinho um de seus principais mentores, possui lugar de destaque na economia solidária, sobretudo a partir de 1994, quando resolveu não apenas distribuir alimentos, como era até então sua tática, mas fomentar a geração de trabalho e renda. Uma das experiências importantes que resultou desse movimento foi a formação da Cooperativa de Manguinhos, na Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, Rio de Janeiro. Tal iniciativa, que mobilizou o corpo docente e discente da Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP, uma das unidades da FIOCRUZ, foi um passo importante na abertura aos problemas da

comunidade que habita o entorno da Fundação (cerca de 10 favelas, formando o complexo de Manguinhos), em sua maioria desempregada e que tinha no narcotráfico a única alternativa de sobrevivência. A COOTRAM, nome adotado por essa cooperativa, foi encarregada de reciclar o lixo e prestar serviços de jardinagem e limpeza dos prédios do *campus* de Manguinhos. Em 1999, já contava com cerca de 1200 trabalhadores cooperativados.

Por fim, mas não esgotando as múltiplas iniciativas em curso no país, temos que registrar um movimento importante que teve seu ponto de partida na constituição da COOTRAM, já que envolveu universidades como a ENSP/FIOCRUZ, a Universidade Federal de Santa Maria-USM e a Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. É a Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares - ITCPs. A primeira delas foi criada na COPPE em 1995, o centro de pós-graduação em engenharia da UFRJ. A partir daí novas incubadoras são constituídas em diferentes universidades brasileiras. Como nos revela Singer (2002: 122):

*a Incubadora de Cooperativas Populares veio preencher uma lacuna vital no processo de formação de cooperativas e grupos de produção associada, iniciada pela Caritas e expandida pela ACCMV: a de prestar assessoria contínua aos empreendimentos solidários, divulgando os princípios do cooperativismo entre grupos interessados, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a apurarem as técnicas empregadas, a legalizarem as cooperativas, a buscarem mercados e financiamento, etc.*

Em 1999, a Rede de Incubadoras aceita o convite da Rede Interuniversitária de Estudos do Trabalho-UNITRABALHO para dela fazer parte como um de seus programas permanentes. À Unitrabalho, cuja proposta é fazer uma ponte entre a Universidade e as demandas dos movimentos de trabalhadores, estão filiadas cerca de 80 universidades. Certamente esse foi um passo importante na difusão das incubadoras pelas universidades brasileiras e, desse modo, um impulso fundamental na consolidação da economia solidária brasileira.

Concluído esse breve histórico da economia solidária brasileira, procuramos, no tópico seguinte, estabelecer como tais iniciativas podem se conectar ao esforço de erradicação do trabalho infantil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomemos agora o propósito deste artigo, ou seja, refletir de que modo a economia solidária pode se articular ao esforço de erradicação do trabalho precoce. Diria, abrindo esse tópico e utilizando uma expressão corriqueira, que *tem tudo a ver*. Tal constatação está transparente no documento *Diretrizes para Formulação de uma Política Nacional de Combate ao Trabalho Infantil* (Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (2000), especialmente no capítulo dedicado a *Melhoria da Renda Familiar e Promoção do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável*.

Uma primeira constatação desse documento é que a decisão de trabalhar, de cerca de 3,8 milhões de pessoas, na faixa dos 5 aos 15 anos de idade, justifica-se pela situação de pobreza e exclusão social de que padecem suas famílias. Tal dado corrobora a afirmação feita no início desse artigo de que promover a geração de trabalho e renda é atacar a razão principal que está na origem do trabalho precoce.

O documento se refere à necessidade de promoção de políticas ativas de trabalho e renda como condição para se obter o desenvolvimento local integrado e sustentável, especialmente em áreas-foco de trabalho precoce. Embora o Estado possa aí desempenhar um papel importante, não é exclusivamente a ele que cabe essa tarefa. Aliás, o que vimos, na história recente da economia solidária brasileira, testemunha a presença de outros atores sociais, a exemplo da Igreja católica, organizações não governamentais, entre outras. Diria, inclusive, que, em muitos casos, a ação dessas instituições se deu à revelia do Estado.

O fomento à constituição de empreendimentos solidários por demanda de grupos de trabalhadores ou comunidades, seja no meio rural ou urbano, representa, segundo esse documento, um estímulo importante à geração de emprego e renda, desde que apoiados no sentido da identificação de adequadas oportunidades no mercado.

O acesso a fontes de financiamento (créditos para financiamento e capital de giro) representa, nesse esforço, um elemento importante na geração de oportunidades de inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Tal diretriz reforça a importância do

Estado como elemento dinamizador da economia solidária, possibilitando a abertura de perspectivas de trabalho para as famílias que se utilizam do trabalho precoce. Ênfase especial é dada à qualificação profissional, no sentido de alargar as competências dos segmentos desfavorecidos da população na sua inserção produtiva.

O fortalecimento da agricultura familiar, desde que ofertadas determinadas condições de acesso a bens e serviços sociais, é outro aspecto que contribui, no entender desse documento, para a geração de postos de trabalho e de renda. Além disso, um esforço ímpar deve ser dispensado ao aprimoramento de técnicas de produção e à formação gerencial e administrativa dos trabalhadores como elemento de valorização do trabalho no campo. Tal tarefa tem sido, juntamente com outros organismos, assumido pela Rede de Incubadoras.

Gostaria de finalizar destacando um trecho das conclusões desse documento:

*...não parece haver dúvidas de que a promoção do desenvolvimento local integrado e sustentável possui um elevado potencial de criação de empregos/ocupações e de geração de renda, na medida em que se refere a uma nova dinâmica sócioeconômica capaz de, simultaneamente, integrar ações do Estado e da Sociedade e potencializar resultados das ações em espaço sócio-territorial específico (p. 57).*

Como veremos, as possibilidades de articulação dessas duas temáticas são grandes, o que chama a nossa atenção para a necessidade de que, nos cursos de formação que se colocam dentro da investida contra o trabalho precoce, o tema da economia solidária tenha um lugar de destaque. O mesmo deve ocorrer no sentido inverso.

Como disse, *tem tudo a ver.*

## REFERÊNCIAS

---

BOYER, R. Os modos de regulação na época do capitalismo globalizado: depois do boom, a crise? In: FIORI, J. L., LOURENÇO, M. S., NORONHA, J. C. (Org.). **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998. p. 195-210.

- BORGES, Â.; DRUCK, M. da G. Crise global, terceirização e a exclusão no mundo do trabalho. [S.l.]: **Caderno CRH**, n. 19, 1993. p. 22-45.
- CATTANI, A. D. A outra economia: os conceitos essenciais. In: **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. A Escola da Regulação. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 76-82.
- CORIAT, B. Taylorismo, fordismo y nuevas tecnologías en los países semiperiféricos. **Cuadernos del Sur**, n. 5, Buenos Aires, 1987. p. 61-77.
- CULTI, M. N. O cooperativismo popular no Brasil: importância e representatividade. In: Tercer Congreso Europeo de Latinoamericanistas, Amsterdam-Holanda, 2002. [S.l.]. **Anais...** [S.l.], 2002.
- DRUCK, M. G. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica - um estudo do complexo petroquímico. Salvador: EDUFBA-BOITEMPO, 1999.
- FIGUEIREDO, M. G. **O trabalho de mergulho profundo em instalações petrolíferas offshore na Bacia de Campos**: a guerra de 'Highlander' contra Leviatã. [S.l.]: COPPE/UFRJ, 1998. (Texto de qualificação de doutorado).
- FÓRUM Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **Diretrizes para formulação de uma Política Nacional de combate ao trabalho infantil**. Brasília, 2000.
- GAIGER, L. I. Empreendimentos Econômicos Solidários. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- GORENDER, J. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estudos Avançados**, [S.l.], n. 29, p. 311-361, 1997.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- KUMAR, K. **Da sociedade pós-industrial à pós-moderna**: novas teorias sobre o mundo contemporâneo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- LIPIETZ, A.; LEBORGNE, D. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço & Debates**, [S.l.], n. 25, p.12-27, 1988.
- LEITE, M. de P. **O futuro do trabalho**: novas tecnologias e subjetividade operária. São Paulo: Scritta-FAPESP, 1994.
- POSSAS, M. L. O projeto teórico da "Escola da Regulação": alguns comentários críticos. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 21, p.195-212, 1988.



SANTOS, B. de S. A construção multicultural da igualdade e da diferença. In: VII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 1995a, Rio de Janeiro. **Palestra**. Rio de Janeiro: IFICHS/UFRJ, 1995a.

\_\_\_\_\_. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995b.

SINGER, P. A recente insurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não-capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia solidária. In: CATTANI, A. D. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. Economia solidária como caminho de inclusão social. In: CAVALCANYI, H.; BURITY, J. **Polifonia da miséria**: uma construção de novos olhares. Recife: CNPq/ BNB/ FJN: Editora Massangana, 2002.

TODESCHINI, R.; MAGALHÃES, R. S. Economia solidária. In: **Sindicalismo e economia solidária**. São Paulo: CUT, 1999.

# VINTE e UM

---

## TRABALHO INFANTIL NAS PEDREIRAS: UMA EXPERIÊNCIA AVALIATIVA DO PETI NO MUNICÍPIO DE JUNCO DO SERIDÓ - PB

Ádria Melo Soares<sup>1</sup>

Dirce de Melo Teixeira<sup>2</sup>

Maria Aparecida Peixoto Wanderlei<sup>3</sup>

### A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO INFANTIL-PETI NO MUNICÍPIO

O município de Junco do Seridó situa-se na região do seridó paraibano, a 233 Km da capital. Sua população é de aproximadamente 6000 habitantes, sendo que 50,61% concentram-se na zona rural e 49,39% na zona urbana. É uma das regiões do Estado conhecida como extratora de minério, com atividades garimpeiras já consagradas, tanto na extração de caulim como de calcário, amianto, turmalina e quartzitos (utilizados em calçadas e paredes). Lá foi descoberta a presença de crianças trabalhando mais de 10 horas por dia na retirada destes minerais, infringindo os direitos da criança e do adolescente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA. Essa descoberta se deu através de um trabalho desenvolvido pelo Ministério Público em parceria com o UNICEF.

O trabalho infantil tem sido motivo de preocupação no mundo inteiro. Há crianças trabalhando em atividades diversas por toda parte. Dados da PNAD/99 apontavam 2.815.484 crianças e adolescentes, na faixa 7 a 14 anos, economicamente ativos

---

<sup>1</sup> Aluna de Graduação em Psicologia/UFPB.

<sup>2</sup> Doutora em Políticas Públicas e Movimentos Sociais (PUC-SP;UAB-ES), Prof<sup>a</sup> Aposentada do Depto. de Serviço Social/UFPB, Atualmente coordena oficinas temáticas de formação/capacitação na área social.

<sup>3</sup> Especialista em Desenvolvimento Humano e Administração Hospitalar; Psicóloga; Técnica da Curadoria da Infância e da Juventude.

no ano de 1998. A razão mais aparente para explicar esta situação é a necessidade de complementação de renda das famílias para garantir a sobrevivência.

Os países ditos em desenvolvimento, como o Brasil, passam por um processo de desigualdades sociais que distorcem as condições de vida digna da população. Os processos de globalização da economia, as transformações no mundo do trabalho e a ideologia neoliberal criam um quadro perverso para os países mais pobres, onde as relações de trabalho se tornam precárias, dando margem ao crescimento da economia informal e do desemprego. O trabalho precoce se insere, nesse panorama, como a saída para a sobrevivência. O empobrecimento força a criança e o adolescente a se engajarem em atividades que dêem retorno financeiro, em detrimento dos seus estudos.

A Organização Internacional do Trabalho-OIT regulamenta idade mínima não inferior a 15 anos para o ingresso no mercado de trabalho, levado em consideração o estágio de desenvolvimento de cada país. No Brasil, a Constituição de 1988 a princípio proibia o trabalho para menores de 14 anos; todavia esta idade foi elevada para 16 anos com a Emenda Constitucional nº 20/98. Na idade de 14 a 16 anos, o adolescente encontra-se na condição de aprendiz. Além disto o ECA, nos artigos 60-69, fornece as diretrizes do direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Diante de toda esta situação, surgem, então, os programas sociais, que, por suas próprias características, não abrangem mudanças estruturais - apenas fornecem assistência às camadas vitimadas pela pobreza, como forma de amenizar sofrimentos, não como de solucioná-los.

O governo brasileiro, juntamente com o Fórum Nacional pela Erradicação do Trabalho Infantil, formulou propostas no sentido de assegurar os Direitos Humanos para o enfrentamento da questão do trabalho infantil, implantando o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - para atender a problemática mundialmente instaurada do trabalho precoce.

O programa atende a faixa etária dos 7 aos 14 anos e tem como objetivo a retirada das crianças e adolescentes do trabalho, assegurando-lhes acesso à escola nos dois turnos. Foi implantado inicialmente no Mato Grosso do Sul e em Pernambuco, no ano de 1997, nas carvoarias e na zona canavieira, respectivamente. Como o trabalho precoce é

decorrente da necessidade de garantir subsídios para sobrevivência, o programa fornece uma bolsa para substituir os ganhos de trabalho das crianças.

Em 1999/2000 o Ministério Público da Paraíba, em convênio com o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF), preocupados com a exploração da mão-de-obra infantil no mundo do trabalho, resolveu desenvolver um projeto voltado para o seu combate.

Nessa época, estava sendo organizada uma comissão, coordenada pelo Ministério da Previdência Social, a qual envolvia diversos órgãos federais, estaduais e municipais com o fim de implantar o PETI e que dirigiria suas ações às crianças trabalhadoras da cana - de - açúcar e do sisal, no Estado da Paraíba. Dessa forma, refletiu-se sobre a possibilidade da implementação do programa em outra atividade. Assim, o município de Junco do Seridó foi escolhido, por ser uma região de extração de minérios e por existirem grandes pedreiras com a presença de crianças trabalhando no local, embora a Delegacia Regional do Trabalho, em suas inspeções, não tivesse conseguido constatar isto.

A princípio, houve dificuldade para encontrar crianças e adolescentes trabalhando no local. Os adultos que ali estavam diziam não existir crianças trabalhando - o que não era verdade. Aos poucos foi possível, através do líder comunitário que trabalhava na pedreira, uma aproximação, facilitando o acesso às crianças.

Encontraram-se, dentro de grandes blocos de pedras brutas, pequenos meninos sentados no chão, costas encurvadas, com um bloco de pedra entre as pernas abertas, cunha e marreta nas mãos. Faziam descamações para deixar a pedra em determinada espessura e tamanho, ou a partiam em pedaços menores, para depois serem pesadas e, posteriormente, vendidas. Estas pedras trabalhadas são muito utilizadas em bordas de piscinas, calçadas e muros. Nesse mundo tão árido, foram encontradas 76 crianças e adolescentes, com idades entre 7 e 15 anos.

As condições de trabalho eram as mais insalubres possível, sob sol escaldante, correndo risco de picada de insetos e cobras, além do esforço físico que extrapolava a capacidade de uma criança. Trabalhavam cerca de 10 horas por dia e, mesmo nestas condições, quase todas freqüentavam a escola no período noturno. Poucas, porém, estavam adequadas quanto à idade/escolaridade.

Fez-se um contato com os pais e professores destas crianças para se saber qual a posição deles a respeito do trabalho precoce e também saber das possíveis dificuldades que as crianças poderiam apresentar na aprendizagem. Constatou-se que a maioria não concordava com este trabalho e que as crianças não tinham tempo para estudar. Apesar do empenho, não se conseguia ver uma saída para a situação devido à pobreza das famílias.

Com base nestas informações, a equipe do Ministério Público, como uma forma de retirar as crianças do trabalho na pedreira, solicitou à Comissão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) a inclusão do município de Junco do Seridó no Programa, o que demandou uma longa discussão e a apresentação dos dados coletados no município para que houvesse a aprovação. Foram retiradas 500 crianças que empregavam sua mão-de-obra em várias atividades, dentre elas 76 crianças em pedreiras. O poder público local foi convidado a criar uma sede de funcionamento do PETI, a fim de capacitar os monitores para a jornada ampliada. Foi constatado também que o município não possuía Conselho Tutelar, sendo necessária a realização de uma Audiência Pública que determinasse sua criação, pois o município estava desprovido deste órgão, responsável pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Para maior compreensão do desenvolvimento das ações, é importante salientar que havia uma equipe engajada na realização do projeto, que contava com a coordenação de uma Procuradora de Justiça, da Curadora da Infância da Capital, das técnicas (assistente social, psicóloga, educadora, administradora e arte-educadora) responsáveis por todo o desenrolar dessa experiência.<sup>1</sup>

Esta experiência resultou num filme-documentário, com o relato de todo o trabalho para que essa experiência pudesse ser conhecida e servisse como base de discussões sobre o trabalho precoce.

---

<sup>1</sup> A Procuradora de Justiça que coordenou o Projeto - Dra. Amarília Sales de Farias; a Curadora da Infância e da Juventude - Dra. Cristiana F. M. Cabral de Vasconcellos; as técnicas, por ordem de formação apresentada acima - Maria de Fátima Bahia de Almeida, Maria Aparecida P. Wanderley, Telma Brasil de Figueiredo, Marildes Lucena Cordeiro e Jacinta de Lourdes Silva.

## UMA EXPERIÊNCIA AVALIATIVA DO PETI

Esta parte do trabalho resulta da produção de conhecimento realizada no Curso de formação para agentes sociais que atuam na área do trabalho infanto-juvenil urbano e rural, realizado pela Universidade Federal da Paraíba.

O nosso interesse em fazer esta avaliação do PETI, no município de Junco do Seridó, surgiu em função da existência do trabalho anteriormente executado, no município, pela equipe do Ministério Público da Paraíba em parceria com UNICEF. Partindo do desejo de saber das mudanças ocorridas na vida dessas crianças, após a implantação do PETI, decidimos voltar ao município para proceder a uma avaliação, considerando a visão das crianças sobre o Programa, e as possíveis transformações nas suas vidas. Levamos em conta, também, a comparação do rendimento escolar antes do Programa e depois da implantação, para que assim tivéssemos dados objetivos sobre mudanças no rendimento escolar das crianças.

Levantamos estes dados e estabelecemos contato com os professores, com os monitores e com as crianças, para verificação de possíveis mudanças advindas com o programa. Primeiramente, foram feitos contatos com as autoridades do município, esclarecendo os objetivos do trabalho; fomos encaminhadas à Secretária de Educação, que nos forneceu a lista das crianças egressas das pedreiras e inseridas no PETI.

Com base nesta lista, selecionamos 15 das 76 crianças que trabalhavam em pedreiras e estavam incluídas no PETI para participarem de uma oficina. Como a maior parte das crianças estudava na zona rural, a oficina foi realizada numa escola municipal da localidade onde funcionava um dos núcleos da jornada ampliada.

No contato inicial com as monitoras e com as crianças, para explicarmos os nossos objetivos, percebemos muita resistência por parte das crianças, que se negavam a dizer que tinham trabalhado anteriormente nas pedreiras. Reunimos as 15 crianças e começamos com uma dinâmica de grupo, para descontração e aquecimento. Foram utilizados bolas de sopro, com perguntas sobre o PETI dentro, para incentivar que cada um falasse a respeito dos seus aspectos considerados positivos e negativos.

Na oficina, as crianças foram divididas em quatro grupos: dois fizeram desenhos sobre “Como era a sua vida antes do PETI?” e os outros dois sobre “Como está sua vida

depois do PETI?”. A partir dos desenhos, promovemos um debate entre elas de forma que pudéssemos fazer as comparações.

Em relação às professoras, realizamos um roteiro de entrevista que versava sobre: aprendizagem, mudanças de comportamento, mudanças advindas com o PETI relativas ao padrão financeiro das famílias e aspectos gerais da criança. A entrevista foi realizada no mesmo local em que fizemos a oficina. Era importante considerar a visão delas, pois acompanharam essas crianças desde o tempo em que trabalhavam nas pedreiras.

Para analisar modificações no rendimento escolar, solicitamos à Secretaria de Educação as notas das crianças para comparar seu desempenho quando trabalhavam e freqüentavam a escola e depois que saíram do trabalho.

## **RESULTADOS DA AVALIAÇÃO**

Através da oficina foi possível constatar que houve mudanças após a implantação do PETI. Os desenhos feitos pelos dois grupos, em que representaram sua vida antes do PETI, mostraram crianças trabalhando, usando marretas e cunhas, pedras grandes e sempre o desenho do sol, bem enfático. No relato, as crianças demonstraram insatisfação com aquela vida e afirmaram não quererem voltar a trabalhar.

Já nos dois grupos que retrataram a vida depois do PETI, as crianças mostraram desenhos do prédio da escola, campos de futebol, brincadeiras e construíram algumas frases, focando a importância do programa na vida deles. Todas demonstraram satisfação com a nova vida e ressaltaram que agora podiam ter alguns bens materiais que antes não possuíam, como uma sandália nova, um caderno, uma roupa.

Em relação às famílias, afirmaram que os pais estavam gostando do Programa e preferiam que os filhos estivessem na escola, sem precisar trabalhar.

Na entrevista realizada com as professoras, percebeu-se claramente uma posição favorável ao PETI. Segundo elas *pra nós professores o PETI é tipo uma aceleração da nota e o rendimento dos alunos, porque eles estão aprendendo mais e mais... O rendimento está melhorando cada dia mais, principalmente na leitura.*

Questionadas sobre a situação anterior, quando as crianças trabalhavam, responderam que estas chegavam muito cansadas, às vezes dormiam, não faziam as

tarefas de casa e se atrasavam muito. Salientaram também a mudança de comportamento das crianças, que, antes do PETI, eram bastante agressivas e agora estavam mais calmas e carinhosas. Afirmaram que alguns pais preferiam que o filho estivesse trabalhando para levar mais dinheiro para casa. A maioria, porém, já tomou consciência da importância do estudo. Mesmo quando a bolsa atrasa, as crianças continuam freqüentando a escola.

Com relação ao rendimento escolar, houve uma mudança significativa, pois as notas referentes ao último ano em que as crianças estavam trabalhando são inferiores às notas atuais. As notas por si sós não são suficientes para se avaliar a questão do rendimento escolar. Entretanto, de acordo com o relato das professoras, o rendimento de fato aumentou consideravelmente.

Embora não haja interferência direta nas ações desenvolvidas pelo PETI, um fato que nos chamou a atenção foi o da inexistência de diretor nas escolas da zona rural do município. A coordenação geral fica sob responsabilidade da secretária de educação do município. Nas escolas, os próprios professores são responsáveis pela manutenção e funcionamento das atividades administrativas, além de cumprirem a jornada própria de sua função, sobrecarregando o seu trabalho.

Dentre todas as mudanças ocorridas com a retirada das crianças das pedreiras, a que mais se salienta é a visível alteração de seus semblantes, que, de tristes e melancólicos, transformaram-se em vívidos e curiosos, como os de todas as crianças que têm o livre direito de assim o serem.

Dessa forma, verificou-se a eficácia do PETI no município de Junco do Seridó, que vem cumprindo o seu propósito essencial de retirar as crianças do trabalho e garantir sua permanência na escola. Entretanto verificamos que ainda existem crianças trabalhando em outras atividades no município, como na venda de castanhas de caju na beira da estrada, na qual ganham mais do que o valor da bolsa PETI. Com as crianças das pedreiras, essa proposta está sendo efetivada com sucesso, pelos motivos já expostos e pelo fato de que, nas pedreiras, seu ganho mensal é inferior ao da bolsa PETI e, sobretudo, de que são explorados desumanamente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**



Para se compreender a extensão da problemática do trabalho infantil é preciso compreender a dimensão econômica, considerando-se também as questões culturais. É idéia corrente, no senso comum, que o trabalho é uma solução para a marginalidade, a delinqüência, e a formação do bom caráter é moldada pela responsabilidade antecipada de ajudar no sustento da família com todas as implicações de cumprimento de horários, jornadas e produção. Percebe-se, também, a naturalidade dessa situação de exploração da mão-de-obra infantil, embora alguns pais demonstrem insatisfação com determinadas atividades exercidas pelos filhos, de cunho perigoso. Há certo conformismo com o que é considerado irremediável.

O trabalho realizado por crianças e adolescentes é árduo, quando se considera a carga de trabalho, as posturas inadequadas, a carga mental, a monotonia, o ritmo de trabalho, o trabalho repetitivo, sob pressão de tempo, sendo delegadas aos pequenos trabalhadores tarefas e responsabilidades de adultos.

No país há um conjunto de leis avançadas, mas que não são acompanhadas por avanços sociais e econômicos. Como punir um pai que permite a exploração do filho, sabendo-se que a sobrevivência da família depende do trabalho dele? Que condições são dadas a essa família para geração de renda? As leis existem, mas, pelo que vimos, torna-se quase impossível o seu cumprimento. O PETI não é a solução para os problemas relacionados às desigualdades sociais e à questão da pobreza, servindo apenas como um paliativo nestas situações extremas de exploração da mão-de-obra infantil.

## REFERÊNCIAS

---

- COSTA, A. C. G. da. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o trabalho infantil no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas.** São Paulo: LTr, 1994.
- SAVE THE CHILDREN. **O programa de erradicação do trabalho infantil e a participação das crianças: uma experiência em desenvolvimento.** Recife, 2001.
- MOTA, A. E. Proposta de monitoramento do PETI em Pernambuco. **Programa de Pós-graduação em Serviço Social**, [S.l.], Ano 1, v. 1, n. 1, jun. 2001. (Série Políticas Sociais-Monitoramento do PETI).

# VINTE e DOIS

---

## IMPACTOS DO PETI NA REALIDADE DE TRABALHO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE JOÃO PESSOA

Maria Senharinha Soares Ramalho Domingos<sup>1</sup>  
Rachel Mendes Pereira da Silva<sup>2</sup>  
Dirce de Melo Teixeira<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

O conteúdo deste documento baseia-se numa pesquisa sobre a realidade de crianças e adolescentes que trabalham nas feiras livres dos bairros de Jaguaribe e Bairro dos Estados, em João Pessoa. Visa mostrar que, embora o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, desenvolvido pela Secretaria do Trabalho e Promoção Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa, tenha sido implantado no ano 2000, ainda se encontram crianças e adolescentes trabalhando em diversos locais da cidade.

A partir da realização de pesquisa junto às crianças e adolescentes, de visitas aos locais onde são desenvolvidas as Jornadas Ampliadas do PETI, de entrevistas com a equipe de Coordenação do Programa e com a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, são apresentados alguns dados referentes aos trabalhadores infanto-juvenis e a alguns aspectos do funcionamento do PETI em João Pessoa.

O estudo foi produzido também a partir de conhecimentos adquiridos no curso de extensão “Formação para Agentes Sociais na Área do Trabalho Infanto-Juvenil Urbano

---

<sup>1</sup> Assistente Social da PRAC/UFPB.

<sup>2</sup> Assistente Social; Coordenadora das Ações de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente; Auditora Fiscal do Trabalho.

<sup>3</sup> Doutora em Políticas Públicas e Movimentos Sociais (PUC-SP;UAB-ES). Prof<sup>a</sup> Aposentada do Depto. de Serviço Social/UFPB, Atualmente coordena oficinas temáticas de formação/capacitação na área social.

e Rural”, promovido pela Universidade Federal da Paraíba, através de diversos setores (CCHLA/GPST/SEAMPO/CERESAT/LOGEPA), em parceria com o Movimento Leigo América Latina-MLAL, Movimento Nacional de Direitos Humanos-Nordeste e Fundação Joaquim Nabuco.

A Universidade tem uma função primordial no aperfeiçoamento e na colaboração relativa a estudos e diagnósticos sobre a situação do trabalho infantil, no sentido de garantir as informações necessárias à formulação, monitoramento e avaliação de programas e na capacitação de agentes envolvidos com a temática. É com este sentido que se apresenta este trabalho.

## **O PETI EM JOÃO PESSOA**

O PETI caracteriza-se como um programa de Assistência Social e tem por objetivo a erradicação do trabalho infantil, a garantia do acesso da criança e do adolescente à escola e ainda prevê a concessão de uma bolsa às famílias que retiram as crianças e adolescentes do mercado de trabalho.

Em João Pessoa, foi implantado no ano 2000 tendo como público alvo inicial os filhos de catadores de lixo, que vinham participando do Programa Bolsa- Escola da Secretaria Municipal de Educação; as crianças e adolescentes encontrados trabalhando, pelo Censo Meninada, nas atividades de feirantes, flanelinhas, engraxates; e crianças e adolescentes com registro de trabalho precoce atendidos por ONGs.

Considerando-se o fato de ainda existirem crianças e adolescentes trabalhando em João Pessoa, em atividades como feirantes, fretistas, vendedores ambulantes na orla marítima e em semáforos, apesar da execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil por parte da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social, nossa proposta foi a de tentar descobrir as causas da permanência dessa população infanto-juvenil no desempenho de atividade laboral. Assim sendo, este estudo teve como objetivo avaliar o impacto do PETI na retirada efetiva da criança e do adolescente do trabalho no município de João Pessoa. Mais especificamente objetivamos fazer uma análise qualitativa das atividades desenvolvidas pelo Programa quanto a seus impactos sociais, conhecendo as condições de funcionamento das Unidades da Jornada Ampliada; identificando e

avaliando a participação, colaboração e envolvimento da Unidade Gestora do Programa; avaliando a atuação ou envolvimento da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil no Programa e verificando o efetivo atendimento da população alvo no Programa. Para realizar a tarefa proposta, foram feitas visitas às feiras livres de João Pessoa onde entrevistamos crianças e adolescentes trabalhadores. Obtivemos dados também junto à equipe coordenadora do Programa, à Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e visitamos algumas Unidades de Jornada Ampliada. Em seu conjunto, tais atividades nos forneceram uma visão geral de como está sendo a execução do Programa em João Pessoa.

## **APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

O fato de verificarmos muitas crianças e adolescentes trabalhando nas ruas de João Pessoa, como vendedores ambulantes nos semáforos e na orla marítima e como fretistas nas feiras livres, nos aguçou o interesse de analisar os impactos do PETI na efetiva retirada dessa população do trabalho.

Para nortear nosso estudo, partimos das seguintes hipóteses: 1<sup>a</sup>) o valor da bolsa-criança-cidadã paga às famílias não correspondia ou era inferior aos ganhos auferidos pelas crianças/adolescentes quando em atividade laboral; 2<sup>a</sup>) a jornada ampliada não estava atendendo às diretrizes do PETI, ao não propiciar a permanência das crianças/adolescentes no segundo turno de atividades; 3<sup>a</sup>) falta de atuação efetiva da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil (CMETI) no acompanhamento, avaliação e monitoramento do PETI; 4<sup>a</sup>) falta de envolvimento das famílias na execução do programa.

Para obtenção dos dados necessários à análise, realizamos entrevistas com crianças/adolescentes trabalhadores nas feiras livres de Jaguaribe e Bairro dos Estados, com a Coordenadora do PETI - João Pessoa e com os membros da CMETI.

Além disso, visitamos dois núcleos de jornada ampliada, situados próximos aos locais onde entrevistamos as crianças/adolescentes trabalhadores. Para as entrevistas, elaboramos um questionário e documentamos sua atividade por meio de fotografias.

Os entrevistados, em sua grande maioria, não ofereceram resistência em responder às perguntas. Alguns poucos não queriam ser entrevistados nem fotografados e suspeitamos que o motivo dessa resistência era o fato de eles estarem inscritos no Programa Bolsa-Escola e temerem perder esse benefício, por estarem faltando às aulas.

Para maior noção das características do grupo entrevistado, num total de 22 crianças, em relação à faixa etária, 02 tinham entre 6-9 anos; 16 entre 10-14 anos e 04 entre 15-17 anos. Quanto à idade com que começaram a trabalhar, 10 informaram que foi entre 4-9 anos; 10 entre 10-14 anos e 02 não sabiam informar.

Em relação à atividade desenvolvida, 1 era vigia de carro; 1 vendedor de pano de chão; 1 vendedor e fretista; 9 vendedores de frutas, legumes e verduras; e 10 fretistas. Quanto à jornada de trabalho diária, 2 trabalhavam durante 5 horas; 8, de 6 a 11 horas; 9, de 12 a 14 horas, e 3 não informaram.

Quanto à remuneração diária, 1 não ganhava, pois só ajudava o pai; 2 ganhavam R\$10,00; 12, entre R\$10,00 e R\$25,00; 5, entre R\$30,00 e R\$45,00 e 2 não informaram.

O principal objetivo da realização destas entrevistas foi verificar se havia crianças/ adolescentes inscritos no PETI e que, no entanto, continuavam trabalhando. Em vista disso, passou-se a se investigar as falhas ou pontos fracos do programa que estariam contribuindo para isso. Surpreendentemente, dos 22 entrevistados, nenhum deles estava inscrito no PETI e apenas 3 disseram estar inscritos no Programa Bolsa-Escola do Governo Federal.

Dentre os dados obtidos, vale destacar: a remuneração semanal média desses trabalhadores é de R\$12,74 e a mensal é de R\$54,60, um pouco superior ao valor da bolsa-criança-cidadã<sup>4</sup>, que é R\$ 40,00. Com relação à situação escolar, verificamos que 72,73% estão na faixa etária dos 10 aos 14 anos, e que apenas 38,09% se encontram cursando a segunda fase do ensino fundamental, revelando-se, aí, uma defasagem escolar. Apenas 1 dos entrevistados disse não estar estudando.

Foram realizadas visitas aos núcleos de jornada ampliada localizados no Centro da Cidadania de Mandacaru e na Fundação Desembargador Toledo.

---

<sup>4</sup> Bolsa mensal concedida às famílias das crianças e adolescentes de sete a quinze anos de idade, inseridos no PETI e retirados do trabalho.

No Centro da Cidadania de Mandacaru, foram entrevistadas a diretora, as crianças/adolescentes participantes do PETI e os monitores. A seguir reproduzimos um esquema dos resultados dessas entrevistas.

O núcleo do PETI que funciona no Centro da Cidadania de Mandacaru atende a 35 alunos pela manhã e 33 à tarde. Lá são desenvolvidas atividades de reforço escolar e aulas de informática. O funcionamento da jornada ampliada se dá das 8:00 às 11:00 horas e das 12:30 às 16:00 horas. Na entrevista coletiva com as crianças, os resultados indicam que, dos 24 entrevistados, 14 disseram que trabalhavam antes de entrar no PETI. Trabalhavam nas seguintes atividades: olhando carro, vendendo espetinho, fazendo frete, vendendo dindin.

Gostam do PETI, principalmente por causa das aulas de informática. Um deles disse que seria melhor se não houvesse atraso no pagamento da bolsa e outro falou que seria bom se aumentassem o valor da bolsa.

Quando às refeições, são oferecidas diariamente, é oferecido apenas um lanche, composto de pão e suco industrializado ou iogurte. Quanto às condições das instalações físicas da jornada ampliada, este Centro possui água potável, instalações sanitárias em boas condições de higiene, mas não possui espaço para prática de atividades recreativas e desportivas.

Ao serem indagadas sobre o que elas achavam que precisava melhorar no programa, as crianças disseram que queriam que o lanche fosse melhor. Uma delas afirmou: “Esse lanche não enche barriga, seria melhor que fosse um prato de comida”. Eles também reclamaram dos computadores que se quebram e não são consertados. Atualmente só têm 5 (cinco) funcionando.

Observamos também que, apesar de o local possuir uma cozinha com estrutura necessária para a preparação de refeições, ali é fornecido apenas o lanche que é distribuído pela Coordenação do Programa, diariamente. Dentre as dificuldades apresentadas, tanto pelas crianças como pelos monitores, destacam-se:

- Falta de manutenção dos computadores;
- A alimentação fornecida não é suficiente;
- Atraso constante no pagamento da bolsa-criança-cidadã, que tem levado algumas crianças a faltarem às atividades para trabalhar;

- Não diversificação das atividades. Os alunos gostariam de participar de outras atividades, tais como: jogo de futebol, aula de dança, etc;
- Falta de material didático para que a monitora de reforço escolar desenvolva atividades com as crianças;
- Não existência de material de primeiros socorros no Centro da Cidadania.

Tivemos a impressão de que o Centro da Cidadania de Mandacaru apenas cede o espaço para a realização da jornada ampliada, pois, segundo os monitores, são eles próprios que buscam a solução dos problemas existentes no programa. Eles mesmos se mobilizam para conseguir material didático, servem o lanche das crianças e, muitas vezes, entram em contato com a família de alunos faltosos, pois naquele Centro não há nenhum profissional responsável pelo programa.

Percebemos que a direção do Centro não tem o mínimo envolvimento com a execução do programa. Ao conversar com a diretora do Centro, que é uma assistente social, as pesquisadoras ficaram sabendo que ali havia 4 assistentes sociais, mas nenhuma era responsável pelo PETI.

No Centro são desenvolvidos outros programas tais como: Agente Jovem, aulas de violão, alguns cursos profissionalizantes e atividades com idosos. No entanto, por ocasião da nossa visita, estavam sendo realizadas apenas as atividades do PETI.

Com a entrevista, verificou-se que 41,67% das crianças/adolescentes participantes do PETI naquele núcleo nunca trabalharam; índice que, somado ao número de trabalhadores entrevistados nas feiras livres e que estão fora do programa, aponta uma falha na execução do PETI, com relação ao público alvo atendido, fato este que não havia sido considerado quando da formulação das hipóteses.

Outro ponto falho do programa e que vale ser evidenciado é o atraso no pagamento das bolsas às famílias, o que, segundo declarações de um dos monitores entrevistados, tem motivado a ausência de alguns alunos, devido à necessidade de retornar ao trabalho.

A insuficiência da alimentação fornecida também é uma grande falha naquela jornada ampliada, pois apenas o lanche que está sendo fornecido não supre as necessidades nutricionais daquela população carente, contrariando, portanto, neste aspecto, os padrões mínimos de qualidade do programa.

Foi visitado também um núcleo de jornada ampliada, localizado na ONG Fundação Desembargador Toledo, na data em que estava se iniciando um recesso escolar.

Desta forma, o núcleo foi encontrado sem atividades, o que inviabilizou a realização das entrevistas com as crianças/adolescentes e monitores do PETI.

No entanto, a diretora da Fundação foi entrevistada e forneceu os dados a seguir reproduzidos.

No referido núcleo são desenvolvidas atividades durante os cinco dias úteis da semana, no período das 8:00 às 11:00 e das 14:00 às 17 horas. Segundo informações da diretora, nenhuma das crianças inscritas no PETI, em um número de 18, trabalhava ou trabalha. Elas já eram atendidas pela casa. O núcleo fornece uma refeição completa por turno.

Quanto às condições das instalações físicas da jornada ampliada, este Centro possui água potável, possui instalações sanitárias em boas condições de higiene e possui espaço para prática de atividades recreativas e desportivas. Ali são desenvolvidas oficinas de arte, com cursos de artesanato em couro, embalagens para presente, informática, reforço escolar, prática esportiva.

Cinco alunos daquela casa, que trabalhavam como “olheiros” de carro, foram encaminhados pelo padre da Igreja da Conceição, para inclusão no PETI. No entanto, não tiveram o encaminhamento atendido. Acredita-se que, por conta disso, eles não estão freqüentando mais a casa no corrente ano, já que estavam com dificuldades financeiras para pagar o transporte de casa até aquele local.

Outro fato importante informado e que contradiz o que foi dito pela Coordenação Municipal do Programa é que, para a Fundação Desembargador Toledo, a Prefeitura de João Pessoa não repassa nenhum valor para o custeio da jornada ampliada.

Dessa entrevista, o que chamou mais atenção foi o fato de que as crianças/adolescentes atendidos pelo PETI, naquele núcleo de jornada ampliada, nunca haviam trabalhado, segundo informações da diretora, o que veio reforçar ou evidenciar, mais uma vez, a falha do Programa no atendimento ao público alvo, que são crianças/adolescentes trabalhadoras.

A seguir são apresentadas as entrevistas realizadas com a Coordenadora do PETI de João Pessoa e com os membros da CMETI.



Para a entrevista com os membros da CMETI, as pesquisadoras conseguiram, junto à Coordenação do PETI, o agendamento de uma reunião à qual compareceram apenas representantes da SETRAPS, do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente-Sul e da Associação dos Catadores de Lixo, muito embora todos tenham sido convidados.

Segundo a coordenação do PETI de João Pessoa, neste município o programa atende 1.273. As crianças e adolescentes atendidos trabalhavam nas atividades de catadores de lixo, feirantes, flanelinhas, engraxates, vendedores e pedintes. O cadastramento foi feito pela Prefeitura Municipal que contemplou:

- ⇒ Os filhos de catadores de lixo, que vinham sendo atendidos pelo Programa Bolsa-Escola da Secretaria Municipal de Educação, mas que passavam por dificuldades de manutenção;
- ⇒ As crianças e adolescentes encontrados trabalhando pelo Censo Meninada<sup>5</sup>, nas atividades de feirantes, flanelinhas e engraxates;
- ⇒ Crianças e adolescentes com registro de trabalho precoce, assistidos pelas ONGs Escola Piollin, Casa Pequeno Davi, Projeto Beira da Linha e Fundação Desembargador Toledo.

A Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, na época, era constituída pelas Secretarias Municipais de Educação, Saúde, Trabalho e Ação Social, pelos Conselhos Tutelares-Norte e Sul, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social, União Pessoaense das Associações Comunitárias - UPAC e pela Curadoria da Infância e Adolescência.

Os membros da comissão municipal, na época de realização da pesquisa, não tinham acompanhado a execução do programa, nem feito visitas aos núcleos de jornada ampliada. Todavia, a comissão tem desenvolvido alguns trabalhos com as famílias, como reuniões mensais e promoção de cursos profissionalizantes.

Com exceção dos alunos que freqüentam as jornadas ampliadas das ONG's e Centro Livre Meninada II, para os quais é servido almoço e jantar, de acordo com o turno

---

<sup>5</sup> Levantamento feito pela Prefeitura para conhecer a realidade das crianças e adolescentes, que estavam nas ruas de João Pessoa, em fevereiro de 1997.

freqüentado, nos demais núcleos de jornada ampliada o reforço alimentar consiste em apenas um lanche por turno.

O programa só exige a matrícula dos alunos em apenas uma oficina, podendo, no entanto, participar de qualquer outra. Conforme relatório técnico do PETI - João Pessoa, todos os meses há casos de suspensão de bolsas, porque as crianças são encontradas trabalhando, geralmente à tardinha, à noite e nos finais de semana.

Segundo depoimento da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil<sup>6</sup>, a mesma não participou do cadastramento das crianças e adolescentes do PETI, não vinha realizando atividades de acompanhamento do programa nem fizeram leitura do manual do PETI.

As informações acima foram obtidas através de uma reunião com alguns membros da comissão, que foi agendada pela Coordenadora do PETI de João Pessoa, a pedido das pesquisadoras.

A referida reunião foi realizada e dela participaram a Secretária de Promoção e Ação Social de João Pessoa, a Coordenadora do PETI de João Pessoa, o representante do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente-Região Sul, a Associação dos Catadores de Lixo e dois técnicos da Secretaria de Trabalho e Promoção Social

Os principais aspectos detectados no estudo, que podem estar corroborando o relativo insucesso do programa em João Pessoa, são:

- ⇒ A desfocalização do público alvo do programa, deixando de fora muitas crianças/adolescentes submetidas a situação de trabalho;
- ⇒ A falta de participação efetiva da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil - CMETI no desempenho de suas atribuições;
- ⇒ A falta de atendimento dos padrões mínimos de qualidade do programa no desenvolvimento da jornada ampliada, principalmente no que se refere ao reforço alimentar, tão importante para a efetiva freqüência das crianças/ adolescentes em suas atividades;

---

<sup>6</sup> Maio a Julho de 2002.

⇒ Atraso quase que freqüente no pagamento da bolsa-criança-cidadã às famílias, fazendo com que algumas crianças/adolescentes voltem a trabalhar, embora não tenhamos constatado este fato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil possui novas características de gestão, em consonância com a LOAS, que estabelece que as ações de assistência social devem ser organizadas em sistema descentralizado e participativo. Por isso, a criação de comissões de erradicação do trabalho infantil é uma condição básica para a implantação do programa.

É o funcionamento efetivo dessas comissões que viabiliza a prática da cidadania participativa e permite o controle e monitoramento do programa por parte da sociedade, o que contribui efetivamente para a qualidade deste.

No entanto, o que se vê é que a CMETI em João Pessoa não tem atuado de acordo com as diretrizes do programa, muito pelo contrário; tem sido omissa, não tendo sequer se reunido na periodicidade exigida pelos padrões de qualidade do PETI, que é de, no mínimo, uma vez por mês.

Acreditamos que isso seja um reflexo da ausência de um trabalho prévio de sensibilização, mobilização e articulação por parte de todos os atores do programa, inclusive da Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil.

Essa falta de envolvimento da sociedade no programa constitui-se talvez a principal determinante dos problemas verificados no PETI em João Pessoa. Além dos aspectos observados, muitos outros, como o trabalho com as famílias e desenvolvimento de programas de qualificação profissional e de geração de renda, deveriam ser objeto de análise para a realização de uma avaliação mais aprofundada dos impactos do programa (que não era a intenção deste breve estudo), frente à importância do alcance do objetivo final do programa, que é o da erradicação do trabalho infantil.

Vale salientar, também, que, apesar de estar havendo certo desvio no atendimento ao público alvo, o ideal seria que o programa abrangesse todas as crianças/ adolescentes

carentes, sujeitas em potencial à exploração de sua mão-de-obra, o que daria ao programa um caráter preventivo.

## REFERÊNCIAS

---

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília, [s.d.]. Série Programas de Assistência Social.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado de Assistência Social. **Portaria nº 458, de 04/10/2001**. Brasília, [s.d.].

\_\_\_\_\_. Lei 8.742/93. **Lei Orgânica da Assistência Social**. Brasília, 1993.

DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO. **Atas de reuniões do Grupo Interinstitucional de Erradicação do Trabalho Infantil-GIETI e da Comissão Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil-CEPETI**. João Pessoa, 1996.

SOUSA, F. E. **Entrevista feita à Coordenadora do PETI**. João Pessoa, 2002. Entrevistadoras: Rachel Mendes Pereira da Silva e Maria Senharinha Soares Ramalho Domingos.

PETI. **Manual de Orientações**. [S.l.]: MPAS, 2002.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL - UFPE/PE. **Monitoramento do PETI em Pernambuco**, Recife, Ano 1, v. 1, n. 1, [s.d.]. Série Políticas Sociais.

PARAÍBA. **Projeto estadual de erradicação do trabalho infantil**. [S.l.]: CEPETI, 1998.

\_\_\_\_\_. **Relatório Técnico**. SETRAPS/PETI, 2002.

# VINTE e TRÊS

---

## O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL SEGUNDO O OLHAR DE SEUS USUÁRIOS

Maria do Socorro Vicente Leite Silva<sup>1</sup>  
Thereza Karla de Souza Melo<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

A nossa inserção no “Curso de Formação para Agentes Sociais que Atuam na Área do Trabalho Infante-Juvenil Urbano e Rural” deu-se a partir de proposta formulada pelo Setor de Estudos e Assessoria a Movimentos Populares (SEAMPO), juntamente com o Grupo de Pesquisa Subjetividade e Trabalho (GPST) da Universidade Federal da Paraíba.

Iniciado em janeiro de 2002, o curso promoveu uma capacitação sob forma de oito módulos, trabalhados através de unidades temáticas, realizadas quinzenalmente e intercalados por atividades de campo.

Para finalizar nossa participação neste curso, optamos por realizar um trabalho investigativo em torno da percepção das crianças e adolescentes e de suas famílias na área do PETI, que se encontram participando das atividades da jornada ampliada realizada na sede da “Casa dos Conselhos”, onde funciona o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do qual sou funcionária.

O nosso interesse em analisar este tema deve-se ao fato de o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil objetivar, em sua proposta original, a erradicação do trabalho infantil. Por isso, sentimos a necessidade de nos aproximarmos desta realidade

---

<sup>1</sup> Advogada. Pedagoga do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

<sup>2</sup> Mestra em Serviço Social pela UFPB, Professora do Departamento de Serviço Social da UEPB/Membro do Setor de Estudos e Pesquisas sobre Criança e Adolescente – SEPAC/UFPB.

para verificar se o programa tem, de fato, retirado crianças e adolescentes de atividades laborais penosas, insalubres e degradantes.

Nesse sentido, traçamos como objetivo maior do trabalho “Avaliar a implementação do PETI no Município de João Pessoa”, para verificar, a partir do nível de aceitação do Programa por parte das famílias envolvidas, se as ações do programa, através da jornada ampliada, influem na decisão da criança e do adolescente em deixarem o trabalho.

## **O PETI EM JOÃO PESSOA**

Conforme documento da Secretaria de Trabalho e Promoção Social de João Pessoa, sobre o PETI, no ano 2000, João Pessoa, com uma área de 210.80 Km<sup>2</sup>, encontra-se 100% urbanizada com uma população de 584.029 habitantes. Possui 214.567 de crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos, o que representa mais de 36% da população total. Destes, 99.720 encontram-se no grupo etário da 7 a 14 anos. Inseridos neste contingente, estão milhares de filhos de famílias em situação socioeconômica com níveis de renda inferior ao valor da cesta básica mensal, o que compromete um desenvolvimento saudável.

Em João Pessoa, precisamente no bairro do Roger, encontra-se o lixão: área pública, onde são depositadas diariamente, a céu aberto, sem nenhum tipo de tratamento, 733 toneladas de lixo doméstico, industrial, hospitalar e outros resíduos e entulhos. Ali viviam há décadas, em barracos precários, na luta diária, lado a lado com ratos, baratas, urubus e mais de 2000 animais de maior porte e doenças de todo tipo, dezenas de famílias cujas rendas provêm, ainda hoje, exclusivamente da atividade de catar lixo.

Estavam presentes, nesta realidade, crianças e adolescentes, trabalhando como catadores de lixo. Felizmente, a partir de dezembro de 1977, as famílias deixaram de morar no lixo. Hoje residem em apartamentos próprios, no espaço Condomínio Esperança, situado na avenida Tancredo Neves, próximo ao local de trabalho.

Nas ruas de João Pessoa, especialmente nas feiras livres, encontramos, diariamente, dezenas de crianças e adolescentes “pegando fretes”, vigiando carros,

vendendo frutas, verduras e legumes, afastados da escola e tendo comprometido o sucesso escolar.

Feito o diagnóstico da situação do município de João Pessoa, a gestão atual do município, segundo o relatório da implantação do PETI, período junho, julho, agosto do ano 2000, foi priorizada a atenção às crianças e adolescentes, filhos de catadores de lixo e também à população infanto-juvenil com idade entre 7 e 14 anos, que passa o dia nas ruas desenvolvendo atividades de flanelinhas, engraxates e feirantes. Essa população foi identificada através do Censo Meninada 2000.

## **O PETI SOB O OLHAR DE SEUS USUÁRIOS**

No desenvolvimento da pesquisa, realizamos 22 (vinte e duas) entrevistas, dentre estas 05 (cinco) com crianças de 10 (dez) e 11 (onze) anos de idade; 10 (dez) com adolescentes de 12 (doze) a 14 (quatorze) anos; e 07 (sete) com mães.

Um primeiro aspecto que buscamos analisar na pesquisa diz respeito ao entendimento que as crianças e os adolescentes têm acerca e sua participação no programa. Neste ponto obtivemos as seguintes respostas:

*“Não sei dizer”, “Porque meu pai trabalha de biscate dia sim, dia não”, “Porque gosto e preciso de dinheiro” , “Porque preciso do dinheiro”, “Porque gosto do PETI e do benefício, se não gostasse já tinha saído”, “Para receber a bolsa”, “Porque minha mãe não tem condições de comprar as coisas e ela precisa”, “Porque minha mãe insiste”, “Para ajudar minha família”, “Porque minha mãe precisa”*

A partir das falas acima citadas, percebemos a importância do PETI para as famílias que têm dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho, ou mesmo para aquelas que apresentam uma inserção precária. A bolsa que crianças e adolescentes usuários do programa recebem tem um grande significado na renda mensal de suas famílias, sendo, em alguns casos, a única fonte de obtenção de recursos financeiros.

Consideramos importante ressaltar que um elemento indispensável para a compreensão da existência e funcionamento do PETI, no país, não se faz presente entre os

entrevistados, isto é, em nenhum momento eles associaram a sua participação no programa ao fato de exercerem anteriormente atividades de trabalho.

Se, por um lado, este fato revela que a participação de determinados segmentos da sociedade, em programas governamentais, se dá sem muita clareza quanto aos seus objetivos, por outro lado, revela que, neste caso especificamente, parte dos usuários do programa não se encontrava trabalhando. Dos 15 (quinze) entrevistados, 07 (sete) afirmaram não trabalhar antes de sua inserção no programa.

Diante disto, questionamos como se deu a seleção da população atendida pelo programa, já que o mesmo é destinado a crianças e adolescentes envolvidos em trabalhos perigosos, insalubres, penosos e degradantes. Entre aqueles que já haviam trabalhado, a justificativa para o trabalho precoce reside na necessidade de contribuir com a sobrevivência da família.

“Porque tinha que ajudar minha mãe”, “Na minha casa tem necessidade”, “Queria e precisava do dinheiro”, “Não tinha o que fazer, ajudava meu tio”, “Para ajudar minha mãe que já é de idade, agora chegou a vez de fazer alguma coisa por ela”, “Porque ganhava alguma coisa”.

As atividades de trabalho descritas pelos entrevistados foram as seguintes:

“Doméstica”, “Vendia cocada na rua”, “Limpava mato”, “Ajuda meu tio carregando comida para os presos na hora do almoço”, “Ficava pelas ruas”, “No lixão do Roger”, “Trabalhava quando as vizinhas precisavam, eu tomava conta dos filhos”.

Todos os entrevistados responderam que estavam estudando. Pelo visto, enquanto a criança permanecer no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, a sua frequência na escola está definida. Por hora, a situação está “sob controle”, por o programa exigir da criança a frequência escolar.

Para as crianças e adolescentes, suas famílias estão satisfeitas com a participação no programa:



“Muito satisfeita, porque eu toco de manhã e a tarde estudo”, “É tem prazer”, “Eles gostam muito”, “Minha mãe sempre diz para não faltar, porque necessita pagar algumas coisas”, “Sim porque é muito bom”, “Muito satisfeita, porque tem uma ocupação”, “Satisfeita demais, porque recebe o dinheiro e ajuda também a avó”, “É muito satisfeita, porque o dinheiro ajuda muito a família”, “É satisfeita, a mãe precisa trabalhar no lixão do Roger, e não quer a filha trabalhando”, “É por isso pretendo ficar até os 15 anos”, “Está satisfeita porque aprende e no futuro ter uma profissão”, “É muito bom, para não estar na rua fazendo o que não presta é o que mãe diz”, “É satisfeita porque é um ensino para filha”.

De acordo com as falas das crianças e adolescentes entrevistadas, suas famílias estão satisfeitas com o programa, especialmente, pela contribuição financeira que ele representa no orçamento doméstico, Para algumas famílias, a participação no PETI está contribuindo na aprendizagem de alguma profissão por parte de seus filhos. Para as mães entrevistadas, a importância do programa se justifica por:

“Porque o pai continua sem emprego e tenho 2 filhos no PETI, uma com 8 anos e outra com 9 anos e moro no Roger e meus filhos já estavam cadastrados e todos foram contemplados”, “Porque é um programa bom, para criança e tenho dois filhos no programa um com 7 outra com 11 anos”, “Porque é uma ajuda muito boa, para comprar as coisas para os meninos. Tenho 2 filhos no PETI”, “Porque o marido e eu não temos emprego certo, o marido trabalha de biscate”, “Por necessidade não tenho marido”, “Porque precisa”, “Porque preciso, e é um dinheiro que só vem na hora boa”.

Pelas entrevistas abaixo, a grande maioria dos pais não está trabalhando, tendo, na bolsa do PETI, a única fonte de renda, como destacamos abaixo:

“Não, trabalha só em casa”, “Só em casa, mas o marido é funcionário da Prefeitura Municipal há 20 anos”, “Sim no lixão do Roger”, “Não trabalha, o marido faz biscate”, “Não trabalha”, “O marido trabalha há pouco tempo em um condomínio, como vigilante”.

Quando questionamos sobre a renda familiar, as mães responderam:

“Não tem renda, só a bolsa e o pai quando faz biscate”, “É o salário do marido que não sei quanto é, e a bolsa”, “Não tem”, “A renda é um salário mínimo e a bolsa do PETI”

Na resposta que obtivemos sobre a renda, apenas 3 (três) famílias têm renda fixa. As demais vivem de biscate ou trabalham no lixão do Roger. Daí questiona-se a proposta do Programa sobre geração de renda para as famílias, que, até o momento, não foi efetivada.

Para os pais, a contribuição do PETI na formação do seu filho tem sido positiva, principalmente na parte social, porque a criança e o adolescente, em qualquer das oficinas, têm despertados o interesse e a auto estima.

O que se observou é que, além da parte econômica, o PETI contribui muito para que o aluno estude e ponha suas obrigações em dia. Como o programa exige a frequência às aulas, os pais são unânimes em afirmar a grande importância para contribuição da aprendizagem.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI - visa erradicar, em parceria com os diversos setores dos Governos Estaduais e Municipais e da sociedade civil, o trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes nas zonas rurais e urbanas.

Conforme prevê o programa, foi implantada a Jornada Ampliada com oferta de atividades extra-classe, contratação de professores, merendeiros e aquisição de materiais necessários ao funcionamento da mesma.

As atividades da jornada Ampliada desenvolvida na sede da “Casa dos Conselhos” são as oficinas de música, nas quais as crianças e os adolescentes são iniciados em instrumentos como: caixa, atabaque, trombone, trompete, fuzileiro. Percebemos que as oficinas têm despertado o interesse dos seus participantes e têm favorecido o fortalecimento de sua auto-estima, na medida em que desenvolve habilidades até então adormecidas.

Apesar disso, percebemos através das falas das mães entrevistadas que em virtude das dificuldades financeiras que enfrentam, o elemento que mais se sobressai em relação à participação de seus filhos no PETI, é a bolsa mensal.

Para finalizar gostaríamos de destacar que para o programa obter um resultado mais eficaz no combate ao trabalho infanto-juvenil, deve viabilizar também a capacitação profissional dos pais e/ou responsáveis, assim como a implementação de programas de geração de emprego e renda, tal como está posto em sua proposta original.

## REFERÊNCIAS

---

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. **Estatuto da criança e do adolescente, Lei 8.069/90**. Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Manual operacional: Programa de Erradicação do Trabalho Infanto-Juvenil - PETI**. Brasília, [s.d.].

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

DIRETRIZES Nacionais para a Política de Atenção Integral à Infância e a Adolescência 2001 - 2005. Conselho Nacional dos Direitos da criança e do Adolescente. [S.l.], [s.d.].

MATEOS, S. B. Quem explora a mão de obra infantil. **Revista Atenção**, São Paulo, Ano 1, n. 2, dez./jan. 1995/1996.

## VINTE e QUATRO

---

### ANÁLISE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL-PETI- NA ÁREA RURAL

Fabiana de Araújo Brito<sup>1</sup>  
Dirce de Melo Teixeira<sup>2</sup>

Este trabalho de pesquisa é fruto de minha experiência em estágio curricular no curso de Serviço Social da UFPB, realizado junto à Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, em Cruz do Espírito Santo - PB, mais especificamente no ginásio de esporte onde se realizava a jornada ampliada do PETI, durante o período de novembro/2000 a janeiro/2002. Como a proposta do Curso de Formação de Agentes Sociais que Atuam na área do Trabalho Infante-Juvenil Urbano e Rural era que cada aluno investigasse uma atividade de trabalho em que houvesse criança e adolescente trabalhando, na área em que a instituição que representávamos tivesse atuação, acordamos que usaríamos a mesma experiência do estágio.

A pesquisa teve como objetivo analisar os impactos do PETI tendo como foco de análise a percepção dos adolescentes trabalhadores da cana-de-açúcar beneficiários do programa. Constitui-se de uma pesquisa qualitativa descritiva, na qual foram utilizados como coleta de dados a observação assistemática, o diário de campo e entrevistas semi-estruturadas.

O trabalho precoce é um fenômeno antigo que perpassa historicamente todas as sociedades, tendo maior agudizamento no final do século XVIII, com a revolução industrial. A atenção dada ao tema enquanto questão social está relacionada à diversificação de concepções da infância nas sociedades.

---

<sup>1</sup> Estagiária do Curso de Serviço Social/UFPB. Membro do Conselho Tutelar de Cabedelo.

<sup>2</sup> Doutora em Políticas Públicas e Movimentos Sociais (PUC-SP;UAB-ES) , Profª<sup>a</sup> Aposentada do Depto. de Serviço Social/UFPB, Atualmente coordena oficinas temáticas de formação/capacitação na área social.

Na atual conjuntura, o trabalho precoce está intrinsecamente relacionado a fatores macro e micro-estruturais da sociedade capitalista, que prioriza a expansão do capital tirando proveito da exploração de milhares de crianças e adolescentes.

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, pela Lei 8.069/90, constitui um avanço ao assegurar que crianças e adolescentes sejam sujeitos de direitos. Contudo, a sociedade brasileira ainda convive com alto índice de violação destes direitos. No que tange ao trabalho infanto-juvenil, pode ser facilmente constatado, tanto nos centros urbanos (engraxates, lavadores de carros, biscateiros, vendedores ambulantes, catadores de lixo, domésticos, etc) quanto na área rural (na lavoura de cana-de-açúcar, fumo, algodão, sisal, carvoarias, etc). Nesta pesquisa, detivemo-nos no trabalho precoce na atividade canavieira.

Os canavieiros do Nordeste começam a trabalhar muito cedo, a maior parte antes dos 14 anos, muitos já a partir dos 7 anos de idade (Moreira et al; 1995, CJC:1994). É um trabalho duplamente explorado, pois os pequenos submetem-se a longas jornadas de trabalho que variam de 8 a 10 h de trabalho por dia, com baixos salários, acidentes irreversíveis devido aos instrumentos cortantes e também à insegurança na locomoção para o trabalho. Portanto, a exploração da sua força de trabalho os compromete não apenas nos aspectos físicos, de saúde e educação, mas também nas reais possibilidades de sua inserção no mercado de trabalho na fase adulta.

Dados do Relatório de Desenvolvimento Humano da ONU, em 1990, revelaram que a taxa de atividade da população entre 10 e 14 anos, em famílias pobres (renda per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo), era de 23%, passando para 4,5% quando se observa a mesma faixa de população com renda acima de 2 salários mínimos. Foi com o agravamento desse cenário que a partir de 1996, se verifica a implementação do PETI, com o fim de retirar do trabalho (em geral perigoso, penoso, insalubre e degradante) crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, tendo como foco de atenção principal a educação, através da “jornada ampliada” (ação educativa complementar à da escola através de atividades lúdicas e reforço escolar), e a família (atividades socioeducativas e de geração de renda).

São contempladas pelo programa as famílias com renda per capita de  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, sendo que o valor do benefício pago é diferenciado: para as capitais com mais de

250.000 mil habitantes é de R\$ 40,00 e para os demais municípios e áreas rurais, é de R\$ 25,00 .

No município de Cruz do Espírito Santo, o PETI foi implantado em agosto de 1999. Neste período foram contempladas 370 famílias, sendo 500 crianças e adolescentes trabalhadores da cana-de-açúcar, pertencentes às comunidades: Fazenda Espírito Santo, Munguengue, São Felipe, Engenho São Paulo, Patrocínio, Fazenda Santa Luzia e Conjunto Julia Paiva/Francisco Cunha. Frente à inviabilidade de se estudar tal universo, nesta pesquisa está representado por 17 adolescentes, de 12 a 14 anos, sendo a maioria do sexo masculino.

Neste artigo destacaremos os resultados mais relevantes da pesquisa com relação ao perfil dos adolescentes entrevistados e sua concepção do trabalho precoce.

As entrevistas evidenciaram que todos os adolescentes já exerceram algum tipo de trabalho antes de sua inclusão no PETI. Constatou-se que 88 % estavam inseridos no trabalho agrícola (preparo, plantio, e colheita) e 12% na comercialização de produtos e atividades domésticas.

As relações de trabalho apontaram diferenças: quando trabalhavam para os pais, trabalhavam de 2 a 3 horas por dia, com maior tempo livre para o estudo e o lazer, sendo que 35,29% não eram remunerados; quando trabalhavam para terceiros, eram submetidos a um número de horas mais exaustivo, de 6 a 8 horas/ dia, e remuneração irrisória de R\$ 5,00 a R\$ 40,00 mensais.

Os motivos de inserção precoce no trabalho em Cruz do Espírito Santo condicionam-se às necessidades do aumento da renda familiar e aos períodos de safra de gêneros alimentícios. A maioria de 70% dos adolescentes trabalhavam para ajudar a família, 18% por gostar de trabalhar e 12%, por ambos os motivos.

Na experiência vivida no acompanhamento do PETI e dos trabalhos comunitários realizados pela EMATER, apesar da constatação da evasão escolar, não identificamos onde pudessem estar trabalhando os beneficiários do PETI. Em contraposição a este fato, na pesquisa verificamos que 53% ainda trabalhavam na agricultura, sendo que 30% esporadicamente.

Apesar de sua inserção no mundo do trabalho, isto não implica dizer que todos desconhecessem a proibição do trabalho precoce. Dos 17 entrevistados, 65% afirmaram

que estavam cientes do direito de não trabalhar e 35% desconheciam seu direito social. Dentre os que conheciam, vimos que foram informados pela televisão, pelos informes do PETI (palestras e vídeos), pela família ou pelos agentes de saúde.

Mesmo inseridos na realidade árdua imposta pela pobreza familiar, 88% responderam que concordam com a proibição do trabalho infanto-juvenil; e 12% discordam argumentando sentir prazer em trabalhar e acreditar que o trabalho é “opção da criança”. Os adolescentes que consideram o trabalho um mal para a infância destacaram o surgimento de doenças devido à exposição ao sol e ao excessivo peso carregado (câncer de pele, gripe, febre, dores na coluna e frieiras), a ocorrência de acidentes, os baixos salários e a evasão escolar.

Levando-se em conta a estrutura sócio-cultural em que os entrevistados vivem, vimos que os adolescentes responsabilizavam pela erradicação do trabalho infanto-juvenil o governo (59%). Os demais (41%) acreditavam que cabia aos pais a responsabilidade, no incentivo dos filhos ao estudar.

Quando questionados sobre a profissão que gostariam de exercer na fase adulta, estas foram as seguintes: desenhista, motorista, atriz, cantora, repórter, porteiro, oficial da aeronáutica, professor(a), juiz(a), jogador e médico(a). Pela diversidade da classificação, vemos que não havia restrições no sonho da realização profissional apesar das difíceis condições de sua existência.

Os entrevistados não se limitaram a opinar sobre o trabalho precoce, mas também revelaram seus sonhos desde o usufruto de bens materiais ao desejo de realização enquanto seres humanos e trabalhadores. Deste modo, 42% confirmaram ter como sonho ajudar sua família e ao próximo; os que sonham em conquistar suas profissões somaram 35%; 5% revelaram o desejo de viajar e 18% afirmaram não ter mais sonhos a realizar.

Quanto à proposta do PETI de combater o trabalho infanto-juvenil, nos relatos dos entrevistados verificou-se que houve impactos positivos com sua implantação em Cruz do Espírito Santo, como havia limitações no atendimento cotidiano das famílias beneficiadas. Os pontos positivos destacados foram: redução do trabalho precoce e de acidentes, acesso à vida escolar e oportunidade de lazer, aumento da renda familiar, maior consumo de alimentos e vestuários, sensibilização quanto às consequências negativas do trabalho precoce. As limitações foram: focalização e seletividade, atrasos

freqüentes no recebimento da bolsa, receio de descontinuidade do programa, excesso de controle e exigências burocráticas, falta de condições adequadas ao bom funcionamento da jornada ampliada (falta de capacitação e qualificação dos profissionais, espaço físico e material para trabalhos pedagógicos).

O programa apresentou mudanças relevantes para os beneficiários, contudo os adolescentes deixavam o trabalho mas permaneciam nas condições de provedores, uma vez que continuavam tendo a responsabilidade de garantir uma renda para a família.

O PETI é um programa focalista e seletivo, que evidencia problemas em sua administração. Está distante de promover a emancipação das famílias beneficiadas como protagonistas da sua própria promoção e inclusão social. Todavia, acredita-se que, em seu interior, seja possível formar cidadãos capazes de opinarem e decidirem sobre a melhoria das condições de assistência às suas reais necessidades.

## REFERÊNCIAS

---

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. Secretaria de Estado e Assistência Social. **Programa de erradicação do trabalho infantil**. Brasília, 2000. Caderno de capacitação do PETI.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Ministério da Criança. **Estatuto da criança e do adolescente, Lei 8.068/90**. Brasília, 1997.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. Guanabara: Editora RJ, 1987.

DEMO, P. Globalização da Exclusão Social: contradições teóricas e metodológicas do discurso neoliberal acerca do enfrentamento da pobreza. **SERSOCIAL**, Programa de Pós-graduação em política social, Universidade de Brasília. Brasília, n. 4, 1999. Semestral.

PARAÍBA. Secretaria do Trabalho e Ação Social. **Programa de combate ao trabalho infanto-juvenil nas áreas canavieiras e sisaleiras**. [S.l.], 1998.